

ATA DEGRAVADA DA 160ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2 Aos dezesseis dias do mês de junho de 2011, às nove horas, no plenário do Conselho
3 Estadual da Criança e Adolescente – CEDCA realizou-se a centésima sexagésima Plenária
4 Ordinária do CEAS, coordenada pelo seu presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho,
5 onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Adenor Martins da Silva - CMAS/
6 Rib. das Neves, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, Silvestre Dias - SEF, Jansen Maxwell
7 Santana - CMAS/ Montes Claros, Eliana Márcia Fialho de S. Bandeira – SES, Maria Juanita
8 Godinho Pimenta – Sedese, Sônia Terezinha de Abreu – CMAS/O.Branco, Márcio Caldeira –
9 ASSPROM, José Ismar da Costa – SINIBREF, Cristiane Nazareth da Silva – ISJB/Salesiano,
10 Luiz George Marcelino da Trindade - CMAS/Lagoa Santa, Mário Roberto Amaral – MDC, Maria
11 Albanita Roberta-Sedese, Elizabeth E. Milward A. Leitão – COGEMAS, Fernando
12 Henrique Guimarães Rezende-Seplag; conselheiros suplentes: Volney Lopes de Araújo Costa
13 – PSIND, Maria de Lourdes S. Damasceno – SEAPA, José Fernando Antunes Millane –
14 COGEMAS, Soraya Regina Silva Souza – SEE, Edma Aparecida Marinho – SEDESE, Maria de
15 Fátima Mayrink Brito - CMAS/Manhuaçu, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND; os
16 convidados: José Antônio dos Santos – Atingidos Candonga, Antônio dos Santos – Atingidos
17 Candonga, Dilson Alves Paiva – Gabinete do Dep. Padre João, Ana Maria Fagundes –
18 Gabinete do Dep. André Quintão, Fabiane A. Ribeiro Silva – MLT Eng. De Proj. Ambientais;
19 membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Maria
20 Inês Veloso Corrêa, Maria Luisa Carvalho, Elizabeth Chalita e Erika Ribeiro da Cruz. O
21 Presidente Geraldo inicia a Centésima Sexagésima Plenária Ordinária do CEAS... “Este time,
22 quero ressaltar aqui, a presença dos técnicos que aqui estão conosco, na plenária. A presença
23 do Antônio Wenceslau, o José Antônio, lá de Candonga. Sejam bem-vindos. Bom dia a vocês.
24 Nós estamos aí também, com o Dilson Alves, do gabinete do Padre João. Dilson, seja bem-
25 vindo, esteja à vontade aí conosco, no dia de hoje. Aninha, está aí também conosco. Deputado
26 André Quintão. Bacana. Tivemos lá viu Aninha. Só que aquela plenária lá agora, está ficando
27 tão prestigiada que a gente não consegue entrar mais em bar, nem para anunciar que o
28 Conselho está presente não, viu. Fizemos questão de se fazer presente lá. Eu, o Conselheiro
29 Márcio, e tivemos lá na plenária, na discussão muito importante. O Conselheiro Marcelo esteve
30 na abertura. Mas a gente fica dividindo os espaços em função do tempo. É. A nossa ata da
31 plenária passada, não conseguimos terminar a degravação da mesma, da retrasada. Muito
32 embora, depois de quatro dias, num trabalho demorado, num trabalho árduo, mas a gente
33 mudou um pouco a sistemática, mas tão logo esteja pronta, com toda certeza na próxima
34 reunião nos vamos estar fazendo a apreciação da mesma. Nos temos apenas uma justificativa
35 de ausência, que é da Conselheira Edir Petrucelli, da Secretaria de Educação, que está de
36 férias, com todo direito que lhe é próprio, peculiar ao trabalhador. E os senhores têm também
37 em mãos, a... já estabelecida a pauta, que a gente vai tratar nesta centésima quinquagésima
38 oitava plenária ordinária . Pergunto se estamos todos de acordo com ela, se existe algum
39 inclusão de pauta, ou não? Algum pedido de antecipação? Pois não **Conselheira Juanita**: Eu
40 quero incluir na pactuação, a... da deliberação: Serviços Regionalizados de Proteção Social
41 Especial, a resolução. Deliberação ponto B. **Presidente**: Pois não Aninha. Pode. Tem mais
42 algum ponto de inclusão de pauta? Podemos ratificar a pauta desta forma? Ta. Mais alguém?
43 Não? OK. Eu gostaria de fazer uma inclusão, logo após o item B, nos vamos fazer uma
44 discussão, sobre a Conferência Estadual, e alguns pontos para resolução, que a gente
45 depende de retificar e portanto depende de deliberação deste plenário. Alguma outra? Não. Eu
46 gostaria de fazer uma inversão então, a gente passar aos informes inicialmente, que eu já
47 tenho um pedido aqui da Aninha que é assessora do Deputado André Quintão, na Assembléia
48 Legislativa. E aí eu gostaria de conversar com a Aninha, passa o microfone para ela, por favor.
49 E quem que está comigo aqui? Marcelo? Por favor, aqueles que se inscreverem, para dar os
50 informes, o Marcelo está anotando aqui, por favor, levante a mão, e ele vai estar anotando, na
51 ordenação, que for feita. Aninha, por favor, está com você. Bom dia a todos e todas. Meu nome
52 é Ana. Tem algumas pessoas aqui que eu, não tenho ainda o prazer de conhecer. Sou
53 secretária do Deputado André Quintão, assistente social, e militante da política de assistência
54 social aqui em Minas Gerais. Eu queria passar os informes, o Geraldo, aí, eu vou até me
55 estender um pouquinho, não muito. Mas são alguns informes de algumas questões que estão
56 acontecendo na Assembléia, que eu acho que importante aqui, os conselheiros estarem
57 acompanhando. Primeiro é com relação a alguns projetos de lei, nos encaminhamos inclusive
58 informalmente, essa me parece que foi quarta-feira, porque ontem eu estava em viagem. Tanto
59 para o CEAS, quanto para a SEDESE. São três projetos de lei, porque a partir desse ano, o
60 André é membro da Comissão de Constituição e Justiça. E dessa forma a gente consegue

61 desde o início, acompanhar os projetos de lei, ali na primeira comissão. Então, tem três
62 projetos de lei que estão em tramitação e que inclusive o André é relator. Dois deles nos
63 encaminhamos tanto para o Conselho, quanto para a SEDESE, para diligência, junto a estes
64 dois órgãos. Um trata de uma questão de colocar enquanto critério, para repasse do Fundo, a
65 questão de IDH. E o outro, é um projeto de lei que trata de incentivos fiscais também para a
66 política de assistência social. Então, esses dois, nós colocamos em diligência, junto a SEDESE
67 e ao CEAS. Eu encaminhei informalmente, mas vocês vão receber formalmente da
68 Assembléia, mas encaminhamos no sentido de vocês já irem verificando e já fazendo um
69 estudo, a respeito desses projetos. Para poderem se posicionar. E um outro que ainda não
70 está em... ainda não foi para a relatoria, mas que também o Deputado André é relator, que é
71 um que diminui a questão do tempo para utilidade pública. Então esse não está em diligência
72 ainda, mas a gente também gostaria que vocês dessem uma apreciada nele, e se
73 posicionassem também. Então são esses três projetos de lei, que tem uma relação direta com
74 a política de assistência social e que a gente gostaria desse posicionamento de vocês. Uma
75 outra questão, é a lei que nos aprovamos, o SUAS, que é um projeto de lei do André, foi
76 aprovada pela Assembléia o ano passado, sancionada pelo Governador em janeiro deste ano.
77 Aí uma semana depois da sanção do Governador, por medida da lei delegada, um parágrafo
78 que a gente considera que é um parágrafo fundamental, no avanço da política de assistência
79 social. Ele foi revogado. Que é um parágrafo que permite exatamente, aos municípios pagarem
80 os recursos humanos com recurso do Fundo. Então, desde que houve esta revogação, nos já
81 conversamos, inclusive, André conversou pessoalmente com a Roberta, já conversou com o
82 Vander Borges, já teve com o Governador, com o Marcelo Garcia, fizemos uma reunião técnica
83 junto com a SEDESE, a Juanita inclusive estava presente, junto com a Procuradora. No sentido
84 de a gente buscar saídas e sensibilizar o Estado, para que esse parágrafo ele volte, para que
85 seja incorporado na lei, que a gente sabe que este é um grande avanço para a política de
86 assistência social. Então esses esforços estão sendo feitos, nos tivemos uma reunião muito
87 boa. A última não é Juanita? Junto com a procuradora. Eu acho que a gente conseguiu... não é
88 Juanita? Inclusive com o apoio da Juanita também, de estar sensibilizando a procuradora do
89 Estado. Então nos estamos no aguardo e sempre estamos conversando isso, então, acho que
90 isso vai ser um... pode ser um grande avanço. Inclusive agora com a aprovação do PL SUAS
91 no Senado, então, nos estamos nesse aguardo desse posicionamento, e aguardando inclusive,
92 está passando por uma negociação interna na assembléia. Inclusive do ponto de vista, da
93 votação de outros projetos de lei. A gente tem feito uma pressão nesse sentido, para que o
94 mais rápido possível, essa questão possa ser sanada. E eu acho que é importante manifestar
95 aqui, que com todas as pessoas que a gente conversou, a SEDESE, a Roberta, a Juanita, o
96 Vander, Marcelo Garcia, todos estão... concordam com isso, e acham que de fato é um avanço.
97 A gente sabe que esse é um problema de... na verdade uma insegurança jurídica, porque não
98 existe nada do ponto de vista legal, que coloque, que o nosso fundo é um fundo de
99 transferência legal, o fundo da assistência. E isso, acaba que gera essa insegurança. Então, na
100 verdade é que nos estamos fazendo um esforço coletivo, Assembléia Legislativa com o
101 Governo, para que a gente chegue num bom termo e que traga esse grande avanço aí para a
102 política de assistência social. Uma outra questão. Nos também encaminhamos para o
103 Governador, e aí é uma questão que está relacionada diretamente ao Conselho e ao Controle
104 Social, é sobre o Decreto que o Governador tinha que fazer sobre a ACOM SOCIAL, que é
105 uma conferência que vai ter do âmbito nacional e todos os estados têm que fazer. Que é a
106 conferência que vai discutir a questão de transparência e do controle social. Então, o governo
107 federal está chamando, os estados estão fazendo e os municípios também vão fazer. Então
108 nos mandamos essa solicitação para o Governador, o Governador prontamente atendeu, e já
109 foi feito o Decreto e eu encaminho para vocês, o decreto dessa conferência, e ela está
110 convocada para fevereiro do ano que vem. Então é uma questão que diz diretamente respeito
111 a todos os Conselhos de Políticas Públicas. E essa discussão, da questão da transparência
112 das ações governamentais. Então eu encaminho, hoje ou amanhã, eu encaminho aqui para o
113 Conselho, o Decreto do Governador, para que o Conselho possa acompanhar esse esforço, e
114 acompanhar essa discussão e participar dessa Conferência da ACOM SOCIAL. Uma outra
115 questão, a Roberta inclusive já deve ter dado, anunciado aqui, a Juanita também. É a questão
116 do concurso público, na SEDESE. Nos também fizemos uma gestão junto ao Marcelo, ao
117 Vander, a Secretária Renata Vilhena, inclusive recebeu o André e nos respondeu oficialmente,
118 e vocês já devem estar sabendo aqui que o concurso foi anunciado. A SEDESE já está
119 tomando as providências para realização. A idéia é de uma contratação de assistentes sociais,
120 de corpo técnico. Para reforçar as diretorias regionais, inclusive a SEDESE. Por último, é a

121 questão do ciclo de debates, Geraldo, que você falou, foi muito bom. Foram dois dias de
122 discussão intensa, inclusive para quem não teve a oportunidade de acompanhar, a TV
123 Assembléia vai reprisar, agora no feriado, 23, 24, 25 e 26 na parte da manhã. Foram
124 discussões assim com um conteúdo muito bom, foram mesas ótimas. Então a gente saiu bem
125 animada, assim, achando que, de fato, nos estamos dando uma contribuição com relação a
126 esta erradicação da pobreza. E como desdobramento deste Ciclo de Debates, aí é mais um
127 convite que eu quero fazer. A gente está realizando, no segundo semestre, um seminário
128 legislativo da assembléia, também junto com o Governo do Estado, assim como foi o Ciclo de
129 Debates, nós fizemos ele de comum acordo. O André inclusive esteve com o governador,
130 conversou com o Marcelo, foi uma realização conjunta da assembléia com o governo. E agora,
131 no segundo semestre, nos vamos fazer esse seminário legislativo. O seminário legislativo ele
132 tem uma importância fundamental, porque ele vai ser discutido nas dez regiões, mais aqui na
133 região metropolitana. E ele tem, como objetivo, no final produzir, propostas, um documento,
134 vão ser formadas comissões técnicas, onde a gente vai subsidiar a proposta do PPAG,
135 especificamente com relação a questão da erradicação da miséria. Então eu queria fazer um
136 convite ao Conselho, que nós já começamos a fazer essa semana, foi a primeira reunião
137 preparatória. Então eu gostaria de convidar, que a gente pudesse contar com o Conselho, na
138 organização. Porque é nesse período de organização, que a gente discute: quais são as mesas
139 temáticas, quais são as comissões técnicas que vão ser formadas. Então eu acho estratégico
140 já que a questão de erradicação da pobreza tem uma relação estreita com a política de
141 assistência social. Então eu acho fundamental, tanto a presença da SEDESE, quanto a
142 presença do Conselho Estadual, nessa fase preliminar, que nos estamos começando. Então
143 todas as reuniões são todas as segundas feiras, às 14h30min, no plenarinho um da
144 assembléia. É uma reunião onde, vários conselhos estão participando, várias entidades, vários
145 órgãos do governo do estado. Então é um momento de construção, e eu acho que vai ser
146 depois, um momento, no segundo semestre, fundamental aí, para que a gente possa também
147 avançar e ter uma proposição no plano plurianual de ação governamental. Que de fato a gente
148 consiga, trabalhar ações, para erradicação da pobreza no estado. Por último, encerro. No
149 início, final do ano passado e início desse ano, tanto a Roberta quanto o Geraldo, fizeram uma
150 solicitação ao mandato, que a gente realizasse uma audiência pública, sobre a questão das
151 entidades. A questão da certificação da inscrição das entidades no Conselho. Em fevereiro,
152 vocês realizaram uma plenária. Uma plenária não foi um encontro, não é? Uma plenária
153 ampliada. E no encontro que nos fizemos na assembléia, daquele Fórum Democrático. Eu
154 estive lá dialogando com a Consolação, se, com aquele evento que foi feito, se aquilo já, por si
155 só, já sanava a questão da audiência pública. E, naquele momento, eu e a Consolação
156 conversamos um pouco isso, eu solicitei um posicionamento com relação a isso, e agora
157 nesse... semana passada, me parece, nos recebemos uma carta aqui do Conselho, ratificando
158 a necessidade de fazer a audiência. Então nos estamos pensando em fazer na primeira
159 quinzena de agosto. Porque agora nos estamos com a pauta... o calendário da comissão, já
160 está fechado, até a primeira quinzena de julho, então nos estamos para fazer na primeira
161 quinzena de agosto. Para isso eu gostaria que o Conselho, nos enviasse uma sugestão de
162 convidados, para estar presente na audiência, para que a gente possa tomar as providências
163 para a audiência já ainda em julho. Porque como a gente quer fazer logo no início de agosto,
164 até em função, esse segundo semestre vai ser muito, coisa. Tem conferências, vai ter o
165 seminário legislativo, e tudo. Então a gente quer fazer bem no início de agosto. Então seria
166 bom que vocês já nos encaminhassem para que a gente possa tomar as providências. Vocês
167 desculpem deu ter me estendido um pouco, mas eram vários pontos, que eu acho que
168 precisava ser colocado. Obrigada ta Geraldo. **Presidente:** OK Aninha. O Conselho com toda a
169 certeza, se sente gratificado, e vê Aninha, e é bom que é... é interessante Aninha, a gente ver a
170 Assembléia Legislativa, hoje. E é bom que o Dílson esteja aqui também. Porque ela
171 trabalhando para tirar do papel algumas normativas que a gente tem. Inclusive de ordem
172 constitucional. Você que essa questão da erradicação da pobreza, não é só uma questão de
173 dignidade, mas uma questão até de fundamentação legal da própria Constituição Federal
174 Brasileira. E aí nisso, Patrus foi muito feliz, quando fez aquela fala dele na Assembléia, porque
175 praticamente ele se sentiu no direito de durante toda a palestra dele, tratar apenas da
176 fundamentação legal constitucional. Eu achei muito bacana, para mostrar que aquela casa do
177 legislativo, tem um papel primordial. De realmente fazer a representação de quem os elegeu,
178 no sentido de tirar do papel, a legislação que a gente tem. E aí, vem um programa desse, que
179 na verdade vem ratificar aquilo. Sobre esse ponto de vista, eu acho que a gente tem que somar
180 mesmo. A gente compartilha com os Conselheiros, porque as nossas agendas, também são

181 muito cheias. Quanto ao convite que você nos faz, eu vou fazer todo o possível para estar
182 presente, nessa. Com toda a certeza nos vamos discutir isso aqui. Mas o Conselho vai estar
183 presente, acho de primordial importância, principalmente quando você traz que a Assembléia
184 decidiu fazer isso de forma regionalizada. Aí, eu quero chamar a atenção para os Conselheiros,
185 principalmente aqueles que representam as regionais, do nosso Estado, que estão aqui
186 representando os municípios. Porque a gente tem um papel primordial nisso, com a
187 participação inclusive dos presidentes das URCMAS. Porque as aí as URCMAS esta
188 regionalizada hoje, a gente por resolução, esse Conselho já ratificou a importância da
189 URCMAS no nosso Estado. E através das URCMAS a gente vai estar fazendo uma
190 representação do Conselho acho que bastante efetiva. Quanto aos projetos de lei. Tem parte
191 dele que nós já fizemos inclusive resposta oficial. Mas com toda a certeza a gente está
192 apreciando com carinho. E é bom, que a gente tenha uma comissão de participação popular
193 hoje, presidida pelo André, que é muito comprometido com a nossa causa e que sempre nos
194 dá oportunidade de interferir no processo legislativo. Eu te agradeço então por todos os
195 informes. Pode. Por favor. Só um minutinho que nos estamos gravando. Por favor. Da fala do
196 Patrus? Nos entramos. Até anterior ao Ciclo, com uma PEC. De... agora não é mais autoria do
197 André, mas... a PEC você tem que ter o mínimo de assinatura dos deputados, para incluir
198 exatamente na nossa Constituição Estadual, a erradicação da pobreza. Porque a nossa
199 Constituição Estadual, infelizmente ela não tratava dessa questão. Então nos estamos
200 colocando isso, como objetivo prioritário, naquela parte da Constituição que fala os objetivos
201 prioritários do Estado, a questão da erradicação. Então nos entramos nessa semana, e agora
202 vai, na Assembléia é nomeado uma comissão especial para analisar, então, acho que dentro
203 em breve, nos vamos ter também mais esse, esse... essa normatização aí constitucional que
204 acho que é fundamental. Legal Aninha. Acho que isso favorece a gente, mesmo porque, essa
205 questão aí nos temos um problema difícilíssimo que é território e a busca ativa desse... de quem
206 são realmente, esse público alvo nosso. Nos tivemos a oportunidade ontem, eu e Consolidação,
207 em Brasília, de estar no Conselho Nacional de Assistência Social, e eu ouvi duas falas
208 importantíssimas por parte do ministério, a respeito do combate. Então a gente tem um
209 direcionamento, acho que foi legal a gente trazer essa expertise de lá para cá. Passamos então
210 ao próximo. É o **Conselheiro Adenor**. Por favor. Bom dia, presidente, mesa diretora, senhoras
211 e senhores conselheiros, visitantes aqui presentes. Eu trago um informe, no sentido que, no dia
212 29 próximo, a UCLA da Região Metropolitana vai estar reunindo em Baldim, onde esse
213 Conselheiro fará uma capacitação, para aqueles conselheiros lá, a pedido da presidente e a
214 gestora daquele local. E na parte da tarde, às 14 horas, nos temos a nossa reunião ordinária
215 da UCLA da Região Metropolitana. O outro informe, dizendo que o companheiro Marcelo,
216 presidente do Conselho de Belo Horizonte, e estava presidente da UCLA, ele se afastou do
217 Conselho de Belo Horizonte, e portanto, a Senhora Kate, que é de Santa Luzia, assumirá a
218 presidência dessa União, ou faremos uma outra eleição para que possa subir alguém da
219 diretoria, ou outro assumir a presidência. Aja visto, que a presidência é paritária, como a gente
220 tem sempre pautado para isso, para que nos possamos estar dando um foco maior no nosso
221 trabalho e ele representava a sociedade civil naquele Conselho, com a saída dele, a vice-
222 presidente assume, mas ela é governo. Então nos entendemos que a gente tem que, subir
223 alguém da sociedade civil para estar assumindo. Era esse o convite. É o informe que eu
224 gostaria de dar. Muito obrigado. **Presidente**: OK. Adenor, obrigado. Acho que é uma tratativa
225 importante se fazer dentro da URCMA. Conselheira Fátima. Por favor. Eu gostaria só de
226 lembrar, que já foi deliberado nessa plenária, que nos devemos nos identificar, antes da fala.
227 Por favor. **Fátima. CMAS Manhauçu**. Bom dia senhor presidente, mesa diretora. Eu quero
228 passar o informe que no dia nove, de junho próximo passado, realizou-se em Governador
229 Valadares, através da SEDESE Regional. Uma oficina para a Conferência Municipal, aonde
230 teve a presença de uns 50 municípios dos 74 que compõem. E foi uma oficina, onde, dividimos
231 os grupos, como se fosse uma comissão organizadora de uma conferência. E que, Odete mais
232 a Rosângela, até me solicitaram que ajudasse numa organização de documentação, num dos
233 eixos lá do grupo. E foi muito importante, porque os municípios, ficam naquilo assim... tem
234 município que está fazendo conferência pela primeira vez. Então é muito complicado. E nesse
235 encontro lá, fui convidada para estar presente em alguns municípios, que eu solicitei que
236 enviasse um e-mail para o CEAS, para informar. Então no dia 28 eu vou a Nacib Raidan, no dia
237 30 eu vou no Itanhomim, dia 9 de julho eu vou a São Sebastião do Anta, no dia 30 de julho eu
238 vou a Matipó, no dia 3 de agosto, eu vou fazer a de Santa Bárbara do Leste, e dia 2 de agosto,
239 a gente vai fazer de Manhauçu. Então a gente já tem umas seis agendadas. Mas é que eu falei
240 que só ia até 200 km da minha casa, o dia que falei aqui na reunião, por causa de ter que

241 andar muito. Mas infelizmente, a gente não consegue cumprir. Porque se me perguntar onde
242 fica São Sebastião do Anta? Eu não sei não. Eu sei que é pelo lado do Ipatinga. Que eu vou
243 chegar lá, vou. Mas que aí você fica... por ser solicitada. Eu já passei por isso, não é Sr.
244 Presidente? Quando nos fomos Conselheiros da Criança e do Adolescente, já passei muito por
245 isso. A gente fazer uma conferência, e não ter ninguém para te socorrer, você ficar pedindo... é
246 que é a primeira vez que você está num Conselho. E com perdão aqui do ditado: mas, igual
247 cego num tiroteio. Igual cachorro que caiu da mudança, sem saber de nada e custar achar
248 alguém que venha junto com você. E quanto eu estava no Conselho da Criança, eu agradeço
249 muito a Dona Ione Tofaneli, que foi uma grande mestra para mim e me ajudou muito a chegar
250 na minha caminhada. Então, quando as pessoas me solicitam. Ah! Não. É perto de onde? Me
251 dá uma referência, que dali para frente a gente vai. Então Itanhomim, eu já fui uma vez. E
252 agora eu vou em São Sebastião do Anta. Vamos conhecer mais um pouquinho de Minas
253 Gerais. Era isso que eu tinha para passar para vocês. **Presidente:** Parabéns Fátima. Acho que
254 é legal isso. É bom que os representantes das URCMAS nossas, que estão a mesa aqui.
255 Tomara que estejam fazendo a mesma coisa. Óbvio que a gente tem que respeitar a
256 disponibilidade de tempo de cada um. Mas é importantíssimo esse papel, porque o nosso
257 Estado mais parece um continente. E a gente só vai conseguir atingir, realmente quem precisa,
258 se for dessa forma. Parabéns inclusive pela representatividade, quando você faz um encontro
259 com essa presença, isso mostra representatividade, e não só a representação que você tem.
260 Quanto aos Conselhos que nos assumimos? Nos já fomos da criança, estamos na assistência,
261 e já estou portal do Conselho do Idoso. Fica tranqüila. **Conselheiro Márcio**, por favor. Bom dia
262 a todos. Conselheiros. Conselheiras. Márcio ASSPROM. São dois informes que eu gostaria de
263 estar compartilhando com o Conselho. Um é relacionado com ao programa PROJOVEM
264 URBANO. O programa está sendo encerrado, em termos de parceria, agora no mês de junho.
265 E, é importante compartilhar com todos, os resultados que este programa apresentou. Numa
266 nota de 0 a 10, o programa, ele recebeu de acordo com os critérios estabelecidos no próprio
267 termo de parceria, com a nota 9,5. Uma meta de permanência no final, na última etapa, do
268 programa do PROJOVEM URBANO, que seria uma meta estabelecida neste termo de parceria,
269 de 10% de alunos inscritos no início do programa, esse percentual, ele chegou a 43% de
270 permanência. Então, os resultados efetivos do programa, foram excepcionais. É bom que a
271 gente ressalte esse empenho, na realização nos resultados do programa. E o programa
272 também, ele trouxe para o Estado de Minas, grandes desafios, na sua implementação, do
273 ponto de vista, da grandiosidade, da abrangência desse programa, e da forma de gestão, que
274 este programa trouxe para o Estado de Minas. Então foi um grande aprendizado, e ao longo do
275 período que ele foi coordenado aqui, muito bem supervisionado, pelo supervisor da SEDESE,
276 pelos técnicos da SEPLAG, que fizeram um excelente trabalho de monitoramento e
277 acompanhamento na execução deste Programa. Os relatórios estão sendo apresentados. Eles
278 vão ficar disponíveis na Secretaria Executiva aqui do Conselho. O outro informe, é sobre a
279 denúncia da Usina Hidroelétrica de Baguari. Nas plenárias anteriores, nos recebemos a
280 denuncia. Foi feito a visita deste Conselheiro no município e foi acordado junto à comissão dos
281 atingidos, a apresentação de informações que nos dessem mais substâncias, para estar dando
282 direcionamento e encaminhamento aqui na denúncia que foi protocolada. Essas informações,
283 elas foram apresentadas no CEAS, na terça feira dessa semana. Então não houve condições
284 da equipe técnica, fazer um trabalho extremamente profundo, para que gente pudesse trazer
285 para esta plenária, a discussão. Contudo, os técnicos aqui do CEAS, elaboraram já uma
286 análise, uma pré-análise das informações. E é muito importante, que a gente tenha todo o
287 cuidado no encaminhamento. E aí eu peço a colaboração de todos os conselheiros, em relação
288 a essa denúncia. Porque? Uma pré-análise das informações, nos apontam, por exemplo: nas
289 informações que foram apresentadas aqui, referente a visita. Uma rua chamada Beira Rio,
290 onde várias famílias, que foi feita a visita, apresentavam situações de vulnerabilidade, com
291 relação à proximidade do lago que se formou. No PAS que foi aprovado em 2006, constavam
292 que eram 11 famílias residentes nesta rua. A denúncia que foi protocolada, e as informações
293 apresentadas, nesta semana, apontam 36 famílias. E dessas 36 famílias, apenas 4,
294 constavam. O nome dessas 4 famílias no PAS elaborado em 2006. Então nos temos que ter
295 muita cautela nesta avaliação, por isso eu peço a colaboração de todos os conselheiros, para
296 que a gente, com as experiências que esse Conselho já tem obtido aí de outros
297 empreendimentos, para que a gente possa trazer essa experiência, e dar um melhor
298 encaminhamento para essa análise, da UHE de Baguari. Então na próxima plenária, acredito
299 que a gente já tenha condições de estar apresentando, uma idéia mais concreta, da denúncia
300 apresentada e as informações que competem ao CEAS, estar fazendo a abordagem. Porque,

301 dentro desta pré-leitura, várias denúncias, estão relacionadas com questões ambientais, não
302 com questões sócio-assistenciais. E isso é importante que a gente reflita. E veja qual é o
303 nosso real espaço de atuação, e como esse Conselho vai estar dando esse encaminhamento.
304 Este é o informe. Obrigado. **Presidente:** Parabéns Márcio. Acho que é legal sobre o
305 PROJOVEM que você traz. Mais uma vez a gente mostra que tem competência no Estado,
306 através das entidades, de fazer um trabalho bem feito. E melhor do que isso, é tirar realmente,
307 dessa situação de vulnerabilidade social e alto risco, porque grande parte deles, faz parte
308 desse recorte hoje da pobreza, que a gente pretende combater. E é dar a eles oportunidade de
309 ter uma igualdade melhor de oportunidade nessa sociedade. A informação que você traz acho
310 que é pertinente, sobre Baguari, é bom que a gente esteja atento, os empreendimentos são
311 muitos no nosso Estado, e a gente precisa ter a cada hora, que passa, mais serenidade, mais
312 equilíbrio, no sentido de estar apreciando esse... saber o quê que nos compete enquanto
313 Conselho Estadual de Assistência. Nos temos que ser estritamente em cima disso. E em cima
314 disso, tem realmente o olhar da justiça e não da ordem do direito. **Conselheiro Dr. José**
315 **Ismar,** por favor. José Ismar. SINIBREFE. Presidente, eu gostaria de socializar aqui, com
316 todos, a grata satisfação desse Conselheiro, quando no dia 7, dia 8, estive no município
317 presente no município de Poços de Caldas, e atendendo a deliberação desse Conselho,
318 quando da proposta que fizemos aqui, no dia 7, reunimos com as entidades, o Conselho
319 Municipal da Assistência Social, e também o Conselho do Idoso, e o Conselho de Direito da
320 Criança e do Adolescente no município. E lá tratamos assuntos referentes, a inscrição de
321 entidades beneficentes de assistência social, no Conselho Municipal de Assistência Social,
322 tratamos também sobre a tipificação. E a ainda a pedido, foi tratado sobre a questão da
323 certificação. Teve também a presença ainda, do Conselho de Educação do Município. Tiveram
324 presentes 32 entidades, entre membros presentes dos Conselhos. E no dia 8, nos estivemos o
325 dia todo, com a união de conselhos da regional de Poços de Caldas. Quando tive também a
326 grata satisfação, da presença de 64 membros que assinaram a lista, com a presença de mais
327 de 40 municípios. Até então, este Conselheiro ia com descrença a Poços de Caldas. E a partir
328 de então, este Conselheiro se sentiu mais motivado, grata principalmente a intervenção da
329 coordenadora regional da SEDESE, a Senhora Erlina que, com sabedoria, tamanha sabedoria,
330 e vibrática vivência na política, e articulada também. Organizou todo esse encontro, juntamente
331 com a presidência da união e o Conselho Municipal de Poços de Caldas. Então foi
332 interessante, estão passando as fotos ali. E interessante, que os gestores preocupados
333 também, pediram que se falasse além da conferência, eles tinham ansiedade muito grande em
334 relação a inscrição de entidades beneficentes de assistência social, nos Conselhos Municipais,
335 e também sobre a tipificação. E na oportunidade, eu fiz uma apresentação, consubstanciada,
336 nos dois termos, tanto da tipificação, como também da inscrição. E com isso creio que, obtive
337 um sucesso, no retorno dos presentes, aos quais manifestaram o entendimento sobre as duas
338 questões. Então vejo aqui, com bom grado, com bons olhos, essa proposta do Conselho em
339 relação as URCMAS, e também na parceria sobretudo, com as regionais da SEDESE. Então a
340 boa vontade política, quando se quer fazer, acontece. Isso eu gostaria de estender também, as
341 outras uniões, no sentido dessa parceria com a Regional da SEDESE. A outra questão que eu
342 gostaria de abordar, seria na fala da Aninha. É que esse Conselho também se alinhasse, nesse
343 propósito, dessa questão do financiamento dos recursos públicos, para estar atendendo, às
344 necessidades da remuneração dos empregados. Desses projetos, programas, ou serviços. E
345 sobretudo, que gera um passivo trabalhista, que muitas vezes o município tem que assumir.
346 Que muitas vezes, aqui também alia-se as entidades beneficentes de assistência social, que,
347 assumem este custo, este ônus, esta despesa dos encargos sociais, e do pagamento do seu
348 recursos humanos. E além de tudo, tem o custo também, além do passivo, com o próprio
349 prédio, com a própria infra-estrutura de funcionamento, e com o desgaste do imóvel e que, por
350 essas condicionantes legais, não pode estar sendo utilizado. Então presidente, que também se
351 aliasse, também as entidades a esse propósito. Porque entende esse Conselheiro, que a
352 entidade, como já foi manifestado por Vossa Senhoria, elas fazem um trabalho bem feito. Elas
353 têm esse comprometimento social, complementar, ou as vezes substitutivo, de exercer, de
354 fazer, de executar, esses programas, projetos de assistência social. Então que se aliasse esse
355 propósito também das entidades, que tirasse essa vedação, inclusive imposta pela recente
356 resolução 137 do CONANDA, que veda a aplicação desses recursos, para remuneração de
357 pessoal, de encargos sociais e também na manutenção do prédio que está sendo usado, para
358 a execução dessas políticas. Então eu peço aqui, viu Aninha, que se tivesse essa
359 sensibilidade, de lembrar das entidades, porque elas, muitas vezes, não fazem, só serviços
360 complementares, de utilidade pública. Mas também muitas vezes, substitui o município nestas

361 políticas públicas. 137 do CONANDA. **Presidente:** Conselheiro José Ismar, parabéns. Eu acho
362 que o papel nosso enquanto Conselho, através dos Conselheiros, é exatamente este. É água
363 mole, em pedra dura, sabe. Porque a URCMA lá do sul de minas, ela até então, não tem se
364 vingado, em função de fragilidade, da própria falta de interação, de interlação, essa inter-
365 conselhos, essa relação da sociedade em entender a importância disso. Mas, esta aí a prova
366 de que agora, pode ser que vá. E aí fica também, em várias colocações que foram feitas aqui.
367 Eu preciso me manifestar, antes de passar a fala para a Roberta, para dizer o seguinte: que
368 várias delas diz respeito, à gestão, do nosso Estado. E aí, mostra mais uma vez, que as
369 regionais tem um papel primordial, e terão um papel primordial, na execução agora, das nossas
370 conferências regionais. **Conselheira Roberta,** por favor. Bom dia a todos, desculpa o atraso.
371 E dizer para vocês que eu estou com saudades, que plenária passada eu não vim. Nos
372 estamos com a plenária cheia hoje, não está tendo lugar nem para os titulares. Senta aqui
373 Fernando, que você é titular. Eu só queria acrescentar uma coisa na fala da Aninha, e dizer
374 que o mandato do André, juntamente lá, presidindo a comissão. Ele tem feito um trabalho de
375 articulação junto ao Governo, do ponto de vista, tanto da articulação política, como técnica.
376 Assim fundamental para nós da política de assistência, aqui no Estado de Minas Gerais. E tem
377 sido assim, várias conversações, não é Aninha? Vários desafios que a gente tem vencido. E aí,
378 assim. Só para a gente poder entender como é que está este processo, por exemplo, do ponto
379 de vista disso que o José Ismar acabou de colocar. Que é a questão do pagamento, de pessoal
380 com recurso de transferência do Fundo. E aqui é assim, só para a gente entender, que não
381 trata de uma questão de sensibilização, é uma disputa, que nos estamos enfrentando,
382 concensual, jurídica, que inclusive a gente sentou os dois jurídicos do legislativo, do executivo,
383 para ter esse entendimento. E nós também, estamos com muita apreensão, em relação a
384 sanção, pela Presidenta Dilma do PL SUAS. Porque, ao sancionar o PL SUAS, da forma como
385 ele veio do Congresso, na íntegra. Inclusive, garantindo essa questão, isso vai nos dar, uma
386 luz, uma força para a gente poder campear essa briga, porque essa briga não trata de uma
387 questão de sensibilidade, é uma questão jurídica. Existe uma corrente forte, por exemplo, do
388 governo, da advocacia geral do estado, que ela entende que, transferência legal é garantido
389 pela questão constitucional. Por isso que a saúde campeou a sua PEC. A educação veio essa
390 vinculação de receita, que faz essa distribuição dos gastos, sem nenhuma restrição. É
391 constitucional. Estas transferências que nos trabalhamos no Fundo, existe uma corrente forte,
392 jurídica, que entende que não é uma transferência legal, constitucional. Que ela pode tanto,
393 existir, como não. E isso é claro para nós, no SUAS. No SUAS para a gente isso é um entrave,
394 por exemplo: nos agora estamos avaliando. Nos recebemos na SIT desse mês, um conjunto de
395 municípios. Que eu inclusive já mandei para esse Conselho. Eu tenho 194 municípios, que
396 estão para perder a transferência do recurso do PAIF. Isto posto, ninguém, nenhum município,
397 nenhum gestor, pode garantir um pagamento de pessoal, nessa fragilidade. Amanhã o federal
398 suspende. Amanhã o Estado suspende, por um monitoramento que não foi adequado.
399 Correspondendo esta transferência. E como é que fica o gestor, na hora que ele está
400 executando esta política lá, com o serviço continuado. Então, essa é sempre a briga e a
401 disputa jurídica. E gente está junto. Nos fomos, A Juanita foi junto com a Carolina. Assim agora
402 já passou da alçada técnica, é uma questão... Técnica que eu digo, do âmbito da assistência.
403 Ela agora está no âmbito jurídico. Então está uma disputa, e nos estamos esperando essa
404 sanção do PL SUAS, com muita, ansiedade. Para que a ganha fôlego, para continuar essa
405 batalha. Quer dizer: do ponto de vista do governo, a gente faz essa disputa, e faz essa
406 compreensão com os órgãos jurídicos, entendendo da importância disso para o município, uma
407 vez que nos estamos, trabalhando com serviço continuado. Então é só para vocês entenderem,
408 mais ou menos o caminho que nos estamos trilhando, não é Aninha? Que não é um caminho
409 tão fácil e árduo. A outra, é a questão desse anúncio, que Aninha colocou também da
410 Conferência Consorcial. E eu fui procurada pelo então nosso Secretário da Procuradoria, da
411 Controladoria, e eu estou com uma reunião marcada com ele, para a semana... é no princípio
412 do mês de julho. Para ver como é que a gente pode, inclusive, aproveitar as conferências
413 regionais nossas, e a própria Conferência Estadual, para que gente consiga fazer essa
414 discussão, como temática, na nossa. E que a gente consiga nesses espaços, tirar delegados
415 para a conferência do ano que vem. Que eu acho, que é o espaço mais legítimo. Eu coloquei
416 para o controlador: olha, eu acho que nos temos hoje, na assistência social, com a
417 possibilidade de fazer as conferências regionais e a conferência estadual, o espaço mais
418 legítimo para a gente fazer essa discussão e tirar delegados para a conferência nacional.
419 Dizendo que o Conselho de Assistência Social, está presente nesta discussão, e quer participar
420 dessa discussão no âmbito nacional. Aí, a gente ficou de fazer essa reunião no princípio de

421 julho, Geraldo. E com certeza você fará parte dessa discussão também. Para a gente ver como
422 é que a gente organiza, parte dessa temática, que a gente vai ter que colocar nessa discussão.
423 E como é que a gente pode tirar delegados e para ter mais ou menos a idéia, de quanto que o
424 Estado estaria levando de delegados para a nacional. Para a gente poder participar de uma
425 forma bastante efetiva. Porque se nos perdermos esta oportunidade de conferencia regional e
426 conferência estadual, a gente pode não ter tanta precisão da nossa participação. A outra coisa.
427 Eu queria agradecer de público. O Márcio, quando ele fala do PROJovem URBANO, que foi
428 uma tarefa muito difícil, muito difícil, a Cristiane foi participante da comissão lá. Ela, até teve
429 muito medo, não é Cristiane? A gente teve muitos momentos, porque na verdade, nos
430 gerenciamos, com esse Programa, 60 milhões de reais. Não foi um programa simples, não foi
431 um projeto simples. E estar na comissão que acompanhou de três em três meses a execução
432 desse programa. Participando dessa comissão, no termo de parceria. A Cristiane teve, o
433 Márcio teve. Tinha hora que eles ficavam muito, assustados. Porque, para além da discussão
434 técnica, eles precisavam compreender, os gastos, todos os gastos que a OCIPE estava
435 fazendo. Então, quando nos optamos para trabalhar com o termo de parceria OCIPE, de certa
436 forma, isso nos deu uma tranqüilidade, principalmente para mim, que era ordenadora de
437 despesa, da gestão desse programa. Então, a gente teve o acompanhamento de três em três
438 meses. Nos tivemos auditoria do estado, a auditoria auditou este estado. Tivemos algumas
439 inconformidades, do ponto de vista de gestão. A auditoria pediu para abrir tomada de conta,
440 nos acatamos na SEDESE, porque a gente percebeu que nos tivemos alguns erros
441 processuais na gestão. Agora, do ponto de vista do resultado, a auditoria também apontou,
442 porque nos trabalhamos com 17000 jovens matriculado para o ensino fundamental, e essa era
443 a grande diferença de estar acompanhando esse programa. Porque não era um programa de
444 assistência social. Era um programa de aumento de escolaridade. Então nos tivemos que
445 entender disso. Nos tivemos 17000 jovens matriculados... Aliás nos tivemos 20.000 jovens
446 matriculados, mas no período 17000 permaneceram. E nos tivemos aí a conclusão, e estamos
447 na segunda prova dos meninos, que vai ser agora dia 30 de junho. É 9.300, estimativa de 9300
448 alunos que concluíram o seu ensino fundamental. Isso para nós é bastante significativo, porque
449 quando a gente apresentou o programa aqui. É um programa extremamente desafiador, que é
450 de uma execução que não é do município direto, é uma execução de OCIPE, que o Estado é
451 que tinha o papel de executar, com relação com o Governo Federal. E a gente estava tratando
452 de ensino fundamental, para jovens de 18 a 29 anos, cujos esses jovens, eles não tinham
453 interesse nenhum de voltar para a escola. A gente que foi lá e buscou, na perspectiva da
454 inclusão, e dizer assim: você precisa pelo menos fazer o ensino fundamental, para você ser
455 alguém na vida. Não nos enfrentamos todos os problemas que os senhores já sabem, e já
456 conhecem pelo perfil, do usuário que a gente estava lidando, que a gente estava trabalhando.
457 Quer dizer, nos trabalhamos com uma gama de jovens envolvidos em droga, violência,
458 problemas de rejeição das diretoras, das escolas, trancava salas, trancava banheiro, porque
459 papel higiênico não era para essa turma, era questão de alimento. Olha, de tudo que a gente
460 podia vivenciar, a gente vivenciou um pouco. Mas enfim, conseguimos, graças a Deus agora,
461 entregar o PRO JOVEM, agora em 30 de junho. Eles já fizeram o processo de formatura. Então
462 nos estamos finalizando agora com 9300 jovens mais ou menos, incluídos no ensino
463 fundamental. E para nossa... talvez desalento. Ele não vai ter entrada esse ano. Assim, a gente
464 não tem certeza do PROJovem ADOLESCENTE. Isso está como comentário, a gente ainda
465 não tem nenhuma afirmativa. Mas o PROJovem URBANO, ele já vai para o MEC. Então esse
466 ano não tem entrada de PROJovem URBANO, no país, nenhum. Certamente o MEC deve
467 redesenhar. A gente não sabe qual a proposta que virá para o ano que vem. Do ponto de vista
468 do PROJovem URBANO, ele é muito pertinente estar na área da educação, porque é
469 aumento de escolaridade. A nossa apreensão agora, inclusive na SITE, a gente discutiu isso
470 também, é com o PROJovem ADOLESCENTE. Por que existe um sério murmúrio de que ele
471 estaria passando também para o MEC. E aí, eu convoco a esse Conselho também, para a
472 gente fazer uma mobilização, com carta para o MDS, para quem quer que seja, para
473 permanecer com o PROJovem ADOLESCENTE, na assistência, porque é a única atividade, a
474 única rubrica e financiamento que nos temos, para trabalhar com a juventude. Quer dizer, E
475 com todo o desafio que o PROJovem ADOLESCENTE traz na ponta, mas a gente sabe
476 quanto ele é importante para a gente, na perspectiva de inclusão e manutenção desses jovens
477 na escola. E aí, se nos estamos batendo, e esta nesta defesa do Brasil sem miséria. É preciso
478 que a gente encare que, sair da miséria, a educação é o ponto fundamental. E aí não dá para a
479 gente entender que, a gente perca essa possibilidade de trabalhar com a inserção e a
480 possibilidade do jovem, no sistema educacional, com o PROJovem ADOLESCENTE, na

481 assistência e a manutenção do PROJÓVEM URBANO, que ele é um grande achado do ponto
482 de vista metodológico, para que esse número... e olha, diga-se de passagem, que em Minas
483 Gerais, o último dado, nos tínhamos mais ou menos, uns 500.000 jovens que não tinham
484 ensino fundamental, gente. E aí se a gente não conseguir superar minimamente estes
485 indicadores, não tem nada que a assistência, não tem nada que a entidade venha a fazer do
486 ponto de vista de proteção social, que vá nos alavancar para sair da situação de pobreza. É
487 preciso que a gente engrosse esta discussão aí, e essa manutenção de entender que, para
488 além das outras questões, que é a missão da assistência da proteção ao indivíduo,
489 principalmente, quanto a situação de risco e de violação. A educação para nós é a chave para
490 a questão do desenvolvimento e a questão da superação da pobreza. Porque ninguém pode
491 achar que, com a situação de escolaridade, de analfabetismo, que o país apresenta, que ele
492 vai superar o seu nível de pobreza. E aí eu acho que não é isso que a gente está construindo
493 no SUAS, não é isso que a gente está construindo do ponto de vista de segurança, da
494 população brasileira. Muito obrigada. Presidente, só uma questão de ordem, por favor. A
495 questão quando eu cito sensibilidade, é na abertura das discussões e a participação das
496 entidades. Elas tenham a oportunidade de serem ouvidas. A questão eminentemente jurídica.
497 Mas para se chegar, a elaboração de uma lei, há que se ter a participação, a quem a lei ali na
498 sua inteireza, compromete e envolve. Então secretária quando eu digo, sensibilidade aí, é no
499 sentido da discussão e envolve. Mesmo porque, o artigo 203, o 204 da Constituição Federal,
500 veda essa remuneração, que as entidades remunerem, o salário, e também os encargos
501 sociais dos recursos públicos. Então talvez, ao entendimento aí seria muito mais uma PEC,
502 nesse sentido. Mas não vamos delongar aqui, eu teria, eu creio que com essa fala, fica claro o
503 entendimento, quando esse conselheiro, expôs. Que a sensibilidade é na discussão. Porque
504 envolve a questão já falada da resolução 137 do CONANDA e também o artigo 204 que veda
505 as entidades à utilização desses recursos. **Presidente:** OK. Eu gostaria só de dar um informe a
506 respeito de que Juanita, nossa vice-presidente e eu, estivemos na TV Comunitária, lá fazendo
507 a gravação do DVD, tal qual foi compartilhado com este Conselho. E a tentativa de fazer de
508 usando uma tecnologia de informação, chegar até os nossos municípios, aquilo que a gente
509 entende e que foi deliberado por esse... discutido nessa própria plenária, como sendo temas e
510 a maneira de discutir esses temas junto aos municípios e nas regionais. Então eu penso que
511 ficou um trabalho, assim bem dentro do que a gente está focando, sabe Aninha. E nisso
512 também acho que vai ter uma contribuição efetiva. A outra é dizer que, nos temos para o
513 Márcio, mais especificamente para o Mário e a Cristiane, apesar dela ter saído aqui. Nos temos
514 avançado bastante, na presença que nos temos feito através também de Minas, no GT que
515 está fazendo uma discussão, do projeto, fazendo a discussão do adolescente e desse trabalho.
516 E aí é muito bom que Roberta traz isso aqui, e que Aninha e Edílson, estejam ouvindo isso
517 aqui, para a gente levar isso também para casa. Essa discussão. Nos já tivermos junto com o
518 Ministro Gilberto Carvalho, para fazer essa discussão. Está provado, a cada momento, a cada
519 fala. Beth outro dia trouxe um plano aqui muito bacana, para o idoso, que Belo Horizonte está
520 fazendo. Todos eles envolvem as entidades beneficentes. Então a gente vê que o poder
521 público sempre se utiliza dessas entidades, que faz parte da rede conveniada. Não obstante a
522 dificuldade que se ofereceu através da normativa da participação dessas entidades, da
523 dificuldade em estar fazendo parte da rede conveniada ao poder público, nas três esferas de
524 governo. É importante que a gente tenha essa consciência. E o que a gente quer Aninha, é
525 fazer exatamente essa discussão. Porque em todo momento, a nossa Presidenta quando
526 assumiu, diz que valorizaria essas entidades, e no entanto agora lança essa campanha. Num
527 momento oportuno, a campanha é muito bem-vinda, e nos precisamos realmente, se queremos
528 um país digno que faça a erradicação dessa pobreza, dessa miséria absoluta. Tire a fome
529 dessas pessoas. Mas em nenhum momento ela ressaltou, nenhuma entidade fazendo parte
530 disso. Isso a gente quer discutir sim. E a gente está fazendo esta inferência. No Conselho
531 Nacional, estivemos presentes, Márcio e Cristiane, no Conselho Nacional. Tivemos nossa vice-
532 presidente do CONANDA, a minha companheira de Fórum Nacional DCA, e do próprio
533 Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. Fez uma fala muito importante
534 dentro do GT, no CNAS, e os sensibilizou, para gente fazer uma tipificação, dentro desse
535 recorte que Roberta acaba de nos trazer. Nos precisamos entender, que esses adolescentes,
536 nos temos um público enorme, dentro dessa miséria absoluta, e dessa pobreza de crianças e
537 adolescente, dentro dessas pessoas, nos temos uma enorme falta de educação, no sentido de
538 cumprir, o ensino fundamental. Não obstante que esse ensino fundamental, quase que já não
539 alfabetiza mais, tamanha a degradação do ensino que a gente tem, público. Mas é entender
540 que os maiores homicídios que a gente tem, está nesta faixa etária. Então é importante que

541 essa política chegue, mas eu tenho plena convicção que o que vai salvar é a educação. Mas
542 não é tirar, mais uma vez é o país querendo fazer, a vinda de cima para baixo, um recorte.
543 Achando que a mera transferência de uma política pública de assistência para educação e
544 saúde, vai resolver sozinho, não vai. Não é isso. Nós temos que tratar esses adolescentes
545 dentro da política pública de assistência social, é o carro chefe. E a gente tem plena convicção,
546 que a política pública de assistência sozinha, não vai conseguir reduzir desigualdade social, e
547 tirar da miserabilidade e alto grau de vulnerabilidade social, esses jovens e adolescentes.
548 Então é a gente fazer a inserção da intersectorialidade, da interdisciplinaridade, da equipe
549 multidisciplinar dentro dos CRAS. Então é a assistência o carro chefe. Precisamos de
550 educação junto, precisamos de saúde junto, sabemos disso, que precisamos. Mas não é
551 transferir para lá, porque lá é compulsório a educação e saúde. É a gente forçar a barra,
552 Aninha, para ter a compulsoriedade na política pública de assistência. Porque o Fundo, que é a
553 seguridade social, que é o tripé, que recolhe todo o dinheiro para essa distribuição. Porque
554 queremos duas políticas, saúde e educação como compulsória. Porque que para nós não pode
555 ser? Então nos queremos sim, tornar compulsório este valor. E aí a gente faz a discussão. E aí
556 vocês dois, que eu acho que é muito importante ter uma contribuição efetiva nessa discussão.
557 Vocês sabem que nosso Conselho, fez uma reunião aqui dentro, chamou várias entidades,
558 apenas 6 delas, tem mais de 15000 adolescentes, num trabalho ao adolescente, nos sabemos
559 disso. A ASSPROM e a Inspeção São João Portenho, tem um papel fundamental nisso, e mais
560 do que isso. Nos agora provocamos essa reunião, a entidade que eu presido que é de
561 abrangência nacional, tem um assento no Conselho Nacional, e através dela nos precisamos
562 articulação, vamos fazer a mesma reunião em São Paulo, com presença de três conselheiros
563 do Conselho Nacional de Assistência Social. Então nos estamos sim, firme neste propósito, e
564 queremos que a tipificação saia de acordo com a necessidade requerida e demandada por nós.
565 E não por quem está no gabinete, que com muito mais propriedade a gente vai contribuir no
566 processo. É só um informativo. Aliás com um tom até de desabafo, porque graças a Deus eu
567 ainda tenho a capacidade de me indignar com algumas situações. E colocar ainda que,
568 também para a Aninha, o Dílson, e a todos nos conselheiros, o Marcelo fez uma observação
569 muito bem feita. Que o PL SUAS, está para ser sancionado agora pela Presidenta. Então é o
570 momento de a gente começar a estudar o PL SUAS. Nós lutamos por ele, Aninha é testemunha
571 disso. Na Assembléia, fomos a Assembléia, recorrer a todos parlamentares nossos, federal,
572 senadores, no sentido de fazer passar o PL SUAS, para fortalecer a nossa política, agora ele
573 passou. Então está para ser sancionado, precisamos de sancionar. Mas, mais do que isso, é a
574 gente ficar de olho, e estudar, e pro-ativamente sair com a regulamentação do PL SUAS. De
575 que forma que vai ser regulamentado? Como é que nos queremos essa regulamentação? Ela
576 vai nos atender? Ou não? Porque o que a gente tem visto, é direcionamento de ordem jurídica,
577 que não traz a justiça, para a regulamentação dos PL. Então o acompanhamento nosso agora
578 é primordial. Mas nós já estamos atentos a isso, e inclusive, fizemos uma discussão disso, no
579 Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social. Ontem, em Brasília. Os três
580 dias em Brasília, tivemos a presença de 18 estados, e fizemos essa discussão. Então é
581 prioritária essa discussão da regulamentação do PL SUAS, e aí eu gostaria só de pedir mais
582 uma vez. Parece que eu provoqueei a Aninha, e ela quer falar outra vez, sobre isso. Por favor
583 Aninha, só pega o microfone, pode ficar à vontade. A provocação foi proposital. Não, não é
584 nem provocação. Eu acho que seria fundamental, o Conselho se posicionar junto ao Gabinete
585 da Presidenta, no sentido da sanção da Lei, acho que é fundamental nesse momento agora
586 que está para sanção, quanto mais manifestação, da sociedade, manifestação dos conselhos,
587 tiver, eu acho, é fundamental para a gente garantir a sanção da Presidente, conforme o projeto
588 foi encaminhado. OK. Fizemos esta discussão e fizemos esse encaminhamento lá ontem em
589 Brasília. Viu Aninha. Dentro do Fórum Nacional fez esse encaminhamento. Nos vamos estar
590 fazendo isso sim. Mas é sempre bem-vinda essa contribuição. Secretária já que você voltou.
591 Eu queria só assim, para terminar os informes, te dizer... Não respeitosamente, só dizendo que,
592 eu precisava da sua presença para dizer o seguinte: que as várias falas sobre informes, ainda
593 que tiveram aqui, muitas delas, deram indicativo, de que nos precisamos de uma gestão, cada
594 vez mais fortalecida. Eu, assim, sem nenhum bairrismo, tenho plena convicção de que Minas
595 tem um papel primordial, neste trabalho. E está aí a prova, através do PROJOVEM. Mais do
596 que isso, eu diria até, que, fortalecer o gestor, é reciprocamente a gente ter a certeza, de que,
597 esse órgão público de informação paritária, tem um papel primordial no controle social. E ele
598 precisa ser fortalecido para estabelecer, não só o controle social, como aferir essa gestão e
599 contribuir para que esta gestão esteja bastante forte. Nesse sentido, eu vejo que nos vamos
600 precisar, muito, das diretorias regionais da SEDESE, da qual você é nossa responsável maior.

601 É, no GT que nos fizemos aqui, quem participa do GT, está aqui conosco, os conselheiros. Já
602 fizemos essa discussão no GT, e a gente, na tentativa de otimizar os gastos, por que são
603 muitos. Nós temos um Estado que é 853 municípios, se somar, tem país aí que não tem a
604 população que a gente tem. Atingir isso, através das conferências agora, vai precisar de uma
605 articulação muito forte. Nós vamos precisar das regionais. A prova de que nos temos diretores
606 regionais, competentes e bons de articulação, o Conselheiro José Ismar, acabou de dar a
607 prova disso, lá no sul de Minas. Então, quando a Secretaria está presente e quando precisa de
608 uma interferência sua nisso aí, eu te diria que a gente vai fazer a coisa acontecer com muita
609 competência. E eu ainda queria comunicar a esta plenária, que eu me sinto muito orgulhoso e
610 muito feliz de fazer parte deste time, que compõe esse Conselho Estadual, no momento em
611 que a gente fez irradiar, por deliberação dessa plenária, todas as discussões que nos fizemos
612 sobre conferências, de todas as ordens. Sobre os temas que está colocado para discussão, e
613 sobre os quatro sub-temas, muito bem ditos, pela nossa vice-presidente, Juanita, no nosso
614 DVD. Isso nós fizemos irradiar para os Conselhos Estaduais do país inteiro. E lá no
615 FONACEAS, na qual esteve presente, eu e Consolação nestes últimos três dias, isso foi
616 notório. E a presença de Minas Gerais, a presença deste Conselho, nessas instâncias dos
617 Conselhos Estaduais, tem sido feita com uma competência muito grande. Porque os estados
618 estão entendendo, que o tamanho do Estado, que a competência que a gente tem, que a
619 presença desta gestão na comissão inter-gestora, tripartite, através da nossa Conselheira
620 Roberta, e nossa Secretária. Isso tem soado, e é essa irradiação do que a gente tem feito, essa
621 expertise que a gente carrega neste Estado deste tamanho, é que fez com que, a plenária
622 composta pelos presidentes e vice-presidentes, e Secretárias Executivas de todos os
623 Conselhos Estaduais deste país e do Distrito Federal, pressionaram Minas Gerais,
624 pressionaram o representante deste Conselho no Fórum, para que a gente assumisse a
625 presidência do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social. Então nós nos
626 sentimos bastante acuados, fizemos questão de ressaltar todo o trabalho que a gente faz, toda
627 a tratativa que a gente dá, da importância de que existe nesta inter-relação gestão,
628 conselheiros governamentais e conselheiros da sociedade civil. Que aqui se tem um colegiado
629 que é um time. Que fazemos as discussões, as nossas divergências, sim de forma
630 transparente, mas de forma construtiva. Nós não precisamos contrapor, nós não precisamos
631 estar contra, o nosso gestor, ao contrário. E isso fez com que, na presença de 18 Estados, os
632 18 Estados dessem o voto para que Minas Gerais, por unanimidade, fosse eleito a presidente
633 do FONACEAS. Então, aí Roberta, eu sei que isso traz um desconforto muito grande, no
634 sentido de trazer mais trabalho, para a gestão desse Conselho, através da Consolação, que eu
635 sei que vai ser um sacrifício grande da equipe técnica que a apóia. Mas principalmente do
636 nosso gestor, que é a SEDESE, através de você, Conselheira Roberta. Porque também, trará
637 custos, outros, necessários, mas que envolve. Necessariamente a gente levar a
638 operacionalização, levar o modelo que Minas Gerais tem, através desse Conselho, para os
639 Conselhos Estaduais. E eu diria, pela pouca compreensão que tenho, mas com muita
640 experiência, de que os outros estados precisam muito, dessa experiência que a gente tem. Os
641 outros estados têm feito discussões, muito calcadas em cima do exemplo de Minas Gerais. Nós
642 temos gestores de outros estados que estão vindo a Minas Gerais, teve com Beth aqui em Belo
643 Horizonte agora, para aprender um pouco do que a gente está fazendo. Nós temos outros
644 Conselhos, outros estados que estão sempre reivindicando que, esta Secretaria, deste Estado,
645 deste Conselho Estadual, esteja presente no que diz respeito a transmitir para eles, ainda que
646 de forma eletrônica, as expertises que a gente carrega. Então eu queria colocar isso para
647 vocês, é mais um encargo para nós. Mas é mais um custo para a SEDESE, mas sem nenhum
648 sentido de bairrismo, mas com muita satisfação, eu diria que Minas tem uma contribuição
649 efetiva para dar para este país. E de repente, a gente consegue, fazer uma discussão séria,
650 para além do que esta posto como diretriz nacional, e levar de uma forma pró-ativa, ao MDS,
651 ao CNAS, ao FONACEAS, aquilo que nos pensamos, mas não porque queremos, aquilo que
652 nos pensamos e que é demandado pelos nossos municípios. E com toda certeza, essas
653 demandas, esses problemas, não tem fronteira, está no país inteiro. E aí Roberta, em função
654 do informe, eu me sinto aqui no dever, de se você quiser manifestar agora, por favor, fique à
655 vontade. **Conselheira Roberta:** Bom presidente, o que eu digo é o seguinte: primeiro eu queria
656 dizer que: Parabéns. Eu acho que, nos tivemos uma discussão aqui nessa plenária, do
657 FONACEAS, logo no início do FONACEAS, e eu fui bastante enfática, como sempre, de
658 costume, porque eu sempre fazia essa pergunta assim: o FONACEAS precisa se estruturar
659 para dizer assim: o que veio? Qual que é a competência? Que linha quer seguir? Então esse
660 era sempre o meu embate. E até para definir claro, qual que é o papel do FONACEAS, para ele

661 não ter nenhum conflito com gestões estaduais, porque de uma... quanto ele iniciou, ele
662 começou com algumas arestas. Que depois foram se ajustando, Marcelo na época, estava na
663 presidência, a gente via isso muito claro. Então parece que teve alguns conflitos aí, dentro do
664 próprio FONACEAS, teve essa discussão e pelo que eu entendo, da sua fala, eu percebo que
665 teve um processo aí, porque eu não frequento o FONACEAS, foi bastante amadurecido. A
666 ponto de vocês chegarem, inclusive numa plenária, com um número significativo de
667 representantes de conselheiros estaduais. Então isto significa que o Fórum ganhou vida,
668 ganhou identidade, ganhou luta. Então para a gente é assim, ao contrário do que você poderia
669 imaginar Presidente. Para nós é um orgulho, eu vou te dizer com toda a honestidade assim: de
670 você dizer que nos fomos clamados para assumir, o FONACEAS, nesse momento. Isso traduz
671 o seguinte: porque a gente vê isso também, do ponto de vista da questão do SUAS, quando a
672 gente discute as questões de gestão e operacional na SITE. A gente sempre diz essas
673 questões, o seguinte: os outros estados têm as especificidades, até às vezes, dependendo do
674 olhar, até maior que Minas Gerais. Você pega os estados lá que são do Amazonas. Por
675 exemplo a questão de: transitar, de acessibilidade. Essas coisas é muito mais difícil. Você pega
676 estado como o Rio de Janeiro, que tem a questão da violência. Então você tem outras
677 especificidades que Minas Gerais, não tem. Mas do ponto de vista da dimensão geográfica, do
678 número de municípios, para você levar a consolidação do SUAS, costuma-se dizer o seguinte:
679 que se Minas Gerais consegue fazer, outros estados também, é possível fazer. E isso, eu
680 também comungo com você, a gente tem tido visitas de outros estados, para poder se
681 apropriar da nossa experiência, trocar experiência conosco. Este ano mesmo, nos já tivemos
682 três estados presentes. Conosco. Nos tivemos Pernambuco recentemente, estivemos Rio de
683 Janeiro, estivemos Rio Grande do Sul. Que vem discutindo conosco, essa coisa da gestão do
684 SUAS. Por exemplo: o Fundo a Fundo, ele tem sido uma coisa que a gente tem trabalhado
685 muito, trocando experiências com outros estados. A própria lógica da capacitação de
686 assessoramento a município, exatamente pela quantidade de municípios que a gente tem,
687 então isso tem levado outros estados virem trocar experiências conosco. Então eu queria te
688 dizer o seguinte: que eu também compreendo que não tem gestor forte, e conselho fraco, eu
689 sempre falei isso aqui neste Conselho. Não tem Conselho forte e gestor fraco, e vice-versa.
690 Eu acho que os dois têm que estar... para consolidar o SUAS, os dois tem que estar no
691 patamar bem igual e caminhando numa luta, aonde somos parceiros. Temos diferenças, temos
692 lutas, temos embates, temos conflitos. Porque é isso mesmo, no processo democrático não
693 pode ser diferente. Mas eu queria te dizer que com toda a lógica de contenção de despesa,
694 que a gente... quer dizer não é só Minas Gerais, o Brasil inteiro está passando por isso. Porque
695 todo primeiro ano de governo é extremamente desafiador. Mas eu não tenho dúvida nenhuma
696 que da forma como a gente construiu a relação, de estar discutindo, fazendo acertos, fazendo
697 ajustes. Quer dizer, a SEDESE, nunca deixou de cumprir todas as ações planejadas desse
698 Conselho. Minas Gerais, é um dos poucos estados, que o Conselho tem seu orçamento
699 próprio, que tem autonomia para fazer seu planejamento, para cumprir as suas ações. Isso
700 para nós é de um orgulho muito grande. E para terminar, eu queria te dizer que, com certeza as
701 diretorias regionais vão estar presentes. Eu já estou marcando uma reunião com os diretores
702 regionais, agora em julho. Com certeza a equipe do Conselho vai ter momentos de fala, para a
703 gente ajustar, toda essa forma da gente trabalhar as conferências regionais. Para saber o quê
704 que é que as diretorias vão entrar, como é que elas vão entrar. Então a gente já está
705 chamando eles aqui em julho para dar essa diretriz. Mais acertada. Para a gente poder
706 conseguir cumprir, esta etapa que a gente tem agora no segundo semestre, que são as
707 conferências regionais. E bem como também, a Conferência Estadual. E aí eu só queria
708 chamar a atenção, inclusive para a comissão de orçamento. Para a gente poder ficar atento, e
709 também dessa plenária, é o seguinte: porque do ponto de vista do orçamento dele, do
710 Conselho como um todo, e dado essas ações que nós já temos planejada. É para a gente
711 pensar um pouco, nas deliberações que a gente toma aqui em plenária. Porque as vezes a
712 gente delibera aqui, por exemplo: vai dois conselheiros lá, vai três, vai quatro, não sei o que.
713 Sem a gente fazer esse olhar na lógica do planejamento. Quer dizer, hoje nos temos o nosso
714 conselheiro aqui, que faz parte da comissão de orçamento, ele é o nosso setorial no
715 estruturador, Então ele acompanha, passo a passo, mensalmente, toda essa lógica de
716 planejamento do Estado de Minas Gerais, liberação de cotas, essas questões todas.
717 Demandando e deliberando outras questões que não estão planejadas e que são necessárias,
718 é preciso a gente pensar nisso, antes da gente deliberar essa... porque senão nos vamos
719 chegar no momento que a gente não vai ter mais o orçamento para poder cumprir as nossas
720 ações. Eu só chamo atenção para isso. É para a gente fazer agora, uma forma... agora mais do

721 que nunca de uma forma mais planejada, porque agora com Minas Gerais na presidência do
722 FONACEAS, é preciso que a gente inclusive faça um mini planejamento, para a gente
723 entender, o quê que até dezembro, a gente vai ter que introduzir no nosso orçamento de
724 despesa, com essa questão da presidência, para a gente poder fazer esses ajustes e fazer
725 essas adequações que são necessárias fazer. Mas queria te dizer que para nós é um orgulho
726 muito grande e que a gente vai estar junto nessa e em hipótese alguma a gente vai deixar de
727 honrar, esse papel que foi chamado lá, no cenário nacional de Minas Gerais. Você pode contar
728 conosco, que o máximo que a gente vai ter algumas conversações de dizer: não vamos assim,
729 vamos assado. Mas tentando adequar, para a gente poder cumprir nossas missões que já
730 estão postas, e essa nova que esta chegando agora. OK. **Presidente:** OK. Eu agradeço
731 Roberta, que representa o gestor, pelo apoio e de entender a importância deste papel, de
732 Minas Gerais. Aí eu quero agradecer cada um dos conselheiros, e parabenizar, porque isso é
733 fruto, eu sou um mero interlocutor disso. Mas é fruto, dessa caminhada nossa aqui, de
734 deliberação, nossa. E quero ainda ressaltar Roberta que, a mudança de um entendimento do
735 papel do Fórum, já se fez sentir ontem, não só através da carta que saiu de Brasília, como do
736 próprio encaminhamento para a próxima plenária. E não foi fruto só da reunião desses três
737 dias, foi fruto daquela reunião aqui em Minas Gerais, da qual nos fomos eleitos vice-presidente,
738 e de uma forma muito humilde nos colocamos para contribuir no processo. E essa contribuição
739 se fez presente, a ponto de chegar agora por unanimidade fazer a eleição de Minas Gerais.
740 Mas aí tem um papel primordial deste Conselho que desde o início esta no Fórum e
741 principalmente do nosso Conselheiro e ex-presidente deste Conselho, Marcelo. Que se faz
742 presente através de falas, dentro do FONACEAS, em todas reuniões. Da importância que você
743 teve lá. Então fica o parabéns para todo esse Conselho. Que essa salva de palmas seja pelo
744 nosso Estado. E aí eu quero mais uma vez, Dílson e Aninha, nos vamos precisar estreitar mais
745 as nossas relações de perto, para ter uma inferência nesse nosso país, para mostrar o peso
746 que Minas Gerais tem, obviamente junto com nosso gestor. Obrigado pela presença. Eu não
747 esqueci de dar posse... pois não. **Conselheira Roberta:** Presidente, eu só queria dar um aviso
748 aqui, antes do senhor dar posse. É porque, Aninha, a Aninha não colocou isso aqui. A
749 assembleia também está fazendo discussões regionais. E que é um tema de suma importância
750 que a gente consiga envolver, não só o Conselho Estadual, como também a União dos
751 Conselhos e os Conselhos Municipais, que é a questão da violência nas escolas. Eu acho
752 que... exatamente. Então, dia 21, em Juiz de Fora, na região da zona da mata, depois nos
753 vamos mandar para cá, por escrito, as outras. Para ver se a gente consegue mobilizar os
754 conselhos municipais, para ver se eles conseguem participar dessa discussão lá, que é muito
755 importante. Quer dizer que assistência não pode ficar fora, como seu aparato público estatal,
756 CRAS e CREAS, nestas discussões, da violência na escola. **Presidente:** OK. Roberta,
757 obrigado. Não foi por esquecimento, mas é porque nos estávamos tratando, só de informes. Eu
758 queria dizer a esta plenária que nos temos dois novos conselheiros, aqui com conosco. Que é
759 o Jorge, que representa Lagoa Santa. Não é Jorge? Seja bem-vindo a este time, esperamos
760 que você traga aqui para nós a experiência e a expertise que carrega lá no seu município.
761 Esperamos que você traga também um comprometimento, levando em consideração a
762 importância e a responsabilidade que carrega estes Conselheiros Estaduais, principalmente no
763 quesito, comprometimento e assiduidade. Da mesma forma o Jansen, aqui representando
764 Montes Claros. Seja bem-vindo, nos temos aqui uma consideração muito... com todos os
765 municípios, mas Montes Claros é nossa princesa do norte. Montes Claros, é uma das maiores
766 regionais que a gente tem, e onde tem um foco enorme, de registro de necessidade de que a
767 política realmente chegue, na prática e não só no papel. Porque a gente sabe que lá e o Vale
768 do Jequitinhonha, carregam uma pobreza para além da média do nosso Estado. Então seja
769 bem-vindo, que você possa somar conosco, a gente conhece um pouco da sua trajetória.
770 Temos certeza e convicção que a sua contribuição será efetiva. Só precisamos que você
771 incorpore o espírito desse time, para fortalecer o Conselho cada vez mais. Sejam bem-vindos
772 os dois, e considerem-se portanto, empossados. Muito bem. Então agora nos iniciamos o
773 nosso ponto de pauta, mas não fique assustados, porque estes informes que demandou até
774 uma discussão um pouco maior, se faz necessária e mesmo porque, é bom que ele tenha sido
775 feito, numa plenária, que a gente está com uma representação bastante significativa. E aí, é
776 bom que a educação e saúde, estejam conosco, viu Miraneide, esta aí em situação de
777 titularidade. Soraia. Para entender um pouco dessa intersectorialidade, e dessa necessidade
778 que a gente tem de ter a contribuição das pastas, para além da assistência social, na questão
779 da gente fazer a tratativa dos beneficiários, no conjunto das políticas sociais básicas. Nós então
780 passamos ao ponto B. Que diz respeito a PAS BARRAGEM. E nos temos uma discussão para

781 fazer, na letra A, que diz respeito a Candonga. Rosa vai apresentar um trabalho que nos
782 fizemos. E aí só para recobrar um pouquinho as nossas lembranças. Candonga já é conhecida
783 por todos aqui, de todos os momentos que a gente tiveram. E tivemos um parecer da nossa
784 assessoria jurídica do Estado. Da qual, inclusive nos fizemos uma fala aqui muito mais, minha,
785 no sentido de não concordar com muitas colocações feitas. Mas independente dos nossos
786 entendimentos, é importante que... foi socializado com aqueles conselheiros que quiseram o
787 parecer, para que a gente pudesse ter uma consciência melhor. Para que a gente pudesse,
788 cada um dos conselheiros tomar conhecimento daquilo que está colocado. E, principalmente,
789 para a gente trazer, com mais serenidade, pós passado o momento de indignação, a gente
790 conseguir trazer para esse plenário, uma... um entendimento que não seja de A ou B. Desse
791 presidente ou de qualquer que seja o outro conselheiro. Não é que seja uma posição do
792 colegiado. E eu também, apesar de ter feito as minhas manifestações, também fiz a
793 consideração que se o colegiado entender diferentemente, sempre aprendi a ter a humildade
794 de primar pela democracia e sabendo que ela não é unanimidade e sim a vontade da maioria.
795 Por favor a **técnica Rosa**. Bom. Foi pedido que eu fizesse uma síntese do processo de
796 Candonga, que no Conselho desde 2000. Então esta síntese não vai ser exibida. Estou vendo
797 todo mundo olhando para lá, ela não vai ser exibida. Então. Só para vocês entenderem, como
798 que Candonga se apresenta hoje, então nos tivemos que fazer um histórico desde 2000.
799 Porque, foi o primeiro empreendimento que o Conselho... primeiro plano que o Conselho
800 avaliou, chegou aqui para nós em 2000. Ele foi instalado nos municípios de Rio Doce e Santa
801 Cruz do Escalvado, deixando o distrito de São Sebastião do Soberbo, todo em baixo d'água.
802 Ele teve que ser relocado, Neste distrito, foi atingido, em torno de 127 famílias, totalizando mais
803 ou menos 300 pessoas. Conforme os relatórios da época, de 2000. Que foram outros técnicos.
804 Houve a seguinte observação sobre as residências da antiga Soberbo. Sobre as residências da
805 comunidade da Velha Soberbo, percebeu-se que algumas estavam em mau estado de
806 conservação, a maioria possuía quintal, com horta e jardim, que significava para os moradores,
807 um instrumento importante de sobrevivência, que era desses quintais que eles tiravam a
808 alimentação deles. A maioria era uma comunidade tipicamente rural, que eles tinham seus
809 quintais, suas hortas, e quando eles foram para a Nova Soberbo, pouquíssimas casas tinham
810 quintais. E esses que tinha quintais, era... plantavam pelo menos uma horta pequena, não era
811 igual ao que eles tinham anteriormente. E em 2001, foi aprovado o Plano de Assistência Social
812 de Candonga, que hoje é chamado de Risoleta Neves. Depois de 2 anos, começou a avaliação
813 da implementação desse PAS, aqui no CEAS. A partir de várias visitas, foi aprovado em
814 outubro de 2003, foi aprovado a comprovação da implantação desse PAS. A partir dessa
815 publicação, dessa aprovação, foram protocolados aqui no CEAS, várias denúncias
816 formalizados pelo movimento de atingidos por barragem. E a partir também dessas denúncias,
817 no final, em dezembro de 2003, essa resolução que comprovou a implantação do PAS, foi
818 suspensa pelo CEAS. Foram avaliadas as pendências, em... no final do ano também, depois de
819 várias reuniões, visitas técnicas. Foi de novo publicado uma nova resolução, que comprovava a
820 implantação do PAS, com ônus condicionantes. E dentre essas condicionantes, houve a
821 concessão de terreno e o programa de reativação econômica. Em fevereiro de 2004, a
822 associação dos moradores de Nova Soberbo, apresentou um relatório aqui no CEAS, com
823 várias reivindicações. Dentre elas, solicitava curso de capacitação aos moradores, fazendo
824 inicialmente uma pesquisa de mercado na região, para saber quais as maiores demandas de
825 produtos e serviços, antes mesmo do consórcio apresentar os projetos. Também, a identificar e
826 apresentar a associação fontes de financiamento que pudessem criar... possibilitassem a
827 criação de micro empresas, e doação de uma área correspondente ao resultado da divisão de
828 30 hectares, em substituição aos lotes que eles perderam, aos quintais que eles perderam.
829 Nesse mesmo ano, em abril de 2004, o COPAM suspendeu a licença, foi a primeira vez que o
830 COPAM, suspendeu a licença de operação do Consórcio Candonga, devido a pendências
831 ambientais. Em... houve, sobre essa concessão de terrenos, houve um desentendimento entre
832 o Consórcio e os atingidos, e o Consórcio tinha concordado em doar esses terrenos, para a
833 comunidade. Houve um desentendimento entre eles, sobre a metragem. Na resolução do
834 CEAS, dispunha 200 m², para cada família de Nova Soberbo. Em reunião com o COPAM, eles
835 solicitaram 1000 m² por cada família. E a partir de discussões, dentro do COPAM, foi acordado,
836 360 m², com escritura para cada família. E esse terreno para as extensões de quintais, como é
837 o nome que está na Resolução. Ele foi avaliado por quatro profissionais de diferentes órgãos.
838 Da Universidade Federal de Viçosa, um engenheiro agrônomo e assessor do Deputado Padre
839 João, na época. Um Conselheiro que representava a Secretaria de Estado da Fazenda, aqui do
840 CEAS, e um técnico da EMATER. Apenas o técnico da EMATER, atestou na época, se era a

841 propriedade apropriada para cultivo de hortaliças, cereais e plantas medicinais. Em junho de
842 2005, o CEAS elaborou um relatório, constando que dentre outros itens, que o programa de
843 reativação econômica para os atingidos, não foi criado e implementado. Este relatório foi
844 encaminhado a promotoria de justiça de defesa do meio ambiente para o patrimônio cultural,
845 urbanismo e habitação, apresentando a situação e solicitando providências ao ministério
846 público, quanto ao descumprimento das condicionantes. Aí passaram quatro anos, em 2009, o
847 novo prefeito de Santa Cruz do Escalvado, protocolou no CEAS, uma relação de reivindicações
848 da comunidade, porque? Quando ele assumiu em janeiro, essa comunidade de Nova Soberbo,
849 o procurou, apresentando as pendências ainda que estavam na comunidade. Em abril de 2010,
850 o CEAS juntamente com a SEDESE, reuniu-se com os dirigentes do Consórcio Candonga, e
851 solicitou formalmente, por meio de correspondência, a comprovação do cumprimento das duas
852 condicionantes dispostas no artigo primeiro da resolução. Que é criar e implementar o
853 programa de reativação econômica, para os atingidos pelo empreendimento. Concessão de
854 terrenos em área produtiva, para cada família. Essa resposta aconteceu em Junho de 2010, e
855 foi analisado por técnicos do CEAS. Essas análises que vão ser citadas aqui, foram analisadas
856 não só por um técnico, mas passou por: por mim, pela Nilce, pela Leila, teve, os conselheiros
857 tiveram acesso. Então... A técnica que analisou este relatório, destacou que: 11,8% da
858 população reassentada, participava de projetos que compunha o programa de reativação
859 econômica, e que esse percentual era baixo, considerando o número de famílias atingidas.
860 Informou ainda que: de 122 famílias, 14 participavam dos projetos de reativação econômica, ou
861 seja, de aproximadamente 300 pessoas atingidas, 36 participavam dos projetos de reativação
862 econômica, instalada pelo empreendedor. Na conclusão técnica, desse relatório, datado em
863 17/06/2010, era citado: Não podemos considerar técnica e numericamente, que houve
864 implementação dos projetos, que permitissem, reativação econômica da comunidade. As
865 tentativas, e somente elas, não garantem e não resgatam as perdas sofridas pelas famílias.
866 Mais do que criar e implementar um projeto de reativação econômica, é necessário que ele
867 tenha cumprido seus objetivos, alcançando suas metas. As avaliações periódicas e o constante
868 monitoramento, são armas poderosas para o acompanhamento de qualquer programa e
869 projeto. É fundamental que, uma vez verificada a ineficiência e a ineficácia das ações previstas
870 nos projetos, novos caminhos sejam traçados. Outras estratégias, outros parceiros, buscados.
871 Não se pode atribuir a própria comunidade, ou a idade da população, por exemplo, a
872 justificativa para o fracasso de um programa. Ainda, no final de 2010, o empreendedor ainda
873 apresenta outros relatórios para comprovar a implementação da reativação econômica.
874 Apresentou o relatório do programa de reativação econômica de agosto de 2009 a agosto de
875 2010. Apresentou um relatório, sobre novos programas implantados para o programa de
876 reativação econômica, relatório das ações realizadas de 2004 a 2010. E uma pesquisa sócio-
877 econômica do distrito São Sebastião do Soberbo, elaborado pela Universidade Federal de
878 Viçosa. Em relação ao relatório do programa de reativação econômica, observou-se que o
879 mesmo não trouxe nenhuma novidade, as informações contidas neste relatório, são as
880 mesmas protocoladas no CEAS, em junho de 2010. Em relação aos novos processos a serem
881 implantados, constava no relatório, a contratação da empresa: Núcleo Artístico Educacional,
882 para estruturar os projetos de inclusão digital para Jovens, e o Projeto Memórias de um Povo
883 de lá, que tem como objetivo, a inclusão social, promoção e recignificação dos idosos no
884 distrito São Sebastião do Soberbo. Pela avaliação técnica, são projetos interessantes, mas que
885 não garante o processo de reativação econômica. E os projetos prevêm a formatação de um
886 museu virtual. Terão acesso a esse museu, aquelas pessoas que possuem condições
887 tecnológicas para tal. Acesso a internet, saber manusear computador, e etc. Além desses, são
888 citados ainda: os projetos de criação de aves, curso de pães, plantas ornamentais, malharia e
889 olericultura. Os cursos de plantas ornamentais, malharia e olericultura também já foram citados
890 nos relatórios anteriores. E que nos leva a observar que não se tratavam de novos processos a
891 serem implantados, e sim de projetos em execução. E o projeto de aves, era muito parecido
892 com o projeto Pintinha, galinha poedeira. Já executado até 2010. Em relação aos relatórios das
893 ações realizados de 2004 a 2010, consta apenas a informação que os projetos de galinha
894 poedeira, malharia, artesanato em madeira e bambu, bucha vegetal, produção de plantas
895 ornamentais e árvores nativas. Já foram implantados e continuam a ser executados. Algumas
896 considerações agora, sobre o resultado da pesquisa sócio-econômica do Distrito Nova
897 Soberbo, elaborado pela Universidade Federal de Viçosa. Então é um relatório imenso, então a
898 gente pegou só alguns dados. Sobre a pobreza e desigualdade: segundo informações
899 constante no diagnóstico elaborado pela Universidade de Viçosa, os 20% mais pobres da
900 população detêm 5,4% da renda total do Distrito. E os 20% mais ricos, detêm 46%. 55% da

901 população estão abaixo da linha da pobreza. Foi avaliado por Viçosa, o poder de compra, e
902 calculado a partir da renda per-capita de cada família. Ocupação e desocupação: consta da
903 pesquisa que são economicamente ativos, 62% da população. Considerando a faixa etária de
904 15 a 64 anos, e 61% da população com a idade ativa não tem ocupação, e 12% tem ocupação
905 temporária. Programa de geração de renda: foram feitas as seguintes perguntas na pesquisa:
906 1) Qual o interesse na participação em programa de geração de renda? Foi perguntado a cada
907 família do Distrito. 2) Participa de algum programa de geração de renda? A maioria...
908 **Presidente:** Deu certo aí. Deu não. Não tem um gravador portátil aí não gente? O microfone
909 seu está bom Geraldo? O seu. Se estiver gravando, o microfone é o de menos. Eu consigo
910 falar num tom... Deu certo aí. Deu não. Segundo ele está gravando. O problema é aqui. Está
911 gravando? Então o que importa é isso. Vamos continuar aqui. **Conselheira Roberta:** então
912 assim, do ponto de vista de quem legitimou o espaço, que era o cara da EMATER, eu
913 compreendo que naquele momento, acho que estava mais que legítimo, então aí, o que eu fico
914 pensando... e uma outra coisa que eu queria refletir, em cima do parecer da procuradora, eu li
915 o parecer todo, que ela coloca: do ponto de vista do tramite administrativo, o Conselho fez
916 certíssimo, fez certíssimo assim... Quando veio a denúncia que foi olhado, que foi apurado, a
917 ação administrativa que o Conselho devia fazer, ele fez, que foi cassar a resolução... a licença
918 de atendimento. O que ela questiona é o seguinte: que o Conselho não aponta na sua
919 cassação, nenhuma solução para poder dar continuidade, a questão do atendimento e
920 monitoramento aos atingidos, que é o que nos interessa. Então ela aponta para dois viés, ela
921 fala assim: cassar a licença de operação lá, ela traz conseqüências econômicas para aquele
922 município e ao mesmo tempo, o que o Conselho vai fazer com essas pendências que foram
923 colocadas, que não foram atendidas no plano. Então por isso que ela, nos considerandos dela,
924 ela diz: Porque que não acata o que foi colocado... administrativo, como é que fala, o recurso
925 administrativo e faça uma proposta para resolver aquelas pendências, porque ali estão postas,
926 porque a nossa competência enquanto Conselho, ela é muito maior, e ela é essencial no que
927 diz respeito a resguardar aquela população. Porque, parar o funcionamento da usina, não
928 minimiza e muito menos resolve, a conseqüência daquela seqüela que foi colocada com a
929 situação da instalação da usina lá. E a outra coisa que a gente precisa compreender, é o
930 seguinte: que toda instalação de usina, e principalmente, do porte que foi da Candonga, que
931 teve... que retirou um conjunto significativo de famílias e levou para outro lugar. Então tem
932 conseqüências que a gente não vai conseguir resolver com um plano de assistência social
933 gente. Porque são rompimentos históricos que teve na vida daquelas famílias, que por mais
934 que a gente ofereça condições melhores, você tem uma vida vivida naquela terra, naquele
935 coisa... que a gente não vai conseguir resgatar em hipótese alguma. E a outra coisa que eu
936 acho que no nível de maturação, que a gente tem aqui no Conselho, e as próprias políticas
937 públicas, é preciso a gente continuar esforçando, travar essa conversa com os poderes locais,
938 o estadual... o estadual e o municipal, no sentido da ofertas de políticas públicas, para essa
939 população. Porque não é o empreendedor que vai dar conta das mazelas públicas e das
940 mazelas de pobreza, da qual, indiferente se aquela comunidade não tivesse sido retirada, ela
941 não estaria nesta situação. Porque se nos analisarmos por exemplo: suponhamos que não
942 tivesse o empreendimento lá, se fizéssemos, a universidade fizesse uma pesquisa do jeito que
943 ela ia fazer, com certeza os dados não seriam muito diferentes não. Nós poderíamos ter,
944 algumas diferenças, mas não tão significativas para dizer da conseqüência, que aconteceu com
945 a mudança dessa comunidade. Então a defesa que eu faço aqui, Presidente, é o seguinte: a
946 gente precisa compreender, esse pedido desse recurso administrativo, compreender a nossa
947 missão, e entender que para os atingidos é muito mais salutar, se nós, a partir de agora,
948 acatarmos essa decisão administrativa, e a gente fizer uma nova pactuação, com o
949 empreendedor e com o conjunto de atingidos, para gente ver todas essas pendências que a
950 gente esta dizendo que não foi resolvido no plano, e a gente compreender também, o que a
951 gente está chamando de reativação econômica. Eu tive a visita do empreendedor juntamente
952 com a secretária executiva do Conselho, porque eu adotei esta norma quando eles me pedem
953 para fazer uma audiência comigo como subsecretária, eu sempre atendo em companhia do
954 Conselho Estadual de Assistência Social, ou é com a técnica que trabalhou aquele... coisa, ou
955 com a Secretária-Executiva, para eu poder compreender o processo. E eles me levaram,
956 amostras do que eles estão fazendo lá de trabalho, eu vou te dizer que fiquei muito surpresa.
957 Porque a qualidade do trabalho que estava sendo feito lá na comunidade, e olha que eu estou
958 acostumada a ver artesanato de tudo quanto é jeito. É uma qualidade assim: que é possível de
959 ir para o mercado para venda. Isso é a primeira surpresa que eu tive. Eles me levaram alguns
960 produtos lá, e foi uma pena que eu não consegui trazer para este Conselho ver, e gostaria

961 inclusive que o consórcio trouxesse uma amostra dessas... dessas coisas que estão sendo
962 construídas nestes projetos que eles implantaram, e a gente pactuar e ver uma nova
963 negociação de outros projetos futuros. Por exemplo: este projeto do idoso. Esse projeto do
964 idoso é fantástico, eles conseguiram... porque lá tem um número significativo de idosos. Então
965 não adianta a gente devanear de achar que vai fazer reativação econômica, se eu não tenho o
966 perfil correto daquela comunidade, por exemplo: se eu tenho um número significativo de idoso,
967 eu vou fazer um tipo de serviço, e possibilidade de serviço, que ele venha acessar junto, com a
968 oferta na política pública de assistência social, para estes idosos. Lá tinha um número
969 significativo de jovens, foi aonde eles trabalharam a possibilidade de trabalhar com o projeto de
970 inclusão digital, para além de construir a possibilidade de Lan House, trabalhar alguma coisa
971 na linha de museu virtual, alguma coisa que pudesse levar para esses jovens. A pesquisa traz
972 para a gente, um número significativo de pessoas em produção, ainda ativa, que tem
973 condições de produzir. Agora, a gente precisa compreender também, que... como se diz:
974 desenvolver economicamente, nos estamos trabalhando agora como nos estamos fazendo
975 mapa de privação de pobreza, eu foi pegar Nieira como exemplo. Nieira é um lugar que você
976 tem a população economia ativa de 80% da população, agora você não tem nada de
977 empreendimento lá, como é que as pessoas vão poder trabalhar? Quer dizer, como que a
978 gente acha que a gente vai reativar economicamente, se você não tem a possibilidade de
979 empregabilidade lá. E essa questão da empregabilidade não pode ser uma consequência
980 essencial só do empreendedor resolver. Isso é uma questão de política pública de trabalho,
981 emprego e renda. Está posto. Então a gente precisa compreender também estas facetas, para
982 a gente saber o que nos temos que pactuar com o empreendedor, e saber qual é o papel do
983 empreendedor, o papel da política pública no município, no Estado, para a gente poder
984 trabalhar e fechar numa negociação que seja possível, e que seja bom para os atingidos.
985 Porque senão a gente fica com teorias, e muitas vezes, a gente discorre em questões às vezes
986 acadêmicas, que a gente perpassa por aquilo ali e a gente não sabe o que a gente está
987 falando. Porque também, por exemplo, um dado que eu não sei se foi colocado por que eu saí.
988 É preciso a gente conhecer, por exemplo, o nível de escolaridade dessas pessoas, para a
989 gente saber... o que nos vamos falar de reativação econômica, sem pensar também questão
990 de escolaridade. Nós estamos trabalhando na nossa proposta do plano, apenas a questão de
991 inclusão produtiva, ou nos estamos também trabalhando na perspectiva de levar para lá,
992 políticas públicas que aumentem o nível de escolaridade dessas pessoas, para que elas
993 possam efetivamente ter a possibilidade da empregabilidade. Quer dizer, nos precisamos abrir
994 esta discussão inclusive na própria proposta nossa de plano. Porque fazer programas de
995 geração de renda por si só, isso não alavanca, isso é temporário, as pessoas vão passar por
996 isso temporariamente, elas vão criar uma habilidade, mas elas não vão se desenvolver. E
997 desenvolver economicamente, a gente precisa dar esse gancho... inclusive nos nossos planos
998 de assistência social no empreendimento, que é a questão da escolaridade. Como é que nos
999 estamos trabalhando isto? Isto foi colocado? Isso é responsabilidade do empreendedor?
1000 Acredito que não, isso é responsabilidade nossa de política pública para poder alcançar essa
1001 possibilidade. **Presidente:** OK Conselheira Roberta. Obrigado. Conselheiro Marcelo. Bom o
1002 Marcelo pediu, é questão de ordem, que eu falasse a respeito de... O empreendedor pediu, pós
1003 o cancelamento da resolução, através da resolução, o cancelamento da licença que esse
1004 Conselho procedeu, em função do não cumprimento do PAS. Ele entrou com um requerimento
1005 aqui, com recurso administrativo. Então cabe a essa plenária apreciar e deliberar, sobre acatar
1006 ou não. Diga-se de passagem, que nesse intertempo, nos pós cancelar através de resolução,
1007 nos pedimos uma assessoria jurídica do estado, que é o nosso órgão gestor, e esse parecer
1008 veio, via Procurador Geral do Estado, e esse parecer foi disponibilizado para os conselheiros
1009 que se interessaram em ler, e eu pedi que fizessem uma reflexão, sensoriamento, para que a
1010 gente tivesse uma decisão coletiva. Então, nos vamos ter que deliberar aqui se acatamos ou
1011 não. A Roberta acaba de colocar E aí, antes disso até, eu que ressaltar para todos que
1012 encontram-se presentes, que foi uma reinvidicação deste Conselho para o nosso órgão gestor,
1013 que a gente pudesse se especializar, que a gente pudesse se capacitar, e conhecer melhor
1014 tecnicamente. como é que se media um conflito? E foi contratado, a Fundação Nacional de
1015 Mediação, pelo órgão gestor, gastamos dinheiro público para isso. E foi disponibilizado, a todos
1016 conselheiros que quisessem e tivessem disponibilidade de tempo para participar, que fizesse o
1017 curso, em nível de especialização. E nós estamos fazendo, eu estou inserido nele e vários
1018 outros conselheiros, que está acontecendo na sexta-feira, o dia inteiro e sábado. Para além de
1019 material que está sendo disponibilizado, com tecnologia de informação, e em livros. Então a
1020 gente tem feito o nosso papel, enquanto cursando, para aprender, e temos aprendido bastante.

1021 Então tem trazido um ganho efetivo para este Conselho. Então existe um investimento, dentro
1022 daquilo que é carência nossa, desse órgão colegiado, por parte do gestor. Isso quer dizer que
1023 o gestor quer que esse Conselho se capacite, quer que esse Conselho tenha, com serenidade,
1024 com equilíbrio, mas tecnicamente capacidade para decidir. E isto está sendo feito. Então nos
1025 vamos ter que deliberar sobre isso, eu quero só que vocês fiquem atentos às colocações que
1026 estão sendo feitas, para que a gente possa ter uma deliberação equilibrada. Por favor,
1027 **Conselheiro Marcelo.** Um bom dia, a todos e a todas. Eu quero inicialmente, corroborar a fala
1028 da Conselheira Roberta. E acrescentar alguns pontos que, entendo que são importantes. Nós
1029 amadurecemos no que diz respeito a essas resoluções, para a gente acabar com esta questão
1030 das condicionantes. Se hoje, nos estamos com este problema aqui, a gente entende que são
1031 aquelas condicionantes, que a gente trabalhou no passado. Porque se você condiciona algo,
1032 se depois que já começou o empreendimento, no trabalho como é que você vai apurar os
1033 danos daquele não cumprimento. Então isso é um ponto que hoje para nós é pacífico, e aqui
1034 neste Conselho. Agora a gente tem que atentar que essas condicionantes têm 10 anos, 10
1035 anos... 11 anos que foi emitido uma resolução. Que o empreendimento não cumpriu, nestes 11
1036 anos, e só depois de uma resolução que a gente revoga, é que começam então a novamente
1037 discutir essa necessidade de uma reativação econômica, e aí eu pergunto? Será que aqueles
1038 habitantes daquela comunidade, naquela época, queriam esta reativação? Será que eles não
1039 viviam bem, naquele município, naquela forma como eles viviam? Mas está posto, isto ocorreu,
1040 e a gente tem que tentar é minimizar ainda mais, os problemas sociais que foram acarretados
1041 para essa comunidade, para aquelas comunidades ali do entorno do Candonga. Eu trouxe, e
1042 parece que foi apresentado para a comissão de normas, um instrumento, de uma decisão
1043 judicial, de um determinado Estado, que não me vem aqui agora, de que lá naquele estado, o
1044 ministério público, propôs uma ação civil pública, e nessa ação civil pública ele impede... é
1045 determinado que para que as usinas hidrelétricas, os empreendimentos, possam iniciar os seus
1046 trabalhos, tem que passar primeiro por uma discussão do plano de assistência social. Então,
1047 inicia-se a discussão, pelo plano de assistência social, ou seja, o olhar não é do capital,
1048 parece-me. O olhar então vai para o social. Então eu penso que a gente deve fazer essa
1049 discussão aqui no Estado, da forma como a gente vai conduzir isso eu não sei. Mas nos temos
1050 que pensar isso, nos já discutimos isso aqui no Conselho, de quando o COPAM for fazer as
1051 suas reuniões lá na ponta, que o Conselho Estadual vá junto e participe daquele primeiro
1052 processo de discussão, dos planos, junto com a comunidade. Verificar se realmente a
1053 comunidade está participando daquele processo, e não da forma como a gente sente que
1054 acontece. O recurso que foi apresentado pelo empreendimento, ele dá a entender, no meu
1055 ponto de vista, um desrespeito para o Conselho Estadual, quando ele diz que nós não temos o
1056 poder de revogar uma resolução. Porque a nossa resolução, ela é meramente, em termos
1057 jurídicos, declaratória e enunciativa, ela não tem o poder de determinar. E aí, muito bem
1058 esclarecido, muito bem defendido aqui pela Procuradora, que ela diz que não, que realmente,
1059 nos temos o poder, que foi dado pela Constituição do Estado, e a lei que regulamentou aquela
1060 questão. Então, ela pontua isso muito claramente para dizer da nossa competência, e muito
1061 bem fundamentado. Agora, nas suas conclusões, do parecer, que eu me posiciono, eu não
1062 concordo, na medida em que, o olhar, no meu ponto de vista, o olhar está muito mais para o
1063 olhar do capital, o olhar do empreendedor, do que para o olhar daqueles que realmente foram
1064 atingidos por essas mazelas que o empreendimento causou. Entretanto, nos temos algumas
1065 questões, que por exemplo, na conclusão do seu parecer, fala do interesse público, que a
1066 gente tem que sopesar o interesse público, de fato, tem que sopesar o interesse público. Mas
1067 eu penso que a administração pública ela tem que sopesar o interesse público, considerando
1068 que a comunidade que vive naquele local, ela tem que ser muito mais importante que o capital.
1069 Não é verdade? Então o interesse público tem que estar no interesse da comunidade e não no
1070 interesse do empreendimento. Então eu questiono o parecer, neste aspecto. Para que as
1071 conclusões do parecer, ela leva para a revogação do ato, considerando os prejuízos, que o
1072 empreendimento poderá ter, considerado pela sua paralisação. Então nesse aspecto eu não
1073 posso concordar, mas também não posso concordar, que nos temos que pensar, realmente.
1074 Será que essa paralisação hoje, ela vai ser a melhor proposta para aquela comunidade?
1075 Porque já está posto. Os prejuízos que advieram, já estão aí, então nos temos que pensar
1076 forma de minimizar. Mas é muito bacana o que aconteceu aqui, porque nos revogamos uma
1077 resolução, revogamos uma resolução, de um empreendimento que já tem 10 anos que está
1078 causando problemas naquela comunidade. E agora sim, eu penso que através dessa
1079 Fundação Nacional de Mediação, que a gente possa talvez através dela, fazermos um trabalho
1080 de mediação com o empreendimento para chegar a uma solução. Agora nos temos uma

1081 questão real aqui, nos temos que decidir, nos temos decidir, se nos vamos acatar, ou não
1082 vamos acatar o parecer. Se nos vamos acatar ou se nos vamos acatar o recurso, ou não
1083 vamos acatar o recurso. Então são questões que a gente tem que discutir aqui, agora. Penso
1084 que nos temos tempo ainda, para que esse processo de mediação possa ser analisado,
1085 enquanto o recurso está sendo discutido. E me leva a uma outra preocupação, que foi discutido
1086 também na comissão de.. na nossa mesa diretora, presidente. Que é o fato de nós
1087 posicionarmos contrário, nós não acatarmos o recurso, posicionarmos contrário ao que o
1088 parecer do Estado apresenta, de amanhã nos dissermos: nos não vamos... vamos manter a
1089 revogação e aí pode acontecer o que aconteceu lá no Conselho Nacional, de nós nos
1090 obrigarmos a ter que nos defender de algo, porque o Estado falou: não eu já dei um parecer, já
1091 disse que a posição do Estado é essa, então se vocês entenderam em manter a revogação,
1092 vocês é que assumem o ônus das suas defesas. E isso é muito preocupante, porque isso pode
1093 incorrer numa situação, em que este Conselho terá que aprovar determinadas situações, para
1094 não se ver compelido a um ônus judicial. Então nos temos que ficar muito atentos a isto, e eu
1095 trago tudo isso para reflexão. Continua franca a palavra. **Conselheiro Márcio**. Eu gostaria até
1096 de um esclarecimento em relação desse fluxo regimental, referente ao recurso... o quê que isso
1097 interfere no nosso recurso administrativo, nas nossas deliberações, em função até mesmo de...
1098 nos deliberamos. Tem um recurso que vem do Estado, e pode alterar a nossa resolução.
1099 Recurso Administrativo. Eu queria justamente, eu queria mais esclarecimentos sobre esse
1100 fluxo, para entender essa dinâmica desse funcionamento. **Conselheira Roberta**. Até para
1101 ajudar Márcio. É o seguinte: eu acho que... eu também concordo com o Marcelo assim, eu
1102 acho que cada vez mais as coisas estão acontecendo e nos estamos num nível de discussão,
1103 que eu acho assim, muito fantástico. É o seguinte: a gente precisa compreender que toda vez
1104 que a gente assume um papel de conselheiro, você tem uma responsabilidade judicial, encima
1105 das decisões que são tomadas. Por exemplo, eu respondo, eu fui conselheira nacional, eu
1106 tenho dois processos que correm na justiça, em que eu tenho que responder, por decisões de
1107 votos que eu dei. Eu estou com dois processos lá em Brasília, respondendo sobre isso. E aí, o
1108 que é o tramite, é o seguinte: do ponto de vista que a gente vota, discute aqui tecnicamente, é
1109 preciso que a gente compreenda o que você está votando. Porque? Quando a outra parte,
1110 vamos dizer, pode ser o empreendedor, pode ser qualquer uma outra ação, que este
1111 Conselho... que é impetrado aqui no Conselho, qualquer uma proposta jurídica, e ele entrou
1112 com um recurso administrativo aqui, para dizer, dizer assim: eu solicito que vocês revejam a
1113 decisão do colegiado que foi tomada, por votação. Se a gente... qualquer que seja a decisão
1114 nossa aqui, juridicamente, ele tem o direito, o direito de impetrar na justiça, dizendo assim: eu
1115 fui por um processo administrativo, e lá foi essa a decisão do colegiado. Então quando ele
1116 entra com este documento na justiça, aí monta um processo, o juiz analisa aquilo tudo ali... aí
1117 tem toda... eu estou dizendo pela experiência inclusive que estou vivendo lá no governo
1118 federal. Então tem a degravação da ata, que todo relator vota, por isso da importância da
1119 gravação. Então quando o Juiz analisa aquele processo, e ele analise todas as... aí na hora da
1120 decisão dele, ele chama judicialmente, todo conselheiro individual, Aí eu sou intimada, como eu
1121 recebi lá na SEDESE, uma intimação, que eu tenho que fazer uma defesa minha, dentro
1122 daquele processo, dizer porque que eu votei a favor ou contra daquela proposta que foi
1123 impetrada lá. Aí eu tenho que contratar advogado particular, porque nessa hora, o advogado da
1124 onde você está na União, no meu caso era na União. Os advogados da União eles não te
1125 defendem, como aqui no caso, por exemplo, o advogado do Estado não vai nos defender,
1126 qualquer que seja uma proposta nesta linha. Porque? Porque ele já deu o parecer dele. O
1127 Estado, do ponto de vista da Advocacia Geral do Estado, ele defende, até na hora que ele acha
1128 que, aquela ação, não está tendo danos ao erário público. Então nessa hora ele te defende,
1129 mas se tiver esta questão da possibilidade de mal versação ou alguma lesão no erário público,
1130 ele não te defende, você tem que fazer uma defesa individual. Ta. Então o que está posto
1131 aqui? E aí se eu falar bobagem, os dois advogados aqui me corrijam. Tem uma proposta
1132 administrativa. Que qualquer que seja a decisão aqui, ele pode tramitar do ponto de vista
1133 judicial, aí foge dessa instância. Aí sai um processo, ele pode entrar judicialmente dizendo:
1134 não, não... quero rever esta decisão. Aí é contra o Conselho, e o Conselho é respondido por
1135 decisão individual de cada conselheiro. Então esse é o processo. Por isso que o Marcelo
1136 lembrou dessa situação do CNAS, lembrou da importância de toda decisão nossa de discussão
1137 aqui, e por isso que o Presidente colocou assim, da importância que... o Presidente está
1138 buscando, juntamente com a secretaria executiva, de qualificar cada vez mais o conselheiro,
1139 para ele ser responsável pela sua tomada de decisão. Quer dizer que, por mais que
1140 defendamos aqui toda, e todos nós aqui somos voltados para essa defesa do usuário, agora

1141 tem questões que elas tem ser claras do ponto de vista judicial, é direito ou não é direito,
1142 independente de quem está julgando. Nos não temos como, na hora dessa clareza judicial aí,
1143 você não roga pela intuição, você roga por aquilo que está posto no processo. E quando a
1144 procuradora analisou, ela analisou o processo como um todo, foi pedido, foi mandado um
1145 volume lá exacerbado, ela ficou quase 15 dias, analisando isso, por demanda do próprio
1146 Conselho, então ela deu o parecer, quer dizer, concordando ou não, este é o parecer da
1147 Advocacia Geral do Estado que foi dado por uma procuradora do Estado. Agora aqui... por isso
1148 que o Presidente esta chamando a atenção da clareza do que nos estamos discutindo aqui, e
1149 da responsabilidade de todos nós nesta questão, para a gente saber e a gente traçar aqui,
1150 qualquer que seja a nossa decisão, a gente também não esquecer de... também de apostar em
1151 alguma coisa que reatenha, essa discussão novamente junto com a comunidade, com os
1152 atingidos, com o empreendedor e com este Conselho, para gente não simplesmente votar, se
1153 acata ou se não acata, mas a gente ter consequência em cima disso aí. **Presidente:** Eu
1154 gostaria só de estar colocando que: Márcio, a pergunta que você faz é muito própria, e a gente
1155 precisa responder bem objetivamente. Esse Conselho tem o poder sim de cancelar, tanto que
1156 cancelou. Pronto. A procuradora foi contrária a isso? Não. No parecer dela, ela confirma, ela
1157 ratifica que nos temos esse poder. E quem nos deu, não foi um advogado que faz defesa do
1158 empreendedor, muito menos o empreendedor. Quem nos deu esse poder, foi uma lei estadual
1159 que faz parte da Constituição do Estado. Pronto. A outra situação é que: ao dar uma... revogar
1160 uma resolução que lhe deu o direito de continuar com a atividade econômica lucrativa, do
1161 empreendimento. Ela... No momento em que ela é revogada, pelo um parecer que nos temos é
1162 revogado, e o órgão do meio ambiente tem esse PAS, para balizar, a licença que ele dá, ou
1163 não. Porque a questão dele é ambiental, mas o nosso antecede, antecede. O Marcelo até citou
1164 a questão da promotoria. Só que quando nos revogamos, o empreendedor, e aí na ordenação,
1165 na normativa jurídica, ele tem o direito de reivindicar, ele entrou com um recurso administrativo.
1166 O que é o recurso administrativo? Ele pediu a este Conselho. Conselho reveja a sua posição,
1167 analise-o novamente, leve em consideração os vários considerandos, reflita novamente, e nos
1168 dê um retorno. Aí, nós então vamos tomar o cuidado, acatamos esse pedido dele? Porque nós
1169 podemos também rechaçar. Não, não acato, *c'est fini*. Podemos acatar e rediscutir. Respondi
1170 agora literalmente a sua pergunta? O acatamento que nos vamos ter, para rediscutir, para re-
1171 analisar, compartilhar, mas não quer dizer que nos vamos dar um retorno positivo. Não, nos
1172 vamos voltar a analisar. Então veja bem: dentro do que... e eu citei muito bem aqui, a questão
1173 da gente estar o curso. E nisso, a gente tem – nós aqui – temos uma responsabilidade muito
1174 grande, em dois sentidos: individualmente, como Conselheiro, no sentido de saber até onde vai
1175 as nossas responsabilidades, e o ônus que a gente colhe. Porque aqui, se tem bônus, é difícil a
1176 gente ver. Mas o ônus a gente colhe. Mas também lembrar que a gente é um colegiado. Eu já
1177 estive em reunião com um empreendedor, está aqui a técnica Rosa, presenciou. E que no final
1178 de um discurso, nessa natureza – com muita propriedade, Conselheiro Fernando, Conselheiro
1179 José Ismar, participou – eu disse para ele: o dia que eu deixar de falar essa minha verdade,
1180 enquanto Conselheiro, eu saio, peço demissão, e não serei mais Conselheiro, mas não vou
1181 deixar de falar a verdade. E eu aprendi a fazer isso com todo o respeito, ao outro ser humano.
1182 Mas falar a verdade com amor, é importante, e é necessária. E isso eu fiz com o
1183 empreendedor. Mas assim, penso que, isso que o Marcelo coloca, nos vivemos isso no
1184 Conselho Nacional, Roberta tem dois processos, vários outros conselheiros tem processo no
1185 Conselho Nacional. E nós, naquela época, é bom ressaltar, que nós naquela época, nos
1186 deliberamos em plenária do Conselho Nacional, convocar a Polícia Federal, convocar a
1187 CONJU que a Consultoria Jurídica do Estado, para falar porque vieram. Que organismo público
1188 é este de defesa jurídica do servidor, porque nós somos agentes públicos, nos estamos num
1189 órgão público. Independente se, se servidor público ou sociedade civil. Mas aqui a gente
1190 desempenha um papel num órgão público, então nos somos autoridade reconhecida em lei,
1191 porque prestamos serviços de relevância pública. Isso foi colocado, para a Polícia Federal, foi
1192 colocado enfim... mas não adiantou. O nosso chororó. Adiantou que cada conselheiro esta
1193 fazendo defesa com o seu dinheiro próprio. Então isso é muito ruim, para a compreensão do
1194 processo democrático desse país. Porque na hora que quer usar as pessoas, os seus
1195 cidadãos, como membros de um Conselho, desempenhar um serviço nobre, um trabalho
1196 nobre, reconhecido em lei, se utiliza. Mas na hora de fazer uma defesa que é colegiada, não,
1197 faça a defesa. Então para mim é uma excrescência no mundo jurídico. E eu no Conselho
1198 Nacional, fiz questão de ressaltar, e sem nenhum medo de ser feliz, sabe. Então eu estou
1199 colocando isso gente, para vocês entenderem o seguinte: nos não vamos temer, com
1200 temeridade, passar a achar, todos nós o medo é inerente, é um sentimento igual outros tantos,

1201 inerentes ao ser humano. O que não quer dizer que nos vamos impedir de atuar com
1202 dignidade, com responsabilidade, em defesa daquilo que é o nosso papel. Proteção Social. Só
1203 queria adiantar, eu só queria adiantar o seguinte: pode não servir de conforto, mas é um dado
1204 importante para o senhores conselheiros, a mesa diretora discutiu, o entendimento nosso na
1205 mesa diretora, é que, enquanto aprendizes, de uma nova mediação, de um curso de mediação,
1206 nos temos que ter a sensibilidade, e a serenidade de acatar o recurso administrativo. Não só
1207 porque, tem um parecer, que diz isso para a gente, que dá esse indicativo. Aas pela própria
1208 compreensão que a gente tem, da qualificação e da capacitação que a gente está fazendo. Eu
1209 acho que é importante sim, vamos entende-los, de repente, outras várias nuances que está
1210 nesse **metié**, e vamos fazer uma discussão, de repente mais coletiva, para a gente com
1211 serenidade poder tomar uma deliberação. Mas então a mesa diretora, já tomou uma decisão de
1212 acatar o recurso administrativo, só para conforto dos senhores. Mas se quiserem se inscrever e
1213 continuar o debate, penso, pode ser... não acato, não... digo o seguinte, se quiserem continuar
1214 o debate. Aqui... sobre... a mesa diretora tem uma posição. Sim a mesa diretora tem uma
1215 posição que é importante a gente aceitar o recurso administrativo, o que não quer dizer, que
1216 nos estamos concordando, em resolver a resolução. É o entendimento da mesa. Agora a mesa,
1217 na sua maioria, está fazendo curso gente, então é função do curso que a gente está
1218 aprendendo que a gente precisa fazer isso. O que não quer dizer que vai ser positivo ou não, é
1219 uma rediscussão, é uma rediscussão. Então vamos deixar bastante claro. OK. Há outra coisa,
1220 e outra coisa, nós então pedimos... mais uma vez, é importante ressaltar, desculpe mas eu
1221 estava me esquecendo Cris, bem lembrado. Nós pedimos mais uma vez ao órgão gestor,
1222 assim como pedimos um parecer jurídico, pedimos ao gestor, queremos contratar a própria
1223 Fundação Nacional de Mediação, e ela faz isso nesse país inteiro, ela está em projeto dez
1224 vezes maior que esse nosso, mediando conflitos. Então ela é totalmente isenta para fazer
1225 mediação, pedimos a contratação e fomos prontamente aceito, pelo órgão gestor, de contratar
1226 a Fundação Nacional. Então vai haver mediação neste conflito. Eu não tenho dúvida nenhuma
1227 que o resultado será positivo para ambas as partes: atingidos e empreendedor. Pronto. Quem é
1228 o próximo Ancelmo? Marcelo, Cris, Cristiane, José Ismar e Beth. E Roberta. **Conselheiro**
1229 **Marcelo:** Eu só quero esclarecer o seguinte. Quando eu disse dessa preocupação que nos
1230 temos no votar, é para nos não termos receio de votar. Aquela situação que ocorreu no CNAS
1231 é de prejuízo ao erário público. Aqui não é prejuízo de erário publico, aqui não é prejuízo de
1232 erário público. Aqui é uma discussão de conteúdo, e tal, que não tem nada a ver. Esse que é o
1233 ponto... o Presidente me permite voltar depois que eu perdi aqui o que eu ia falar. **Presidente:**
1234 Não é alzheimer. Pode ficar tranquilo. **Cristiane conselheira,** por favor. Ainda bom dia, a todos
1235 e a todas. Já é a tarde. Então está bom. É só... o Geraldo já adiantou um pouco a discussão
1236 que aconteceu na mesa diretora, mas aí eu queria só chamar a atenção de dois aspectos, que
1237 na fala da Roberta, me chamou atenção, de questões que não foram – pelos menos não foram
1238 percebidas por mim, na discussão até agora – a questão do parecer da procuradoria... não é
1239 isso?. Procuradora do Estado, quando ela ressaltava... e aí a Roberta traz essa questão, a
1240 necessidade e a importância da gente apontar soluções então, para a questão relativa a
1241 situação da comunidade lá de Nova Soberba, e aí o Geraldo traz essa questão da Fundação,
1242 que é um caminho. Mas aí eu fiquei aqui pensando Geraldo, se então não está na hora de
1243 gente começar a pensar em outras questões que podem contribuir com essa solução. Para
1244 além da Fundação, acho que a Fundação vai ter um papel, não sei como vai ser a condução,
1245 mas aí eu fiquei aqui, um pouco intrigada, com algumas questões, por exemplo: Rosa chamou
1246 atenção que não é só a questão da reativação econômica que está em questão, tem também a
1247 questão do terreno, que é a da concessão, quer dizer, então não é só a reativação econômica,
1248 tem um condicionalidade, uma condicionante, uma outra condicionante, que não foi atendida
1249 ainda, que é a questão do terreno, então a gente aqui não está discutindo a sua reativação.
1250 Uma outra situação, é quando Roberta ressaltava, que de fato, uma situação como esta, não é
1251 resolvida simplesmente com um Plano de Assistência Social, que dizer, existe aí outros
1252 envolvimento que precisam ser feitos, e aí eu quero aproveitar aqui a presença da Secretaria
1253 de Educação e da Secretaria de Saúde, exatamente para reforçar isso, a necessidade que a
1254 gente está precisando de fazer discussão neste Conselho, da participação das outras pastas,
1255 como educação e saúde, na resolução desses problemas das comunidades. Porque a gente
1256 fica... e aí considerando a própria responsabilidade, que o Estado tem, em relação a estas
1257 situações de vulnerabilidade. Então a gente começar a discutir essas questões, para além do
1258 Plano de Assistência Social, que outros envolvimento precisam ser feitos, para contribuir com
1259 a solução dos problemas que a comunidade vem passando. Aí pensando também aí... de um
1260 novo levantamento... não sei, eu fique aqui Rosa, pensando, claro que você está com todo

1261 processo, mas de outros levantamentos que precisam ser feitos, de como esta comunidade
1262 realmente está hoje. Então, a gente tem alguns indicativos, mas de fato, ter esses
1263 apontamentos, então a partir dessa discussão toda, a gente começar a pensar de fato... então
1264 ta, estão este Conselho tem que apontar soluções, então tem que ser soluções para além do
1265 plano de assistência social, soluções que também envolvam a Secretaria, a educação, a
1266 saúde, e outras secretarias, e outras políticas públicas que são responsáveis pela situação de
1267 vulnerabilidade das comunidades. **Conselheiro José Ismar**, por favor. É uma questão
1268 extremamente melindrosa, essa discussão, porque até o momento, pelos relatórios, pelos
1269 relatos feito aí. Me preocupa muito, primeiro: a questão da judicialização do conflito. Segundo
1270 que ocasionou, que deu seqüência a judicialização, quando a Rosa disse muito bem, lá na sua
1271 leitura, todas as tentativas feitas, trazidas aqui por ela, e que foi consumada, na questão da
1272 ausência do diálogo. Preocupa nestas discussões nossas aqui. Uma pergunta colocada pela
1273 Conselheira Cristiane, quando ela fala: como está esta comunidade hoje? Como está esta
1274 comunidade hoje? Pelos relatos, pelas falas, é de fundamental importância, que essa
1275 comunidade, venha se manifestar, até para nossos outros encaminhamentos, ou possíveis
1276 encaminhamentos, apesar que, no olhar deste conselheiro, o que está aqui em debate, é a
1277 análise do mérito, e proferir se, revoga ou não esta resolução. Preocupa muito aqui, porque a
1278 caminhada esta muito transparente, no sentido em que, a comunidade até o momento não se
1279 manifestou. E nem sei, não sei Presidente, se alguém dessa comunidade pediu a fala, ou irá se
1280 manifestar. Penso eu que seria prejudicial, qualquer decisão nossa, sem a manifestação, dos
1281 aqui presentes dessa comunidade, obedecido constitucionalmente, o princípio da ampla defesa
1282 e do direito ao contraditório. Outro ponto que eu gostaria de salientar, o Marcelo saiu agora,
1283 mas o Presidente foi muito feliz, quando ele disse: que não havemos de temer, o processo
1284 judicial. Mesmo porque, da mesma forma que o empreendedor possa vir a compelir a algum
1285 membro ou aos membros deste Conselho, o ajuizamento de uma ação judicial, da mesma
1286 forma também o atingido também pode fazer isso, através de uma ação civil pública, e aí a
1287 gente teria que deter mais conhecimento, no sentido até da legitimidade, que ao meu entender,
1288 sim, o Ministério Público tem essa legitimidade. E que nos não deveríamos, ou não devemos
1289 temer esta questão, em momento algum temer esta questão. E que eu sinto prejudicado
1290 também, e a gente tem que conter, e se ater a esta questão, em que, o tribunal deu uma
1291 decisão desfavorável, ou seja, uma decisão, suspendendo a licença de operação desse
1292 empreendimento. Até que ponto, o interesse do empreendedor, eu gostaria de saber também,
1293 até que ponto, há ou vai, o interesse do empreendedor na questão da revogação dessa
1294 resolução? Então são questões que eu estou levantando aqui, que para a minha decisão,
1295 tranqüila, consciente, consolidada, eu gostaria de obter estas respostas. **Presidente:** Eu
1296 gostaria só José Ismar, questão de ordem, antes de passar a Conselheira Beth. É de mais uma
1297 vez manifestar a este plenário que, a comunidade já foi ouvida, por este Conselheiro que vos
1298 fala, enquanto presidente do Conselho, pela técnica Rosa que esteve comigo lá, no
1299 empreendimento, com José Antônio e o Antônio Wenceslau, esta aí conosco, da comunidade,
1300 fizemos uma audiência lá com eles. Ouvimos cada um deles, teve oportunidade de colocar,
1301 atentamente, retratamos, filmamos, catalogamos, tudo. Nós vimos cada empreendimento, que
1302 o empreendedor chamou de reativação econômica, nos fomos ver cada um deles, então este
1303 Conselho, embora não a plenária como um todo, como é de costume. Mas já teve a
1304 representação lá na comunidade, e também demos a oportunidade ao empreendedor de se
1305 manifestar à época. É só para ressaltar isso José Ismar, porque já é de conhecimento, nos
1306 podemos é socializar isso, num outro momento, o que não impede aqui, nessa plenária, de a
1307 gente passar a voz ao José Antônio e ao Antônio Wenceslau, que inclusive é representante lá
1308 da comunidade. Mas eu vou te passar, no momento certo da inscrição, porque agora está
1309 inscrita a **Conselheira Beth**. Por favor. Bom dia a todos e a todas. Também queria pedir
1310 desculpa pelo atraso, eu cheguei já... uns quarenta minutos atrasada, então estou pedindo
1311 desculpa aqui. Mas se você quiser passar a fala para eles, eu falo depois. Bom eu acho que
1312 realmente, eu concordo com a Roberta, é um momento de maturidade deste Conselho, de
1313 estar num processo em relação a essas questões a gente tem, amadurecido, ou seja,
1314 aprofundado o nosso conhecimento, e muito mais ainda, com todas as capacitações aí que
1315 você está falando de mediação, a gente tem adquirido a tranqüilidade de assumir e de falar.
1316 Mas nesta, nesta... na escuta que fiz aqui agora, eu acho que tem três questões que eu
1317 gostaria de levantar. Primeiro: é isso que o José Ismar falou, sobre a judicialização, e no
1318 relatório dela, a judicialização não tem resolvido a situação. Nós temos uma resolução, que ela
1319 não foi leviana, ou seja, ela foi construída, num processo que você acaba de falar, de escuta
1320 com a comunidade e de visita deste Conselho. E esta resolução, que nos inclusive, revogamos

1321 a ... que foi suficiente para revogar a licença do funcionamento do empreendimento. Ela tem
1322 dois meses, então aquela realidade vista por este Conselho, ela não mudou. Sabe, então, se a
1323 gente vai falar a questão do mérito, uma é aceitar, nos temos que aceitar, a outra é fazer
1324 discussão do mérito e assumir uma posição. Vamos revogar a nossa resolução, ou não? Então,
1325 eu fico pensando o seguinte: nos temos um papel importantíssimo, o nosso papel de controle
1326 social aqui, mesmo que a gente saia da gestão, venha para cá, como conselheiros
1327 governamentais ou não governamentais, o nosso papel neste espaço é de **advocacy** da
1328 população, por que esta é função da democracia participativa, ou seja, nos estamos aqui como
1329 um **advocacy** da população, e nesse caso a assistência social tem um ponto fundamental. A
1330 escuta e o permanente fortalecimento do diálogo, e nos não estamos defendendo um
1331 empreendimento, ou um capital, nos estamos defendendo o desenvolvimento com justiça
1332 social. Essa é a nossa posição, a comunidade, ela tem que ser... porque gente, são 11 anos.
1333 Esta comunidade, ela teve um desenraizamento radical, é tirar de um lugar e acho que a
1334 Roberta levantou, há uma história, mas é mais que uma história. Só agora você vai fazer um
1335 museu, numa escuta de uma história, sabe são coisas que estão vindo descompassadas. O
1336 tempo de vida das pessoas, parece que não foi levado suficientemente conta, quando se fez o
1337 empreendimento. Então nós... o empreendedor e a comunidade, eles têm direito de discussão
1338 e construir uma nova perspectiva, de uma nova soberbo. Nenhuma outra perspectiva, de
1339 respeito. Até porque, por exemplo, você levantou, tem muitos idosos, tem. O idoso tem um
1340 papel muito importante, porque ele há de dizer desse sofrimento também, de ser desenraizado,
1341 para os mais jovens. Ele tem que contar uma história, positiva e uma história de sofrimento. Vai
1342 contar. Mas em 62 ou 66 por cento, de uma população economicamente ativa. Então nesse
1343 sentido, tem muito que fazer, e tem muito que construir. A nossa resolução foi nessa
1344 perspectiva. De construir um dia seguinte, uma vida, algo mais, uma outra construção. Então
1345 eu acho que é o seguinte, fica este Conselho, quando faz esta resolução e dois meses ele é
1346 judicializado na sua decisão, porque nós estamos também sendo, viu ... Nós estamos, eu
1347 particularmente, acho que a realidade que nos defendemos, não mudou. Ela não mudou e ela
1348 não mudou em dois meses, sabe, acho que nos temos responsabilidade no conteúdo dessa
1349 resolução. E a nossa responsabilidade é pela vida melhor, ali naquela comunidade.
1350 **Presidente:** Por favor, Conselheira Roberta, Logo em seguida o Conselheiro Jansen. Depois o
1351 Conselheiro Marcelo. **Conselheira Roberta:** Eu quero trazer só mais uns ingredientes para
1352 esta discussão, que eu estou achando que ela está riquíssima, que a gente, eu acho que a
1353 gente avança nestas discussões mesmo. Aí a primeira coisa que eu queria colocar aqui, é o
1354 seguinte: quando eu fiz o esclarecimento para o Márcio, em relação ao que ele perguntou, e
1355 mesmo quando o Marcelo colocou esta questão do exemplo do CNAS. Aquilo não foi nenhuma
1356 fala para intimidar ninguém, absolutamente, absolutamente. É assim, eu acho que aqui está
1357 buscando o esclarecimento, que nos estamos vivendo uma experiência pela primeira vez, tanta
1358 gente está buscando esforço para esclarecimento técnico, e conhecimento de informação nas
1359 coisas, como também, buscando um conhecimento desse processo, que pela primeira vez nos
1360 estamos vivenciando. Então a intenção foi essa, e aí foi ratificando aí, é claro, eu não disse que
1361 aqui tem uma questão de lesão de erário público, eu disse do meu exemplo, o meu foi quando
1362 eu fui para... e aí também, o José Ismar, colocou muito bem. Tanto os atingidos podem entrar
1363 com uma ação, como também o empreendedor, e em cima disto, nos temos um risco, de
1364 qualquer que seja a decisão que a gente queira tomar, por isso a importância dessa discussão
1365 com muita calma. Aí eu queria colocar alguns ingredientes aqui. Volto a falar desse processo
1366 todo, e aí Beth eu concordo plenamente com você. Mas a gente também precisa ter algumas
1367 reflexões, para entender nesse processo, aonde foi que a gente também não deu conta,
1368 dessas questões. Porque são 10 anos mesmo, e aí Beth eu estou trazendo um dado aqui muito
1369 importante, por exemplo. Isso eu já tinha feito em algumas falas aqui de outros
1370 empreendimentos, esse empreendimento ele deslocou um milhão e setecentos de recursos
1371 para essas questões do plano. Então não é uma cifra, não é uma cifra, que a gente pode
1372 desconsiderar. Agora, aonde é que a gente não deu conta? Enquanto Conselho Estadual, na
1373 sua missão, monitorar. Aonde é que a gente não deu conta do controle social local. Aonde é
1374 que a gente não deu conta, das políticas pública locais, para poder dar conta, de otimizar e dar
1375 um impacto nesta cifra que foi colocada lá? Porque se nós hoje, fizermos uma reflexão em
1376 termos de recursos públicos, principalmente da política de assistência social, que você lembrou
1377 muitíssimo bem. Então um milhão e setecentos, não é uma cifra tão simples, para a gente dizer
1378 também, ou pensar que: não teve do ponto de vista do empreendedor, um descaso. Eu acho
1379 que teve um esforço enorme das partes, e por isso quando o Geraldo coloca dessa
1380 possibilidade de trazer uma mediação de conflito para a gente entender isso. A gente percebe

1381 em todas as documentações, que teve um esforço significativo das partes, Agora isto posto, é
1382 que, este esforço não foi suficiente, para dar conta desse resultado desse plano. Porque
1383 quando você pega um plano que teve um investimento de um milhão e setecentos, nesse
1384 processo aí, então é preciso pensar. Alguma coisa aí, ou foi vocacionado errado, ou foi alocado
1385 errado, ou não foi monitorado errado, ou a ação foi feita de forma de um interesse que não foi
1386 um interesse da comunidade. A comunidade não teve condições, naquela época, e nem o
1387 Conselho naquela época, eu estou falando isso de 10 anos atrás, para poder fazer, como foi
1388 feito neste Conselho aqui de voltar de três meses atrás na comunidade, de poder ouvir, escutar
1389 e monitorar e saber o que estava acontecendo. Então isso a gente também precisa pensar.
1390 Quer dizer são 10 anos, foram 10 dez anos que nos também não demos conta de monitorar
1391 como nós deveríamos. Que hoje nos estamos fazendo isso, com um expertismo muito maior,
1392 que a dez anos atrás, a gente não tinha esta experiência, e por isso, muito importante, essas
1393 questões de denúncia que levam a todo esse processo, para gente colocar na mesa estas
1394 discussões. A outra questão, que eu acho muito importante, que todos os dados que nos
1395 temos, indicadores que nos estamos discutindo aqui, eles foram levantados pelo
1396 empreendedor. Na pesquisa que o empreendedor contratou, pela universidade, a universidade
1397 não nasceu lá, o empreendedor contratou a universidade para fazer todo este trabalho, com a
1398 intenção... se essa questão ela não se concretizou, por isso é que acho importante assim, o
1399 amadurecimento nesta linha, para gente saber o que é que a gente pode trabalhar nesta linha
1400 aí. Para a gente saber assim: o que é que aconteceu, que a gente não deu conta de ter uns
1401 resultados melhores que nos estamos tendo. Porque estes resultados, esses indicadores que
1402 nos estamos trabalhando, eles não foram coletados, que sá, do controle social local, da política
1403 publica de assistência social local. Isto foi apontado, com o objetivo... o empreendedor
1404 contratou a pesquisa, para dizer assim: me traz um indicador para eu saber, se isto que eu
1405 estou fazendo, se não está dando certo, como é que a gente pode apartar, como é que a gente
1406 pode tramitar. Então isso é muito importante, a gente também, se apropriar destes dados
1407 acadêmicos, para que qualquer que seja a proposta que nos vamos deslanchar aqui, a gente
1408 inclusive rever o nosso plano. Porque às vezes nos estamos batendo em tecla no nosso plano,
1409 e ele não está tendo sustentabilidade, porque ele foi feito... e plano é para isso gente, plano é
1410 feito para você fazer um planejamento, pensar, reavaliar o seu planejamento e fazer novos
1411 ajustes de rumo. Planejamento é para isto, aí é importante a gente pensar neste plano que nos
1412 fizemos. Se nós estamos chamando esta coisa, reativação, o que é isso que nos estamos
1413 chamando? Hoje nos temos dados de indicadores que foram mostrados a essa comunidade,
1414 com perfil, entendeu. Para a gente poder e dizer assim: essas ações que a gente pensou lá, e
1415 nos estamos cobrando aqui e não está dando resultado, elas agora podem ser revistas, elas
1416 podem ser revistas, em cima destes dados aqui, que foram coletados pela academia, que eu
1417 acho que a gente não pode desprezar, nesta proposta que a gente venha a construir. E a outra
1418 notícia importante, outra informação importante, que é isso, o José Ismar colocou, quer dizer: a
1419 justiça cassou, nos temos duas liminares, para você vê como a coisa é conflitante, não é uma
1420 coisa tão simples. Quer dizer, nos temos duas liminares na justiça, uma a favor e outra contra.
1421 Quer dizer, nos temos uma liminar na justiça que manda manter o empreendimento, e a outra
1422 que manda cassar. Quer dizer, nos temos conflito, do ponto de vista inclusive judicial. Que
1423 também aí, é coisa que até os simples mortais como nós, que não somos dessa área, a gente
1424 pode não dar conta de compreender. Eu queria trazer estas informações, esses elementos
1425 também, para a gente poder, pensar nesta questão, como é que a gente faz, e muito em cima
1426 do que você fala Beth, desse descompasso. Que 10 anos e agora isso, quer dizer esse
1427 descompasso também ele tem uma carga de responsabilidade, que é nossa, que nós não
1428 conseguimos, monitorar esse descompasso. E monitorar a ponto de: entrou com o plano, quer
1429 dizer, mesmo que a gente tenha feito condicionante, tenha feito uma série de possibilidades
1430 nele, ele não foi suficiente. Ele não foi suficiente, então esse descompasso... e eu coloco isso
1431 muito nessa linha de que, essa maturação nossa, para essa questão de votação de
1432 empreendimento, ela cada vez maior, mas assim, a gente pegar a dez anos, se pegarmos um
1433 plano, a dez anos, que foi colocada aqui, e se a gente também não esta caminhando nesta
1434 linha, nos temos um plano de dez anos e nos estamos seguindo aquela linha, que foi colocada
1435 e que foi deliberada aqui. Que a gente não monitorou, não reviu, não refez. Quer dizer, isso a
1436 gente precisa também, inclusive tecnicamente, e aposto nesta proposta nossa, de
1437 tecnicamente rever isso tudo aí, e agora com um grande instrumento que nos temos, que são
1438 esses dados que a universidade traz para nós. **Presidente:** Eu quero pedir a esta plenária, por
1439 não ter determinado a metodologia que a gente iria cumprir. Em função de não ter feito isso, eu
1440 me sinto agora no direito de dar, de não limitar o tempo de fala das pessoas, que estão

1441 inscritas. Nos só precisamos concordar com o tempo. Então as 12 e 30 a gente encerra para
1442 almoçar, se for possível ir todas as falas, a gente se inscreve, senão, a gente retorna após o
1443 almoço. Pode ser assim? Por causa do horário de almoço, até porque se não daqui a pouco
1444 nos vamos ter problema. É porque o relógio está parado, aí fica difícil para mim avaliar aqui,
1445 agora você ali. OK. Então **Conselheiro Marcelo**, por favor. Só para dizer que nos temos cinco,
1446 somente cinco inscrições. Depois de mim vem Volney, o José Antônio que é dos atingidos, o
1447 Jansen e o Adenor. Bom só para lembrar aqui, para contribuir na nossa decisão. Primeiro,
1448 para dizer que um parecer que está nos dando essa sustentação, esse parecer não tem caráter
1449 vinculativo. Ele tem um caráter opinativo, tanto é que ela, ela... e aí já entrando no parecer, ela
1450 opina pelo provimento do recurso, e ao mesmo tempo, provimento do recurso para que a gente
1451 casse a resolução. E se a gente entender, por esse caminho, então que a gente então na
1452 sugestão, que a gente dentro do princípio da razoabilidade, que a gente consigne prazo e
1453 ações para essa reativação, então nos temos que pensar. Ou nos vamos acatar o recurso
1454 administrativo, ou nos não vamos acatar o recurso administrativo, e se nós acatarmos, nos
1455 vamos ter que colocar condicionantes, aquilo que até então já havia decidido em não poder
1456 fazer mais. Então, são pontos que o Conselho já trabalhou nisso. E outra coisa que a gente
1457 precisa de trabalhar, e aí a Comissão de Normas, precisa de trabalhar. O recurso
1458 administrativo da forma como foi posto, não está previsto nas nossas normativas. Então nos
1459 não temos normativas tratando disso. Então nos vamos ter que usar princípios gerais de direito,
1460 para poder atender isso. E diante dessa situação, eu só quero fazer uma pequena reflexão,
1461 porque o parecer, é aquilo que é o olhar daquele que emite. E o bacana do direito, que são as
1462 formas de interpretação, daquelas questões que são postas para aquele que emite o parecer.
1463 Há uma demanda e uma necessidade muito grande, penso eu, de advogados, com o olhar,
1464 mais para o lado social. Então eu penso que, talvez seria interessante, quem sabe o Conselho
1465 ter um advogado específico aqui dentro, como já teve no passado. É uma coisa para reflexão.
1466 **Conselheiro Volney**, por favor. Eu estou pensando aqui da seguinte forma: a gente vê vários
1467 acenos na agricultura, educação e saúde, a Cristiane até tirou no que eu pensei em falar. Mas
1468 minha pergunta é o seguinte, estes conselheiros que representam essas secretarias, de que
1469 forma que isso é levado para sua secretaria, como a fazenda por exemplo e outras mais aqui, a
1470 respeito do que é proposto. Então por exemplo, um exemplo ta Lourdes, eu não sei se você é
1471 técnica, e você representa a agricultura, então quer dizer: é feito um planejamento, uma
1472 universidade dá um parecer, de que forma que a agricultura se interou desse processo como
1473 um todo, ela teve fala nesse processo? A Lourdes, ela... exemplo ta Lourdes. Ela está
1474 reportando, essa dificuldade deste Conselho, para quem quer de direito nesta Secretaria? A
1475 educação. O que estes índices mudaram nestes dez anos? Quais foram estes resultados? O
1476 que a Saúde tem a dizer nestes dez anos dessa comunidade? Ou simplesmente, estamos aqui,
1477 como mero, figura representativa só e nada mais do que isso. Eu queria entender é como estas
1478 secretarias esta fazendo esta interlocução com o Conselho? Roberta, ou coisa, quando você
1479 coloca com relação ao artesanato, o artesanato muito bom, bacana lá, legal, ta. Tudo bem
1480 houve um plano de escoamento deste artesanato? Eu vou te dar um exemplo, é o seguinte:
1481 quem traça que tipo de artesanato que a comunidade quer fazer, mesmo que ela seja
1482 vocacionada ou não. Existe um mercado para escoar este artesanato? Eu só vou dar um
1483 exemplo para vocês aqui. Eu estava fazendo um planejamento para uma cooperativa, a dois
1484 três anos atrás aí, e eu estive aqui no SEBRAE ta. Existe inúmeras alternativas, que os países
1485 querem importar de Minas Gerais, quando uma família aqui em Minas Gerais, que eles estão
1486 mandando para o Japão, o coco de um besouro para laboratório, eles não estão dando conta
1487 da demanda que o Japão tem, porque. Este besouro, ele é produzido apenas aqui em Minas
1488 Gerais, no Japão ele não consegue desenvolver de jeito nenhum, então está sendo exportado
1489 para o Japão, o coco de besouro e esta família esta se tornando milionária. O outro exemplo, a
1490 Turquia, a Turquia está importando, chifres, aquela ponta dos chifres dos bois, para o
1491 artesanato turco. Então quem está fazendo esse planejamento, dessa proposta de ativação
1492 econômica, está atento para estes detalhes? Que esse mercado está buscando? O que esse
1493 mercado está comprando? E outra coisa Geraldo, você disse que você esteve lá com outros
1494 conselheiros aí, Ouviram a comunidade, ouviram o empreendedor, mas eu me pergunto? Que
1495 subjetivo que é esse que não está sendo escutado? Alguma coisa ela está passando aí, que
1496 nós não estamos escutando. Quer dizer, as pessoas estão falando, falando, falando. A
1497 comunidade falando, o empreendedor falando. Mas que subjetivo é esse que não é escutado?
1498 Que eu vejo de uma forma bem diferente do ouvir e do escutar. Então alguma coisa está
1499 passando que talvez a gente não esteja escutando. Então eu só queria colocar estas
1500 pontuações, para que a gente possa pensar. **Conselheiro Jansen**, por favor. OK. Bom eu só

1501 queria ter pontuado ali na hora em que a Cristiane e o José Ismar, pediram alguns indicativos,
1502 que a Rosa estava com um resumo aqui, mas que o relatório na íntegra estava aqui também
1503 com ela. E aí tem a partir da página 50 o diagnóstico, onde tem pontuando aí algumas
1504 questões, eu pedi a Rosa para circular o relatório na íntegra, que no indicativo ainda, já até tem
1505 alguns levantamentos da área social, da educação e saúde. Tem da saúde também, não tem?
1506 Então já tem indicativos nas amplas áreas. E aí seria interessante de repente, a gente solicitar
1507 esse material em pdf, para a Universidade Federal de Viçosa, para circular na íntegra para os
1508 conselheiros, que possam avaliar de forma mais concisa, até aonde foi esse indicativos, para
1509 que tirem as suas dúvidas que estão circulando aí a respeito deste assunto. **Presidente:**
1510 Conselheiro Adenor. Pois não Conselheira Roberta. Eu vou fazer o encaminhamento aqui.
1511 Esse produto, ele foi contratado pelo empreendedor, então nos não podemos, o Conselho
1512 solicitar para a Universidade, uma vez que o contratante desse produto é o empreendedor.
1513 Então, o máximo que a gente pode fazer, é pedir, o empreendedor. Porque ele foi um produto
1514 feito pela Universidade mas contratado pelo empreendedor. Exatamente, esse produto não é
1515 da Universidade. Eu não sei como é que foi feito o contrato com o empreendedor. Então a
1516 gente tem que tomar cuidado com isso para a gente não se equivocar nos encaminhamentos.
1517 **Conselheiro Adenor.** Por favor. Sr. Presidente, o senhor já falou aqui, e já reafirmou que
1518 esteve lá com a técnica e mais um companheiro. E aí claro que teve com os atingidos, teve
1519 também com o empreendedor, não é verdade? Eu queria saber qual é a reação e de que forma
1520 o empreendedor hoje, recebe essa... recebeu e como é que ele está tentando minimizar, se é
1521 que podemos dizer assim, em relação a todos os problemas que foram apontados. Esse é um
1522 ponto. Se o ponto que os... o ponto que os atingidos e os representantes dos atingidos, trouxe
1523 daquela época, daquela plenária ampliada, e se hoje eles traz pontos que melhoram ou que
1524 ficou na mesma. É esse o ponto que eu queria saber? Até porque os demais, foram assim,
1525 felizes em cada um na sua fala. Concordo plenamente com a Roberta que a gente, quando se
1526 fala em questão de melhorar ou a econômica ativa na comunidade que foi tirada totalmente de
1527 seu local e colocado em outro. Se a gente tenha talvez hoje, uma contribuição para melhorar
1528 neste sentido, não do que está posto, sim do que poderia ter sido planejado. **Presidente:** OK.
1529 José Antônio. Você poderia falar em nome da comunidade, por favor, você foi inscrito. E eu
1530 pediria a plenária, que nos já estamos em final de período antes do almoço, que a gente
1531 ficasse atento ao depoimento do José Antonio, ele é liderança da comunidade lá. É um dos
1532 cabeças, das pessoas que teve com o caso, um deles, tem catalogado cada um dos atingidos
1533 lá na comunidade, conhece muito bem, de cor e salteado, deste o início, o processo. **Meu**
1534 **nome é José Antônio.** Sou representante dos atingidos, e quero cumprimentar a todos, com
1535 uma boa tarde. Espero em dizer que é um prazer eu estar aqui, parece que eu estaria
1536 enganando a mim mesmo... **Presidente:** José Antonio. Por favor aguarde só um minutinho, a
1537 hora que a plenária estiver atenta nos vamos voltar. **José Antônio – representante dos**
1538 **atingidos:** Para mim dizer que seria um prazer eu estar aqui. Eu estaria mentindo para mim
1539 mesmo, porque eu não estou com prazer de estar aqui. Porque eu gostaria de estar aqui
1540 compartilhando com vocês, umas situações melhor, em situações... não a gente vir aqui como
1541 situação de miserável, mas em situação de como atingido mas como cidadão, na verdade, que
1542 na verdade a gente observa nesse país, que se fala muito em cidadania, e se fala muito em
1543 respeito, mas isso é coisa que só encontra no papel, na verdade, a gente vê que o pobre, a
1544 pessoa que não tem dinheiro, seria como se fosse um material descartável, um material que
1545 pessoa usou. lavou e jogou fora, não tem o valor realmente merecido. Porque na verdade é o
1546 seguinte, a gente observa nas conversas que todos nos ouvimos aí, são... já temos para tantos
1547 anos que nos estamos nessa situação. Foi levantado uma tese aí, referente o diálogo do
1548 empreendedor com a gente. Nunca teve um diálogo, que prestasse, de parte do empreendedor
1549 com a comunidade, porque? O empreendedor nunca quis verdadeiramente respeitar o direito
1550 das famílias, e ver as famílias como cidadãos que realmente precisa de uma sobrevivência.
1551 Realmente, o que é que aconteceu? No ano que passou agora, eles, pelo levantamento que foi
1552 feito, eles ganharam 2 bilhões e 400 milhões de reais, no empreendimento deles lá de geração
1553 de energia. Eles nunca quiseram respeitar o povo com uma verdadeira reativação econômica.
1554 Veio com o artesanato. O povo entrou nesse artesanato, que aconteceu? Trabalhou seis
1555 meses, ganharam, o lucro: seis reais. Seis meses, seis reais. Veio com o negócio de uma
1556 pintura, eles trabalharam lá, acho que foi noventa dias, ganharam 10 reais, para cada um, 10
1557 reais. O gente, nunca ofereceram nada, puseram agora essa situação das galinhas, que o
1558 Presidente esteve lá, a Rosa teve, e mais um... eu não me lembro. E José Fernandes teve lá,
1559 nós levamos eles lá, foram lá, viram a situação. Olha os terrenos, não produz nada, não presta.
1560 É lá num alto, o terreno não produz nada, não presta. Este cara da Emater, que falou que o

1561 terreno é bom, que só foi ele. Em duzentos metros de terra, ele falou... que a gente trabalhou
1562 até em cima disso aí, num... é assim na perca de produção. Em um terreno de 200 metros de
1563 terra, ele deixou claro para nós, que a gente tinha uma tirada de 700 reais por mês, em cima de
1564 um terreno de 200 metros, numa terra que só dá... aquela terra de cupim. Que não produz
1565 nada, ele falou de uma tirada de 700 reais por mês. Eu acredito que aqui tem muitas pessoas
1566 da agricultura, que tem conhecimento, tem engenheiro que sabe, e muito leigo que a pessoa
1567 seja, todo mundo sabe que isso é mentira, não é a verdade. Foi onde eu falei com ele, pois tem
1568 uma coisa, você está totalmente no lugar errado, porque se eu fosse engenheiro, com esse
1569 conhecimento, com esta técnica que você tem, eu arrendaria uma fazenda e com dois meses
1570 de trabalho e eu compraria a Vale do Rio Doce, para que você está prestando serviço. Porque
1571 o troço produz muito é desse jeito. E outra coisa, o empreendedor, quando foi feito esse
1572 levantamento para fazer a reativação econômica, foi feito várias reuniões, foi o empreendedor
1573 que contratou a Universidade de Viçosa, não foi nós não, foi ele. E chegou lá e queria que ele
1574 colocasse lá um.... desempenhasse um projeto que atendesse a comunidade. A Universidade
1575 de Viçosa, que fechou o contrato com eles, fez várias reuniões, fez o levantamento sócio-
1576 econômico, e ficou acertado, entre a Universidade de Viçosa, junto com toda a comunidade,
1577 que seria um matadouro, um frigorífico, um matadouro, um frigorífico para frango. Que é uma
1578 coisa normal, porque às vezes se julgam assim, um bicho de sete cabeças. Eu fui para São
1579 Paulo, trabalhava na enxada, fui para São Paulo, cheguei lá, trabalhei, fui trabalhando,
1580 consegui chegar até um profissional. Entendeu, porque eu aprendi. Ninguém nasce sabendo, e
1581 é uma coisa fácil, porque trabalhar por exemplo: qualquer mulher aqui dentro aqui, ela sabe
1582 como limpar uma galinha. Não é verdade? Não, mas verdade não é bicho de sete cabeça.
1583 Porque eu sou homem, eu sou homem e eu limpo. Então foi feito o levantamento... **Presidente:**
1584 Pessoal por favor vamos garantir da fala do José Antônio. **Continuação da fala de José**
1585 **Antônio:** Foi feito o levantamento, o povo abraçou, as condições oferecidas, foi excelente da
1586 forma que foi feito lá, porque? Não somente quem trabalhasse é que receberia não. E esse
1587 empreendimento ia dar condição de cada pessoa que foi atingido, que tem a sua residência,
1588 ele teria um valor inicial de R\$ 500,00 na família, para ajudar. Porque na verdade o que, que
1589 acontece? Foi pessoas que saiu de lá, perdeu o que ele tinha. Ele perdeu, ele veio com
1590 ressentimento, e não é porque que ele não pode trabalhar, que não poderia ter esse direito
1591 não, sim porque ele dá gasto, ele precisa de um remédio, ainda vive muitas pessoas lá,
1592 abatidas, com depressão, porque da forma que saímos de lá, arrancados de lá, com 200
1593 policiais, com atirador de elite, cachorro farejador, bomba... e eles chegaram lá, os policiais e
1594 dizendo: que eles não estavam gostando, que foram lá porque queriam ver sangue, eles queria
1595 ver sangue. Entende? Então nos saímos debaixo da maior humilhação, porque? Porque nos
1596 tinha a escritura nossa na mão, tinha os direitos nosso na mão, e a empresa negou de pagar.
1597 Ela não quis pagar para nós, ela não quis acertar os nossos direitos. Nos fomos para Novo
1598 Soberbo sem os direitos reconhecidos. E aí, quando entra nessa área da reativação
1599 econômica... O consórcio, toda a vida quis colocar a complementação de quintal, por que estes
1600 terreno nunca foi uma reativação econômica, é uma complementação de quintal, é aquilo que
1601 nos perdemos, é que eles jogaram para gente aquilo lá, e perdemos... eles ofereceram aquilo
1602 para a gente, como um comodato, é coisa que nos não somos os donos, não temos escritura, e
1603 não somos proprietário. Se trocasse, vamos dizer assim, de prefeito, e se nós não apoiasse o
1604 prefeito, o prefeito poderia impedir e nos ficava sem nada. Porque aquilo ali é uma coisa
1605 formalizada entre o prefeito e o Consórcio Candonga. Então ele nunca ofereceu nada que
1606 presta, aí o que eu foi concluir para vocês, quando a universidade fez o levantamento para
1607 fazer o frigorífico. E o Consórcio o que, que ele usava? Olha, ele montou um monte de projeto,
1608 dentro desses dez anos, eles montaram um monte de projeto. Porque é um projeto que nunca
1609 atendia a comunidade, porque o que atende a comunidade é o que dá sobrevivência. Eles
1610 nunca ofereceram projeto de sobrevivência, mas em cima desses projetinhos safados que eles
1611 oferecia, eles continuava ficando, oito meses, trabalhando em cima desse projeto, enquanto a
1612 usina estava gerando energia, e aquilo não concluía. Quando eles viu que o pessoal
1613 desanimava, de ficar olhando para aquela situação, que já estava entrando num começo de um
1614 conflito, eles passava para outro, e veio assim até chegar num matadouro. Quando chegou no
1615 matadouro, eu acredito eu, que eles pensavam: agora eu vou oferecer um projeto maior,
1616 porque esse aí vai dar tempo de chegar até o final de ser renovada a licença, e não precisa de
1617 ficar inventando mais nada. Só que ele pensava que o povo não ia aderir ao projeto. Todo
1618 mundo aderiu, todo mundo gostou, e a universidade na sua simplicidade, e respeitando o povo,
1619 ela montou o projeto, quando ela apresentou o projeto para o Consórcio Candonga. Então é
1620 bom que vocês fica bem frisado nisso que eu estou falando. Quando a universidade o

1621 apresentou o projeto para sua própria empresa, que contratou, para desenvolver o projeto. Ela
1622 começou a falar: não esse projeto não ta bom, num ta bom, num ta bom. Agora gente, ela
1623 nunca ia aprovar esse projeto, porque ela nunca tem o interesse de cumprir nada. Assim, de
1624 dar uma sobrevivência decente para os atingidos. E infelizmente, nos estamos nessa situação,
1625 no levantamento sócio econômico, ta lá, na documentação da universidade com o consórcio.
1626 Já tem muitas famílias, que já estão tratando do filho, almoço e janta, banana cozida com sal,
1627 porque não tem mais recurso para dar o filho para comer. Agora, imagine só, que situação que
1628 as pessoas esta sobrevivendo, para dar uma boa vida. Só nesse ano que passou agora, foi
1629 dois milhões e quatrocentos mil reais, de renda que eles tiveram na geração de energia, e esse
1630 projeto fica acho... parece em 6 a 9 milhões de reais. Este projeto. Agora, eu pergunto para
1631 vocês? Nós não pedimos para ter energia lá, nos estava muito bem, porque nos tivemos perca
1632 de prejuízo que nos levamos e até agora não foi ressarcido, nos não pedimos para ter
1633 empresa, nos fomos arrancados de lá em cima dos nossos direitos, sem respeito do
1634 empreendedor. E chega aonde eles nos coloca, ainda nega de fazer a reativação econômica.
1635 Porque nos perdemos área onde a tirava ouro, tirava lenha, tirava um monte de coisa, e
1636 terrenos grandes que a gente tinha. Porque lá em casa, a gente criava porco, galinha, muita
1637 coisa, porque um terreno de mil metros quadrados, e criava mais na proximidade da beira rio, a
1638 gente criava os porco e tinha muita galinha, tinha tudo quanto é tipo de fruta. Agora, perdemos
1639 tudo isso aí, a troco de que? Para ter hoje, o Consórcio, como uma pessoa abusado, que não
1640 faz o que você vê... que teria... que seria de sua situação econômica, não cumpre com suas
1641 ações. Olha, se o presidente Geraldo, com este Conselho, com os técnicos, se foi tomado essa
1642 posição, eles não tomaram a posição, igual a procuradora tomou não. Não estou dizendo que
1643 ela fez certo, que ela fez errado. Mas eles não tomaram não, porque justiça, espera na mesa, é
1644 o documento que vai lá. O Consórcio Candonga, ele só trabalha de engano, ele só viveu de
1645 engano. Eles tiram proveito das pessoas, junta um bolo de gente ali, procura arrumar um
1646 bolinho de gente, e todo mundo tem que dar ali a assinatura, anotar ali que chegou, dar a sua
1647 assinatura, marcar presença. Em cima daquilo ali, eles bola documento, e junta lá, faz
1648 montagem. Olha, no escritório deles mesmo, ta cheio lá de tanta coisa verde, de paisagem
1649 verde, de coisas que tem lá da reativação econômica. O que presidente, vocês viram lá? O que
1650 tem lá de verde lá, o que, que tem lá de... para sustentar a comunidade. Não tem nada, não
1651 tem nada. Entendeu. Então eu quero dizer o seguinte: Eu. É um pedido que eu estou fazendo,
1652 encarecidamente a todos vocês. Porque eu tenho certeza que aqui, os próprios conselheiros, é
1653 presidente mesmo, pode ter filho dele, sobrinho dele, neto dele, e de vocês, que ainda pode
1654 cair em áreas de situações, na mesma situação que nos estamos. Porque eu posso morrer
1655 mas minha família vai continuando. Vocês também a mesma coisa. E precisa da misericórdia,
1656 precisa da misericórdia, do sentimento humano, entendeu. Porque eu não to dizendo que não
1657 são não, porque é o órgão que respeitou junto com o tribunal de justiça, foi o CEAS. É o órgão
1658 que deu respeito, que mostrou respeito para a comunidade. Mas eu quero dizer isso por
1659 experiência. Nós precisamos muito, que seja tomada uma decisão, por parte de vocês, mas
1660 uma decisão que não abre mão, daquilo que foi afirmado, que pode sim, até aliar, a um outro
1661 órgão, que pode ajudar, reforçar. Porque? Olha. O COPAM, se tem membro aqui ou se não
1662 tem, para mim nem vai me interessar muito porque... eu sou uma pessoa que eu luto com a
1663 verdade. O COPAM é um órgão irresponsável e na verdade criminoso, porque? Se nos
1664 estamos aqui hoje, é por falta de responsabilidade do COPAM, porque muitas das vezes, nos
1665 com 120 pessoas lá dentro, clamando pela nossa... pela verdade, mostrando aquilo ali, os
1666 conselheiros... eu defendo a FEAM, a FEAM eu defendo, mas o COPAM, o órgão do
1667 conselheiro do COPAM eu não defendo, porque a FEAM ia a campo, via tudo, levava,
1668 mostrava. Mas a FEAM é como se fosse, é... assim o COPAM não respeita, não respeita, o
1669 COPAM não respeita a FEAM. Então gente, eu peço a vocês o seguinte: que nos ajuda. A
1670 comunidade está esperando uma situação boa, por parte de vocês. Porque realmente nos
1671 encontramos humanidade foi aqui no CEAS. Meu primo sumiu lá dentro da barragem,
1672 desapareceu, onde todo mundo teria que entrar identificado, grade, e é uma burocracia para
1673 passar lá dentro. Sumiu lá dentro, está desaparecido, até hoje não apareceu. Isso morreu.
1674 Porque o Consórcio Candonga ele se julga acima da lei, acima da justiça, acima de tudo. Então
1675 o que eu peço para vocês, vê para nós aí com cuidado, porque vocês estão ajudando aqueles
1676 que estão desprezados. E ainda quero dizer, seu Presidente, eu to vivendo uma vida de
1677 situação muito difícil, por pressão da própria comunidade. Porque é a coisa mais dura que tem
1678 é a gente querer controlar o povo, porque? Eu não tenho arroz e feijão para por no prato deles,
1679 quando as coisas faltam na mesa, eles fica louco, aí fica propondo coisa lá, e eu até pedi:
1680 gente pelo amor de Deus, não faça isso, porque lá embaixo tem Governador Valadares, tem

1681 um monte de gente para baixo, não entra nessa situação, mas está a ponto, a qualquer
1682 momento, a qualquer momento, de sair a maior tragédia do Brasil, dentro... nessa situação de
1683 Candonga. Eu estou gostando de estar falando isso aqui, porque eu estou falando isso aqui
1684 gravado, e o que eu estou falando eu libero. Pode levar para a procuradora, pode levar para
1685 quem quer que seja, porque nos precisamos é de pessoa humana, de pessoa que vai lá na
1686 área, vai ver a situação do povo e que respeita o povo como ser humano, mas que não espera
1687 na cadeira, para acatar, solução, ou apresentação de empreendedor não, porque nos estamos
1688 vendo o seguinte, está tendo uma troca de humanidade, uma troca de ser humano, por um
1689 capitalismo. É o que está acontecendo. Muito obrigado. **Presidente:** Obrigado José Antônio. O
1690 José Antônio retrata com emoção e muita serenidade, a vida que ele vive lá, eu acho que a
1691 gente tem que acatar isso com o maior respeito e dignidade, mas tal qual a gente colocou. Eu
1692 gostaria de resumidamente, rapidamente, dizer o seguinte: Nos precisamos pensar que, no
1693 início, que foi um dos pioneiros no projeto, a gente... esse Conselho não tinha expertismo
1694 nenhum, em acompanhar projeto. Esse Conselho, não sabia absolutamente, nada, a respeito
1695 de reativação, a respeito de forma de atingir, de forma de recuperar, isto é possível, recuperar
1696 as perdas onde os direitos são retirados. E nisso, nós já evoluímos muito, a Roberta já fez isso
1697 aí, mas nos não podemos deixar de colocar, que é importante para nós, não ter um papel
1698 parecido com o papel da justiça, muitas das vezes. E a justiça, às vezes, a força de uma caneta
1699 é muito séria, porque às vezes ela inibe muitos empregos, mas dá novos empregos. Ela às
1700 vezes, a justiça tira a empregabilidade, e não repõe a empregabilidade. Então a gente precisa
1701 ter a serenidade e o equilíbrio, uma responsabilidade muito séria, de tomar estas decisões. Por
1702 outro lado, a gente não pode negar que... a medida que houve demanda por parte deste time,
1703 desse Conselho, para o órgão gestor, isso foi propiciado. Nós levamos ao conhecimento de
1704 nosso gestor, que passamos até por constrangimento, de ter que ir fazer visitas a barragens, e
1705 nosso carro não poder andar. Porque era um carro que não é traçado, e às vezes, você entra
1706 em lama, quem vai, os empreendimentos em que a gente já foi, sabe a situação que a gente
1707 vive, e sair enlameado, sair de barro, bota fica dentro de carro, carro já ficou atolado, trator
1708 para puxar, etc. etc. Então foi pedido um carro traçado, o pedido do veículo aqui são juiz, já foi
1709 feito, uma caminhonete traçada. Para não o constrangimento de ter que estar no carro do
1710 empreendedor, e ele se sentir no direito depois, de achar que por estar no carro dele, a gente
1711 vai votar favorável, ou não. E isso foi atendido. Dizer ainda que nos mudamos a metodologia,
1712 de... Nos mudamos a metodologia, da maneira de interferir no processo, ouvindo, assistindo,
1713 acompanhando o atingidos, indo até os municípios. Já fomos acusados aqui, de município
1714 dizer que a gente invadiu a cidade, que fez e que aconteceu. Não tem nenhum problema gente,
1715 isso é aprendizado nosso, nos temos que ter o equilíbrio de absorver isso. Mas também essa
1716 metodologia, o órgão gestor nosso, atendeu. Porque nos passamos a fazer mais viagens, com
1717 mais pessoas, tem um empreendimento que foi três conselheiros e uma técnica, não é. Esta aí
1718 os conselheiros que sabe de que eu estou falando. E também durante essa caminhada, então
1719 isso também foi feito para a gente clarear melhor, para a aprender melhor. E nos temos que ter
1720 o equilíbrio e a responsabilidade, mais uma vez. Nos estamos com um empreendimento que
1721 está chegando para o nosso Estado, que vai atingir dois municípios nosso, e três do Estado do
1722 Rio de Janeiro, e o Estado do Rio de Janeiro, não tem absolutamente nada, a respeito dessa
1723 situação. Nós estamos irradiando, nos estamos retratando, nos estamos levando a nossa
1724 expertise, para outros estados, já foi pedida toda a tratativa nossa aqui, inclusive para a
1725 situação de atingidos no que diz respeito a canavial, plantação de canavial. Então nos temos
1726 que ter muita serenidade. Então o que a gente coloca aqui para a gente tomar decisão. E aí eu
1727 quero inclusive, pedir, encaminhar, da seguinte maneira: o José Antônio trouxe com muita
1728 emoção, com muito calor humano, a situação que ele vive, nos retratamos isso lá. Óbvio que
1729 cada um de nós, carrega em si essa objetividade, cada um de nós tem a maneira de ver e de
1730 descrever. E esse Conselho sempre trabalhou assim enquanto colegiado, a situação de lá do
1731 empreendimento, já foi trazida para este Conselho, já foi exposta para este Conselho, e para
1732 estes conselheiros. Alguns conselheiros, não estavam presentes à época. Mas é bom agora
1733 nesse momento, que se debruce sobre os materiais, para que a gente possa nivelar o nível de
1734 conhecimento, e ter uma decisão com equilíbrio. E eu pediria que, já que ouvimos várias
1735 colocações, inclusive dos atingidos, que a gente possa durante esse período do almoço, ter um
1736 tempo para reflexão, ter um tempo para pensar melhor, e logo em seguida após o almoço, a
1737 gente então encaminha para deliberação de acatar ou não o pedido de requerimento
1738 administrativo. Pode ser assim? Um bom retorno, um bom apetite a todos, obrigado pela
1739 presença nessa manhã. São meio dia e trinta, podemos retornar às quatorze? Quatorze horas,
1740 está bom? OK. Obrigado. Após o almoço: **Presidente:** Paramos de manhã, e recomendamos

1741 uma reflexão, para gente poder estar numa deliberação. Parece que as palavras que eu usei
1742 aqui, não traduziram aquilo o que eu queria falar. Quando eu falei em acatar, porque foi
1743 encaminhado para este Conselho, uma solicitação de um pedido de... um recurso
1744 administrativo. Então na realidade, eu quero aqui só me fazer entender, o entendimento é que:
1745 este Conselho receba de forma oficial, este recurso administrativo pedido pelo empreendedor e
1746 a gente então passe a analisá-lo com um tempo adequado para que a gente tenha posições,
1747 quem não conhece ainda o processo, tome conhecimento dele, e se precisar inclusive,
1748 conhecer mais de perto o projeto que a gente vá, fazer isso. Então durante um período de
1749 análise e avaliação, a gente inclusive amanhã já no curso, aqueles estão fazendo curso, já
1750 conversar com a própria fundação, para saber qual tempo interessante, um tempo que seria
1751 suficiente para a gente estar fazendo isso. E então, a gente dar o retorno, a gente daria o
1752 retorno ao empreendedor, no sentido de acatar, no sentido de receber o recurso administrativo
1753 para avaliá-lo e não no sentido de acatar já o recurso, não é isso. Então só deixando bem
1754 claro. E aí... Ok. Mas é porque a preocupação é de ordem até jurídica, que eu penso. Então o
1755 fato de receber, o fato de receber e dar o retorno dizendo, o recebimento quer dizer que este
1756 Conselho encontra-se na fase de análise e avaliação do processo, aí então a gente dará o
1757 retorno depois. Tá claro. Não. OK. **Conselheira Roberta:** O que eu entendo que na medida
1758 que qualquer correspondência que chega aqui no conselho ela é acatada. No ponto de vista,
1759 ele entrou aqui é recebido. Agora o teor do que se pede na correspondência, é que eu tenho a
1760 impressão que nós vamos votar. Nós não vamos votar aqui se nós vamos acatar a
1761 correspondência ou não. Eu estou entendendo que toda essa discussão que nós fizemos. E aí
1762 eu perguntei para a Rosa se no teor do documento que ele mandou para cá, que é recurso? No
1763 teor ele diz que a solicitação dele é de revogação? Então o que nós fizemos a discussão aqui,
1764 é para saber se nós vamos deliberar em cima do teor da correspondência, ou não? Porque não
1765 é, se nós vamos acatar a correspondência ou não? Porque ficou confuso para mim agora com
1766 sua fala. Presidente: ok, **Conselheiro Marcelo:** Então vamos aí juridicamente. Quando chega
1767 um recurso, a gente recebe o recurso, quando a gente decide, a gente conhece ou não o
1768 recurso, a gente acata ou não acata o recurso. De conhecer de dar provimento ou não dar
1769 provimento ao recurso. O que saiu aqui de discussão, eu até me manifestei. Ou nós vamos
1770 acatar o recurso, ou seja, dar provimento ao recurso para revogar a nossa resolução. Nós não
1771 vamos acatar, nós vamos continuar com a resolução mantida. Ou pelo que foi discutido, estaria
1772 suspensa a decisão, pelo que o Presidente sugeriu, estaria suspensa essa decisão, nem
1773 daríamos provimento e não daríamos provimento, para levar para esta discussão da mediação,
1774 parece que foi isto que eu entendi. Agora, é possível isso? Então. **Presidente:** Conselheiro
1775 Marcelo. Ta obrigado. Obrigado. Obrigado. Então veja bem, foi recebido neste Conselho, um
1776 recurso administrativo. E foi respondido para eles, que a carta foi recebida, é isso? E que a
1777 gente estaria em fase de análise, então a sugestão é que a gente continue em fase de análise,
1778 aprofundemos mais esta análise, e inclusive contando com a assessoria da Fundação
1779 Nacional. É isso Roberta, não sei se está claro, vamos deixar bem claro, para saber o que a
1780 gente delibera. **Conselheira Roberta:** É aí eu volto a... porque nós passamos quase que
1781 praticamente uma manhã inteira nessa reflexão, encima da matéria em si. Porque se isto posto,
1782 se isto posto, eu acho assim, a gente deveria ter encaminhado o seguinte então: tem um
1783 recurso e a proposta que este Conselho está fazendo é de contratação de mediação, para
1784 poder inclusive avaliar este recurso, porque toda a discussão que nós fizemos aqui de manhã,
1785 foi encima da matéria. Inclusive com a defesa da, da... dos atingidos, em cima da matéria, não
1786 era encima especificamente de dizer: nós estamos discutindo uma proposta de que, nós vamos
1787 ter mais recursos, para dizer se a gente revoga ou não. E aí, eu queria também que a gente
1788 pensasse o seguinte: isto posto, se mantido esta cassação, se este recurso que entrou aqui, é
1789 o suficiente, por exemplo, para a gente entrar com o terceiro elemento, que é a Fundação.
1790 Juridicamente dizendo, para dizer assim: nós... pelo que você está encaminhado o que a gente
1791 diria para o empreendedor o seguinte: nós estamos em fase de análise, para isto a gente vai
1792 estar contratando a Fundação, para que ela estude todo o processo, para saber se nós vamos
1793 voltar ou não com isso. Para saber ou não,, ou se nós vamos voltar com a resolução ou não.
1794 Não é. Agora eu quero dizer aos senhores isto, que, a questão da contratação da Fundação,
1795 do ponto de vista burocrático e administrativo, não é uma coisa para amanhã. Não é uma coisa
1796 que tenho que dizer assim, eu tenho que fazer uma proposta para ela, dependendo da
1797 proposta que ela me faz, eu tenho que entrar com um trâmite, se é possível fazer um termo
1798 aditivo com ela. Se não for, eu vou ter que fazer um novo convênio com ela, então não é uma
1799 coisa de uma semana, para dizer, que nós estamos analisando e que a gente pode ficar só no
1800 período de contratação com ela, eu diria ai assim, com toda boa vontade de exposição nossa,

1801 de mais ou menos um mês. Para depois ela entrar no processo, para poder discutir esta
1802 questão e depois daí um certo tempo, voltar com um parecer dela para dizer assim: dentro
1803 disso e disso e disso, vocês podem votar a favor ou não, dessa cassação. Então isso também,
1804 precisa ser, colocado aqui, porque assim, quando nós estamos entrando com este recurso da
1805 Fundação, que é importante, e lembrando isso, porque a Fundação esta com um curso
1806 conosco até agosto. Até outubro. A Fundação... aí eu teria que saber por exemplo, que vocês
1807 me demandaram o pleito, eu já acionei, aí tenho que saber se ela tem disponibilidade, porque
1808 também estamos contando com uma posição aqui, como se ela já com os fatos consumados. E
1809 não é um fato consumado ainda. Este é o indicativo que teve com toda a disponibilidade nossa
1810 de atender, agora isso vai ter... nós vamos ter que fechar uma proposta com ela, ela vai dizer
1811 se ela pode ou não, e quando ela pode, porque a Fundação tem sua a sua agenda, e tem a
1812 agenda pesada, por exemplo, para este curso eu fiquei praticamente seis meses negociando
1813 com a agenda dela. Então estou colocando estas questões aqui, até para a gente calcular o
1814 "time" que nós vamos ficar na análise, para poder dar resposta a esta questão. Presidente: OK,
1815 **Conselheira Juanita:** Bom. Esta questão, ela foi muito discutida por nós, na nossa mesa
1816 diretora, não sei se o Marcelo e a Cristiane vão lembrar, que nós inclusive ficamos perdidas.
1817 Nós vamos fazer o que agora neste momento, quando decidimos trazer aqui para a plenária.
1818 Porque o documento que o empreendedor apresentou, o recurso que ele apresenta, ele
1819 solicita, a cassação da resolução. Inclusive que a Rosa esteve conosco na mesa diretora
1820 também, foi verificado que: das condicionantes da resolução, as duas pendências, ainda
1821 continuam pendência. Então, inclusive pelo clamor que o representante dos atingidos colocou
1822 aqui, e o indicativo da mesa diretora, para que essa questão viesse em plenária, esse conselho
1823 precisa rever a situação de Candonga. Rever a situação de Candonga, significa no meu
1824 entendimento duas questões: cassar a resolução, ou colocar de novo a discussão de
1825 Candonga em agenda, no sentido de renegociar com empreendedor. Renegociar com o
1826 empreendedor. Inclusive aí, já é uma parte do Conselho, a inclusão de um terceiro ator, que a
1827 Fundação Nacional de Conflitos, mas o próprio Marcelo colocou isso na mesa diretora que a
1828 Roberta está falando. A Fundação Nacional de Conflitos, não vai resolver isso dentro de um
1829 mês, nem de dois meses, porque a gente esta participando do curso, e vê que delonga. Então
1830 tem que ficar claro para os Conselheiros aqui é: revogar a resolução, ou não revogar a
1831 resolução, no meu entendimento isto tem que ficar claro aqui hoje. Quando você fala revogar a
1832 resolução, quer dizer revogar a cassação da resolução. Tá. Está claro gente, porque a
1833 resolução já foi cassada. Então o empreendedor pede: revogue, não casse esta resolução,
1834 então quer dizer, a gente voltar com ela para a ativa. Vamos checar. **Conselheiro José Isma:**
1835 Vamos entrar aqui na discussão então, processual, em que diz o seguinte: um processo
1836 judicial, ele é passível da decisão interlocutória, e da decisão chamada sentença. Quando
1837 acontece uma decisão que passou pela análise, mas não se chegou-se a um consenso, e o
1838 tribunal percebendo que, nessa decisão... é de mérito, não viria aí a decisão final da análise,
1839 entrou no mérito, mas não decidiu o mérito por fatores extras, ou documento, ou situação
1840 testemunho, ou um visto no processo, alguma coisa, então dá-se uma decisão interlocutória.
1841 Esta decisão interlocutória, ela não decide mérito, não decide mérito, então neste caso, para
1842 aplicar aqui, ao nosso fato real, a proposta é entendida, a proposta é possível, não é Juanita?
1843 Não necessariamente, você aqui teria que dar uma decisão final, uma sentença, nós
1844 chamamos de sentença, que seria sedimentar a questão. Você entrou no mérito, analisou e tal,
1845 e decidiu, aí a sentença. Mas aqui, como nós estamos numa realidade aqui, em que, os
1846 conselheiros não se sentem ainda, ou não seria ainda o momento, de se dar uma decisão final
1847 de uma sentença. Aí, foi apresentado esta possibilidade, esta possibilidade, de entrar com esta
1848 proposta. E nessa proposta a participação aí das partes, chamando as partes, para estar
1849 novamente, através da mediação, buscando a solução da questão. Então aí voltaria, aí ficaria
1850 a... vai prevalecer é lógico a cassação da resolução, até que este conselho retorne a analisar, e
1851 se sinta, e se sinta em condições de proferir uma sentença, que seria a decisão final.
1852 **Conselheiro Marcelo.** É o seguinte, o que eu quero refletir aqui. Mesmo... ele fez uma fala de
1853 uma decisão interlocutória. Mesmo que a gente decida, seja pela manutenção da nossa
1854 resolução, ela não termina por aí, porque o controle social continua, dentro do exercício do
1855 controle social, a gente pode continuar neste processo de mediação, o que não impede... é
1856 isso que eu queria... Eu vou insistir nesta reflexão aqui, até para a gente saber qual que é a
1857 força judicial que nós vamos trabalhar com isso, para esse controle social, porque é assim... eu
1858 acho Marcelo e aí você falou bem.... mas assim, a gente sabe, na realidade aqui, o que é a
1859 força de um controle social, numa situação normal, e de conflito então, é pior ainda. Eu acho
1860 que isso aqui, a gente precisa é que compreender, quer dizer, é claro, sem dúvida nenhuma,

1861 isso não inviabiliza e não esta mandando parar, e está paralelo, o trabalho deste Conselho de
1862 controle social, na política de assistência social, em qualquer município, inclusive nesse, isto é
1863 fato. Agora nós também sabemos da fragilidade nossa, de poder trabalhar no enfrentamento
1864 disso, dado a dimensão deste conflito que esta posto, e aí eu queria voltar na fala do atingido
1865 aqui, porque assim, quando nós estamos trazendo estes elementos para refletir, e aqui tem que
1866 ficar muito claro para os conselheiros. Aqui não tem posição, por exemplo, do estado que esta
1867 defendendo o empreendedor, ou posição de sociedade civil que está defendendo o atingido,
1868 absolutamente, acho que toda esta discussão que nós fizemos aqui, só tem uma defesa que é
1869 do atingido. E aí eu quero que vocês reflitam comigo o seguinte: do ponto de vista do atingido,
1870 se nós não tomarmos uma decisão, aqui hoje, se a gente ainda que entra com essa palavra
1871 bonita que você colocou de interlocutório, nós vamos passar por um processo, que para o
1872 atingido não vai mudar nada, que uma vez cassado, esta relação jurídica que ele tem conosco
1873 aqui, o empreendedor, aparentemente, por mais que eu faça, qualquer pressão de controle
1874 social, essa relação ela foi interrompida, ele entrou com um plano aqui, ele não cumpriu, e nós
1875 cassamos esta resolução que aprovou o plano dele, isto posto, se ele não entra com este
1876 processo aqui, nós estaríamos trabalhando num controle social normal, normalíssimo, como a
1877 gente trabalha em todos os municípios, por maior esforço que nós façamos, para poder reaver
1878 situações de empreendimento e PCH, que ou cassa a resolução ou termina o processo com o
1879 PCH. Porque nós ainda não temos o monitoramento tão afincado assim. O que eu quero dizer
1880 com isso, é o seguinte: cassada esta resolução, posto, ou então entrar com esta decisão, como
1881 você colocou, interlocutório. Na vida dos atingidos, mudaria alguma coisa neste processo? Eu
1882 diria, eu particularmente estou entendendo que não muda nada, a vida deles, pelo contrário,
1883 pelo contrário, a vida deles se estava pior, continua piorando. Esses dois meses que esse
1884 empreendedor teve essa resolução cassada, ele foi provocado de uma certa forma, para poder
1885 entrar aqui com o recurso, significa que: ao reater esse laço jurídico, com ele, nós também
1886 temos o poder, de impor qualquer revisão de negociação, inclusive dentro da fala do atingido,
1887 quando o atingido coloca aqui, muito tranquilamente, de dizer, que de todos os projetos, me
1888 pareceu isto, que de todos os projetos, que eu falei um milhão e setecentos que foi investido lá,
1889 a própria fala do atingido que diz que foram projetos que foram colocados lá, e nenhum deles
1890 teve tanto impacto positivo como esse que a universidade desenhou, a pedido do
1891 empreendedor, só que a condição desse desenho é que me parece está dando errado lá,
1892 porque a universidade desenhou este projeto, isto ao é conhecimento dos conselheiros, é bom
1893 que saibam, e na execução desse projeto, a universidade negociou como ele bem colocou, e
1894 colocou isso aqui claro de todo o processo que a universidade vivenciou com eles. A
1895 universidade colocou o seguinte: que para implantar aquele projeto, o empreendedor seria
1896 avalista do projeto deles, isso o empreendedor não quer, o empreendedor fala: eu não posso,
1897 ser avalista desse projeto. Agora aí eu acho que tem um fio da meada que a gente refletir aqui
1898 e resgatar esse projeto, dizendo se o projeto é bom para eles, porque ele me pareceu aqui
1899 muito... e o Geraldo também foi lá, e parece que tem um desejo deles lá, de investir neste
1900 projeto. A universidade não poderia fechar estas negociações com eles, porque a universidade
1901 não foi contratada com este objetivo de fechar o resultado na implantação disso, isto para
1902 gente fica muito claro. Segunda questão: se tem essa proposta, com estes dados e a gente
1903 puder resgatar, inclusive, seja com a comissão da Fundação, seja com a própria comissão
1904 aqui, aonde a gente possa tentar de uma forma pública, levar recurso para lá, quer dizer vai ser
1905 um desafio desse conselho com o próprio gestor estadual, para poder dar sustentabilidade a
1906 esse projeto lá, mas não da forma como foi desenhada, porque o conflito todo esta nesta
1907 situação, porque, no resultado da universidade ela fecha com os atingidos de que o
1908 empreendedor tem que ser avalista deles, isto ele não quer, ser avalista, e nós não podemos
1909 obrigá-los a ser. Agora a gente pode chegar numa negociação, aonde, parte, aonde parte
1910 desse projeto pode ser recuperado, e ver que tipo de parceiro nós podemos levar para lá, seja
1911 parceiro público federal, seja do estado, aonde realmente pode dar visibilidade a este projeto, e
1912 dar concretude nesse projeto. Porque a mim me pareceu, que de tudo que foi feito lá, não deu
1913 sustentabilidade, e que uma das coisas que eles estão defendendo é esse projeto, porque...
1914 como ele bem colocou, o terreno que foi colocado, embora tenha sido pelo cara da Emater, ele
1915 foi equivocado na fala dele, que o terreno não dá para plantar nada. Beleza. Isto tudo posto
1916 passado, Ok. Teve uma proposta agora nova, esta proposta – e ai eu estou percebendo
1917 claramente o conflito dessa proposta, aonde que esta esbarrando o conflito. E se nós
1918 pudermos resgatar essa proposta e chegarmos num consenso, numa negociação, aonde pode
1919 levar mais parceiros e a gente poder implantar esse projeto lá, ele vai dar sustentabilidade é de
1920 um modo geral, que não fica vinculado a empreendedor, para ter estes conflitos, quer dizer, ele

1921 vai ter a parte dele, e também eles terem uma sustentação lá daquilo que eles perceberam que
1922 o mínimo de vocação que pode gerar renda para eles lá. Que pode reativar, porque a fala dele
1923 foi muito contundente nisso, que eles estão vendo a possibilidade de reativação apenas nesse
1924 projeto, porque é uma possibilidade que eles tem inclusive de escoamento. E aí acho, que a
1925 gente precisa pensar nisso, e não nos delongarmos, embora a gente tenha esses aparatos
1926 jurídicos aí. Agora eu só queria que a gente conseguisse responder, porque todas as falas aqui
1927 de manhã foi encima disso, se estamos defendendo o...os atingidos, qualquer que seja a
1928 decisão que a gente for tomar aqui, vai refletir ou não na situação que eles estão lá. Porque se
1929 a gente for ainda trabalhar com estas questões aí, o que vai acontecer? Na vida deles, se essa
1930 decisão nossa aqui, tem a possibilidade de alterar alguma coisa na vida deles. Porque a mim
1931 me parecer se a gente caminhar por esse lado, vai alterar pouquíssimo a vida deles lá. Porque
1932 aí vai a coisa por uma questão como ele falou: nós vamos analisar, nós vamos chamar a
1933 fundação, vai fazer várias reuniões, e vai e vai e vai para a justiça, e a justiça que se define.
1934 Enquanto isso o atingido diz o que? Entendeu, enquanto isso o atingido vai viver de que?
1935 Essas situações todas que foram colocadas aqui. Se o nosso papel é para isso, porque que a
1936 gente não ousa a tomar este decisão, e ousamos a tomar esta decisão de que chegar bem
1937 próximo, e agarrar nesta questão para dar o impacto lá. Porque se agente for por estes tramites
1938 assim, eu tenho certeza absoluta que com menos de três meses nós não conseguimos sequer
1939 estar preparados para dizer: podemos votar a matéria do recurso administrativo? E aí daqui a
1940 três meses nós estamos votando a matéria do recurso administrativo. **Presidente:** Pelo que
1941 estou entendendo então. Até então, nós temos dois encaminhamentos. 1 – é a gente – mantém
1942 revogada a resolução, a nossa resolução cassou, a licença deles, cassou. Então mantém a
1943 cassação, e a gente discute o controle social com ela cassada, isso é uma posição, que o
1944 Marcelo trouxe aqui. A Roberta defende o contrário, que a gente suspenda a revogação da
1945 resolução, ou seja continua liberado e a gente discute o controle social, ele estando em
1946 andamento. E aí a Roberta argumenta que é mais fácil fazer isso porque nós não vamos ter
1947 tramite jurídico, correr risco de espécie alguma, e vamos estar discutindo, eles produzindo e
1948 agente fazendo controle social, inclusive com mediação da Fundação Nacional. Então é esta
1949 as duas posições que eu estou vendo de encaminhamento, até então. Mas eu vou respeitar as
1950 inscrições e encerro as inscrições para gente deliberar. Quem está inscrito? Por favor.
1951 Cristiane, Juanita, Beth e parece que o Jorge está inscrevendo. E eu encerro as inscrições. Por
1952 favor nós vamos encaminhar. Ta, eu... a Roberta trouxe um novo elemento que é esta questão
1953 de ... e aí tem um pouco a ver com a minha fala de manhã, e o Volney também complementou,
1954 que é envolver de fato o poder público, nesta situação. Eu entendi isso da fala da Roberta, que
1955 dizer: qual que é papel do poder público, do estado, em relação a situação dessa comunidade
1956 que está vivendo este problema, que não é um problema de agora, a gente percebe, mas que
1957 precisa ser resolvido, uma vez que se tem uma oportunidade de se olhar para aquela
1958 comunidade que... mais específica, até peguei os dados que a Rosa estava em mãos, nós
1959 ficamos aqui olhando, a Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, e Roberta e olhando
1960 mesmo, assim a situação, é assim, analfabetismo, e um população realmente que vive numa
1961 situação de vulnerabilidade. Então assim, eu vejo que a Roberta traz um elemento novo que
1962 caminha nesta perspectiva de atuar de fato. É, apontar uma solução, mas aí Roberta eu ainda
1963 fico preocupada com uma questão que o Marcelo chamou a atenção da gente de manhã. É, o
1964 que causou a cassação da resolução, foi o fato do empreendimento não ter atendido duas
1965 condicionantes. Uma delas, é essa da ativação econômica, que aí você traz um elemento novo.
1966 A outra, que também me preocupa, é a questão da propriedade do terreno. Que assim, as
1967 pessoas foram tiradas das suas casas, da maneira como ele colocou ali, de uma maneira
1968 terrível, e até hoje, passado dez anos, eu não sei quanto tempo tem isso, que eles foram... eles
1969 não têm o título de propriedade. Então assim, se a gente aqui, cassa a revogação, a gente esta
1970 fazendo a cassação com um condicionante, que é o que a gente já falou que não ia fazer mais,
1971 a gente definiu que a gente não ia mais votar aqui, questões com condicionantes... quer dizer,
1972 se a gente, e o recurso ele não tratou disso, o parecer da procuradoria não trouxe essa... só
1973 trouxe a questão da reativação, mas esse elemento, o fato da população, da comunidade,
1974 ainda não ter o seu título de posse, parece que não foi considerado. Então essas questões me
1975 chamaram atenção, e eu queria compartilhar isto com os conselheiros, porque de fato... se a
1976 gente faz, se a gente cassa a nossa resolução, fica parecendo que a gente está fazendo isso
1977 com condicionante, e a gente já tem uma resolução que a gente fala que não vai fazer isto.
1978 Então mais uma questão... aí pode trazer este tramite que já foi colocado que é essa questão
1979 que você traz de, inclusive envolver o Estado na possibilidade de resolver esta questão, pode
1980 ser feita, independente ou não da revogação, a gente pode continuar como análise e iniciar as

1981 tratativas, para que o poder publico estadual se envolva nessas discussões. **Conselheira**
1982 **Juanita**. De uma certa forma eu já fui agraciada com a fala da Roberta e da Cristiane, mas eu
1983 chamo atenção aqui, antes da gente iniciar o processo de votação, para uma outra questão:
1984 que também já foi falada, mas eu acho que essa a gente, não pode esquecer, que é a fala do
1985 representante dos atingidos. Ele praticamente colocou um pedido de socorro para este
1986 conselho, no meu entendimento, e ele deixou claro inclusive, que este Conselho foi o único
1987 órgão que foi no município ouvir os atingidos, foi o único órgão que recebe eles aqui, e
1988 escutam eles, a realidade deles. Então eu penso, que antes de ser uma ação irresponsável
1989 nossa, em não cassar a resolução, eu penso que é a oportunidade que este Conselho vai ter,
1990 de abrir a negociação de novo com o empreendedor. Porque a gente vai ter uma situação,
1991 mantém a cassação da resolução, como que nós vamos junto com este terceiro elemento, que
1992 a Fundação Nacional de Conflito, estabelecer esta mediação, a partir do momento que ele
1993 entrou com um processo administrativo, e nós não atendemos o processo administrativo, no
1994 meu entendimento, o Presidente já falou isso claro aqui, a gente tem que saber recuar no
1995 momento certo. No momento, que a gente fala para ele: cassar essa resolução, cassar a nossa
1996 resolução, que cassa a resolução, vai levar este conselho aonde, na resolatividade da questão
1997 dos atingidos? Vai nos levar a algum lugar? Independente de cassar ou não, a gente sabe da
1998 nossa responsabilidade de fazer o controle social. Agora uma coisa é não ter como negociar
1999 com este empreendedor, tendo em vista que, aqui acha que, cassar – eu entendo a questão da
2000 Cristiane quando coloca, cassar a nossa resolução significa falar que está tudo OK. Mas não
2001 está OK, a gente sabe dessas duas pendências, em contrapartida a gente já fez resolução
2002 aqui, sem condicionante, que a gente consegue amarrar isso. Aí é mais um elemento para
2003 reflexão dos conselheiros. **Conselheira Elizabeth**. Bom eu acho que... Concordo que a gente
2004 tem avançado na discussão e tem que aprofundar. Na minha avaliação. Olha a situação de
2005 pobreza, ela esta sendo agravada, a situação de vulnerabilidade foi agravada com o
2006 empreendimento. O empreendimento tem uma responsabilidade? Tem uma responsabilidade,
2007 e tem que fazer e de certa forma nós esperamos isso. As políticas públicas, também tem, o
2008 estado, também tem, então na realidade é o seguinte, agora por outro lado, nós sabemos, que
2009 quando este Conselho cassou, com a sua resolução, com a nossa resolução, cassou, a
2010 autorização de funcionamento. Se ele foi lá, esperneou, foi para a justiça, etc. é um... isto está
2011 dentro dos tramites. É possível, agora isto não nos deve intimidar. Aí eu sou a favor de que a
2012 gente tem que manter a nossa resolução. O Estado já sabe disso, e todas as políticas publicas
2013 também sabem. Vão trabalhar junto ao empreendedor, e com os atingidos – entendeu... eu não
2014 acho que suspendendo e a gente voltando atrás, isso vai fazer um ambiente, de melhor
2015 conversa, porque são 11 anos. Então, 11 anos não aconteceu, em 2 meses não vai acontecer,
2016 então eu acho que o seguinte: eu acho que, desautoriza muito, as resoluções do Conselho,
2017 fragiliza as nossas decisões em relação a isso. Então eu acho que deve manter a suspensão
2018 sim. A resolução tem que ser permanecida. Aí em relação a ação do Estado, quer por
2019 mediação, sem mediação, faz parte de nossa relação de controle social se isso vai demorar, se
2020 isso não vai demorar, isso por ponto de vista da dignidade dos atingidos, eles falaram isso.
2021 Eles esperam, e acho que isso aí é legítimo. Que este Conselho não faça o retorno, ele não
2022 faça o retorno, a minha posição, então portanto é no sentido da fala do Marcelo. Se eu estou
2023 bem entendendo isso. Eu acho que a gente não deve retroagir com a nossa resolução. E se o
2024 argumento de que sem a ação jurídica, a ação jurídica vai continuar gente. Ela não é suspensa
2025 porque nós viramos e suspendemos, e sim em parte pode ser e em parte pode não ser. Então
2026 a nossa decisão, não foi uma decisão leviana, uma decisão responsável, foi lá o Conselho, foi
2027 lá viu, suspendeu. Suspendeu deu essa repercussão. Então vamos... nós somos facilitadores
2028 do diálogo, mas o empreendedor, ele tem que responder, gente, ele tem maior força que o
2029 atingido. **Conselheiro Jorge**. Por favor. Uma perguntinha leiga. Oh Roberta? Esse projeto
2030 que os atingidos, que eles gostam tanto? Que a universidade fez, ele entraria com uma contra-
2031 partida para o empreendedor poder usar as terras que foram desapropriadas? E se nesse
2032 caso. Qual o argumento que eles estão usando para não cumprirem o combinado?
2033 Juridicamente, não procede. Eu não tenho resposta jurídica em cima... porque contra-partida é
2034 quando você tem duas relações jurídicas juntas. O que acontece? O empreendedor contratou a
2035 universidade. A universidade é cliente do empreendedor. Porque ele entendeu que precisava
2036 conhecer o perfil daquela comunidade, para fazer um projeto de reativação. Esse foi o pedido.
2037 Não a condicionante Jorge, era o seguinte: ele tinha que fazer um projeto de reativação
2038 econômica. Aí ele falou: para não fazer no escuro, porque já tinha feito tantos projetos, como o
2039 próprio atingido aqui falou, já tinha investido um milhão e setecentos lá com vários projetinhos e
2040 nada tinha ido para frente. Aí ele falou: então vou contratar a universidade, junto com os

2041 atingidos – fizeram este acerto – a universidade vai vir aqui, academicamente, fazer um
2042 diagnóstico, e a gente vai ver qual a possibilidade de um melhor projeto. Eu li o teor do
2043 contrato, muito claro o jurídico, a universidade é cliente do empreendedor. A universidade fez
2044 todo o processo democrático, fez toda a pesquisa que até por sinal está muito bem feita. E
2045 nesse processo ela foi assegurando, arbitrariamente, porque ela estava ali como cliente do
2046 empreendedor, de que seria feito o projeto, sendo ele o fiador, o empreendedor ia ser o fiador
2047 daquele projeto para eles. Quando ele apresentou esta proposta, o empreendedor disse: não
2048 foi isso que nós pedimos, isso precisa ser revisto. Aí essa coisa veio para cá, teve toda uma
2049 discussão, e o que eles estão defendendo, e muito bem defendido, é isso. De que eles querem
2050 é esse projeto da questão do frango lá, porque parece-me que é uma coisa boa. Só que tem
2051 um conflito instalado ali, porque o empreendedor contratou a universidade, então ele não é
2052 obrigado a dar contra-partida, porque isso não tem nenhuma obrigação jurídica ali. Muito bem.
2053 Veja bem. Nos temos conselheiros em plenária, que não conhecem o processo ainda, como
2054 um todo. Ainda assim, está colocado. Ainda assim, está colocado. nós temos aqui duas
2055 situações: 1 – Se a gente mantém cassado a licença, a última resolução nossa, foi cassando a
2056 licença do empreendedor. Então isso é uma posição de manter cassada essa licença, e a
2057 gente continua com o controle social, tendo a Fundação Nacional para mediar o conflito. Sendo
2058 um item esse. Há de se ressaltar que: nós temos que entender... eu estou só fazendo o
2059 encaminhamento do que foi colocado – nós temos que entender que, existe uma disposição
2060 diferente do empreendedor. Ele está assentando para negociar, com a resolução dele cassada,
2061 com a licença dele cassada. A outra situação é: nós vamos revogar, a cassação da licença,
2062 que nós fizemos uma resolução e cassamos a licença. A que se coloca é: a gente volta atrás
2063 na nossa última decisão, e continua dando a eles o direito de continuar operando, para que a
2064 gente negocie e continue fazendo o controle social e aí a Roberta coloca que há uma facilidade
2065 maior no entendimento, também com a Fundação mediando. Está claro? Todo mundo
2066 entendeu estas duas situações? Eu quero perguntar a plenária se está bastante esclarecido,
2067 para que a gente possa votar. Então uma é... uma coisa é a gente perguntar: somos favoráveis
2068 de manter a cassação e negociar com o empreendedor, negociar o controle social, com a
2069 mediação da Fundação, no sentido de avançar? A outra é, a gente revoga a cassação da
2070 licença, e a gente dá a oportunidade dele de continuar operando, e aí pode existir uma
2071 facilidade maior em continuar negociando o controle. Essas são as duas situações. Se não
2072 está claro. Eu só quero ouvir se está claro ou não? Porque se tiver, nós vamos votar. Na
2073 verdade, eu acho que tem uma terceira. Pois não. Que é... Suspende-se, a discussão hoje, que
2074 eu entendi que foi um pouco a fala do Marcelo. Suspende-se a discussão hoje, não, desculpa...
2075 eu entendi... não se toma essa discussão hoje. Inicia-se as tratativas, tanto com o governo. Aí
2076 que acho que não exclui a proposta da Roberta – de iniciar essa discussão da possibilidade de
2077 implantação do projeto, via governo – e aí envolvendo inclusive, outras pastas: educação,
2078 saúde, para poder verificar a situação daquela comunidade, que foi um pouco da fala do
2079 Volney da parte da manhã e a gente continua esta discussão na próxima plenária... a gente vai
2080 pautando e vendo essa... porque eu entendi que a gente não, não... tem um prazo, hoje não é
2081 o prazo derradeiro, para que a gente se decida sobre a cassação ou não. Eu entendi que, essa
2082 cassação... e volto a falar. O parecer da procuradoria nos chamou a atenção para o fato de:
2083 nós precisamos apontar soluções. Então, aqui nessa plenária hoje, eu pelo menos percebi
2084 várias apontamentos de soluções, a Roberta trouxe essa questão de, iniciar estas tratativas
2085 para ver se... a possibilidade do Estado – eu estou chamando de Estado, mas não sei qual
2086 Secretaria – o Estado assumir a questão do projeto, de fato envolver a educação. Sim... é,
2087 assumir esta articulação, que seja, mas resolver esta questão que... do que a gente está
2088 falando o tempo todo, o empreendedor não dará conta de resolver sozinho, porque envolve
2089 também questões relativas ao estado. A responsabilidade do poder público, seja municipal,
2090 estadual ou federal. E aí nesse sentido, assim... eu acho que ... tem aí... eu estou entendendo, não
2091 sei... que também tem essa terceira via, que é: não se decide hoje... acho que foi o José Ismar,
2092 que colocou o... tal do... daquele nome que eu não sei. Que não se decide hoje, mas que
2093 estabeleça-se esses encaminhamentos. Fundação de Mediação de Conflitos, a articulação do
2094 Estado para verificar a possibilidade de implantação do projeto lá, para resolver de imediato a
2095 situação dos atingidos e o Conselho continua discutindo. Veja bem Cris. Eu entendi e
2096 compreendi o que você colocou. Mas continua as duas alternativas, em função de: a gente
2097 continuar do jeito que está, significa a licença deles está cassada e a gente continua dando a
2098 tratativa pro controle, continuamos a mediação, inclusive com a participação da Fundação e
2099 com o Estado. A gente deliberar por voltar atrás e deixar o empreendedor continuar a
2100 operando, também significa que nós vamos continuar dando a tratativa com a mediação. A

2101 questão é saber? Se vamos dar continuidade? Alternativa de solução? Levando outras
2102 providências, com o Estado e com a mediação, com a licença deles cassada, ou não? E aí, a
2103 gente precisa saber isso, o que é melhor? Nas duas alternativas, é com ela cassada? Ou com
2104 ela do jeito que está? Ou a gente revogando? E de repente, pode ser que tenha, uma boa
2105 vontade maior do empreendedor. É essa a questão que se coloca. Pois não **Roberta**. Aqui é
2106 importante a gente esclarecer o seguinte também presidente: nós não temos o poder de cassar
2107 a operação deles, eles estão operando. Nós cassamos a resolução do plano, do plano. Não...
2108 eu estou clareando isto aqui porque... é exatamente, porque o que acontece. Isto posto... nós
2109 hoje estamos tramitando nesta questão judiciária, para a gente poder entender esta questão da
2110 justiça. Porque assim, o que nós cassamos aqui foi aprovação do plano dele, que pode, pode
2111 sim, conseqüentemente levar, como já levou, e na justiça tem as duas liminares. Uma que
2112 manda ele fechar, e a outra liminar que mantém ele aberto. E somente a justiça pode definir
2113 isso. Isto posto, é o seguinte: porque a gente precisa compreender, que qualquer que seja a
2114 decisão que a gente tomar, como a gente falou, isto vai tramitar da via judicial, seja pelo lado
2115 dos atingidos, seja pelo lado do empreendedor. Isto é uma pergunta. Agora a pergunta que nós
2116 temos que responder gente, e que isso... e é claro que incomoda a gente, a responder isso
2117 aqui, toda essa manhã, esse debate que nós estamos aqui, porque nós vamos ter que assumir
2118 a nossa decisão aqui. O que nós temos que responder, e a Beth colocou muito bem isso, Beth,
2119 só não concordo com a sua segunda fala, porque claro ninguém está dizendo aqui que a gente
2120 votou levemente, absolutamente, aqui na discussão nossa, a discussão nossa, dessa
2121 maturidade de rever a questão. É porque eu acho, que colegiado e democracia é isto mesmo, a
2122 gente tinha um dado, em determinada realidade e tomamos uma decisão. Agora nós temos o
2123 outro dado e nós estamos discutindo toda essa manhã, essa discussão toda, para que decisão,
2124 qual a melhor decisão a tomar. Isto posto, acho que uma coisa nós temos que responder, que
2125 se essa decisão nossa, o que ela vai afetar para o atingido gente? O que ela resolver na vida
2126 do atingido? Porque? Mesmo que você traga a esse... que você coloca que eu trouxe esses
2127 elementos. Por exemplo: de parceria, articulação para pode implantar esse projeto lá, gente.
2128 Esse projeto não é um projeto do governo – da SEDESE, não é um projeto dos atingidos, é um
2129 projeto do empreendedor. Captar recurso, do ponto de vista para implantar isso aí, não é uma
2130 coisa de hoje para amanhã, entendeu, é uma coisa que delonga tempo, para você poder fazer
2131 toda essa articulação aí, e que no meu entendimento, uma vez, estando cassada a resolução,
2132 o que eu perguntou – e que aí eu não sei como é que os dois advogados podem nos ajudar a
2133 responder é o seguinte: qual o poder de fogo que nós temos com o empreendedor? porque ele
2134 pode dizer: beleza eu entrei com o recurso lá administrativo tentando revogar, eu não consegui,
2135 eu vou para a justiça. Qualquer que seja o nosso clamor para que ele entre nessa negociação,
2136 para que a gente possa, as vezes de uma forma mais de negociação, resolver o problema do
2137 atingido, que é mais rápido. Ou ele pode dizer: olha eu estou na justiça... portanto não quero,
2138 não tenho... pode responder tranquilamente para gente, dizer assim: nós vamos conversar na
2139 justiça, beleza, a gente também pode entrar com um ação, o movimento pode entrar com uma
2140 ação, todo mundo pode. Mas esta coisa ela vai correr judicial, e enquanto isso, nós não temos
2141 solução. Para quem clamou por nós aqui, de dizer o seguinte: hoje eu só estou podendo contar
2142 com este Conselho para resolver alguma coisa. E se resolver alguma coisa, significa esse
2143 debate, e a gente repensar a nossa situação, a nossa resolução e que estrategicamente, a
2144 gente vai apertar mais o circo com ele, para poder dizer: olha, se você está voltando nesta
2145 relação conosco, jurídica, porque você tem uma aprovação nossa, dada, nós cassamos, agora
2146 a gente revogou, e a agora a gente quer ditar as regras com maior força em cima disto, nos
2147 concentrarmos com maior força em cima disto. Ou a gente vai atender... por atender o clamor
2148 dos atingidos, de dizer: não voltem atrás. Ta, significa, mesmo que nos trabalhos como que a
2149 gente está falando aqui, teoricamente, controle social gente. Agora vamos por na prática o que
2150 que é controle social que nós podemos fazer e a emergência que ele está clamando por nós
2151 aqui. Ele clamou emergência aqui de sobrevivência e de privação que eles estão passando, aí
2152 eu quero saber da programação que nós vamos fazer para atender esse emergencial aí, se
2153 isso é suficiente, a gente simplesmente manter esta resolução e esse conflito vai para a linha
2154 da justiça. E enquanto isso, nós também vamos responder pela linha da justiça. Ou então, vão
2155 mudar o tempo, dizer: olha, estamos em análise, parará... parará, e aí vamos ter esta
2156 maturação todo mundo vai se enfronhar, ler tudo que tem de ler, para a gente poder tomar esta
2157 decisão. Agora a decisão vai ter que ser tomada, embora a gente tenha conflito, tenha medo,
2158 tenha angustia, tenha todas as dúvidas possíveis, agora qualquer que seja a decisão aqui, no
2159 meu entendimento tem que ficar claro é a solução, e se não for de imediato, a curto prazo, para
2160 esse povo. Porque se for levar pelo tramite judicial, não tem solução a curto prazo. Porque daí,

2161 o Conselho sai da estância dessa negociação judicial. Porque aí vai para lá, e nós vamos lidar
2162 com o controle social, que nós mesmos sabemos como que nós lidamos. Qual a capacidade
2163 que nós temos de lidar com isso, para solução e pressão imediata, da solução das privações
2164 que eles estão passando lá. Seja o controle social municipal e seja esta casa aqui. nós
2165 sabemos muito bem, qual que é a capacidade nossa operativa gente. Operativa é de ir lá e
2166 tentar soluções concretas e claras e imediatas dentro disso que ele clamou aqui. **Conselheiro**
2167 **Marcelo:** Eu acho que sai da esfera jurídica e vai mais para o campo político mesmo, sabe
2168 Roberta. É porque no campo jurídico já tem uma ação judicial que eles tem uma liminar e estão
2169 funcionando com uma liminar, está certo? Então, a nossa decisão ser: de manter ou não
2170 manter, pouco vai fazer no efeito jurídico, no efeito jurídico para o empreendimento, porque o
2171 empreendimento vai continuar funcionando do mesmo jeito, porque tem uma liminar mandando
2172 eles funcionar. Então eu penso, que a nossa decisão aqui é mais política, no sentido de que
2173 é... Se nós mantermos, se nós mantermos a cassação, nós temos a rédea na mão, para poder
2174 colocar em pauta as discussões. Se a gente cassa essa resolução que nós mantemos, que a
2175 gente impôs, a gente perde a força, porque eles vão dizer: olha, por um simples recurso que a
2176 gente impõe, vocês voltam atrás. Então assim, eu estou querendo fazer essa reflexão. Porque
2177 para o atingido lá na ponta, no meu ponto de vista, não vai intervir em nada, porque já existe
2178 uma liminar que mandou o empreendimento continuar. Entendeu Beth, então é assim, me
2179 preocupa se a gente volta atrás e eles nem quererem negociar, porque espera aí, nós temos
2180 uma discussão lá na justiça lá. Nós já estamos com uma liminar na justiça, então enquanto...
2181 eu acho que no contrário, no meu ponto vista, o contrário é mais forte, a gente ter ela cassada
2182 para a gente poder ter algo na mão para poder discutir. Se a gente volta atrás nessa
2183 discussão? Eles falam assim: eles já voltou atrás, então... Isso gente, eu que dizer, para nossa
2184 reflexão que eu estou colocando estes pontos aqui. **Presidente:** Bom, deixa eu mediar, estas
2185 duas falas. Pelo menos tentar. Veja bem, eu quero só clarear também mais uma vez o
2186 seguinte: (pessoal só um minutinho) - na condição de um defensor do direito trabalhista, o que
2187 a gente vê muitas vezes é o seguinte: às vezes para fazer a defesa do meu representado, eu
2188 preciso em primeira mão mostrar para ele que eu estou contra, e ele entende que eu estou
2189 contra. O que não quer dizer, que não vai chegar o benefício para ele. E eu já enfrentei dentro
2190 da justiça do trabalho, os advogados sabem disso. Por exemplo, vou ser bem claro, para a
2191 gente ter clareza disso aqui. As vezes que você faz, você chega em determinada entidade, e
2192 ele diz o seguinte: não vou te dar a reposição da inflação este ano, porque se eu der eu tenho
2193 que mandar dois empregados embora. E eu digo: quanto você que dar então? Dois por cento a
2194 menos. E eu aceito. E aí o empregado diz: você não esta a meu favor, você está contra. Não
2195 eu estou a seu favor. Aí eu tenho que provar para ele que aquela decisão não o desfavorece,
2196 que favorece. Porque vou fazer dividir o prejuízo para todos, mas nenhum vai ser mandado
2197 embora. É isso, ninguém vai ficar sem a manutenção do emprego, ainda que com o salário
2198 baixo. Então esse exemplo é para mostrar o seguinte: o que se coloca aqui, também para
2199 reflexão, é isso. Em ambas as situações esta na esfera judicial. E aí quando o atingido trás
2200 esse clamor, nós precisamos entender, ele está com urgência de algumas situações. Chegou
2201 ao ponto, de deixar aqui claro, que existe uma eminência, uma eminente situação provável de
2202 envenenamento da água, isto aqui ficou muito claro. E em outras palavras, ele diz que:
2203 Governador Valadares está abaixo e esta água esta correndo, pode haver algumas situações,
2204 então foi colocado isso aqui. Ele não colocou com estas palavras. Ele disse o seguinte: olha
2205 uma situação que pode agravar. Existe uma situação que pode agravar e Governador
2206 Valadares está abaixo. O que a gente entende? Existe uma aflição, o que eu quer colocar aqui
2207 – pessoal só um minutinho – o que eu quer colocar aqui, existe uma aflição muito grande, uma
2208 angustia muito grande deles, a gente tem que ter um cuidado. E aí, a pergunta que se faz é:
2209 Eu. Vou me considerar enquanto conselho, enfraquecido porque vou revogar uma cassação de
2210 resolução? Ou considerar mais forte ou mais fraco para entrar na negociação? Para mim não
2211 interessa estar mais fraco ou mais forte. Para mim interessa proteger o atingido. E se de
2212 repente, uma negociação do empreendedor, com ele mantendo o PAS, é melhor para o
2213 atingido, eu prefiro fazer isso. Não interessa, eu dou outro exemplo aqui dentro deste
2214 Conselho. Eu entrei na justiça, na promotoria pública, cheguei denunciado pela promotoria
2215 pública de Uberlândia, uma lei municipal da cidade de Uberlândia, porque dava cadeira cativa
2216 para sempre no Conselho. E eu perdi na justiça, porque o promotor mandou arquivar o
2217 processo, mas três meses depois, aí nós continuamos nossa luta no controle social. Fui para
2218 Câmara fiz audiência pública, foi para mídia, e os vereadores entenderam que eu estava
2219 correto, no avanço da democracia, eles revogaram a lei, e hoje não tem mais cadeira cativa.
2220 Então, eu perdi o processo, mas a caminhada ganhou. Eu acho que a gente tem que pensar

2221 isso aqui. Então uma coisa é a gente saber de que forma? Qual é o melhor caminho para gerar
2222 o benefício para ele, o que interessa é ele ter o benefício dele. Se é negociar com a cassação
2223 do PAS, ou se é negociar dando ao empreendedor o direito. Oh, fomos nobres, fomos
2224 humildes, mas queremos negociar, agora é com tempo, você teve 11 anos, você não fez o que
2225 devia fazer. Mas nós crescemos, mas eles também cresceram. Não tenha dúvida, eles não
2226 estão do outro lado lá achando que são bam bam bam não, porque o bicho está pegando para
2227 o lado deles. Se tem uma liminar dando licença de operar, tem outra que está cassando. E nós
2228 não somos instância do judiciário, nós somos instância de controle social, portanto uma
2229 instância política. Então, de qualquer maneira, eu continuo achando... - isto já é fruto do
2230 aprendizado que a gente está tendo – eu continuo achando que negociar, num período curto
2231 agora, esta situação, dando a eles condição de operar, não só é nobreza nossa, mas acho que
2232 nós não vamos perder com isso não. Acho que não. Mas de qualquer forma, eu estou achando
2233 que existe um desconforto por parte de alguns Conselheiros que não conhecem o processo
2234 como um todo. Se isso é fato, podemos dar um tempo para conhecer melhor. Também é outra
2235 alternativa que a gente tem, podemos dar um tempo durante um mês, e deliberar na próxima.
2236 Mas se existe o entendimento, já foram feitas as reflexões, já fizemos o debate. Se tínhamos
2237 em condições de votar, vamos botar para votar. A plenária se considera esclarecida nos dois
2238 quesitos para votar? OK. Muito bem. Então veja bem... nós temos duas posições, aí nós vamos
2239 pedir... pode ser o voto nominal? Voto nominal então. Veja bem. Uma situação é: mantém do
2240 jeito que está “ponto”. Manter do jeito que está significa: está cassada a resolução do PAS, ou
2241 seja o PAS não está aprovado, por ele não se fez cumprir. Então significa manter, e nós vamos
2242 estabelecer o controle social e negociação com empreendedor, mantendo cassada, está
2243 cassada. E a outra situação – o ponto dois é: a outra situação é. Nós vamos voltar atrás, este
2244 conselho volta atrás, dá seqüência ao PAS, aprovado lá atrás, na perspectiva de ter uma
2245 melhor negociação com o empreendedor, mas vamos continuar estabelecendo o controle
2246 social da mesma forma. Está claro os dois encaminhamentos? Todas as duas situações de
2247 controle, de negociação vai começar a partir de agora e vai continuar em pauta. Uma é com ela
2248 cassada do jeito que está, e a outra é se a gente volta atrás. Então deixamos do jeito que está,
2249 ou voltemos atrás? Alguém quer mais esclarecimento? Volney parece que está pedindo. E
2250 Sônia. É esclarecimento viu gente, nós vamos tentar aqui encaminhar. Eu queria saber o
2251 porque o título de posse até hoje não foi concedido ainda? Porque que não foi? O que o
2252 empreendedor tem a esclarecer? O que está pegando? **Presidente:** OK. Eu não vou dar
2253 resposta geral não, mas posso esclarecer melhor para todos, aqueles que não conhecem
2254 entender. Muitos deles tinham, o título de posse da terra onde viviam, e alguns também não
2255 tinham, porque é herança, é terra que foi invadida, é terra que foi... tem algumas situações
2256 dessa ordem. A outra situação é, no momento que o empreendedor inundou aquela área, ele
2257 destinou uma outra área e destinou em comodato, na perspectiva de dar posse e aqui o
2258 atingido aqui, colocou com muita propriedade. Ele não tem condição de dar este título para
2259 eles, porque a terra também não é deles. Tem uma negociação de comodato. É com a
2260 prefeitura ta. Então não existe essa segurança da titularidade da terra. E isso para mim, isso aí
2261 para mim é o que a procuradora não entra no parecer, e é uma irregularidade em função
2262 daquilo que foi concordado lá na origem, lá na origem. É um quesito pesado. Mas mais do que
2263 isso, ninguém, pode ter certeza, não vão te dar mais resposta do que essa. Eu tive muito
2264 próximo do evento. **Conselheira Sônia.** Bom eu ia fazer essa mesma pergunta, essa questão
2265 da posse. Então se, era questão de herança e tudo, de repente eu desconheço, mas gostaria
2266 que vocês me falassem, se não pode dar posse para mim porque é questão de herança? Mas
2267 como o empreendedor pode se apossar da terra? Ai eu queria que vocês me falassem. Posso
2268 estar falando uma ignorância aqui, mas para mim é ilógico, se eu não posso você também não
2269 pode enquanto empreendedor. Ou não? Juridicamente isso pode? Pelo menos não deveria, na
2270 linguagem jurídica não deveria. Mas por isso eu disse com alto e bom som aqui na plenária
2271 passada que, para mim o direito não é sinônimo de justiça. Então veja bem, o que eu quero
2272 dizer, nós vivemos num estado de direito, no estado de direito o primeiro direito que eu exerço
2273 é cumprir meu dever. Não adianta, eu tenho que cumprir lei. Eu não estou aqui fazendo defesa
2274 Conselheira Sonia, e só estou clareando. Não deveria sequer, eu penso. Um empreendimento
2275 chegar e apossar de uma terra, mas não é assim que funciona a regra do desenvolvimento
2276 econômico. Esta aí colocado agora a situação da Copa do Mundo, que estão desapropriando,
2277 esta aí a linha verde, foi uma série de desapropriação, a gosto ou não, condizente com o
2278 mercado ou não, muitas pessoas foram desapropriadas, mas aí prevalece o desenvolvimento
2279 econômico. Não adianta, porque a gente vive num sistema capitalista, e a regra da legislação,
2280 não só brasileira, mas como globalizada, é esta: o desenvolvimento é necessário. Mas, perde-

2281 se normalmente em detrimento dos mais pobres, não tenha dúvida, eu não tenho outra
2282 resposta para dar. Eu ainda estou no meu ainda. Falta fazer a segunda. Sim pois não. Eu
2283 gostaria de saber o seguinte: se a gente optar, por cassar a própria resolução, não é uma
2284 garantia, e nos dois sentidos, a gente não tem uma garantia, que o empreendedor pode dizer
2285 assim: se você... nós vamos tirar nossa cassação. Ele diz assim: ah, mas tudo bem, vocês
2286 retiraram, mas a gente quer ainda continuar na justiça. Pode ser assim? Então sendo assim,
2287 porque se fosse uma garantia que a gente retirar e for ter uma garantia para os atingidos. Tudo
2288 bem, mas não é. Então a gente recuar, eu penso o que gente vai fazer é atrapalhar. OK.
2289 Conselheira Sonia. E ambas as condições, esta situação prevalece. Não vai mudar por a gente
2290 tomar a decisão A ou B, ela prevalece. Eu só queria esclarecer, que está tendo uma confusão
2291 muito clara, em relação a questão de terra aqui, ta gente. Primeiro o seguinte: quando o
2292 empreendimento chega e diz, fala assim: nós vamos instalar um lago aqui. Esta negociação é
2293 feita com os poderes públicos todos envolvidos naquilo ali, inclusive Prefeitura e tudo. Então vai
2294 tirar o pessoal e vai colocar aonde? Aqui. Este terreno é de quem? É da prefeitura. Então
2295 aonde eles colocaram foi no terreno da Prefeitura. Então essa coisa da herança, isso aí, depois
2296 a Rosa pode complementar, isso é um momento, um momento inclusive de ressarcimento, de
2297 uma série de coisas que é feito lá, normal. Segunda questão – posto num terreno que é público
2298 da Prefeitura, então aqui eu queria inclusive dizer, que não existe esta possibilidade dessas
2299 pessoas ficarem sem esta terra, isso não existe. Porque o poder público foi cedido no poder
2300 público, está lá, é igual a invasão gente. Invasão, se vocês nunca viram invasão, é o seguinte:
2301 a pessoa chega e invade uma coisa pública, o poder público faz isso para tirar o povo de lá.
2302 Entendeu? Não existe essa coisa, essa coisa não é tão simples igual a gente está colocando
2303 na... simplificando aqui não. Então assim, eu volto a insistir, que é isso que a Cristiane colocou,
2304 o seguinte: nós temos que nos ater mais da propriedade do que está acontecendo, para a
2305 gente trazer soluções mais concretas, inclusive esta questão da terra. Se for envolver INCRA,
2306 se for preciso envolver a Secretaria aqui do Estado, que trabalha com a questão da terra, nós
2307 vamos ter que envolver, isso é a parte que gente deveria já estar fazendo antes. Você
2308 entendeu? Porque o monitoramento nosso é para isso. Exatamente, nós deveríamos estar
2309 fazendo isso com o PRO-ASSISTE, ou sem PRO-ASSISTE, dentro do controle social, nós
2310 deveríamos estar envolvendo isso tudo, para poder dar solução para isso. E assim, eu quero
2311 endossar um pouco a fala do Geraldo, para dizer o seguinte, gente: toda esta discussão aqui
2312 foi extremamente rica, mas se os conselheiros não ainda estão aprofundados, nessa matéria.
2313 Então a gente volta depois, agora com a responsabilidade para os senhores poderem ler o
2314 processo e buscarem estas respostas que vocês estão pedindo aqui, e estão fazendo aqui, e
2315 que muitas vezes, as vezes são perguntas simples, e que não é respostas tão simples. Para
2316 dizer: porque que não fez isso, porque não fez aquilo. Então eu acho que esta proposta do
2317 Geraldo, talvez, a gente poderia amadurecer então. Se não estão se sentindo, com tanta
2318 propriedade, a gente pode voltar isto em outra plenária. Agora lembrando isso que ela colocou
2319 e que o Geraldo colocou ali. Com o sem a nossa decisão, não tem garantia. Justiça é justiça.
2320 Entendeu Sonia, qualquer coisa que a gente definir aqui, tramites judiciais, nós não temos
2321 nenhuma garantia de nada. Porque a briga é judicial, garantia que nós temos que ter aqui, é de
2322 tomar uma decisão que resolva o problema do atingido. Como que ela vai ser? E é isso que o
2323 Geraldo falou. É mais fácil a gente caminhar na solução do problema com os atingidos.
2324 Revendo esta relação do plano de assistência aqui dentro, ou é mais fácil mantermos a nossa
2325 cassação e dizer: cassamos o plano dele. Acabou a nossa relação com ele. O máximo que nós
2326 vamos discutir com ele é controle social, como a gente discute, num âmbito mais macro, a não
2327 ser que a gente tome outras decisões judiciais. Mas aí, do ponto de vista de discutir
2328 condicionante de plano, ela acaba. Como acabou no momento em que nós cassamos a
2329 liberação dele de aprovação ou de implantação do plano, cassou, acabou. Aí nós vamos ter
2330 que ir para o tramite de controle social local, ver o que nós vamos acionar da justiça aqui, está
2331 sendo descumprido lá do ponto de vista de privação, seja da Prefeitura, seja do Estado, seja de
2332 responsabilizar quem quer que seja, e que pode em determinado momento ou maioria das
2333 vezes, responsabilizar o próprio atingido por esta situação. Mas aí seriam instâncias... que eu
2334 estou entendendo, que exigiria um esforço muito maior deste Conselho e, que, na medida em
2335 que gente traz para cá, novamente a discussão do seu plano, você restabelece uma relação
2336 com ele, de dizer assim: olha, vamos discutir novamente e ainda com todas essas questões
2337 que vocês colocam, é 10 anos, é não sei o que, mas nós também temos que reconhecer a
2338 falha desse Conselho, dez anos que a gente também não percebeu, que a gente também não
2339 monitorou, e nem fez controle social. Cadê o controle social de 10 anos? Nós não fizemos. E
2340 nós aqui estamos discutindo e estamos pagando, assim como os atingidos, como uma série de

2341 preço disso ai, de muita coisa que nós demos conta de fazer na época. Não demos conta de
2342 fazer na época, um controle social que deveria ter sido feito. De olhar porque que ele não
2343 recebeu a questão da terra dele, não estava posto lá no plano. Porque a gente não ver isso? A
2344 gente só conseguiu ver com denúncia, a gente só conseguiu ver na hora em que a coisa foi
2345 polêmica. Então a gente também precisa tramitar nesta linha aí, para ver o que é melhor para
2346 nós. Ou restabelecemos essa relação do plano de assistência social em relação aos atingidos,
2347 e aí se for isto, a única forma, é dizer que ele ainda tem um plano operando aqui. Porque a
2348 partir da hora que eu casso, ele não tem mais plano operando aqui não. Acabo, nós cassamos
2349 o plano dele, acabou. Aí se ele vai funcionar com essa coisa, ou não, a justiça vai dizer, mas
2350 em função disso, então nós vamos agora trabalhar a luz normal do controle social normal.
2351 Como a gente trabalha com os outros municípios, com outros fenômenos e especificidades que
2352 a gente tem nos outros municípios. Que a gente tem que atuar nas outras situações que
2353 acontecem. É. Tem vários quesitos. Cada hora se aparece mais coisa. Eu continuo dizendo, e
2354 me questionando. Eu estou inserido neste contexto. Nós temos o compromisso de aprofundar
2355 mais, de conhecer mais essa matéria, de darmos contas, de numa próxima plenária votar isso.
2356 Ver, porque, continua, está cassada a resolução. Eu estou falando aqui em prazo, para a gente
2357 refletir melhor, para conhecer melhor o processo. Ou a gente vota já de uma vez? Eu quero
2358 levantar isso. Por que cada hora, cada fala que tem aqui, vem sempre alguma coisinha que
2359 vem que a gente realmente não se fez presente ainda na fala. E eu volto a dizer... eu estou
2360 muito dentro deste processo. Então, eu não estou totalmente esclarecido, mas tem pessoas
2361 aqui dentro, que não conhecem absolutamente nada. Que não conhece o processo. E aí eu
2362 quero saber? Só adianta a gente adiar esta deliberação, se formos debruçar em cima disso, e
2363 de repente, durante este período, fazer uma nova discussão, fazer nova apresentação, mas
2364 nós temos que fazer isso, e nós estamos num momento de conferência. Então se tiver
2365 comprometimento, a gente adiar, se não, independente do que vai ser votado, nós votamos. É
2366 nós já tivemos aqui uma oportunidade de uma outra resolução, que nós também passamos por
2367 isso, e a gente esgotou as nossas iniciativas, e o ministério público é que teve que atuar. Foi da
2368 própria Candonga? Está vendo, olha... a própria Candonga já passou por isso, nós tivemos que
2369 ir ao Ministério Público. Aí o Ministério Público atuou, depois disso, aí eles voltaram a
2370 discussão com a gente. Não foi por isso? Eu quero é entender. Não encerrou a conversa. Em
2371 verdade, também, eu não posso falar assim que, a gente entrou... mandou para o Ministério
2372 Público, mas a gente tem informação para falar assim: só porque foi para o Ministério Público...
2373 Não porque não encerrou... só encerrou, assim ... não foi cumprido. E aí queria que a Rosa até
2374 falasse da questão dos quintais, porque não é tão simples não. E aí tem o erro também do
2375 conselho em relação aos quintais, do que a gente aceitou. Porque uma coisa é a escritura da
2376 casa, então isso sim, aí está dependendo, que eles tinha que entregar, eles estão vendo, que é
2377 relação a prefeitura. A outra coisa, é a escritura dos quintais desta extensão, porque é uma
2378 área que não foi definida nem como urbana nem como rural. Ela não tem metragem para ser
2379 dividida em pequenos lotes, então o problema é quando foi aceito pelo Conselho, que houvesse
2380 uma extensão de quintais, nesse local, é que foi erro... eles não conseguem dividir. Então isso
2381 está... eles estão tentando, e aí a maneira da divisão deles, seria haver uma cooperativa,
2382 alguma coisa, que pudesse ser de todo mundo, mas que não houvesse a pose dividida, é uma
2383 pose geral. Então, essa é a questão, só para falar, esse é um dos pontos. E o outro é o que já
2384 foi mais do que esgotado, então essa relação dos quintais, ela é diferente, do que está sendo
2385 posto. É só isso não é Rosa, acho que é isso não precisa de você estar esclarecendo. Olha
2386 aqui. Veja bem. Tem situações de toda ordem, aqui dentro. Nós que estamos mais tempo no
2387 Conselho, e participamos disso mais ativamente, toda hora se levanta uma questão. Não
2388 considero que a gente esteja em condição de votar, podemos até votar, não estamos em
2389 condição de votar. Agora a pergunta é, temos comprometimento de fazer um debate deste, um
2390 dia inteiro, uma extraordinária, ou vamos estudar pessoalmente, individualmente, cada um.
2391 Não. Porque estamos em período de conferência. Então, está bom, então vamos continuar
2392 esgotando isso aqui, aí eu vou abrir outra vez, porque senão vai ficar parecendo que é a
2393 defesa de A ou de B. Eu só estou comungando com você, Presidente, o seguinte: É isso
2394 mesmo, já estivemos quase que 1 (um) dia discutindo Candonga, e a outra: Barra de Braúna,
2395 foi um dia inteiro discutindo, os conselheiros que ficaram presentes, os conselheiros que, leram
2396 o processo, que se debruçaram, que tiveram todo a.... a boa vontade, o interesse, e tal. Beleza.
2397 Ainda assim, ainda tivemos uma manhã na mesa diretora, com essa discussão, a manhã
2398 inteira, nesse processo. Então assim, é extremamente complexo, e é isso mesmo, a plenária é
2399 para isso mesmo, vão surgindo as dúvidas. Agora eu entendo que se nós encaminharmos para
2400 a gente discutir isso, deliberar isso, na outra plenária. É preciso que todos os conselheiros aqui,

2401 assumam esse compromisso. Assuma esse compromisso, de poder pegar, ler, entender.
2402 Entendeu. De tudo que... da matéria toda, para que a gente não faça dessa plenária,
2403 novamente... não dizer que isto foi ruim não, absolutamente – é só para a gente não ficar...
2404 voltar na plenária com todas essas perguntas. Porque isso é comum, em todo Conselho isso é
2405 comum, porque a gente não tem como se apropriar de tudo ao mesmo tempo. Isso é
2406 extremamente pertinente, agora nós também não podemos deixar, espaço de dizer que o
2407 conselho, porque não entendeu, não sabia, não estava compreendido, chamamos para o
2408 momento, todo mundo ia compreender, e depois chegar na próxima plenária as pessoas ainda
2409 não se sentem o suficientemente esclarecido para votar ou não. Eu acho, que esse
2410 compromisso aqui, se a gente passar para outra plenária, a gente já tem que sair daqui, com o
2411 compromisso no dia que nós vamos passar, se não for a manhã toda, o dia inteiro, discutindo
2412 Candonga. Porque aí, todo mundo vai ler, vai entender, vai ver. Porque é extremamente
2413 complexo, não é coisas tão simples, e aí Marcelo, assim, esta clareza até de dizer: não teve
2414 indução de erro não, por exemplo a fala da Consolação é muito clara, assim quando veio para
2415 cá, quer dizer, aqui a gente também, tecnicamente, não acerta tudo, então quando viu... olha,
2416 essa é a possibilidade, a gente também não teve... não deu conta, de ir lá e falar assim: olha
2417 isso é possível, aceitamos a proposta do jeito que ela veio. E na hora que vai efetivar, viu que
2418 não é possível, não é viável, então eu acho que estas coisas a gente precisa acertar aqui. É só
2419 porque eu falei fora do microfone. Que a gente errou, que a gente foi induzido em erro, é só
2420 para esclarecer o seguinte: Por isso que lá no início da minha fala, eu falei assim: o gente,
2421 quem sabe se nós tivéssemos aqui, um advogado. Que na hora de fazer a análise dessa
2422 situação jurídica, ele daria suporte técnico para a outra equipe. Você sabe porque? Quando a
2423 gente fala que a gente errou. Não, nós não erramos. nós fomos induzidos a erro, nós todos,
2424 inclusive a equipe técnica da Secretaria, porque não tem o conhecimento técnico para dizer:
2425 olha aquela área, ela está numa área rural, então é um módulo rural, que não é possível
2426 divisão por lotes, com menos de tantos metros quadrados. Se nós tivéssemos alguém técnico
2427 que soubesse isso, daria suporte técnico para a Secretaria Executiva, e dizia: olha, não pode
2428 se fazer isso aí, mas como não temos aqui dentro, pessoas com esta qualificação técnica, por
2429 isso que passou, acredito. Com a maior... sim... talvez, talvez por.... era o início de um processo
2430 lá em 2003, que houve um vacilo por nossa parte neste sentido. Mas o que, no meu ponto de
2431 vista, não impede em nada, em uma decisão. Deixa uma pergunta, junto a plenária. Por favor,
2432 com o crachá na mão. Quem é a favor de que a gente espere para deliberar na próxima
2433 plenária, e a gente se compromete a estudar e conhecer o processo, e de repente,
2434 possivelmente, tirar um dia, aqui para fazer nova discussão e conhecimento de detalhamento.
2435 Quem for a favor disso? De adiar a deliberação, levanta o crachá, por favor. Ok, então nós
2436 estamos em condições de votar. É isso que eu estou entendendo? Ok. Então está bom. Então
2437 vai ter que ser nominal, não vai? Ta bom. Então nós vamos pedir que cada um nomine, e muito
2438 simples. Deixa do jeito que está, eu deixo do jeito que está. Quer dizer, está revogada a
2439 resolução, e nós vamos negociar com ela revogada. Não, nós temos uma resolução... O difícil
2440 está sendo de colocar isso, é bom entender. Só um minutinho gente. Por favor, aqui num...
2441 vamos devagar. Eu quero é que a maioria entenda. A nossa resolução atual cassou, o PAS, a
2442 nossa resolução atual cassou o PAS, Então a gente mantém, a cassação do PAS, é isso,
2443 mantém a cassação do PAS, vamos deixar isso bem claro. E a outra situação é: vamos
2444 negociar. Voltamos lá atrás, bom, então cada um coloca: se é manter ou não, manter a
2445 resolução que cassou o PAS, OK. Próximo: Manter a resolução. Elizabeth Leitão. José Ismar:
2446 mantenha a resolução. Marcio: mantendo a resolução. Eu sou por revogar a resolução.
2447 Silvestre da Secretaria da Secretaria de Fazenda. George – Lagoa Santa: manter a resolução.
2448 Soraia, Secretaria de Educação: não manter a resolução. Iranei da Secretaria de Saúde: não
2449 manter a resolução. Cristiane – Inspetoria São João Bosco: mantém resolução que diz que o
2450 PAS não foi cumprido. Roberta – SEDESE: não manter a resolução. Fernando – CEPLAG:
2451 revogar a resolução. Jansen Santana: manter a resolução. Maria de Lourdes: pela revogação.
2452 Adenor – manter a resolução. Sônia – manter a resolução. Mario Roberto – manter a resolução.
2453 Marcelo – manter a resolução. Geraldo – manter a resolução. Juanita – não manter a resolução
2454 (SEDESE). Como é que ficou aí, Consolação? É... 3, 6, 9, 10 manter. Beth, Jose Ismar,
2455 George, Cristiane, Márcio. Há ta... faltou o Márcio. 11. E, 3, 6, 7 – revogar. Então 11 (onze)
2456 votos favoráveis a manter a resolução, cassou o PAS. E 7 (sete) votos para revogar a
2457 resolução que cassou o PAS. É isso. OK. Acho que, foi um aprendizado, muito importante, mas
2458 mostra as várias necessidades, que todos nós temos, de aprofundarmos mais nas questões
2459 que envolvem deliberação deste Conselho, para a gente ter mais propriedade no ato da
2460 votação. Agora, eu penso que o fato de manter cassada esta resolução, aumenta a nossa

2461 responsabilidade, no sentido de não levar prejuízo aos atingidos. Então nós agora, temos que
2462 ter um esforço Herculano, no sentido de buscar o empreendedor, mostrar para ele essa nossa
2463 posição do Conselho, o que não impede de continuar avançando, no controle social e na
2464 mediação do conflito. Porque tem um outro atingido lá, que está na ponta, e vivendo uma
2465 angústia, das mais, eu diria, das mais prementes possíveis. Pois não. **Rosa**. Só uma sugestão
2466 técnica, que eu e a Nilce estamos conversando, que independente desta votação, que a
2467 Secretaria Executiva, encaminha-se para cada conselheiro, o resumo desse processo de usina
2468 de Candongas, porque essa discussão vai continuar. Então para vocês terem conhecimento,
2469 desse processo. Bem lembrado, Rosa. E mais do que isso, ainda lembrar que nós fomos
2470 provocados a apresentar alternativas de solução, no próprio parecer. E aí nós vamos precisar
2471 trabalhar isso. É, eu penso, que, independente de estar em conferência, ou não, nós
2472 precisamos demandar. Podemos olhar os nossos calendários, demandar um outro dia, para a
2473 gente fazer uma nova discussão, e aí, como a gente sabe, que numa plenária desse tamanho,
2474 vai ser difícil bater agenda, nós temos que escolher um dia, que é mais favorável para a
2475 maioria estar presente. Aqueles que puderem, ótimo. Mas se não puder estar maciçamente,
2476 pelo menos nós precisamos é evoluir, precisamos é... eu acho que uma responsabilidade muito
2477 grande. E eu já falei que essa responsabilidade nossa vai para além de Minas Gerais, bem
2478 para além. **Conselheira Cristiane**. Eu estou entendendo que o encaminhamento que foi dado de
2479 discutir, a responsabilidade pública nesse processo, ele está mantido. Então, nesse sentido, eu
2480 acho que precisa-se marcar uma reunião, com a SEDESE e as demais Secretarias que
2481 compõem esse Conselho. Inclusive Secretaria de Educação, Saúde e Agricultura, e também
2482 fazendária, para poder discutir estas questões, quais são os encaminhamentos públicos que
2483 serão dados, para poder discutir esse projeto. Eu acho que isso que a gente tem de tirar como
2484 encaminhamento da plenária, porque senão não tem força para poder discutir. É a questão do
2485 PRO-ASSISTE que ainda não se concluiu. OK. Nós vamos pensar na data, e vamos marcar
2486 mas não.... OK. A continuidade disso? Não quanto a isso, certeza. Eu penso que ela precisa
2487 ser aprofundada, eu por exemplo acho que nós precisamos aprofundar mais, precisa conhecer
2488 mais. Agora, num... nós temos que ter a consciência também, que é o seguinte, independente
2489 da conferência ou da dificuldade de tempo, mas não dá para esperar uma plenária, não dá
2490 para esperar uma plenária, inclusive a aflição aqui, foi colocada pelos atingidos. nós sabemos a
2491 importância que tem da inter-centralidade, quando clamamos aqui pelas outras pastas, estar
2492 conosco, e é o papel do PROASSISTE. Então tem chamar uma extraordinária. Ok. Tudo bem
2493 vamos chamar a mesa diretora, em primeiro momento, e tiramos um dia e convocamos outra. É
2494 extraordinária. Pode ser? Tem que ser urgente. Eu penso que tem que ser urgente, aqui o
2495 nosso papel tem que ser este. Terça feira eu não estarei. Eu tenho agenda, Terça e Quarta
2496 estarei em São Paulo, segunda eu posso estar a tarde. Segunda a tarde, pode ser mesa
2497 diretora? Segunda à tarde. De manhã. E de manhã? de manhã? Segunda de manhã pode?
2498 OK. Segunda de manhã. Pronto, e aí, agendar encaminhamento e a gente socializa com todos
2499 através do meio eletrônico. O ponto nosso seguinte, nós vamos falar sobre serviço
2500 regionalizado. E aí eu passo para a Conselheira Juanita, nossa Vice-presidente. Pois não.
2501 Bom. A comissão de orçamento se reuniu ontem, e deliberamos, analisamos, melhor dizendo,
2502 a prestação de contas enviada pela SEDESE. Todos os conselheiros receberam a prestação
2503 de contas por e-mail, e houveram três questionamento. Os questionamento foram
2504 encaminhados a SEDESE e a gente vai apresentar a resposta aqui também. Primeira ação:
2505 que é a ação de qualificação, que tem a meta de 14543 pessoas qualificadas, no primeiro
2506 trimestre foi executado R\$ 99.166,00, com uma meta de, desce mais um porquinho por favor,
2507 meta não realizado físico de 2.810. Podemos ir para a próxima, pode descer. É.. o
2508 questionamento: as despesas com pagamento de duas parcelas do contrato tele presencial, foi
2509 realizado com recurso dessa ação, com recurso do IGD e GDE. A resposta da SEDESE foi: as
2510 despesas foram realizadas com o recurso do IGDE e inclusive consta explicado neste relatório
2511 trimestral na ação GDE, então se reflete a gestão do Estado. Atendido ao questionamento? A
2512 minha dúvida foi porque, o gasto aparece no relatório do item 1, e aparece exatamente no IGE,
2513 lá no IGDE, inclusive na explicação... não, não. É só para ver. Então não foi com esse recurso
2514 que estava previsto aí nessa rubrica, foi com recurso do IGE e GDE, é isso. Então ele sai
2515 desse relatório, dessa primeira parte do relatório aí. Não é isso? Vocês entenderam o que é?
2516 Estava constando pagamento de parcela do tele presencial, no relatório trimestral, no item 1,
2517 estava constando lá, pagamento de parcela do curso trimestral, tele presencial. Aí quando você
2518 ia lá nos gastos do IGDE e no IGE, tinha a mesma informação. Então fica parecendo que
2519 houve gastos, com recursos de qualificação e recursos do IGDE. Então vocês estão
2520 esclarecendo que o relatório estava incorreto, que na verdade o gasto foi só com recursos do

2521 IGDE e IGE. Deixa eu, só clarear aqui, para a gente poder entender. Quando eu recebo recurso
2522 do IGDE, que é um recurso da fonte 59, Eu posso, previsão orçamentária, eu posso alocar
2523 essa.... por exemplo, se o Governo Federal fala assim: eu vou te dar R\$100.000,00 na fonte
2524 cinco. Aqui a gente aloca na fonte 59. Eu posso distribuir essa fonte 59, aonde a gente acha
2525 que deve. Esse ajuste, a gente faz na hora que eu vou fazer o orçamento, da SEDESE. Então
2526 eu saio distribuindo, às vezes a gente senta com o pessoal do orçamento, do planejamento e
2527 fala assim: podemos prever 40.000 aqui 30.000 ali, então a gente sai distribuindo. O que vocês
2528 precisam ficar atento – eu estou colocando isso aqui como informação técnica – o mais
2529 importante, é vocês ficarem atento ao seguinte: se esta fonte é para gestão, o que eu posso
2530 gastar na gestão? Então eu posso gastar com qualificação, qualificação é tele presencial, é
2531 capacitação é tudo. Eu só não posso gastar com este recurso que é de gestão, em serviço.
2532 Isso eu não posso. Agora quando ele tramita aí, aí vocês podem... e a gente ainda faz mais, às
2533 vezes porque esta a liberdade, que qualquer gestor público, quem é gestor público aqui que
2534 trabalha com orçamento sabe disso. Você pode pagar despesas, conforme seu orçamento ele
2535 está detalhado lá, você pode tirar daqui, alocar ali, remanejar para cá, você só não pode
2536 diferenciar – quando você faz remanejamento – você só pode diferenciar o objetivo para que,
2537 que é aquela atividade. Eu não posso por exemplo, gastar com alguma coisa que é específico
2538 de serviço e outra coisa. A não ser que eu tenha uma justificativa, e que o planejamento aceita
2539 do ponto de vista de orçamento. Por isso assim, eu não vi qual que foi a dúvida que você
2540 levantou, mas é só para a gente se ater a essa questão. Às vezes, a gente pode confundir de
2541 falar: ah! Porque tava aqui, não gastou aqui, ou não gastou, entendeu? O recurso do IGE, ele
2542 está orçado dentro dessa ação. Entendeu? Essa informação eu tinha Roberta, de que vocês
2543 podem fazer isso. A minha questão é, se isso não precisa então está informado ali, seja
2544 suplementação, alguma coisa. Mas que mostre que esse recurso foi para lá, porque pode gerar
2545 na gente, a seguinte questão: você tem lá, orçado... sobre um pouquinho Beth, por gentileza.
2546 Eu não estou com o relatório aqui. Subir. É isso. E aí, então, não a dúvida, até já esclareceu,
2547 realmente foi recurso do IGDE. Mas aí no caso ali ó, na informação está lá, valor da LOA que é
2548 um milhão, aí tem suplementação, anulação. Se não então, não teria alguma informação ali
2549 que mostrasse que o recurso do IGDE e do IGE, foi para essa ação, pronto. É só isso. Não tem
2550 problema está ali, é só de informar de que o recurso esta nessa ação. OK. A próxima ação que
2551 é a operacionalização do Conselho, a meta física é o conselho apoiado. Foi apoiado e teve a
2552 execução financeira de R\$ 22.000,00 no primeiro trimestre. A terceira ação é o co-
2553 financiamento de serviço e benefício para municípios na execução da proteção social básica,
2554 que tem como meta, o co-financiamento de 103 unidades, e foi executado no primeiro
2555 quadrimestre, R\$ 446.000,00 num total de aproximadamente 7 milhões. Pode descer. Aqui
2556 também havia uma solicitação de esclarecimento: maior esclarecimento sobre o pagamento de
2557 estagiário do CURUMIM. O pagamento de estagiário do CURUMIM era feito no ano de 2010,
2558 pela ação 4272, trajetória de rua, na lei orçamentária de 2011, esse serviço está sendo
2559 realizado, por meio da ação 4234 que é a proteção social básica. Assim, esclarece que o
2560 pagamento do estagiário do CURUMIM é um serviço de execução direto do Estado, na qual
2561 este pagamento está incluído e se fundará com a municipalização deste serviço, para o
2562 município de Contagem. Foi esclarecido? A próxima ação, é proteção social especial, cujo
2563 orçamento de 16 milhões, tinha a meta física de 165. Foi realizado e o executado no primeiro
2564 trimestre foi de R\$ 2.440.000,00. Próxima ação é o fortalecimento dos instrumentos
2565 descentralizados de gestão do SUS, cujo o valor no ALOA é 626 mil, foi executado no primeiro
2566 trimestre R\$ 160.000,00. E execução física foi 95%, habilitado em gestão básica ou plena. Isso
2567 aqui também havia uma solicitação de esclarecimento, que é: a ação fortalecimento dos
2568 instrumentos descentralizados de gestão do SUS, tem haver com o pagamento da contra-
2569 partida federal do programa pró-jovem. A resposta é: é de competência do ordenador de
2570 despesas juntamente com a SEPLAG, a dotação orçamentária para cobertura de despesas de
2571 contra-partida de convênios. A decisão de escolha da ação de fortalecimento, resguarda as
2572 demais ações, que tem o objetivo de co-financiar os serviços. Olha só gente, a minha dúvida,
2573 ela vai um pouco além. Claro que aí, o ordenador de despesa, ele tem realmente a prerrogativa
2574 de dizer da onde ele vai tirar o recurso. Só que esse recurso é o FEAS, é Fundo Estadual de
2575 Assistência Social. E o pró-jovem urbano, todos nos sabemos, ele não é uma ação de
2576 assistência social. Apesar estar sendo é... foi não é, de maneira que até foi falada aqui, o
2577 Marcio acompanhou uma ação que o Estado de Minas Gerais decidiu por responsabilizar a
2578 SEDESE, por cumpri-la. E aí, eu não me lembro, talvez aí, os demais conselheiros podem até
2579 me ajudar nessa discussão, de haver nenhuma autorização por parte deste Conselho, de
2580 gastos com recursos do FEAS, para pagamento do pró-jovem urbano. Então essa é a questão,

2581 e ainda mais, aí considerando que o objetivo da ação é o fortalecimento de instrumentos de
2582 centralização da gestão do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Pró-jovem é urbano,
2583 ele não tem nenhuma vinculação com o SUAS. A vinculação dele dentro do Estado, foi com a
2584 SEDESE, uma responsabilidade que foi dada a SEDESE, para a sua execução, em parceria
2585 com uma OSIPE. Então isso me chamou a atenção neste sentido, eu não entendi porque que o
2586 gasto com um programa que não é da assistência social, foi feito dentro do FEAS. Quer
2587 responder? Quero. Veja bem Cristiane, você tem toda a razão quando você coloca isso, do
2588 ponto de vista estritamente legal e de pactuação e de tudo. E dizer que o pró-jovem urbano não
2589 tem nada a haver com a assistência... não, e com o SUAS, especificamente com a política de
2590 assistência, quer dizer, não é bem essa verdade, quando a gente apura, na ponta, como é que
2591 ele foi executado. A decisão dele estar aqui, da SEDESE, foi uma decisão de governo, é
2592 verdade, como a decisão de dizer: aonde a gente ia tirar a contra-partida, nos estamos
2593 assumindo isso, tanto que a gente é extremamente transparente ao colocar isso, na prestação
2594 de contas. E segundo: eu trabalhei com 65 municípios, dos 65 municípios eu tinha 42
2595 municípios da qual o pró-jovem urbano era executado na Secretaria de Assistência Social.
2596 Então estes são ajustes, que são feitos do ponto de vista, é... que a gente toma a decisão de
2597 governo, por exemplo, é a mesma lógica que nos estamos hoje com um questionamento do
2598 governo federal. Quando a gente percebe da Secretaria de Direitos Humanos, que vem
2599 fazendo uma série de ações que são de assistência social, e que muitas vezes o dinheiro está
2600 na assistência, eles estão fazendo ações, fazendo ações paralelas, e que a gente está nesta
2601 briga toda. No pró-jovem urbano por exemplo, a política de assistência social ela teve uma
2602 contribuição enorme, por incrível que pareça, com todos os desafios. Por exemplo: no que diz
2603 respeito, ao aporte de apoio que os CRAS davam, para a família desse jovem que ia para a
2604 escola. Isso tudo foi costurado lá. Dizer que nos tiramos dinheiro daí, e que pelo preceito legal,
2605 eu estou concordando com você, ele deveria vir para cá para dizer assim: olha, nos vamos tirar
2606 a contra-partida daqui. Isso realmente, a sua colocação procede do ponto de vista legal. Agora
2607 por um outro lado, nada que, foi proposto dentro desta rubrica também, foi deixado de
2608 descumprir. E nós tomamos essa decisão, porque, pelo planejamento nosso, dentro dessa
2609 rubrica de descentralização, que a gente estava prevendo, inclusive estava sobrando esse
2610 dinheiro. Ou eu gastava esse dinheiro com o pró-jovem urbano, ou na próxima elaboração de
2611 LOAS ele ia ser cortado, uma vez que você não gasta. Entendeu. Então essa foi a decisão que
2612 nos tomamos, quando a gente trabalhou isso, no estruturador, de forma muito clara, de dizer o
2613 seguinte: não, dentro das ações que nos propusemos, dentro dessa rubrica aí, nos vamos
2614 gastar isto. Igual a gente colocou, por exemplo, quando a gente fez a previsão, você quer ver
2615 outro exemplo claro que vai cair agora, é a questão... quando a gente aportou lá na questão do
2616 fundo a fundo, a gente previu lá, o monitoramento, um recurso lá. Dentro das ações que nos
2617 estamos fazendo de monitoramento. Obviamente esse recurso, eu teria que inventar alguma
2618 coisa para gastar, e gastar bem, que essa é a política nossa. E o que nos fizemos agora, a
2619 gente trabalhou ferramentas para o observatório, que ele vai responder uma série de coisas
2620 para a política de assistência. Entendeu. Então estas decisões, a gente tomou lá mesmo, isso
2621 você tem toda a razão. Entendeu. E estamos trazendo com a maior transparência, do jeito que
2622 nos colocamos ali, e se devíamos passar aqui, a gente não passou, até pela emergência da
2623 coisa, que eu tinha que pactuar. E foi uma coisa que foi trabalhado dentro do programa, mas
2624 voltado também para essa questão da política de assistência. Só uma dúvida Roberta, quando
2625 você falou. Então esse recurso foi passado para os fundos dos municípios? Eu não entendi.
2626 Roberta, desculpa, é só uma dúvida na sua fala, é porque quando você falou dos CRAS, eu
2627 não entendi? Esse recurso ele foi passado então para o fundo? Ah, tá. Não nos custeamos
2628 despesas, despesas, que foram feitas de articulação com o CRAS, entendeu? Capacitação que
2629 a gente fez. Pois é. Mas essas parcelas, quando fala parcelas, foi pagamento a **OSIPE**.
2630 Pagamento a OSIPE que custeava essas atividades que a gente fazia. Nos fizemos várias
2631 reuniões, nos fizemos três reuniões, inclusive com a equipe de CRAS, entendeu? Que ele... a
2632 OSIPE como ela executava, ela que pagava o hotel, pagava toda a despesa da capacitação.
2633 Todo o material que nos fizemos, que tinha haver com a política de assistência, ela que cobria
2634 essa despesa. Tá, dentro da contra-partida. Conselheira Beth, por favor. Eliane. Mas a
2635 Roberta. Eu acho que é assim, quando você coloca a natureza da ação, é muito difícil mesmo
2636 fazer um limite. Assim, se isso aqui é só da educação e isso aqui não é da assistência, até
2637 porque, o público que nos trabalhamos, ele é um público que merece... como quem diz, que
2638 está dentro da nossa política mesmo. A única questão, é que acho que, quando a gente faz um
2639 pouco esse remanejamento orçamentário, acho que a gente deve primar para fazer uma
2640 espécie de comunicado ao Conselho, assim como eu tenho que fazer em Belo Horizonte, todas

2641 as vezes que eu vou remanejar um recurso de uma fonte, que estava destinado para uma ação
2642 que eu vou remanejar, eu tenho que fazer um comunicado ao Conselho. Só um minutinho,
2643 deixa eu dar a agenda para a Roberta. É só para completar que não tem remanejamento, não
2644 é. Porque quando eu faço remanejamento também, é óbvio que a gente tem... isso aqui não é
2645 um remanejamento. O que a gente viu é o seguinte: eu tinha que dar a contra-partida, aonde a
2646 gente estava com a possibilidade de colocar recurso, a gente... tanto que quando a gente faz
2647 isso, a gente tem que fazer todo uma justificativa, de dizer aonde que você vai gastar aquele
2648 dinheiro, e porque, que você está alocando nessa ação, e o que, que tem haver essa ação.
2649 Essa ação, ela foi trabalhada como eu disse: capacitação, uma série de cartilhas que foram
2650 feitas, em cima disso aí, por isso que nos pegamos esse dinheiro. Agora não houve
2651 remanejamento, quer dizer, eu não remanejei de um lado, quando eu tive que dar a contra-
2652 partida, disse: olha, onde a gente pode pegar. E como a gente preservou a questão dos
2653 serviços, preservamos todo o nosso planejamento de capacitação e de tudo. Agora para mim
2654 também não tem problema não, o problema nosso e todos que são aqui executores, sabem
2655 muito bem disso, às vezes da urgência que a gente tem tomar decisão das coisas, mas para a
2656 gente fica dado o recado, presidente, o seguinte: qualquer manifestação aí, a gente comunicar
2657 e passar por essa deliberação, por essa discussão aqui. Agora só que a gente faz as coisas na
2658 emergência, porque tem que ser feita, tudo nosso é muito corrido, porque a gente tem que
2659 trabalhar nesse processo aí. Mas para nós está dado o recado, não tem problema não.
2660 Próxima ação, é a ação de manutenção e atualização do sistema de informação e
2661 monitoramento, no valor de, orçado na LOA de R\$ 112.000,00. Tem a meta de 214 municípios
2662 que recebem um co-financiamento alimentando o sistema. No primeiro trimestre foram 173, e
2663 não houve gastos financeiros com esta ação. A próxima ação o piso mineiro da assistência
2664 social, o valor da LOA, aproximadamente quinze milhões, meta de 214 municípios, houve a
2665 execução física, porém, no primeiro trimestre não houve pagamento, só segundo trimestre que
2666 os pagamentos começaram. Só que, como aqui é prestação do primeiro, por enquanto está
2667 zero. Pode ir na próxima ação? É proteção e amaro as mulheres em situação de violência, o
2668 valor da LOA é R\$ 150.000,00. Não foi executado nada, nem físico, nem financeiramente no
2669 primeiro trimestre. O programado dela é começar no segundo e chegando até o final do ano.
2670 Aqui os recursos do IGE e o IGDE, a rubrica, a seção sobre itens orçamentários, o saldo em 31
2671 de março, nestas duas contas do Banco do Brasil, uma tinha aproximadamente 600 e a outra
2672 R\$ 137,00. Não houve nenhuma despesa realizada e no IGDE, também em 31 de março, tinha
2673 R\$ 48.000,00, nesta conta do Banco do Brasil. E inscrição da despesa: não houve despesa
2674 realizada, o recurso reservado de 2010, para o pagamento de despesas com aquisição de
2675 equipamentos de informática, para a SUBAS e o CEAS, já empenhados e os equipamentos
2676 ainda não foram entregues. E nessa outra conta que tem R\$ 300.000,00, a descrição da
2677 despesa é o pagamento de duas parcelas do curso tele-presencial. A indicação da comissão é
2678 para a aprovação da prestação de contas. Está aberta as inscrições. **Cristiane.** É... mesmo
2679 com... eu quis retomar ficou... achei até estranho, só teve as minhas considerações para a
2680 prestação de contas. Antes deu retomar... apesar das explicações, e eu até imaginei que a
2681 comissão iria tirar algum indicativo de encaminhamento, em relação essa questão do pro jovem
2682 urbano. Eu acho que a gente precisa... a Roberta já explicou, a gente entende perfeitamente,
2683 claro, sabemos dos desafios que foi o programa para gestão do estado. Mas existe uma
2684 questão aí, que foi não feito um gasto dentro do fundo estadual de assistência social, sem
2685 prévio conhecimento deste Conselho. Então eu queria colocar isso em discussão e ver que
2686 encaminhamento que deve ser retirado em relação a isso. Eu quero só. Presidente só um
2687 minuto. Eu acho que também tem uma questão de parcela aí, que eu acho que não é só tão
2688 claro igual a Cristiane está colocando, porque o conselho tem acento à comissão de avaliação,
2689 do Pro Jovem Urbano, o Conselho esteve presente em todas as avaliações, foram mais de seis
2690 reuniões de avaliação, onde se avaliava não só a meta, como os gastos. Então também
2691 assim... olha, eu acho que o que você coloca é pertinente, agora o que eu acho é isso assim: é
2692 saber, se nós enquanto gestores, no afoito de fazer as coisas e de dar resultado, naquilo que a
2693 gente estava como empreendimento, quer dizer, este Conselho também teve acento à
2694 comissão. Então em nenhum momento também, quer dizer, não é totalmente para dizer assim:
2695 é totalmente desconhecido, essa possibilidade, ou se, pelo menos, aventou essa possibilidade
2696 de discussão lá, ou se essa discussão não era posta, quando do momento da avaliação das
2697 notas, a checagem junto com... a checagem amostral junto com OSIPE, e de qual orçamento o
2698 Estado estaria trabalhado com isso. Eu acho que também assim, aquela história do
2699 aprendizado, que a gente esta sempre em aprendizado. Quer dizer, então assim, de certa
2700 forma também, a gente comeu mosca também, do ponto de vista de Conselho, e assim eu

2701 quero salientar que: tanto o Marcos quanto a Cristiane, quando estiveram nestas comissões,
2702 fizeram um papel fantástico. Agora a gente também, não deu conta dessa discussão, essa
2703 discussão, ela não apareceu lá também, mas lá e ele estava presente também. Próxima
2704 inscrição. **Conselheiro Márcio.** É importante, relatar da minha participação na Comissão
2705 Estadual de Avaliação do Pro Jovem Urbano, que o processo dessa discussão, ele estava
2706 sempre atrelado aos técnicos também da própria SEPLAG, e também do próprio supervisor da
2707 SEDESE, nos encaminhamentos de todas as questões referentes aos pagamento, aos
2708 repasses, etc. Do ponto de vista deste Conselheiro, o conhecimento prático, do ponto de vista
2709 de alocação de recurso, de qual verba entra para qual... ou seja, o fluxo dessas verbas.
2710 Realmente para mim, era um desconhecimento deste processo, de que o Fundo de Assistência
2711 Social, não deveria financiar um programa da envergadura do Pro Jovem Urbano. Então, de
2712 fato, estas discussões, ela não ocorreu na comissão de avaliação. Nenhum dos momentos, a
2713 qual eu estive presente, esta discussão ela foi pauta, de algum tipo de observação. E todas as
2714 reuniões para aprovação da execução trimestral do programa, elas foram avaliadas e foram
2715 aprovadas pela comissão, na sua integralidade. Então, se houve um escape, neste processo,
2716 realmente há uma necessidade de se orientar neste aspecto, talvez não só o Pro Jovem
2717 Urbano, mas outros programas que poderiam vir, daqui para frente, para que a gente tivesse
2718 esse tipo de direcionamento. OK. Eu acho que é importante a gente estar bem claro neste
2719 sentido, é que houve um empenho muito grande por parte aí... Aí eu coloco com muita clareza,
2720 tanto dos técnicos da SEDESE, como também da SEPLAG. Do ponto de vista, de clareamento,
2721 de todos os recursos que foram alocados para o Programa. Tanto os recursos do Estado como
2722 recursos Federais, e a prestação de contas desses recursos. Então foi muito exaustivo, a
2723 discussão, longa. Na aprovação final agora do último relatório, foi um processo de ajuste longo.
2724 Para que realmente nenhuma situação ficasse, não esclarecida. Então eu quero deixar esse
2725 meu depoimento aqui, em relação a esse desconhecimento da aplicação do Fundo, do recurso
2726 do Fundo para aplicação do ProJovem Urbano. OK. Mais alguém inscrito? Bom eu vejo o
2727 seguinte: a Cristiana levanta bem, e a Roberta faz a colocação aqui, e chama atenção nossa,
2728 enquanto Conselho. Isso foi um quesito levantado lá no FONACEAS também. Se a gente quer
2729 um controle social por parte do Conselho, inclusive no sentido de aferir a gestão, é importante
2730 que a gente conheça todos tramites. E qual é o papel nosso enquanto controle social. Então
2731 nos precisamos realmente nos debruçar sobre isso. É, satisfaz, e deixa a gente muito tranqüilo,
2732 o depoimento que o Marcio traz. E a gente tinha pessoas aqui, conselheiros que têm a
2733 compreensão dessa caminhada, para fazer o acompanhamento. Cris já esteve lá, depois foi o
2734 seu antecessor, o Volney, e posteriormente o Marcio. Então nos tivemos um acompanhamento,
2735 e isso é muito importante, essa lisura, essa transparência e a finalidade do objetivo do
2736 programa é louvável. Isso... o que não quer dizer que a gente deve fugir ao controle social.
2737 Então eu acho que é legal, a gente estar fazendo a discussão e a gente estar atento a estas
2738 questões, e esse Conselho é um papel dele, estabelecer isso. Então foi um pedido feito,
2739 Roberta, inclusive para todos os Conselhos lá, que no próximo encontro, a gente levasse todas
2740 as preocupações e os problemas que a gente tem na prestação de contas, na questão do
2741 orçamento, na alocação de recursos, repasse Fundo a Fundo, função oito. Então enfim, toda
2742 essa sistemática para que a gente possa no debruçar lá no FONACEAS e a partir dali, para a
2743 gente poder com mais propriedade dar direcionamento no controle social, no que diz respeito
2744 aos Conselhos Municipais. OK. Mais algum questionamento? Alguém quer fazer referencia,
2745 não? OK. Então podemos entrar em processo de votação. O que solicita ali para deliberação é
2746 a aprovação da prestação de conta, então Geraldo sou pela aprovação do orçamento. Roberta,
2747 pela aprovação. Beth, pela aprovação. José Ismar, pela aprovação. Marcio, pela aprovação.
2748 Volney, pela aprovação. Silvestre, pela aprovação. George, pela aprovação. Soraya, pela
2749 aprovação. Miraneide, pela aprovação. Cristiane, pela não aprovação. Fernando, pela
2750 aprovação. Jansen, pela aprovação. Maria de Lourdes, pela aprovação. Adenor, pela
2751 aprovação. Sônia, pela aprovação. Mario Roberto, pela aprovação. Juanita, pela aprovação.
2752 OK. Está concluso seu relatório, Conselheiro Fernando? OK. Temos só mais um outro aspecto
2753 é de acordo com a prestação de contas, mas na última plenária, foi solicitado pela Conselheira
2754 Cristiane, que fosse um quadro comparativo entre o orçamento que veio para o CEAS, a
2755 primeira proposta o que saiu do CEAS e o que, que fechou. Lembrando que só que isso é um
2756 processo de negociação, que nem todos os órgãos do Estado querem pegar o recurso, depois
2757 isso ainda... então existe esse conflito. E depois ainda passa pela Assembléia. Então primeiro,
2758 ação de qualificação, pode aumentar um pouco? Na primeira ação. Ação de qualificação, foi
2759 uma proposta da SEDESE de um milhão e cem. Que é a primeira coluna. Na segunda coluna
2760 saiu pelo Conselho o mesmo valor. E foi aprovado na LOA o mesmo valor da ação, então não

2761 houve alteração. A operacionalização do Conselho, do CEAS, é veio para cá... espera aí que
2762 eu perdi... não é mais encima. Essa aqui. Veio a proposta da SEDESE de 679.000, o Conselho
2763 fez uma proposta de 1.000.000 e fechou na lei orçamentária em R\$ 763.000,00. Ou seja,
2764 houve um acréscimo em relação ao que a SEDESE propôs e uma diminuição em relação ao
2765 que o próprio Conselho. A próxima ação é Proteção Básica, veio uma proposta da SEDESE
2766 para o Conselho de 23.600.000, saiu daqui uma proposta de 24.000.000 e fechou na lei
2767 orçamentária em 7.000.000. E porque que houve essa redução tão grande? Porque foi criado o
2768 Piso Mineiro de Assistência Social, no valor de 15.000.000 e não foi incrementado um novo
2769 recurso, o recurso foi integralmente retirado dessa ação. Então por isso a gente vai ver lá
2770 embaixo uma ação de 15.000.000, está saindo dessa ação, por isto acontece esta diminuição.
2771 21 e 800. É a proteção especial, veio a proposta da SEDESE de 15.700.000, saiu do Conselho
2772 inalterada, a proposta, e fechou na lei orçamentária com acréscimo, um pequeno acréscimo,
2773 fechou em R\$ 16.100.000,00. Gestão do SUS veio a proposta da SEDESE de 626.000, o
2774 conselho não alterou, e fechou na lei orçamentária neste mesmo valor, R\$ 626.000,00. A
2775 manutenção do sistema, R\$ 112.000,00 foi a proposta do SEDESE, o conselho não alterou, e
2776 fechou em R\$ 112.000,00. Aí o piso mineiro, que inicialmente não tinha proposta da SEDESE,
2777 que foi criado além do CEAS, e dois foi criado na Assembléia, no valor de R\$ 15.000,00. R\$
2778 15.000.000,00. Proteção e amparo às mulheres em situação de violência, R\$ 150.000,00 o
2779 proposto pela SEDESE, não foi alterado pelo Conselho, e fechou em R\$ 150.000,00 na
2780 Assembléia. Então de forma geral – não, última linha. O proposto pela SEDESE foi de R\$
2781 42.100.000,00 , o conselho propôs 42.800.000 e no final de todo o processo de negociação
2782 com a SEPLAG e com a Assembléia, fechou e R\$ 40.800.000,00. Na verdade, só ressaltando
2783 que aqui não tem nenhuma deliberação, é só informativo. Eu agradeço a comissão por atender
2784 prontamente, destaco que, a gente pode perceber que houve nas negociações, a política de
2785 assistência social aí perdeu cerca de 2.000.000. Entre o que foi negociado aqui, na SEDESE e
2786 o que foi de fato, aprovado. Não é isso? É essa a questão né? Aí eu acho que vale a nossa...
2787 um alerta né... a gente que fica discutindo a questão da política de assistência social, uma
2788 mobilização maior, para que não aja estas perdas, dentro dessa negociação. Obrigado viu
2789 Fernando. **Conselheira Roberta.** Eu só queria alertar esse Conselho, acho que o que a
2790 Cristiane traz, é importante, e de lembrar o seguinte: quando da proposta do orçamento aqui e
2791 ela vai para a Assembléia, é lá que dá a correlação de força. Então se tiver de fazer
2792 mobilização é lá. Porque seis meses depois que nos estamos apresentando este comparativo,
2793 para conhecimento, porque teve a iniciativa da Conselheira aqui, que solicitou isso. Então eu já
2794 alerta para este Conselho, tardiamente, tomar consciência, de uma coisa que: saiu a proposta
2795 daqui, a capacidade de mobilização. E eu me lembro, o ano passado, claramente, que Geraldo
2796 ficou quase que praticamente sozinho, nessa empreitada na Assembléia, nestas negociações.
2797 Então o que, que acontece. Aqui precisa ficar atento, inclusive nessas posições nossas, que a
2798 gente atua muito politicamente, mas assim, às vezes a gente tende a tender a atuar
2799 politicamente aqui dentro dessa plenária. Eu preciso entender, que essa atuação, ela tem que
2800 sair fora daqui, por essa disputa aqui, de orçamento, ela perpassa internamento no governo, e
2801 depois ela vai para lá. Então quando você fala: nos perdemos 2.000.000, e ganhamos em
2802 algumas ações, o que a gente percebe claramente aqui, que a gente ganha algumas ações
2803 gente. Se vocês não tiveram a oportunidade de ver, por favor pega uma peça orçamentária, da
2804 política de assistência social e a PEC que publica isso, para vocês verem, aonde que é que a
2805 gente ganha. A gente ganha nos movimentos que vão para lá e fazem emendas. Emendinhas,
2806 que para nós, do ponto de vista, não impacta, na proposta de implantar serviço continuado.
2807 Isso é o maior sofrimento para qualquer gestor, que está dentro dessa sala aqui, que sabe
2808 muito bem como trabalha com isso. Então é muito importante isso que ela levantou aqui, a
2809 Cristiane, e falo: ainda que tardiamente, seis meses depois, nos estamos fazendo essa
2810 comparação. Seis meses depois a gente percebe que nos perdemos 2.000.000. Aí seis meses
2811 depois que a gente convoca para dizer que nos precisamos mobilizar. Precisamos sim, nos
2812 vamos entrar para a discussão da peça do orçamento de 2011. Então vamos ver se a gente
2813 tem maturação suficiente, para poder discutir uma peça aqui, coisa... e a gente ir para a
2814 Assembléia para a gente lutar. Porque eu vou ser muito sincera para vocês, eu tenho o maior
2815 orgulho de trabalhar, com um orçamento de 300 milhões, de 400 milhões, entendeu. Isso para
2816 nós, assim, eu ser a mulher que assina uma caneta de 400 milhões, embora a preocupação.
2817 Mas isso só é na disputa orçamentária, e para isso a gente precisa movimentar este Conselho.
2818 Esse Conselho precisa movimentar e aprender a ir lá para a Assembléia disputar orçamento
2819 para nós. Roberta, principalmente... só questão de ordem, eu vou passar para você
2820 Consolação. Só lembrando o seguinte: lá no FONACEAS eu disse isso, e não quer fazer

2821 nenhuma fala demagógica. Chefe forte, equipe forte, a recíproca é verdadeira. Então para o
2822 gestor ser forte e captar recurso, se a gente não fizer essa empreitada na Assembléia, não vai
2823 adiantar. A correlação de força é lá. Então não adianta, eu brigar aqui com o meu gestor, e ficar
2824 brigando por migalha. Eu tenho que ir é lá e por mais dinheiro aqui dentro. Aí de repente, eu
2825 posso brigar. Pelo quantitativo. Então é lá, é lá que é. E aí a gente realmente falta essa
2826 mobilização. Eu sei que o papel do Conselheiro vai para muito além da plenária. Mas, eu sei
2827 também da agenda de cada um, sei também do comprometimento de cada um, mas tem muito
2828 mais do que a gente está fazendo. É só para lembrar que, só eu na audiência pública no
2829 Conselho. E dei o retorno à época e a gente ainda conseguiu aumentar um pouquinho. E eu
2830 não pude fazer mais articulações, porque eu não era conselheira, eu só tinha uma proposta
2831 vinda daqui. Então eu também tive uma limitação, neste dia, por ser da Secretaria Executiva, e
2832 não Conselheira. E, inclusive, a gente conseguiu aumentar. E no ano passado, nos demos este
2833 retorno, e tivemos também daquilo que já tinha a intenção, pelo menos, de ter sido
2834 encaminhado da Assembléia. Quer dizer... e no início do ano também. Veio para cá agora, que
2835 pediram, mas estava pronto, inclusive a Beth sabe, dentro da comissão, isso já esta pronto
2836 esse quadro, inclusive desde janeiro, quando saiu a aprovação da LOAS. Muito bem.
2837 Conselheiro Fernando. Pois não Beth. Eu sou solidária aí a Roberta. Eu acho que é o seguinte.
2838 Essa luta pelo orçamento, a gente tem que fazer a disputa mesmo. Atualmente, nos estamos...
2839 o Estado estará fazendo, os próximos quatro anos. Então nesse momento, essa discussão está
2840 sendo levada, regionalizada. Principalmente face ao seminário ou Ciclo de Combate a Pobreza
2841 Extrema. Está sendo levada esta discussão em todo o estado, no sentido de estar pautando,
2842 novas, as ações e também, a questão orçamentária. Porque nos temos muito o que fazer, e a
2843 política de assistência social, está diretamente relacionada com o orçamento destinado a ela.
2844 Beth Obrigada. Conselheiro Fernando obrigado. Tem uma importância fundamental mais uma
2845 vez aí, no orçamento e na comissão. Podemos então, nos vamos agora... não é o horário das
2846 comissões, então nos vamos voltar a pauta nossa. Para a Conselheira Juanita, é a Juanita que
2847 vai falar sobre serviço? Roberta, serviços regionalizados é você ou Juanita? Conselheira
2848 Roberta. É, bom. Primeiro eu queria dizer, Presidente, antes da gente ir especificamente na
2849 resolução. Dizer que essa batalha da questão de serviço regionalizado, ela tem sido um
2850 tormento. Particularmente para mim, como gestora estadual, desde quando eu entrei na
2851 SEDESE. Então quando eu pego o pacto de aprimoramento, que nos deliberamos aqui, o
2852 Plano Estadual de Assistência Social que nos deliberamos. Eu tenho a grata satisfação de
2853 dizer, que eu deixei de cumprir, eu descumpri apenas dois itens, embora dois itens
2854 importantíssimos para nós, que a questão do desenho da regionalização, e a questão do
2855 concurso público. Quando a gente pega as metas do pacto, e aí eu chamo atenção também
2856 desse Conselho, que nunca me chamou para monitorar e avaliar o pacto, entendeu, mas a
2857 gente vai levando. E aí a gente está lá, trabalhando duro, e quando a gente para agora, que
2858 nos vamos fazer um novo pacto agora, a gente vai trazer para esse Conselho deliberar, a gente
2859 faz uma avaliação do antigo, aí eu tenho essa satisfação, e lá na plenária da Assembléia,
2860 também foi lembrado, Minas Gerais, ficou no ranking no primeiro lugar, de comprimento de
2861 metas do pacto. Mas essas duas ações, que a gente tinha previsto, há quatro anos atrás. São
2862 duas ações que a gente vem com muita luta, muita disputa internamente do governo. O
2863 concurso como a Aninha falou, já tem um indicativo para esse ano, graças a Deus, e agora o
2864 desenho da regionalização. E o desenho da regionalização, a gente trabalhou na SIBE com
2865 muito afinco, que nos fizemos uma câmara técnica, que ela funcionou por mais ou menos
2866 quase um ano, não é Juanita? Essa câmara técnica. Seis meses. E a gente veio fazendo a
2867 discussão paralela a câmara técnica, que foi criada na SITE de proteção especial, que ainda
2868 não terminou a câmara técnica da SITE, que ia ser um grande desafio no SUAS, um dos
2869 grandes desafios é a proteção especial, especificamente, a regionalizada. Então o fruto dessa
2870 discussão, e aí pode passar os considerandos aí da resolução, porque nos estamos trazendo—
2871 só um minutinho – volta lá – nos estamos trazendo esta resolução, ela está dispondo, de
2872 parâmetros, nos estamos trazendo ela aqui, ela traz diretrizes e parâmetros, para gente
2873 implantar e adequar serviços regionalizados. Aqui nos não estamos criteriando, para dizer
2874 assim: vai ser em A e B, aqui são as diretrizes para a gente fazer, o desenho dos serviços
2875 regionalizados, que nos precisamos, que nos inscrevemos na LOAS e inscrevemos também na
2876 NOBSUAS, então aqui ela trazendo parâmetros. Aí tem uma série de considerandos, do ponto
2877 de vista legal. Que entra a Constituição, a NOB, a LOAS, a tipificação que foi uma grande
2878 ferramenta para nós, para dizer o quê que é serviço de assistência social, quais são esses
2879 serviços da assistência social de média e alta complexidade, a questão da câmara técnica, que
2880 nos aprofundamos muito nesta discussão, bem detalhado, para dizer o quê que é. Então esses

2881 considerando todos é que nos levaram, a propor isso na SITE, pactuar na SITE, e agora trazer
2882 para vocês, para que esse Conselho delibere. Na CIB, é. E aí... fala mais alto? Ah. Então está
2883 bom. E aí lembrando também um outro dado importante, que eu quero trazer aqui. Que o
2884 Conselho Estadual de Assistência Social, a sua operação do Conselho, está dentro do
2885 estruturador nosso agora. Foi um grande ganho que nos tivemos, o ano passado, ao colocar no
2886 estruturador. Porque isso o quê que traz para a gente? Trás um acompanhamento das ações
2887 do Conselho, do ponto de vista, da gestão e execução das atividades do Conselho, de forma
2888 planejada, e traz ainda, assegurado, qualquer possibilidade... quando o governo faz corte no
2889 orçamento, geralmente eles preservam o estruturador. E prova disso, que teve corte esse ano
2890 já, nos orçamentos. E a assistência social o SUAS, ele foi preservado, e obviamente o
2891 Conselho também foi preservado, por estar no estruturador. Porque aqueles conselhos que
2892 não estavam no estruturador tiveram seus cortes de orçamento, que já são bem pequenos. Isto
2893 posto. Porque que eu estou falando do estruturador? Porque uma das metas de ação deste
2894 Conselho, como marco, ele traz essa deliberação dessa resolução de parâmetros. Porque que
2895 isto é importante? Porque na hora que se avalia o acordo de resultado, a avaliação da média
2896 da execução do SUAS no estruturador, ele afeta o percentual de salário que é dado para todas
2897 as pessoas que estão naquele estruturador, todos os trabalhadores, inclusive os trabalhadores
2898 do CEAS. Então, por exemplo, se chegar no final do ano, a gente conseguir 90%, 9. Vamos por
2899 exemplo, uma nota nove, significa que a gente cumpriu noventa por cento das nossas ações,
2900 incluindo as ações do CEAS, todos os trabalhadores, inclusive do CEAS, recebe um décimo
2901 quatro aí de 90% do salário. Então isso para a gente é muito importante, para toda a equipe
2902 que trabalha aqui, que é servidor do CEAS. Por isso que é importante também essa plenária ter
2903 clareza desta questão, como é que isso tramita dentro do estruturador. Então o quê que a
2904 gente está trazendo, aprovar diretriz para organização dos serviços regionalizados de proteção
2905 social especial de média e alta complexidade, no âmbito do SUAS, no Estado de Minas Gerais.
2906 Artigo segundo: a regionalização do serviço sócio assistencial de proteção especial, será
2907 utilizada excepcionalmente, quando esgotado, todas as possibilidades, de implantação do
2908 serviço local, em particular, de criança e adolescente, de modo a garantir e preservar, ou
2909 reestruturar os vínculos familiares e comunitários. Porque a gente fez questão de colocar isso?
2910 Se nós não tomarmos cuidado com a implantação dos serviços regionalizados, nos vamos
2911 estar criando, estrutura que desvincule, ou fragiliza os vínculos familiares. Esse é o primeiro
2912 princípio que é o princípio da NOB e da LOAS, que a gente precisa preservar. E a segunda
2913 questão, é que todas as políticas, tende a ser o mais descentralizado possível, de forma a
2914 chegar perto do usuário. Então a gente vai ter que fomentar, a criação e o fortalecimento do
2915 SUAS local, para evitar que as pessoas, precisam sair dos seus municípios para poder ofertar,
2916 acessar serviço em outro município. Então isso para a gente, a gente está colocando no caso
2917 de excepcionalidade, para evitar que isso vire uma regra geral. Então a gente não fomenta, a
2918 estruturação do serviço local, e a gente começa a demandar as pessoas para outro município,
2919 que foi uma coisa muito parecida que o SUS fez, no início, e que ele concertou com a chamada
2920 ambulância. A ambulância logo na implantação do SUS, ele passou a ser uma ferramenta de
2921 levar o problema para frente. O usuário não tinha acesso ao serviço na área da saúde, então
2922 passa ele para frente com a ambulância. Uma vez ele sendo atendido pela ambulância, o
2923 poder local entendia que estava resolvendo, sob pena dele morrer no meio do caminho, ou sob
2924 pena dele passar várias privações, aonde ele poderia acessar esse serviço. Então isso é a
2925 nossa preocupação, ao discutir a questão da regionalização. Aí a gente colocou: a gestão dos
2926 serviços regionalizados de proteção especial, é de responsabilidade do órgão gestor estadual,
2927 e se estruturará com base nos princípios de cooperação entre os entes federados: união,
2928 estado e município. Mas a competência é do gestor estadual. E assim está muito claro, na lei
2929 orgânica e na norma operacional básica do SUAS. Artigo quarto: A regionalização do serviço
2930 de proteção especial... a gente podia fazer um encaminhamento aqui, que eu não fiz, eu ia
2931 lendo e vocês podiam pedir destaque, por aí a gente voltava depois nos destaques. Pode ser?
2932 Porque eu estou vendo que você está anotando aí, então você quer um destaque no terceiro
2933 artigo? Segundo e Terceiro. Alguém podia anotar aí para nós, por favor Juanita. Tem uma
2934 resolução em cima aí da minha mesa. Aí você põe o destaque aí. Porque aí fica mais fácil
2935 depois a gente volta nos destaques para clarear e acrescentar sugestões. É nos estamos no
2936 quarto, não é? Então tem o destaque do Marcelo no segundo e no terceiro. Artigo quarto: A
2937 regionalização do serviço de proteção especial de média complexidade, ofertado no centro de
2938 referência especializado CREAS, regional, obedecerá, os seguintes critérios: primeiro - para o
2939 município sediar a oferta regionalizada do serviço de proteção especial de média
2940 complexidade, o CREAS deverá ter: primeiro – órgão de garantia de direito, como: comarca de

2941 justiça e delegacia. Segundo – unidade de acolhimento institucional, principalmente para
2942 criança e o adolescente e com capacidade instalada, de acordo com o número de municípios
2943 vinculados. Oferta de vaga para os casos de usuários que estiverem em risco social e que
2944 deveram estar sob a proteção do Estado. Então para o município sediar um CREAS regional,
2945 ele precisa ter isso. Caso contrário eu não posso instalar um CREAS regional lá. Algum
2946 destaque? Marcelo também. Destaque para o Marcelo. Para os municípios vincular ao serviço
2947 regionalizado de proteção especial de média complexidade, deverá ter: primeiro – estruturar da
2948 oferta de proteção social básica, CRAS em funcionamento. ue deverá realizar a interface com a
2949 equipe do CREAS regional, auxiliando também, na articulação com rede local e no
2950 acompanhamento dos encaminhamentos realizados, efetivando ali fiou ruim, efetivando a
2951 referencia e a contra referencia. Podia achar uma palavra aí sem ser efetivando. Os órgãos de
2952 defesa de direito como conselho de direito e tutelar. Algum destaque? Bom. Agora nos vamos
2953 para regionalização. Regionalização de Serviços de Proteção Social Especial de Alta
2954 Complexidade, obedecerá os seguintes critérios: para o município sediar o equipamento
2955 regional de acolhimento institucional, deverá ter: CREAS em funcionamento ou equipe de
2956 referência de proteção especial, unidade de acolhimento com capacidade instalada, infra-
2957 estrutura suficiente para atendimento aos usuários, oferta de vaga. Integrar o equipamento
2958 regional de acolhimento, institucional à rede sócio assistencial no âmbito local. De onde vai ser
2959 a sede, aonde o equipamento de acolhimento está instalado. O município vinculado ao
2960 equipamento de acolhimento institucional, deverá ter: estruturada oferta de proteção social
2961 básica, CRAS, em funcionamento, que deverá realizar a interface com a equipe do CREAS
2962 regional... ali não é CREAS regional não. Não, mas o município vinculado, como é que ele vai
2963 fazer face a CREAS regional. Eu não tenho CREAS. Está errado ali. Ali está errado. CREAS
2964 regional está errado. Ta. Gente vou ler de novo. Vou ler de novo. Para o município vinculado,
2965 vinculado ta, ele deverá ter, ele necessariamente não precisa ter CREAS regional não, se ele
2966 tiver... Mas é isso que eu estou dizendo, necessariamente eu posso ter um acolhimento
2967 institucional e não ter regional e não ter CREAS regional. É, CREAS regional, daí ele não
2968 precisa ter... veja bem gente. Vou dar um exemplo claro aqui, só para entender isso aqui.
2969 Porque isso aí está errado. Dentro da concepção que nos criamos, eu vou dar um exemplo
2970 aqui: se eu quiser criar o equipamento de acolhimento institucional em Montes Claros, porque
2971 eu tenho um espaço lá grande, vou fazer um convenio lá com a instituição, juntamente com a
2972 prefeitura lá, para poder ofertar vaga, de acolhimento para aquele grupo lá. Quem está
2973 vinculado ali... Brasília de Minas não precisa, eu não preciso ter um CREAS regional em
2974 Montes Claros. Pois é, está errado, é isso que eu estou dizendo, eu não ter, ele tem que fazer
2975 a interface com o CREAS dele que ele tiver e com o CRAS dele, não com CREAS regional.
2976 Porque o CREAS regional por exemplo... Gente mas não é o caso ali, eu estou dizendo o
2977 seguinte: para ele vincular, mandar uma vaga para lá... É... ali para ele... Isso.... Isso... de
2978 Brasília de Minas, beleza. Só que aí ele encontra, uma... essa criança tem uma situação de
2979 violação... Sim vai ser internado em Montes Claros, ponto. Então é o seguinte: eu preciso de
2980 que a equipe do CRAS, se relacione com o CREAS regional... Mas e se lá não tiver gente. Lá
2981 não tem CREAS regional. Mas ele tem que está próximo, o município que está vinculado. Não
2982 gente, não é. Ele tem que ter... gente, vamos lá raciocinar, veja bem... aí por exemplo vamos
2983 supor que nos instalamos CREAS regional, ta. Vão instalar CREAS regional em Manga, beleza,
2984 porque lá... não Manga. Manga o CREAS regional está em Manga. Mas Brasília de Minas, não
2985 está vinculado a esse serviço de média complexidade regional de Manga, pronto. Não tem
2986 problema nenhum. Mas ele quer internar uma criança em Montes Claros. (Conversa fora do
2987 microfone). O equipamento não é o CREAS Beth, presta atenção, o equipamento é a
2988 instituição de acolhimento, não é o CREAS, ali é alta complexidade, é minha querida, oh. Está
2989 errado ali. Pode riscar isto está errado. Não, mas lá ta certo, aqui está errado, aqui saiu errado.
2990 Porque realmente assim, Brasília de Minas não é vinculado ao CREAS, que nos fizemos, o
2991 CREAS é média complexidade. Então nos já passamos o Média Complexidade eu estou
2992 tratando de vinculados à Alta Complexidade. Exatamente, eu estou dizendo que: ele precisa
2993 ser – aonde que nos paramos ali que ela mudou – ah. Então veja bem, ele precisa ter
2994 estruturada a oferta de proteção básica, CRAS em funcionamento – isso é o município que esta
2995 mandando a criança – realizar a interface. Ele não tem essa interface com este CREAS
2996 regional ali, porque Montes Claros não tem CREAS regional. Tire isso ai. Isso aí é que esta
2997 errado. Entendeu? Ele fazer interface com CREAS regional de Salinas, se Brasília de Minas
2998 não está vinculado a Manga. Não tem nada a ver. Auxiliando também na articulação, com a
2999 rede – aí o máximo que gente pode fazer, ele precisa ter interface com a equipe do CREAS
3000 local. Se tiver, se tiver. Aí vai ser com o gestor local, vai ser com o gestor local. Com o CRAS

3001 ou com o gestor local. Não gente. Presta atenção, Beth. Ele está, porque depois mais para
3002 baixo, você vai entender, como é que nos vamos fazer isso. Nos vamos fazer isso com oferta
3003 de vaga. Então mandar uma criança para lá, eu preciso... com central de vaga, e eu preciso
3004 saber se essa casa que vai receber essa criança. Essa casa... vamos por um nome lá... Casa
3005 Dona Maria de Freitas, Casa Risoleta Neves, ela precisa pertencer ao SUAS local, de Montes
3006 Claros, porque faz o monitoramento, e tudo, então ela atende a turma do município e preservou
3007 umas vagas, que o Estado vai pagar, para aqueles grupos que vão ser vinculados aquele
3008 consórcio. Correto? Então, quando... Brasília de Minas, manda uma criança para lá, dentro da
3009 Central de Vagas, o gestor local do SUAS, que tem este equipamento regional de alta
3010 complexidade, precisa compreender, nesta interface dessa relação, que tem uma criança, que
3011 é de Brasília de Minas e que está lá, e que o CREAS local de Montes Claros, precisa ir lá na
3012 Risoleta Neves e falar: como é que está sendo a visita? Como que está o retorno desta criança
3013 para Brasília de Minas? Por isso que a gente está fazendo esta interface com o sistema local.
3014 O sistema local precisa estar funcionando, essa equipamento de alta complexidade precisa
3015 pertencer a este sistema local, para ter essa conversação, dentro do sistema de oferta de vaga.
3016 Para que Brasília de Minas, não leve esse menino para Risoleta Neves, o gestor estadual não
3017 sabe, o CREAS não sabe que essa rede pertence ao CREAS lá, ninguém sabe. A Dona Maria
3018 da Risoleta Neves recebeu essa criança, e lá ela fica *ad eternum*. Entendeu? Essa é a lógica.
3019 Deixe eu só. Tem um destaque aí. Pode então faz o destaque aí. Beleza. Bom, então vamos lá.
3020 Ainda tem. Nos estamos na Alta ainda. Viu gente. Para gente poder clarear. É, o município.
3021 Vamos lá, você vai ver isso lá em baixo, Beth, é porque você não esta, você vai ver. Gente
3022 você vai ver isso lá em baixo, espera. Pede o seu destaque e espera ver ele todo. Exatamente.
3023 Então vamos lá. O CREAS em funcionamento, ou equipe técnica... ele tem que ter um CREAS
3024 em funcionamento ou equipe técnica de referência da proteção especial, que deverá atender
3025 todas as atribuições que lhe são próprias, desde o momento da institucionalização e a
3026 desinstitucionalização do usuário. Entendeu? Põe a pessoa lá, e eu tenho que preocupar, no
3027 momento em que eu institucionalizo e como é que eu vou desinstitucionalizar. Ele tem que ter.
3028 Nesse lugar que vai sediar, precisa ter também, os órgãos de garantia de direito funcionando.
3029 Que é o conselho de direito e o conselho tutelar, ta. Vinculado, o vinculado precisa ter isso,
3030 porque? É aquilo nos estamos falando, trabalhar a desinstitucionalização, eu preciso do
3031 sistema de garantia de direito. Por isso é que eu falei lá em cima, não se vocês observaram?
3032 Que para implantar serviço regionalizado, a gente tem que estar com o sistema de garantia,
3033 páreo a páreo. Vocês vão ver como é que ele vai desdobrar ai em baixo. Aí vem. O
3034 acolhimento institucional do usuário, em unidade regionalizada, se efetiva mediante acordo do
3035 sistema único de assistência social e o sistema de garantia de direito. Ou seja, ninguém interna
3036 ninguém, se o Juiz não mandar. Se o Juiz, se o Conselho Tutelar, exatamente. Sim gente, nos
3037 podemos acrescentar. Gente, é para isso Beth, pede o destaque aí. Exato. A Beth pediu um
3038 destaque. É só acrescentar. Eu quero dizer para os senhores... Exatamente. Gente. Inclusive
3039 eu queria pedir o seguinte: Porque a proposta de trazer aqui para discutir, é exatamente isso, é
3040 para acrescentar. E eu queria pedir a contribuição dos conselheiros, que pegasse a proposta
3041 da resolução e já escrevesse a palavra que quer que acrescente. Você entendeu? Escreve
3042 num papelzinho aí, para não perder o raciocínio, para a gente poder melhorar a proposta. A
3043 idéia é essa. O que eu estou discutindo com vocês é apresentando a idéia da resolução. E é
3044 para isso que ela vem para cá, é para ela ser retirado, para acrescentado. O acolhimento
3045 institucional, gente vamos lá. O acolhimento institucional de criança e adolescente e idoso com
3046 risco social e pessoal, somente se efetivará, no cumprimento de medida protetiva, de
3047 acolhimento institucional ou familiar, e da inexistência de vínculos familiares. Então, aquilo que
3048 estavamos falando lá na frente, nos acrescentamos um parágrafo para dizer: eu só acolho
3049 institucionalmente quando eu tenho uma medida protetiva determinada. Entendeu? Seja ela, do
3050 ponto de vista da família, ou de indivíduo. Ou quando se é percebido que: então ele passa a
3051 ser proteção do Estado brasileiro. Isso minha querida, vai pondo as suas sugestões ai. Será
3052 instituído a Câmara Central de Vagas. Todo equipamento de acolhimento institucional, que se
3053 propõe a oferta de vaga, de forma regionalizada, será inserido no Sistema de Central de Vaga.
3054 A gestão de acesso a vaga, no referido sistema, compete ao órgão gestor estadual. E aí, só
3055 para terminar, porque aí já vem esta questão da resolução, o quê que a gente quis colocar com
3056 essa idéia? Quando a gente aportou o sistema de garantia de direito e o SUAS, que esses dois
3057 sistemas são responsáveis, pela deflagração da demanda para o acolhimento institucional, e
3058 eles vão conversar no sistema – uma forma eletrônica – serão responsabilizados, a
3059 institucionalização dessa criança, ou indivíduo ou pessoa, como também a
3060 desinstitucionalização. Quando a gente está falando da Central de Vaga, isso vai ser criado um

3061 sistema, e com certeza, essa idéia Beth, a gente aportou, da discussão que nos tivemos na
3062 Câmara Técnica, que vocês colocaram a, experiência suas de Central de Vaga. Claro que nos
3063 vamos conhecer a sua Central de Vaga. Vamos conhecer de outros lugares que existe, da
3064 Saúde, nós já temos uma reunião marcada, com a saúde, para ver como é que a saúde faz:
3065 vagas. Oferta vagas, em equipamentos regionais dela, de forma de consórcio. Para a gente
3066 poder construir isto, do ponto de vista da política de assistência social. Então da média
3067 complexidade, que é a implantação do PAEF, com a estrutura do CREAS. A gente já tem uma
3068 experiência bastante acumulada, para isso acontecer de uma forma mais, eu diria, a curto
3069 prazo. Do ponto de vista da institucionalização, essa questão da Central de Vaga, ela é de
3070 suma importância a institucionalização disso, numa forma de sistema eletrônico, e isso porque?
3071 Porque a gente percebeu que é a única forma ágil que, ou o Juiz, ou uma promotora, alguém
3072 da assistência social, detecta que precisa do acolhimento institucional e ele precisa ser
3073 mandado para algum lugar, precisa ser protegido, e de que forma que os dois sistemas se
3074 responsabiliza. Porque o quê que nos estamos percebendo hoje, do ponto de vista, de
3075 acolhimento institucional, o quê que está acontecendo? As instituições estão recebendo
3076 crianças, adolescentes e pessoas. E, sem nenhuma referencia com o SUAS e muito mais com
3077 o sistema judicial do que com o SUAS. E aí, quando assusta, o SUAS é chamado para ver: a
3078 superlotação, re-ordenamento, financiamento e ninguém discute a desinstitucionalização dessa
3079 criança, desse adolescente. E ali ele fica, e a probabilidade dele romper, aqueles vínculos que
3080 estava fragilizado é total. Por isso que a gente apostou muito, nessa possibilidade de que, para
3081 implantar serviço regional, a gente que ter no mínimo, um sistema único, que esteja
3082 minimamente funcionando. Para ele poder perceber, que esse individuo, criança ou
3083 adolescente, ele esta acessando serviço em outro lugar, mas ele está sendo acompanhado.
3084 Um dos dois sistemas tem que acompanhar. Ele entrou por porta de um dos dois sistemas,
3085 então os dois sistemas são responsáveis, para dar a resposta e a solução para esse individuo
3086 de forma regionalizada. Muito obrigado aos senhores. Ah, bom. Vamos lá no destaque do
3087 Marcelo, que aí a gente vai acertando. Roberta, eu fiz algumas... alguns pontos, é questão de
3088 ordem técnica, que podem ser consertado na técnica de legislação mesmo, porque... mas eu
3089 queria, uma questão aqui. Já na emenda. Há necessidade na emenda de fazer constar que é
3090 só para municípios que não possuam rede especializada? É. Porque assim prevê a Lei. Qual
3091 que é a emenda que você está falando? A ementa lá. Dispõe sobre as diretrizes para
3092 organização de proteção especial regionalizada média complexidade – realizado pelos
3093 municípios mineiros que não possuam rede especializada. A diretrizes para a organização do
3094 serviço é realizado pelos municípios. É isso. É isso que eu estou dizendo. Entendeu. Ah tá,
3095 você está achando que a redação não está boa. É, eu penso que talvez não haja necessidade
3096 de ficar lá – realizado pelos municípios mineiros, que não possuam uma rede especializada, e
3097 tal. Entendi. Então seria: Dispões sobre as diretrizes para organização de serviços
3098 regionalizados de proteção social de média e alta complexidade. Ponto. No âmbito do sistema
3099 único de assistência social. No âmbito do sistema ... Tá bom. No parágrafo segundo. Não no
3100 artigo segundo. Aqui só para... depois Marcelo eu queria a sua contribuição. Porque dentro dos
3101 considerandos, você da uma olhada, se a gente hierarquizou a questão da legislação. Depois
3102 você da uma olhada com calma para nós aí. No artigo segundo, fala... onde que está ali. Na
3103 última linha. Garantir a preservação e/ou reestruturar. Na técnica legislativa, e/ou não existe,
3104 então é garantir a preservação E A reestruturação dos vínculos. E, A. Eu sei. No artigo terceiro.
3105 Artigo terceiro. Sobe aí. Com base nos princípios de cooperação entre os entes federados. Aí
3106 eu pergunto? Precisa de colocar: união, estados e municípios? Eu fico pensando assim. O que
3107 não abunda, não excede. Não Distrito Federal não, eu não posso ter nenhuma relação jurídica
3108 com o Distrito Federal gente. Eu acho que o que abunda não excede. Porque quando a gente
3109 for trabalhar a lógica de co-financiamento e tal. Quer dizer ente federado você pode entender
3110 que é estado e município, por isso que a gente precisou colocar o três. Eu acho que isso... para
3111 a gente... se tirar, eu acho que quando mais reforçar, melhor é. Eu faço essa defesa. Tudo
3112 bem. Não, não tem problema. Porque para mim não há necessidade. Porque entre os entes
3113 federados para mim já resolvia, mas não tem problema. Mas se você não especifica, pode ser
3114 estado e município. Você entendeu? Dois entes federados. Pronto. Agora ali o que a gente
3115 colocou? É entre entes federados: união, estado e município. A gente quer dizer: é importante
3116 que a união esteja conosco, em toda lógica da implantação dos serviços regionalizados. Óbvio.
3117 Tudo bem. OK. Parágrafo primeiro: para o município sediar a oferta de regionalidade do serviço
3118 de proteção social de média e alta complexidade, deverá ter: - (em gestão do SUS aonde que
3119 eu coloquei isso). E a gestão do SUAS não interessa? Então passou. Parágrafo segundo: para
3120 o município vincular ao serviço regionalizado de proteção social especial de média e alta

3121 complexidade, deverá ter: - de média complexidade deverá ter: e aí vem naquela discussão
3122 que fez lá do artigo quinto. Não precisa de ter, CREAS. Porque lá embaixo no artigo quinto,
3123 quando fala da alta complexidade. Especifica lá em baixo, que o município para vincular, ele
3124 tem que ter o CREAS. Mas para o município vincular na proteção de média complexidade ele
3125 não precisa de ter o CREAS? Não, porque é exatamente o CREAS que eu vou dar para ele
3126 regionalizado. É uai. Porque que ele está sendo regionalizado? Ele não tem. Ele não tem,
3127 então eu estou fazendo um CREAS regionalizado. Ele vai buscar o serviço regionalizado gente.
3128 Ele não tem. Ele não tem no município dele, então ele vai para um CREAS regional. OK. Muito
3129 bem. Está bom. Artigo quinto. Parágrafo quarto. A não, então vai você. Eu estou no parágrafo
3130 quarto do artigo quinto, você está antes não é Beth? Qual que é o seu destaque Beth? Gente
3131 ao microfone aí. Tem dois microfones. Passa esse aqui para ele oh. A gente podia fazer o
3132 seguinte: vão ficar atento aí, para gente passar para o outro... ver o parágrafo dois. Quem tem
3133 destaque? Fulano e fulano. Porque senão nos vamos ficar... Entendeu, a gente faz um
3134 destaque ela... Não esse artigo ali, eu não tenho destaque mais não, porque... eu estava
3135 pensando exatamente na média complexidade, e você já estava falando na alta. Ta bom. Então
3136 superou. Toca a vida aí. Qual que é o seu destaque? Parágrafo quarto. Artigo quinto. Quem
3137 tem destaque no parágrafo quarto. Somente, eu. Só Marcelo. Eu também tenho. Então espera
3138 aí gente. Marcelo e Beth têm destaque. Vamos lá Marcelo, seu destaque. O meu primeiro é
3139 tirar aquele barra do: criança e adolescente. E eu pergunto? Quando fala do cumprimento da
3140 medida de acolhimento. Precisa estar entre parênteses institucional ou familiar? Ele não pode
3141 ficar fora do parêntese. A sim. Você está tirando do acolhimento institucional ou familiar. Tirar
3142 isso aí. Ta e depois... Espera aí gente. Não passa para ou parágrafo não. Você tem destaque
3143 deste? Tenho, tenho. Então ta, espera aí, só um minutinho. Então espera aí gente. Ai tem
3144 mais... tem a Beth. Vamos lá Beth, no seu destaque. No meu destaque é o seguinte: no
3145 acolhimento institucional, ou família substituta. Ou familiar, aí tem que ver a modalidade.
3146 Entendeu? Isso tem que ter uma modalidade aí. E de inexistência de vínculos familiares,
3147 Roberta, eu acho que é o seguinte: porque o que a gente vê na prática, é que muitas vezes, a
3148 criança é acolhida, tem vínculo familiar, mas tem situação de violação interna, entendeu? Então
3149 eu acho que é assim: de vínculos familiares fragilizados ou ... entendeu? Pois é. O Roberta.
3150 Não gente. O juiz aplica uma medida, ele pode aplicar uma medida, porque aquela criança
3151 sofreu violação na família, então essa inexistência fica muito forte, porque? Ele tem um vínculo,
3152 este vínculo está... rompido. Entendeu? Inexistência. Não. Entendeu? Uma coisa é uma coisa,
3153 outra coisa... e o moradores, mesmo em situação de rua? Você muito às vezes. Ele tem vínculo
3154 familiar. Ele está com muito... até em situação de rompimento, e você trabalha na volta para
3155 casa. Oh Roberta. Oh, oh, oh. Beth. Eu quero defender. A sua proposta de que não ficaria de
3156 inexistência vínculo? Eu não, sei, Eu não sei como é que vai falar. Só para entender? Eu acho
3157 que fica inexistência, tem que colocar as duas questões. Ah OK. Respondeu, respondeu. Aqui,
3158 vamos lá. Quanto eu falo assim: se efetivará no cumprimento de medida protetiva. Medida
3159 protetiva de acolhimento institucional ou familiar, e de, eu estou somando. Então quando eu
3160 falo de medida protetiva, são todas aquelas medidas que: do ponto de vista é... fragilizados,
3161 parara, parara, alguém determinou que ele fosse colhido. E, e, eu não estou excluindo não,
3162 e/ou não, e de existência de vínculos, completamente rompido, inexistência de vínculo. Então
3163 ali nos não estamos excluindo, pelo contrário, nos estamos incluindo. Tem que saber se está
3164 tratando as duas aí? Não. Está tratando as duas coisas ali, quando eu falo “e”, eu estou
3165 tratando... é somativo, ele não está excluindo. Agora, aquele acordo, entre o sistema único, lá
3166 no terceiro. Eu não sei se a palavra, sabe Roberta, é “acordo” entre o sistema porque... OK.
3167 Você tem usa sugestão. Eu entendi o que você está falando. O colhimento institucional do
3168 usuário... e regionalidade você quer tirar mediante... medida protetiva. Não é. Porque você vai
3169 botar lá em baixo, a medida protetiva. A minha dúvida é essa. Não, a gente pode até mudar a
3170 palavra “acordo”. O que a gente quis dizer, que os dois. Os dois precisam dizer no sistema,
3171 todos os dois sistemas precisa dizer que realmente precisa dessa medida. É isso que eu estou
3172 falando. Integração é muito mais leve, ta gente. Integração é muito mais leve que acordo.
3173 Acordo entre dois sistemas... É também “pactuação” é aquela discussão assim, que você
3174 pactua, não. Os dois acordam, acordam e assim... Exatamente, então do ponto de vista
3175 jurídico, quando você define um acordo entre dois sistema, é muito maior que integrar. Que eu
3176 posso integrar ou não, posso pactuar ou não. Acordo é cumprimento. O que a gente quis
3177 garantir é isso. Não. É muito mais do que pacto. É. Exato. Exato. Porque veja bem gente. Essa
3178 palavra... porque se eu estou trabalhando com dois sistemas que são regulados de ponto de
3179 vista legal, quem tem competência no SUAS, quem tem competência no sistema, quando
3180 acordam os dois sistemas que essa medida deve ser tomada, é esse acordo que a gente quer

3181 acertar. Ta. Qual que é outro que tem destaque? Mas foi satisfeita sua dúvida? Ou não? O
3182 acolhimento institucional de criança, adolescente e idoso, com risco social e pessoal, somente
3183 se efetivará no cumprimento de medida protetiva de acolhimento institucional ou familiar e de...
3184 e de.... Eu entendi a sua colocação, mas... eu acho, é possível melhorar a redação? Aí eu quer
3185 fazer um acordo com vocês. Nós podemos achar aqui não, nos temos que entender, achar não
3186 podemos. E aí se você está pensando em outra proposta que afirme mais isso. Por aqui está o
3187 nosso jurista aqui. Quando você usa a palavra “e” você soma, ele é somado. Entendeu?
3188 Porque aquilo que nos corrigimos lá em cima “e/ou” aquilo ali pode dividir, porque pode ser
3189 uma coisa ou outra. Quando eu estou dizendo “e” somente, você está dizendo: é isso, mais
3190 isso e mais isso. Então a sugestão que eu te faço é a seguinte: se você tiver a intenção de
3191 mudar, você tem que propor uma outra redação. Porque nós não achamos. Outra coisa, a
3192 central de vagas, o sistema central de vagas, ele vai ser regionalizado, ou uma única central,
3193 no estado, Roberta? A central ela é no estado. Há, no estado. OK. O acesso é regional.
3194 Entendeu? Dentro de um sistema você consegue acessar vaga em qualquer região. Porque
3195 está imputado ali todas as informações de possibilidade. Agora pra gestão dele é central. Uma
3196 só. Então já que entrou nesse parágrafo quinto. Lá da central de vagas. Eu queria só um
3197 esclarecimento. Primeiro: central de vaga pressupõe excesso de demanda – só para entender
3198 isso – pressupõe excesso de demanda mais do que oferta? Não. Ta. OK. É para distribuição,
3199 não é isso. Mas eu pergunto se há necessidade, Roberta? Só para entender mesmo. Se lá
3200 naquela região lá de Montes Claros, tem um equipamento regional, eles lá, eles sabem, na sua
3201 regional, as vagas que existem, as vagas que existem para determinada demanda? Ta certo.
3202 Isso não ficaria... não seria mais lógico, a regional que ser a... a gestora para poder distribuir
3203 aqueles meninos para sua própria região? Até mesmo como forma de fortalecimento dos
3204 vivides para ficar mais próximo da sua região? Por que não poderá ocorrer, no caso de uma
3205 vaga, ficar numa central de vaga, um menino lá de Montes Claros ir lá para Juiz de Fora.
3206 Porque a central. A central gente, quando ela é construída, e a Beth inclusive apresentou para
3207 nos a de Belo Horizonte, que é fantástica. Você constrói dentro do sistema, vínculos. De
3208 vinculados, então por exemplo: na região de Montes Claros, só podem acionar, aquele que ele
3209 foi vinculado, que é naquela região. Não existe esta possibilidade de, embora você esteja
3210 trabalhando com isso, no sistema de você mandar esse menino para ou lugar. Ela pode ser
3211 extrema, extrema necessidade... Claro. Claro que ela pode. Mas o fato dela ser trabalhada
3212 aqui. E é isso que a gente precisa compreender do ponto de vista da gestão. Porque essas
3213 vagas, elas vão ser pagas pelo Estado. Então para você gerenciar esta questão. Ela não pode
3214 ser regional, porque uma regional dentro da central, ela só vai conversar com o seu vinculado.
3215 E quando o gerenciamento está na sede, no Estado. O Estado tem uma visão de todas as
3216 vagas no... tudo. Esgotou aqui, na última possibilidade, por uma questão emergencial, aí o
3217 estado tem essa autonomia para fazer essa questão. Isso é uma questão. E a outra é o
3218 seguinte: que do ponto de vista, de colocar, se esta demanda que você está colocando –
3219 quando a gente faz central de vaga, você faz é com a possibilidade de distribuir de forma
3220 eqüitativa, as possibilidades de atendimento. Isso não tem nada a ver com demanda reprimida
3221 e não. Nos estamos tendo uma experiência riquíssima com o sistema de garantia de direito,
3222 com os juizes, que é o seguinte: o Juiz, como ele manda internar menino, por qualquer outra
3223 medida, por exemplo: medida sócio educativa ele manda prender, eles mandam recolher. Do
3224 ponto de vista de risco social e violação, ele também não faz muito esforço para a questão de
3225 vinculação não, ele manda tirar. Ele manda tirar, porque... abrigar. Porque quando chega para
3226 ele, quem acessa o Juiz, diz para ele que a situação está caótica. Aí ele manda fazer uma
3227 avaliação lá. E se ele percebe mesmo que está com a possibilidade... ele percebe o caso, ele
3228 não olha as políticas públicas envolvidas naquilo ali não. Ele fala assim: não o menino tem que
3229 ser retirado mesmo. Aí ele determina com a liminar que eu o interne. Manda primeiro para o
3230 município, o município não tem condições, aí ele manda para mim. O quê que a gente está
3231 fazendo. Quando a gente recebe uma determinação do Juiz, a gente vai no município de
3232 origem do caso, senta todos os sistemas. Senta Conselho Tutelar, senta todo mundo lá. Senta
3233 o SUAS, a gente faz várias reuniões. Para a gente buscar alternativa, que seja a última da
3234 internação. A última. Tenta todas as possibilidades para que a criança fique lá, e depois a
3235 última reunião que nos temos é com o Juiz, para dizer assim: aquele caso que o senhor
3236 mandou, a gente resolveu dessa, dessa, e dessa forma. E ali é feito um documento que é
3237 acordado, entre o Estado que coordena essa reunião, e é acordado entre os entes municipais
3238 de diferentes políticas públicas. Para dar conta daquele caso. Nos tivemos este ano, sete
3239 intervenções judiciais. Das sete nos precisamos internar somente um. Então esse é o esforço que
3240 nos estamos fazendo nessa perspectiva aí, exatamente para não tirar a criança, o adolescente,

3241 o indivíduo, do seu município e lá ele ser esquecido na instituição. E a outra preocupação
3242 nossa é de que a gente não esteja instalando equipamentos de futuras FEBENs. Porque uma
3243 vez colocado na instituição, se a gente não tiver responsabilização do SUAS, ninguém do
3244 CRAS ou do CREAS que está lá no município onde a criança veio, vai lá na instituição, procura
3245 levar a família para lá para visitar, procura saber se o menino já pode voltar. Do lado de cá, as
3246 famílias que são acompanhadas no CRAS ou no CREAS não procuram estruturar para esse
3247 menino voltar. Esse menino simplesmente é esquecido lá. Essa é a questão. E também a lei, o
3248 ECA, garante ao adolescente esse direito da proximidade da família e o plano nacional de
3249 convivência familiar e comunitária, também garante isso. Ta Marcelo. Só para lembrar, que eu
3250 não se... ó Juanita, se a gente deu considerando para o Zé Mueca, viu. Pusemos né. Se não
3251 pusemos nos temos que colocar. Porque isso que ele lembrou é importantíssimo. Não. Aí a
3252 gente temos que voltar lá nos considerandos e acrescentar: considerando o estatuto da criança
3253 e do adolescente. Mas não interessa. Mas é um seguimento que... entendeu? Então a gente
3254 tem colocar a questão do ECA e a questão do plano de convivência familiar. Dentro do
3255 considerando ta. Ó. Roberta, só mais um esclarecimento. Essa resolução ela trata de diretrizes.
3256 Então conseqüentemente haverá uma outra norma, que vai regulamentar todos esses
3257 procedimentos. Regular todos esses procedimentos. Não é regulamentar não, é regular. Eu não
3258 sei se é regular, porque veja bem, o que nos vamos fazer, o que a gente esta entendendo é que: a
3259 partir daqui nos temos duas grandes missões. Gente só um minutinho. A partir de agora, uma
3260 vez... porque regulado é isso aí, a resolução ela regula. A partir daí. Só um minutinho. A partir
3261 daí... Não gente, nos temos vários procedimentos, primeiro: todos os CREAS que eu tenho
3262 regional, eu tenho que procurar adequar nisso aí. Segundo: na hora que a gente for trabalhar a
3263 implantação do serviço de alta complexidade. Nos vamos ter que criar, também não só do
3264 CREAS, também não só de acolhimento institucional, mas do CREAS também. Nos vamos ter
3265 que ter guias de orientação, para saber esse fluxo de vinculado. Nos vamos ter que criar fluxo.
3266 Além de criar o sistema de Central de Vagas, nos vamos ter que criar fluxo, nos vamos ter que
3267 cria, personalidades jurídicas que dê conta desses pagamentos dessas coisas, nos vamos ter...
3268 talvez seja isso que você está chamando de regular. Porque na hora que eu for
3269 institucionalizar, eu for efetivar o serviço, tem uma série de ferramentas jurídicas que a gente
3270 vai ter, ou é consórcio, ou é termo de cooperação, uma série de coisas, estabelecendo
3271 competências clara, quem paga o quê, isso tudo vem depois. Sabe porque eu estou dizendo
3272 isso. Porque praticamente grande parte dos termos aí estão no futuro, por exemplo: será
3273 instituída a Câmara. Então quando eu falo em regular, é isso, então vai ter que regular a
3274 situação, de como que vai ser a questão da câmara... até mesmo quando você falava Roberta,
3275 eu dizia para o Geraldo aqui. Você falou da situação extrema, que poderá uma criança, ir para
3276 um lugar fora da sua região. Então isso aí tem que estar... nessa outra... é nesses aspectos aí.
3277 Não é um comentário, Roberta, que me veio aqui, que agora a gente tem assunto para o
3278 encontros regionais. Que é a questão do... muito bacana, eu acho que o momento certíssimo e
3279 a gente vê que é... vamos ter muitas questões para discutir nos encontros regionais e já temos
3280 aí um embasamento. A outra questão é que quando o José Ismar chamou a atenção do
3281 estatuto e do plano, mas aí eu fiquei aqui implicada, porque... Se for colocar o estatuto aqui.
3282 Vai ter que colocar o estatuto do idoso, vai ter comprar a política nacional de abrigamento, vai
3283 ter que colocar... porque o acolhimento institucional não é só para criança e adolescente e nem
3284 só para idoso, ele também esta posto, pedida de proteção inclusive para a mulher, caso de
3285 viola... então tem muitas situações assim. Então tem muito espaço nisso aqui. Mas eu penso o
3286 seguinte, o esforço nosso... e eu acho que tem colocar mesmo, acho não eu tenho absoluta
3287 certeza que a gente precisa colocar. Porque? Na hora que a gente for efetivar qualquer
3288 procedimento, no serviço, e qualquer questão de não atendimento em conformidade, o que vai
3289 nos respaldar é essa legislação que a gente fizer aí, então tem que por do idoso, tem que por
3290 tudo que entender que deva gente, nos vamos ter que acrescentar. Então eu peço aos
3291 conselheiros, o seguinte: primeira esta proposta, não se a Juanita conseguiu captar tudo, por
3292 exemplo: dentro dos considerandos, o quê que a gente vai ter que acrescentar. As outras
3293 questões conceituais que a gente trabalhou, eu queria assim, que vocês compreendessem, se
3294 não for possível, se não conseguir, a gente volta a discutir isso normalmente, é só para ver a
3295 essência daquilo que nos estamos trazendo. Quer dizer, a essência do documento, ele está
3296 regulando para a gente, diretriz de dizer assim: como é que Minas Gerais vai trabalhar com
3297 serviço regionalizado? Então, deliberado isso, nos temos um caminho enorme pela frente aí,
3298 enorme, assustador. Por exemplo até do ponto de vista, para a gente discutir, saber quanto nos
3299 vamos pagar por vaga. Quer dizer a demanda, eu não tenho como... A demanda nos não
3300 temos como levantar não. Porque o quê que está posto ali? A gente precisa de uma estrutura,

3301 que exista ali, para a gente poder criar essas condições. Porque é assim: se eu for levantar a
3302 demanda, eu foi passar anos a fio... e a demanda ela surge por exemplo: eu posso fazer um
3303 levantamento aqui agora, e a semana que vem é outro completamente diferente. Não. Não.
3304 Assim que a gente conheça... o quê que a gente está entendendo gente? Do ponto de vista de
3305 institucionalização, os municípios estão dando conta desta questão. Porque quando ela vem
3306 para nós, ela já vem na questão judicial, porque ela acontece. O pai bateu na mãe, tararã,
3307 aconteceu lá na hora, Agora eu não tenho condições de criar equipamento que diga assim:
3308 está aberto, vamos lá, vamos divulgar, quem que... não. É pelo contrário. O quê que a gente
3309 tem que fazer com isso, primeiro nos temos que trabalhar para fortalecer o SUAS, no local.
3310 Porque fortalecendo o SUAS, a gente vai evitar as violações de direito, entendeu? Essa é a
3311 primeira perspectiva. Isto posto, o que está acontecendo de violação que o indivíduo ou a
3312 criança precisa ser protegida, de uma certa forma ela está sendo resolvida. Só que, quando
3313 nos escrevemos SUAS, a gente diz: é preciso que faça essa oferta regional. Aí, o quê que nos
3314 estamos trazendo aqui. Essa oferta regional, ela deva acontecer dessa forma, sob pena, da
3315 gente cometer graves erros. Ao invés da gente fortalecer vínculos familiares, e oferta de serviço
3316 local, nos vamos fomentar... Porque é aquela história, o município que faz um hospital regional,
3317 porque ganhou um convênio de 300 milhões, e o prefeito foi lá. Ele está fomentando toda uma
3318 oferta ali dentro, abriu tem. Abriu demanda, tem. Entendeu? É igualzinho, por exemplo asilo.
3319 Há um tempo atrás. Instituição de Longa Permanência. Há um tempo atrás, toda a lógica era
3320 de que tinha que abrir instituição, na época era asilo, tinha que abrir asilo porque? Porque
3321 estava direcionado antes da política do idoso, que todo o velho terminaria num asilo, dali para o
3322 cemitério. Quando inverteu isso, na lógica da política do idoso, o quê que a gente faz hoje?
3323 Abrir instituição de longa permanência é o último caso, porque se abrir gente, todo mundo vai
3324 levar. Todo mundo vai levar o seu idoso lá, porque ninguém está conseguindo ficar com ele em
3325 casa. Entendeu? Então nos estamos invertendo com a implantação do SUAS é: fortalecer as
3326 famílias para que elas dêem conta das suas situações de relação familiar comunitária. É esta a
3327 proposta que nos estamos fazendo. Por isso é que tem que tomar cuidado, com oferta de
3328 serviço, da qual você tira o indivíduo, ou cidadão, ou da família, ou do município. Ó Roberta eu,
3329 você me perdoa, mas é porque eu esqueci na hora lá. No artigo quarto parágrafo primeiro fala
3330 que o município que sediar a oferta regionalizada do serviço de operacionaliza do serviço de
3331 proteção média, deverá ter: órgão de garantia de direito, comarca e delegacia e uma unidade
3332 de acolhimento... Isso, eu vou explicar. Sim esta ali, a minha dúvida é: o município para sediar,
3333 seja de média ou de alta complexidade, independe em que gestão do SUAS ele esteja. Mas ali
3334 não é gestão do SUAS não. Não eu estou perguntando. Não necessariamente precisa de estar
3335 na base ... Não, Não. E aí é a grande maturação do SUAS que nos tivemos, você não vincula
3336 oferta de serviço à gestão. O cara foi lá violou seu direito, não interessa se ele está na inicial,
3337 na básica, não interessa eu tenho que socorrer. Eu achei fantástico isso, porque vinculou.
3338 Agora porque que nos vinculamos? Porque se eu quero resolver o caso de violação de direito,
3339 eu preciso ter uma Comarca para... não é. Então não adianta eu fazer lá em Manga, se Manga
3340 não tem uma Comarca, a Dona Maria vai lá e vai contar para ele que o marido dela me bateu...
3341 ta pois é tia, então vamos fazer o seguinte, a senhora volta para casa numa boa e tal. Aí ela
3342 fala: mas eu quero encaminhar para o promotor. Há tia mas eu sinto muito mas não temos
3343 aqui. Então, essa escuta faz no CRAS, não precisa dela arrancar lá de não sei aonde, para ir
3344 para Manga. Lá de Miravania e vai para Manga, para contar para a assistente social, que o
3345 marido dela bateu e não tem Comarca lá nada, então ela conta lá no CRAS dela e fica por isso
3346 mesmo. Entendeu? Então esta estrutura do sistema de garantia, eu preciso. Porque na hora
3347 que eu vou responsabilizar, a violação, eu preciso dessa estrutura lá. Não é. Você entendeu
3348 meu querido? É, então. Muito obrigado. Satisfeitos? Posso fumar um tóxico? Muito obrigado, o
3349 senhor. Roberta, obrigado. E realmente... Roberta. Esses... nos vamos esperar as duas acabar
3350 de confabular ai. Roberta, é... Pessoal esta delibe... deixa eu só ajeitar os meus cabelos aqui,
3351 que o Chaleca atrapalhou. Pessoal, alguém contrário a deliberação da resolução? OK. Então o
3352 mais rápido que puder, se alguém fizer aquelas adequações sugeridas por Roberta, sejam bem
3353 vindas de forma eletrônica, o mais rápido que puder. Mas no mais Roberta, temos que registrar
3354 aqui a satisfação, desse colegiado, em trazer uma resolução dessa envergadura, com tamanha
3355 riqueza de detalhamento. Agora é só realmente a metodologia, os procedimentos, priorizar,
3356 especificados em cada momento, na prática, que vai ditar, o quê que a gente vai fazer para
3357 frente. E aí, só lembrando o que o José Ismar questionou aqui, só dizer o seguinte: é muito
3358 interessante este estado nosso de direito, não é, quanto mais se oferta, mais nos vamos
3359 ensinar o caminho de direito aos beneficiários, e eles vão cobrar cada vez mais. Mas isso é
3360 muito bom. Mas parabéns Roberta, parabéns para toda a equipe técnica que trouxe isso aí.

3361 OK. Ninguém. Então está aprovado por unanimidade, Roberta. Isso. Com certeza merece.
3362 Agora, ó Roberta, antes... Roberta, antes de você sair, outra salva de palmas pelo primeiro
3363 lugar de Minas Gerais, quando a gente fala que é pioneiro, não quer diz... Muito interessante,
3364 cumprimento de meta, isso é importante. Quero registrar presidente, que é o seguinte: muito
3365 embora eu as vezes me ausento e apanho aqui, mas a gente trabalha muito naquela SEDESE.
3366 Roberta, eu pelo menos, não tenho dúvida nenhuma, que melhor do que o Conselheiro estar
3367 presente, é estar Conselheiro 24 horas por dia. E eu tenho certeza que você está. Muito
3368 obrigado. Pois não Conselheira Beth. É o seguinte. Já vieram aqui, mandaram uma carta para
3369 mim, que eu vou ter que resolver algumas coisas ainda hoje. Mas primeiro eu quero
3370 parabenizar o estado por criar a Central de Vagas. Não é gente. E a Central de Vagas, é um
3371 excelente analizador, dá muito trabalho, mas a gente, consegue fazer a proteção das crianças,
3372 dos idosos, e de quem precisa. Eu acho que, depois uma hora, se vocês quiserem eu posso
3373 talvez falar um pouco da Central de Vagas, que a gente trabalha em Belo Horizonte. OK, Beth
3374 obrigado. Gostaria agora então de passar ao ponto seguinte, que o processo a ser distribuído,
3375 CGH Pitangas. Já que a CGH jogou, está informado, haja visto CGH Auto Brejauba, não ficou
3376 pronta, e aí em função disso, nos vamos estar postergando. E aí fica só a CGH Pitangas.
3377 Quem vai falar? Nilce e Rosa. OK. Então daqui a pouco ela passa e enquanto isso nos...
3378 vamos o ponto de inclusão de pauta que eu pedi, foi para fazer a discussão sobre a
3379 conferência estadual. Eu acho que é importante o momento que já está andando, o movimento
3380 de conferência. Acho que enriqueceu muito esta plenária de hoje, no que diz respeito, a não só
3381 levarmos as nossas preocupações para os municípios. Aqueles que estarão em municípios,
3382 que tem atingidos, no quesito barragem, já tem uma expertise maior para levar. E aqueles que
3383 vão estar em municípios, que tal qual, está preconizado nesta resolução, já podemos levar
3384 essa riqueza de informação de serviços que vão ser ofertados, através da Central de Vagas,
3385 para estes municípios. Mas é bom a gente irradiar, aquilo que é bom temos que irradiar para
3386 pegar, em todas as conferências que a gente for fazer, é um ponto de discussão muito legal.
3387 Fortalece o SUAS, isso é fortalecer o SUAS. E aí. Então OK. O José Ismar, Conselheiro José
3388 Ismar fica com o processo de CGH Pitangas. Isso é ordenação do sorteio, é isso? Algum outro
3389 comentário a respeito? OK. Vamos passar ao ponto seguinte, que é a inclusão do ponto de
3390 pauta que eu solicitei de manhã que é a conferência estadual. E aí, nos temos o ponto para
3391 nova resolução, e os quatro encontros regionalizados. Eu vou passar à Consolação, e ela faz a
3392 explanação para nós de forma generalizada e a gente vai acompanhar agora, inclusive as
3393 nossas agendas, para a gente estar tranquilo. A comissão organizadora se reuniu, e a
3394 secretaria executiva apresentou, a seguinte questão, que a gente não havia observado no
3395 regulamento. É, nos demos o mesmo prazo para o municípios de porte 1 e 2, encaminhar toda
3396 a documentação da realização das conferências. Se assim for, a gente tinha marcado os
3397 encontros regionalizados já na semana seguinte ao prazo dado, que era dia de encerramento
3398 das conferências municipais dia 8, e nos tínhamos dado... e começar os encontros
3399 regionalizados no dia 9, nos dias seguintes, em agosto. Aí, e demos o prazo até o dia 20 para
3400 envio de inscrição, ficha de inscrição. 20 de agosto, a gente deu prazo para ficha de inscrição e
3401 ata. Quer dizer, a gente não ia receber antes de alguns encontros regionalizados. Então, a
3402 primeira coisa, na proposta de alteração de fazer uma nova resolução, seria em relação
3403 somente, não precisa nem ser do relatório, para não prejudicar o município, de pequeno porte
3404 1 e 2. Mas que a fichas de inscrição e ata, de eleição dos delegados, fossem encaminhados
3405 então para o Conselho, em outro prazo. Então a gente iria antecipar isso, por exemplo até o dia
3406 10, aí a gente vai depois fazer a proposta de alteração dos encontros regionalizados também.
3407 Eu vou pular a nova proposta de datas, porque é um outro quadro, então eu passar para o item
3408 3, é programação também, para os encontros regionalizados, nos discutimos um pouco e já
3409 tinha sinalizado, a questão de serviços regionalizados, como palestra. Então teria uma
3410 recepção de 9 às 10, a gente sempre falou que gasta um tempo grande aí nessa recepção, que
3411 tem credenciar, são poucas pessoas, expondo né, experiência anterior, a gente viu que gasta
3412 aí uma hora. De 10 às 11, estaríamos levantando uma palestra, sobre serviços regionalizados,
3413 mas diante da discussão que tivemos na comissão organizadora, viu que é importante, a gente
3414 poderia estar tratando também, ali aproveitando aquele momento, a importância das reuniões
3415 de Conselhos, porque que ali é um Fórum importante, e ainda, talvez já levantar uma questão
3416 que as pessoas pudessem, pensar qual o modelo de conferência. Porque logicamente nos
3417 vamos escutar, dos municípios de porte 1 e 2, que eles estão sendo prejudicados, no sentido
3418 que eles não tem o direito de ir diretamente para a Conferência Estadual. Então a gente vai
3419 explicar, em termos do número de municípios que temos, mas seria interessante, que talvez
3420 dentre deles, surja até alguma proposta, que pode estar somando ao modelo de conferência do

3421 Estado de Minas. Então como a gente discutiu isso, foi acrescentado um pouco de estar
3422 levantando essa questão, quando da justificativa inclusive nos encontros regionalizados, para
3423 falar porque esse encontro, e porque porte 1 e 2. Seguido aí de um debate, um período de
3424 almoço e a escolha dos delegados. É lógico que a gente entendeu também, que apesar de
3425 estar ali proposto até as 14:30, em muitos a gente não vai conseguir. Porque inclusive nos
3426 vamos apresentar o quadro, para vocês, que nos fizemos um agrupamento também de
3427 encontros regionalizados. E o outro item que vai estar também nessa nova resolução, é a não
3428 oferta de creche, que a gente chegou a conclusão que se vier alguém, alguma criança, a gente
3429 vai dar aquele suporte naquele momento, mas não criar uma expectativa de oferta, porque teria
3430 que inserir um outro tipo de custo, a gente levantou tudo isso aqui, de algumas dificuldades.
3431 Nilce. Hã, pode. É o presidente. Eu lembro que numa dessas plenárias anteriores aqui, a gente
3432 disse sobre a questão do debate, das pessoas que vão para lá, e saem e vão para longe, e
3433 para chegar lá para ouvir uma palestra. E depois, com muito pouca proposta de discussão.
3434 Parece que o presidente falou sobre isso, de que a gente deveria fortalecer o debate, como foi
3435 uma experiência que a gente teve lá naquela, aqui no, sei lá onde, como que chama o colégio.
3436 Então essa é uma questão, eu estou achando que não sei se 11 às 12 é um espaço suficiente.
3437 Da mesma forma também, não sei se é um espaço suficiente de 10 às 11, pelo que eu estou
3438 entendendo são duas palestras. Alguém vai falar sobre serviços regionalizados, e outro falará
3439 sobre a importância das reuniões. É isso? A gente pensou de evidenciar isso nesta fala, talvez
3440 até começar pela importância de estar ali reunido, mas não seria aquela palestra que a gente
3441 daria sobre a formação de união, mas é ressaltar nessa palestra também, além, antes talvez de
3442 ter falado dos serviços regionalizados, ele faria dessa importância e falaria dessa proposta, que
3443 também não precisa ser discutida talvez ali, ou então, se alguém quisesse levar na hora do
3444 debate. Mas que pudesse pensar e encaminhar para o Conselho, que alternativas teríamos?
3445 Inclusive para quem sabe, pautar isso também na Conferência Estadual, para ver que modelo
3446 de conferência seria interessante, até para esses municípios, alternativas poderiam surgir deles
3447 mesmos. Eu queria reforçar a fala do Marcelo, é o seguinte: eu estou achando que o espaço
3448 está muito apertado, mesmo que a gente reconheça na prática, que às vezes as pessoas
3449 retornam. Mas eu acho que o Conselho deve oferecer a possibilidade da programação. E aí, a
3450 gente precisa compreender que, tudo isso é um movimento que a gente vem fazendo a mais de
3451 não sei quantos anos, para implantação do SUAS, quer dizer nos estamos na sétima
3452 conferência não é. Na nona conferência, então eu acho que a gente precisa oferecer uma
3453 programação, que garanta a possibilidade de discussão, mas também precisa respeitar as
3454 pessoas que querem voltar. Eu acho que isso são decisões gente. Sabe, acho que a gente não
3455 pode apertar uma programação, já pensando disso, porque não tenho dúvida que a crítica vai
3456 vir. A crítica vai ser assim: Ah, mas nos viemos aqui para ficar até 2 horas, para ouvir isso,
3457 entendeu? Aí eles vão voltar, por que qualquer que seja a proposta que a gente fizer, nos
3458 vamos ter muita crítica em relação a isso, porque esse é um grande desafio de Minas Gerais,
3459 nessas discussões. Porque nos inclusive, estamos sendo ousados, de bancar uma Conferência
3460 Regional, da qual, na estrutura do SUAS, não existe conferência regional, só existe dois ou três
3461 estados que fazem. Por causa da extensão territorial, que é Bahia, São Paulo e Minas Gerais.
3462 Certo? Então assim, primeiro eu proponho o seguinte: eu acho que deva entrar sim, com o
3463 Conselho falando da importância da questão da organização do controle social de forma
3464 regional. Isso é de sua importância gente. É de suma importância, porque nos vamos trabalhar
3465 controle social na fomentação dessas organizações, isso aí, eu acho que a gente não pode
3466 limitar, e falar *en passant*, acho que deva ser preservado, e é o Conselho que tem que fazer
3467 essa fala. Eu acho que da resultado, de quantas UCMAS nos temos, quanto que nos
3468 avançamos, fazer uma lógica de 2 anos para cá, isso são resultados que a gente tem que dar
3469 na conferência e do ponto de vista do controle social. Esta aí uma questão que pode ser
3470 apresentada. Aí, passar esta discussão, do serviço regionalizado, e aí eu acho que ele não
3471 pode vir com o nome de palestra, porque palestra é ruim. Eu acho que deva ser colocado:
3472 Discussões para serviço regionalizado, mesmo que a metodologia seja uma exposição.
3473 Colóquio está na moda agora. Mas aí não põe palestra, porque palestra é uma coisa... aí põe:
3474 exposição do conceito, ou apresentação de diretrizes para os serviços regionalizados. Isso
3475 deveria ser em segundo momento. E aí eu concordo com o Marcelo, deve abrir para debate
3476 sim, a gente organiza a forma do debate. Se a gente perceber que a coisa está indo muito
3477 longe, quem está coordenando mesa, vai organizando, limitando as inscrições, mas eu acho
3478 que deva... nos não podemos, nos privar de debates. Porque é muito ruim quando as pessoas
3479 pegam a programação e fala na hora: pó não tem espaço para a gente falar. E aí, o que a
3480 gente está de democracia, num documento desse, a gente está dizendo que a gente vai lá e

3481 fala e pronto, e eles vão escutar. E isto posto, eu acho que essa programação deva ser feita de
3482 forma tranqüila. Agora, quem quiser voltar para casa, ele tem autonomia. Tanto faz você
3483 colocar...Se a pessoa quiser se programar para voltar meio-dia, ela vai voltar. Agora, nem por
3484 isso, a gente também vai deixar, de privilegiar as pessoas que, por uma situação de condição,
3485 queira ficar até cinco, quatro horas da tarde. Para poder se enriquecer desse momento que a
3486 gente está propiciando. Então é muito ruim. Porque quando a gente divulgar também, as
3487 pessoas em cima disso, elas tomam a decisão se vai ou não vai. Porque dependendo da
3488 distância, ela fala assim: ô gente, eu vou sair daqui cinco horas da manhã, chego lá oito, para
3489 duas horas eu estar voltando, ah sinto muito, mas eu não vou. Mesmo que ela possa falar
3490 assim: não eu quatro horas da tarde eu tenho que pegar um ônibus. Eu sei, porque a gente faz
3491 isso. Quando eu pego uma programação que vem da CIT ou não sei o que, dependendo do
3492 horário, eu falo: ah tô fora, eu tenho mais o que fazer. Entendeu? Porque o que eles estão me
3493 propiciando aqui... aí ao invés da gente fomentar a participação, a gente pode... você
3494 entendeu? Então acho que deva trocar, colocar espaço... De nove as dezessete horas, por
3495 exemplo, a gente distribui aí. É. Troca as duas falas ali. É a minha sugestão. E colocar debate,
3496 bonitinho... Roberta você me permite? Você mês permite Roberta, também um pouco na
3497 questão do horário, aí eu acredito que colocou de 9 às 10, justamente por causa da distância
3498 dos municípios chegarem. Eu penso que talvez a grande preocupação, isso considerando
3499 também que eu sou do interior, e quando a gente vai para esses eventos, a gente preocupa
3500 mais no retorno do que na chegada. Talvez é preferível, a gente sair mais cedo do município e
3501 chegar lá mais cedo e voltar mais cedo. Entendeu? Eu estou dizendo assim: ao invés de
3502 começar entre 9 e 10 horas, só lá pelas 10 horas haver a apresentação, talvez fosse mais
3503 interessante, de 8 às 9, e depois as palestras. Entendeu? E aí na hora de ir embora, ao invés
3504 de terminar às 18. Termina as 17, porque ainda a pessoa vai embora de dia. Porque eu queria
3505 até apresentar o outro quadro, por que nos temos... tem uma decisão, que foi apresentada no
3506 dia até da comissão, nos recebemos ofícios do estado, que vem da SEPLAG para redução de
3507 diária. E aí em função disso, a gente teve que inclusive agrupar mais, e com menos
3508 conselheiros. E para isso, se você também termina tarde, significa que eu estou gastando entre
3509 determinadas cidades, eu vou ter mais uma diária, porque o carro também não viaja a noite. E
3510 aí, eu vou ter que... isso está sendo difícil da gente programar. Não é Roberta? Não é Geraldo?
3511 Nós sentamos para fazer isso e não foi fácil. Só queria acrescentar. Só o fato da gente ter
3512 agrupado, a gente já... de impacto não é meu querido, que é de orçamento, é muito mais
3513 impactante, se a gente consegue fazer uma programação, que a gente consiga garantir debate
3514 – mesmo que as pessoas saiam a 3 horas – sabe gente. O que eu falo assim, a gente está
3515 garantindo, quem quiser ficar fica, a gente não pode é enxugar tudo, e falar assim: estou me
3516 enxugando... não. Porque nessa economia, eu não tenho dúvida, se você fizer essa conta, nos
3517 juntamos, a diária de dois e três conselheiros que vão ficar e garantindo um trabalho bom.
3518 Não é isso que vai lesar o Estado não. Eu acho que essa questão é importante. OK. Roberta
3519 só acrescentar uma coisinha, eu penso que a gente pode ir ao outro quadro. Porque existe
3520 uma razão de ser deste horário, Marcelo. Eu quero ter o seu considerando, mas existe uma
3521 razão de ser, que a gente vai falar mais abaixo. E aí só quero reforçar, indo um pouquinho para
3522 além do que a Roberta trouxe. Nos vamos sofrer críticas, como sempre, para variar, nem Cristo
3523 foi unânime, não é. Segunda situação: é bom que a gente esteja pronto para não dar guarida
3524 àquelas críticas infundadas, mas as críticas que construtiva é sempre bem vinda, para a gente
3525 ter resposta para eles, o nosso Estado mais parece um continente. Então nos vamos ter
3526 reclamação de lanche, nos estamos fazendo um esforço brutal para estar fortalecendo as UR
3527 no estar nestas regionais, existe um esforço brutal, em locomoção, diária, em carro, em
3528 gasolina, equipamento, material, etc, etc. Então nos temos que estar preparados para mostrar
3529 para eles que o Estado está fazendo o que pode. Naquilo que pode. Então não dá para fazer
3530 aquilo que é o ideal, que alguém acha, que é o correto. Mas para não dar motivo de motim,
3531 porque senão começa alguém, e a gente sabe que tem pessoas que fomenta a discórdia, e
3532 tenta apresentar uma liderança negativa. Então isso, a gente tem que estar preparado, para
3533 não deixar acontecer. E preservar o Conselho, e obviamente o nosso gestor, que o sacrifício é
3534 dele, quando ele trás essa infra para que a gente possa fazer. Mas nos vamos descer mais em
3535 detalhe quando apresentar o outro quadro, para dar algumas informações que vocês não tem
3536 ainda. Só o GT. Não Geraldo, só vou trazer uma informação para vocês. O dia que nos fomos
3537 fazer a oficina da regional de Governador Valadares, veio no convite para o prefeito, dos
3538 municípios, falando que a SEDESE iria oferecer a água e o café. E que cada município
3539 contribuísse para o café da manhã. Aí todo mundo levou... um levou bolo, outro levou queijo,
3540 eu sei que deu uma mesa farta, que deu café da manhã e da tarde, num dia só. Foi pedir aos

3541 prefeitos, não é. É foi, que a SEDESE ia disponibilizar, a água e o café. E que cada município
3542 contribuísse para o lanche e o café da manhã. Foi tanta coisa que apareceu, que deu o café da
3543 manhã e ainda deu para o café da tarde. Ó Fátima, isso é legal, porque a gente vai ter
3544 realmente toda quitanda, que Minas Gerais é rico nisso. Mas para, além disso, a gente tem que
3545 ter o cuidado de saber o seguinte: a SEDESE não está oferecendo só água e café, a SEDESE
3546 está oferecendo uma infra-estrutura, que através do Conselho, a SEDESE está oferecendo
3547 carro, motorista, sacrifício, disponibilidade de tempo dos conselheiros, o trabalho da secretaria
3548 executiva, tem quando tempo a esta aí preparando, quantos GT que a gente esta fazendo,
3549 envolvendo ASSCOM, envolvendo DVD que nos gravamos na TV paga. Envolvendo... Tem
3550 muita coisa envolvida, então nos não podemos... Veja bem, ainda que venha de uma forma
3551 sutil de que, nos não podemos ainda assim... Deixar ficar... Não podemos. Não podemos.
3552 Ainda veio falando lá no convite, o que seria, o quê que estaria sendo proposto para os
3553 municípios se capacitarem, qualificarem para suas conferências municipais, falando que a
3554 SEDESE e o Conselho Estadual, não tem recursos humanos disponível para todos os
3555 municípios que são solicitados. Então a oficina era para, capacitar que o município mesmo
3556 tivesse como fazer a sua conferência, por causa dessa dimensão, que é um continente como
3557 diz o Geraldo. E embaixo, veio que na... Estava o espaço, e tal e tudo, mas embaixo pedia uma
3558 contribuição e que ninguém levou a mal, como diz o Geraldo, teve de tudo, de cocada branca,
3559 preta a broa de rapadura, mas teve de tudo lá. Aqui, Consolação. Só para a gente, eu acho que
3560 esta idéia desses horários pingadinhos é que fica ruim. Sabe para você visualizar e que dá
3561 essa coisa... por exemplo, se a gente colocasse, como ele sugeriu, de 8 as 9: credenciamento.
3562 De 10 as 11. É de 9 as 11 a gente colocaria... aí a gente colocaria... do lado de lá você
3563 colocaria essa proposta e junto o debate. Não pica debate assim por coluna não. Pá, pá, pá e
3564 debate. E depois na parte da tarde. Aí vem o almoço, na parte da tarde escolha de delegado, e
3565 depois às 17 horas, 16:30 encerramento, pronto. Entendeu? Sem precisar ficar pingando muito,
3566 os horários assim... bem estritamente no... para ficar igual... Perfeito. Copiado como diz. Vamos
3567 lá no quadro? Rosa, por favor, eu já anotei aqui. Ele tem que estar grandinho aí. Eu e o
3568 presidente ontem ainda no aeroporto, nos sentamos e fizemos essa sugestão de nomes ta,
3569 baseado também no que foi tratado do decreto, de ser uma pessoa e um técnico. Por que a
3570 gente já havia anteriormente pensado em dois conselheiros, um técnico, e aí ainda tem o
3571 motorista. Então a diária seria quatro pessoas. Então tirou um conselheiro. Seria um
3572 conselheiro, um técnico, o motorista. Houve um agrupamento pelas regionais da SEDESE
3573 mesmo, então agrupamos as uniões, para ficar mais... tentar aí, utilizar isso aí. Alguns não
3574 comprometeram, porque algumas uniões tinham poucos... é um numero reduzido de pessoas,
3575 então a gente colocou até um número de pessoas, só para ter uma noção de como que seria
3576 isso. Então, a primeira aconteceria no dia 15/08, Montes Claros, teria que viajar então no dia
3577 14, que a gente começaria aí... é um domingo, e aí faria... aí seria a Juanita, que ela já tinha
3578 colocado a disposição para Montes Claros, ela faria Montes Claros, seguido de Salinas e
3579 Araçuaí, que a gente agrupou as duas uniões em Araçuaí. E aí na hora que a gente foi verificar
3580 isso, pela quilometragem, a gente viu que gastaria mais um dia. Porque, por mais que ela
3581 queira sair entre um dia e outro, por isso aí dia 17. Almenara seria outra pessoa. E aí Cidaver,
3582 Juanita e Inês ta. Há eu quero também esclarecer, que técnico, nos colocamos, só três. Eu
3583 estou me incluindo, a Rosa e a Inês, por trabalharmos oito horas, Os de seis horas, a gente
3584 não incluiu, porque tem uma questão de reposição de horas, tem inclusive a Nilce trabalha em
3585 outro lugar, então isso compromete. Então ficou só nos três mesmo. Então a Juanita seria com
3586 a Inês, em Almenara o Adenor comigo, no dia 30. A outra seria 16/08 e 17, Juiz de Fora e
3587 Muriaé, a gente está pensando, como a Juanita sugeriu no dia da reunião, que a gente
3588 aproveitasse os conselheiros próximos que já residem ali. Aí é o José Fernando com a Rosa.
3589 Depois a gente teria, Varginha e Poços de Caldas, nos estamos propondo o Miguel, porque ele
3590 é de lá, de Varginha. São João Del Rei, nos estamos propondo o Marcelo com a Rosa. É o
3591 Miguel ficou com a Inês lá. Depois reunimos Curvelo, e a Cristiane já é de Curvelo, cadê ela?
3592 Ela foi embora. Ela é quase de lá, porque ela vai muito em Sete Lagoas, tal. Então a gente
3593 colocou a Cristiane com a Inês. Depois no dia 06, Patos de Minas, a gente agrupou Patos e
3594 Paracatu. Você está lá em Curvelo, nos estamos fazendo a proposta dos encontros
3595 regionalizados. Outra coisa viu gente, acho que tem que tomar cuidado, só lembrei disso aqui
3596 agora. Não é conferencia regional, é Encontro Regionalizado, porque se a gente falar isso, não
3597 existe. Então a gente lembrar sempre Encontro Regionalizado. Curvelo, então Cristiane.
3598 Conferência é deliberativa, então você não pode usar a palavra conferência, porque esses
3599 encontros não vão deliberar. É nos vamos ter ali, Patos de Minas. Então ficou, o Geraldo e Eu,
3600 vamos pegar aí uma maratona depois. O Geraldo se propôs a fazer, Patos de Minas e

3601 Paracatu, reunidos em Patos, no dia seis, 06/09. O outro eu não troquei a data, ta vendo.
3602 05/09, ta cinco. No dia seis Uberaba. Aí gente já faria Uberaba, depois tem dia sete, é feriado,
3603 nos estaríamos viajando o feriado, porque aí dá mais quilometragem, entre Uberaba e
3604 Ituiutaba, a gente iria para Ituiutaba. Depois iríamos para Uberlândia, e aí encerraríamos ne
3605 Geraldo, esse ciclo aí direto. Então seria uma semana, a gente pegaria isso aí para... Depois, a
3606 gente faria... Tem Governador Valadares, nos estamos propondo a Fátima com a Rosa.
3607 Depois, Timóteo, no dia 13/09, a Eliane porque é da região, eu faria com ela. Em Belo
3608 Horizonte, seria Geraldo, seria todo mundo, porque está aqui, não teria problema. Teófilo Otoni,
3609 nos estamos propondo, o João Ademar, e aí eu estaria com ele de novo. E Divinópolis, a
3610 Gilvânia, nos estamos propondo a Gilvania e a Inês. Isso é de acordo com o que deixaram
3611 mais disponível. Então pegamos alguns conselheiros, que já falaram, e que posicionaram que
3612 não estavam... é lógico que todo mundo... muitos se colocaram a disposição, mas alguns
3613 falaram que não tinham segurança de fazer sozinho. Então, isso foi considerado, não é
3614 Geraldo, na hora da escolha, porque já que seria sozinho, mesmo com a parte técnica, a gente
3615 colocou, respeitando aqueles que falaram que não gostariam de ir sozinhos. Só dar uma
3616 clareada, no seguinte sentido: primeiro ali os nomes são sugestões. Em função de agendas
3617 previamente consultadas, existe disponibilização dos conselheiros. Sugestões. Segundo: as
3618 URCMAS foram agrupadas em função da distância geográfica e de quantitativo de pessoas
3619 que vão participar. Além disso, os dias também já foram colocados de forma que você sai de
3620 um município para o outro, com a quilometragem menor. Então tudo isso foi feito para
3621 visualizar a otimização de gastos. A previsão como era de estar outro conselheiro, inclusive na
3622 tentativa de aqueles que ainda não têm a caminhada, acompanhasse para ter um aprendizado,
3623 mas aí com... é uma redução necessária que se faz, nos tivemos a Secretaria do Gabiru lá,
3624 pediu para cortar, todas as outras pastas, e aí a gente está atendendo. E chegamos num corte
3625 expressivo, que eu diria quase 30%, mas de qualquer forma, a hora que a gente visualizar no
3626 todo, a gente fica sabendo se isso é o suficiente, porque existem outras alternativas. Então
3627 sobre esse quadro agora, levando em consideração o primeiro. E agora vocês vão observar
3628 que: tem momentos ali que você sai de um dia para o outro, e aí se você termina cinco ou seis
3629 horas da tarde, necessariamente, vai viajar de noite, para estar de manhã no outro município. E
3630 aí lembrando-se que, ao estar no outro município de manhã, nos temos que estar mais cedo,
3631 para ter um preparativo, para ter uma recepção, para estar fazendo a inscrição e início de
3632 operação. Então vai ser um trabalho, um trabalho cansativo, cansativo fisicamente, e que
3633 também desgasta mentalmente, porque você sai chupado de uma conferência dessa, em
3634 função do próprio debate. Mas é só esse considerando, agora vamos passar... Aí. É o dinheiro.
3635 E porque é o seguinte, existiu uma necessidade de promover um corte de gastos em todas as
3636 Secretarias de Estado, e a nossa não ficou de fora, e em função disso também, foi pedido que
3637 a gente fizesse uma redução. Então a gente procurou fazer a redução, no agrupamento das
3638 URCMAS em algumas. E na redução dos conselheiros, de um conselheiro que estaria em cada
3639 um dos municípios. E aí chegamos num número que eu penso que é aceitável. Aí nos vamos
3640 ter que ouvir, Roberta e Fernando, essa situação, como é que foi colocada. O Gabiru é o
3641 dinheiro viu gente. Pois não Conselheira Roberta. Eu penso que é assim, Presidente. Você
3642 colocou bem, quer dizer, isso é uma sugestão. E aí, eu acho que os conselheiros que não
3643 estão aqui, mas que tem interesse e disponibilidade, mas o momento é de manifestação agora.
3644 Agora o quê que a gente está... mas, eu e o Fernando estávamos conversando aqui, e hoje
3645 também teve uma reunião lá na SEDESE que era para eu estar, e eu privilegiei a discussão do
3646 Conselho porque eu estava boa. Mas já tive resultado lá, foi uma reunião bem tensa, porque a
3647 orientação e a determinação é de corte de gasto mesmo, do ponto de vista de diária. Aí o quê
3648 que eu preciso, que a secretaria executiva faça, para a gente poder, garantir essa questão, e a
3649 gente ir para essa briga, nessa lógica. Então, todo esse projeto, da conferência, desses
3650 encontros regionalizados, que também tem haver com aquela descrição do projeto que você
3651 fez, da conferência estadual. Ele precisa vir para a gente, por escrito, ta. Este projeto, aonde
3652 tem todo esse planejamento, ta. Inclusive o planejamento de custo, de quanto vai custar isso.
3653 Isso precisa estar pronto, para a gente entrar na discussão do estruturador, quando eu for pedir
3654 a liberação de cota. Por que senão nada feito. Não, não é na minha mão, e na de cota aqui. A
3655 outra: é esse projeto descritivo, para a hora que eu for para o enfrentamento, da briga da
3656 disputa, eu dizer: olha, se por causa de determinadas situações que aconteceu no governo
3657 como um todo. E isso é correto mesmo, eles precisam ver e averiguar isso, a gente vai ter que
3658 separar joio do trigo. Então eu preciso entrar na defesa de que, aqui existe uma programação
3659 séria, o cumprimento de um trabalho sério. E todas as viagens que são feitas aqui, elas são
3660 precedidas de autorização de autorização, planejadas e elas têm respostas de intervenção nos

3661 lugares em que a gente está viajando. Porque a grande discussão do governo é que: existe um
3662 grupo muito grande que viaja, e não é só de conselheiros, é de funcionários, e que estas
3663 viagens, elas estão incorporando, do ponto de vista salarial, para essas pessoas. Então elas
3664 estão fazendo da diária, um meio de aumento salarial. Então isto precisa ser visto mesmo,
3665 então por isso passa... fecha a torneira para poder, a gente dizer: olha isso está correto, vamos
3666 organizar. Agora vamos separar joio do trigo, e para eu separar joio do trigo, eu preciso dessa
3667 proposta por escrito, desse projeto, desse encontro, justificativa desses encontros regionais
3668 que a gente está fazendo, para a gente poder ir para a defesa, e ter esse quantitativo que nos
3669 vamos precisar para isso. Porque nos temos que, paralelo a isso, também nos estamos
3670 discutindo, e já está bem avançado lá na SEDESE, a decisão da Conferência Estadual
3671 também, e quanto vai custar a Conferência Estadual. Então já está bem encaminhado com
3672 decisões bem já tomadas, em relação à Conferência Estadual. E aí a gente precisa se
3673 organizar do ponto de vista orçamentário e financeiro. Por isso que eu chamei a atenção, pela
3674 manhã, de dizer isso: Os conselheiros nessa plenária, precisam compreender esta demanda
3675 que a gente tem, não só de recursos humanos, para executar, como de recursos financeiros.
3676 Para a gente ter clareza do quê que a gente delibera aqui. Que está fora dessa grande
3677 demanda que a gente tem que fazer, para gente não ficar deliberando ações, que vão
3678 comprometer ainda mais, essa questão nossa do orçamento e da capacidade física nossa de
3679 cumprir também. Roberta. Eu só queria perguntar. A regional, logicamente, ela vai estar
3680 ajudando a gente. Acredito. Tem alguns encontros que eles coincidem as datas. Um dos
3681 conselheiros vai sair do seu município, então, o José Fernando, o Miguel, como eles são
3682 gestores, acredito que ele possam talvez usar o carro da própria Prefeitura, para fazer essa
3683 viagem. Tem um outro caso, que por exemplo: Almenara e Curvelo, a gente está indo na
3684 mesma data inclusive. Não teve como a gente... estar tão assim, para o carro dar tempo de
3685 fazer... um carro dar tempo de cobrir tudo. E aí eu queria ver, a melhor maneira, que a gente
3686 poderia resolver nestes casos também, porque inclusive na reunião. E aí eu gostaria que o
3687 Geraldo manifestasse, porque colocou a disposição. Ele falou que nesses lugares, o sindicato,
3688 ele tem sede em vários lugares, que ele poderia não só deixar a disposição, também da
3689 conferência e que poderia talvez deixar até um carro também, para ajudar, para estar somando
3690 aí. E aí precisa ter autorização para não comprometer a diária também dos conselheiros. Eu
3691 acho que a discussão que a gente tem que fazer Consolação, é que não tem... Eu não sei de
3692 onde vocês tiraram isso? Mas não existe vinculação de diária com carro. Se a pessoa está indo
3693 com carro particular, aquele procedimento normal que se faz. Seja ele particular ou público.
3694 Estou dizendo o seguinte: esse procedimento de viagem ele é normal como sempre foi. Por
3695 exemplo: Marcelo vem com o carro dele ou carro da prefeitura. Aqui o que pede? Uma
3696 autorização, não é isso? É. Autorização do dirigente máximo. Ele foi negado. Na época inclusive
3697 do Marcelo. E aí para qualquer carro de acordo com o novo decreto – nos lemos isso não é
3698 Geraldo? – de acordo com o novo decreto, até para... existe a possibilidade de uma... de carro
3699 cedido. Mas que tem que ter essa autorização. Então eu quero dizer para os senhores o
3700 seguinte: não vai ser aqui que nos vamos fazer essa discussão. Nos temos que fazer essa
3701 discussão internamente porque: se o decreto é decreto, não há de ser essa plenária que vai
3702 deliberar alguma coisa, para a gente descumprir o decreto, porque aí é questão jurídica. Então
3703 assim, a primeira coisa que a gente precisa ver nesse planejamento nosso, é como é que a
3704 gente vai cumprir, e se isto posto, a única forma de cumprir estas datas aqui, é desta forma,
3705 nos vamos ter que rever as datas. Porque não tem jeito de descumprir decreto gente. Não tem
3706 jeito. Se o decreto fala isso, não tem jeito. Pois é, aí a autorização máxima, é aquela história:
3707 como ele foi negado. Amanhã, eu não se ele também... se o nosso secretário por exemplo, vai
3708 negar. Essa é uma discussão que acho que é assim: a gente precisa levar para a SEDESE, e
3709 ver os casos, e se ver, antes da gente se desgastar com isso, se não é possível, mudar a data
3710 uai. Às vezes muda a data, às vezes é muito mais fácil tomar uma outra decisão, do que
3711 colocar essa situação. Porque? O quê que a gente coloca é o seguinte: que esta questão de
3712 você estar em carro particular, em função pública, é que no momento de um acidente, qualquer
3713 coisa, você está descoberto. Por isso a necessidade da autorização do gestor máximo. Não é
3714 isso? E aí, esta autorização, pode ser que o Vander dê. Pode ser que o Vander não dê. Então
3715 estas coisas, eu prefiro a gente entrar numa negociação de mudar isso, do que provocar essa
3716 situação. A outra questão é a seguinte: se nos vamos precisar, por exemplo, alugar carro para
3717 isso, se é possível. Estas coisas a gente precisa sentar e definir lá internamente, e não
3718 deliberar por aqui. Nos fizemos esta programação e temos esses entraves aqui, dentro desses
3719 entraves é que nos vamos buscar solução conjunta lá e dentro da legalidade. Porque se não
3720 for na legalidade não tem jeito de sair. Porque eu tenho cá comigo, que às vezes é mais fácil

3721 mudar uma data, mesmo que o cara já tenha lá... e a gente esticar por uma questão de otimizar
3722 e não sei o que. Do que enfrentar determinadas situações que, no futuro, pode ter
3723 conseqüências até para preservar os conselheiros. Assim, com a boa vontade do Geraldo,
3724 disponibilizar o carro. Agora é isso, está numa viagem, teve um acidente, como é que fica?
3725 Como é que essa discussão está posta. Aí não vai ser uma deliberação, uma discussão, eu
3726 acho, eu deixei de achar que vai nos amparar para alguma coisa. Então a gente precisa tomar
3727 muito cuidado nisso. A segunda questão é que: eu havia dito pela manhã, que nos marcamos
3728 uma reunião com as diretorias regionais. Da qual, você e o presidente do Conselho vão estar
3729 nesta reunião, para a gente destacar, qual vai ser a melhor forma, de trabalhar com a parceria
3730 das regionais. Quais são as limitações das regionais? O que eles podem contribuir conosco?
3731 Mas essa reunião já foi marcada, para julho. Vocês vão receber o comunicado, para a gente
3732 poder acertar isso. Então a minha sugestão é essa, para a gente poder, rever essas
3733 pendências dessa programação. No que diz respeito a carro. Porque da Cidade Administrativa
3734 não pode sair carro, para atender o Conselho. A Cidade Administrativa atende, os usuários da
3735 Cidade Administrativa. Então não tem essa questão. Aí acho importante é pontuar essas
3736 pendências, para a gente ver como é que a gente resolve isso e a melhor forma da gente
3737 resolver. Roberta, no momento que estiver pontuando isso para você. Acho que é interessante
3738 ressaltar aqui, o seguinte: quer dizer, a gente procurou a minimizar os gastos, procurou juntar
3739 em todos o sentidos, e inclusive no sentido de: nos temos uma semana, quando pegou aquelas
3740 regiões ali do triangulo, são quatro. Nos pegamos uma semana única, onde tem um feriado no
3741 meio da semana. Bom, vamos sacrificar, se é para sacrificar, então eu vou para o sacrifício, e
3742 Consolação topou fazer isso. Dali a gente fez aquele agrupamento. E mais que isso, nos temos
3743 seis regionais, eu já conversei com duas entidades nossas, uma federação e um ente de
3744 abrangência estadual, e aí não tem nenhum problema. Nos temos seis regionais no Estado, e
3745 todas as seis tem veículos com uma pessoa. No quesito dos nossos carros, todos eles tem
3746 seguro e a pessoa que vai estar, também tem seguro. Aí nos precisamos saber o seguinte: de
3747 que forma isso... tem duas alternativas no decreto. Até aí nos tivemos o cuidado de pensar. De
3748 noite, mas fizemos. A primeira é: pode haver uma autorização, em se tratando de um carro
3749 particular? Pronto. Mas, antes desta tem uma melhor, que eu vejo que o seguinte: nos inclusive
3750 fizemos uma proposta de deslocar carro, em função de ter agendas no mesmo momento. Há
3751 você vai para a zona da mata? Então precisaria de dois carros. Na eminência de não ter do
3752 Centro Administrativo, teria que locar. Também é um custo alto. Então, ao invés de locar, a
3753 gente colocaria todos os carros, a entidade vai colocar a disposição nas regionais. É parceria
3754 que a gente está fazendo. E aí, em sendo assim, a pergunta que eu fiz no GT, e aí Sayonara
3755 é... Sayonara é que estava e ela não deu resposta, pedimos que observasse era o seguinte: é
3756 possível, por exemplo, fazer, como se fosse uma locação, Fernando, e aí põe lá um real, para
3757 caracterizar, que para não caracterizar... porque senão fica parecendo que é um carro
3758 particular. Não é. Bom, então é uma situação, porque é parceria. O fato de ser uma parceria,
3759 de não ser uma locação de veículo, ou de não ter... isso impede o conselheiro que estiver indo,
3760 de receber a diária? Se sim, aí fica inviabilizado. Porque o problema do conselheiro que vai,
3761 tem diária. O meu pessoal e o carro não. Isso aí está tranquilo. Com todos os resguardos, já
3762 resguardados, devidamente resguardados, seguro, seguro de veículo, seguro da pessoa. Aí, e
3763 a pessoa inclusive, ela pode estar a disposição para ajudar no credenciamento, para ajudar o
3764 pessoal. Então vai ser instruído para isso. Mas é uma alternativa que se coloca, para a gente
3765 tentar fazer melhor possível, sem gastar. Porque o objetivo maior é esse. Mas de qualquer
3766 maneira, nos temos que pensar nessa coisa toda. E é isso que eu estou insistindo. Nem eu,
3767 nem o Fernando, nem a Juanita, temos condições jurídica de responder isso. Porque toda a
3768 intencionalidade da coisa, ela está clara para nós, agora a questão ela é jurídica, por exemplo:
3769 Quando você fala, tem uma brecha, por exemplo: por exemplo fazer um contrato com você,
3770 ainda que seja um real. Entendeu? Aí quem vai ter que responder isso é o jurídico. É o jurídico
3771 que vai dizer: é possível sim, parara... para resguardar. Porque que vocês querem fazer isso?
3772 Porque nos queremos resguardar para que ele tenha direito a diária, porque ele está viajando...
3773 Agora, eu acho que essa proposta, a gente vai fazer. Agora, isso que eu digo para vocês,
3774 assim. Se a gente não tiver claro lá, sentar com o jurídico, com o nosso diretor do SBGE. Para
3775 ele dizer os caminhos de como é que a gente faz isso, contanto com estas parcerias. Aqui nós
3776 não temos como responder isso. Eu acho, que qualquer resposta aqui é: eu acho. E acima de
3777 eu acho, aí a gente não vai poder se assegurar. Porque o que a gente fica pensando também,
3778 é essa questão, quer dizer, se nos estamos com toda essa programação para otimizar, em
3779 contra-partida nos precisamos resolver esse e esse gargalo. Porque se eu faço assim, eu vou
3780 ter conselheiro viajando assim. Como é que a gente pode vincular. E até com a presença do

3781 próprio Vander, dele dizer: não eu autorizo, não tem problema nenhum, isso é tranqüilo, porque
3782 a gente viu que o Conselho teve uma intenção, e aí se o decreto diz que é ele que autoriza e
3783 que é resguardado. Aí. Entendeu? Mas, receber a diária, se o conselheiro, ou servidor, for num
3784 meio de transporte próprio, ele pode receber a diária. A diária ele pode receber. A diária?
3785 Porque você vinha em meio particular. Eu sei, eu ainda justifiquei isso que você está falando,
3786 eu justifiquei isso que você está falando, mostrei no decreto o artigo, mas mesmo assim o
3787 entendimento era o que a Roberta disse. Na eventualidade de um sinistro, a responsabilidade
3788 sobre o terceiro ficaria sobre quem? Dentro da responsabilidade objetiva do Estado. Então foi
3789 nesse sentido que me foi negado. Então vir de ônibus e de avião pode. Eu venho de ônibus
3790 agora, e inclusive é um quesito também, porque estas distâncias mais longas, só para os
3791 conselheiros entender, nos fizemos previsão inicial de avião, porque são 500, 600 quilômetros.
3792 Mas também houve o corte para a gente enquadrar dentro da solicitação que foi feita, e a gente
3793 tem que reconhecer que realmente é uma situação que se faz presente. A outra é o seguinte:
3794 eu gostaria que os conselheiros manifestassem a respeito das agenda, se tem alguém que
3795 esta fora.... Presidente só um minutinho. O que o Fernando traz para a gente. Aí me causa um
3796 pouco de irritação, com a lógica, tudo, dos meus colegas do SEDESE, porque é isso. O
3797 Fernando por exemplo diz que nunca ouviu falar nisso. E ele tem razão. Então de ônibus de
3798 avião. Então isso está explícito no decreto, quer dizer, que é só a SEDESE que cumpre o
3799 decreto. Porque lá na SEPLAG por exemplo, as pessoas viajam indiferente se for no seu carro
3800 particular, ela recebe e tal. Ó Roberta, eu tenho condições de... que normalmente o pessoal
3801 viaja de avião, ou de ônibus, dificilmente viajam em meio particular. Mas, no que eu já escutei
3802 falar, que pode receber, se você for, no seu carro. Vamos consultar depois, é melhor. Para a
3803 gente ter todo o resguardo. Agora, se puder, nessa situação que eu estou oferecendo, a
3804 parceria, aí sem nenhum problema, a gente está a disposição, já foi conversado isto nas
3805 cidades. Alguma situação de ordem dos outros conselheiros, no que diz respeito as datas, que
3806 gostaria de participar e não está contemplado, ou sugestão de troca. E aí eu quero só para
3807 colocar para esses que estão ali no indicativo, a seguinte situação: pode ser, e eu já vi este tipo
3808 de manifestação, que, por exemplo: Fatinha, está lá para ir lá na área que é dela. Na região
3809 que é dela. Aí de repente ela fala: ó santo de casa não faz milagre. Então lá Geraldo o pessoal
3810 não vai me querer. Sabe senhor tem isso. Então está bom Fátima, você vai fazer lá em Sul de
3811 Minas, e vamos mandar o Miguel, lá para sua região. Fazer a troca. Se tiver esse tipo de
3812 situação, para os conselheiros que estão ali, por sugestão. Não tem nada ali inflexível. Então
3813 podemos fazer a alternância. Assim fica isso para você Fátima, para Adenor, para o próprio
3814 Fernando, José Fernando, para Miguel e Marcelo. Se tiver esta situação, vocês manifestam
3815 que a gente vai procurar trocar. Aí eu pergunto? Os outros conselheiros que gostariam de
3816 participar, querem participar, ou que não estão contemplados, querem ir. Tem repetidos nomes,
3817 tem conferências municipais aí que tem outra agenda. Nos precisávamos ouvir. Tem mais
3818 sobre o quadro ainda. Conselheiro Adenor. É como deste a primeira vez que nos sentamos
3819 para falar sobre esta programação, eu deixei meu a disposição da secretaria e dessa
3820 presidência. E não tem problema nenhum ali. Só vou trabalhar na minha agenda porque,
3821 conforme ali, seria dia 30, está marcando dia 30/08? 30/08 seria para saída daqui, ou 30/08
3822 nos temos que estar lá? Então nos sairemos dia 29. Para mim sem problema Presidente, vou
3823 fazer a minha agenda de acordo com aquela data ali. Queria dar uma sugestão para os demais
3824 conselheiros, para acompanharem o Encontro de Belo Horizonte, com essa possibilidade de se
3825 enriquecer e... E ali, inclusive Roberta, ta a sugestão de não, mas obviamente Belo Horizonte
3826 eu devo fazer sozinho, se é que for eu que for fazer. Eu gostaria, Elair, ali está Belo Horizonte.
3827 Esta vendo lá? Cadê Belo Horizonte? Não, Não. Belo Horizonte. Alá ó, Belo Horizonte está
3828 vendo. Geraldo, aí está todos. Da secretaria executiva. Mas aí nos precisamos estudar um
3829 modelo melhor, para a gente fazer. Eu penso até que você podia estar com a gente, ou a
3830 própria Juanita. Eu acho. É porque aqui é Belo Horizonte, aqui é metropolitana, está mais
3831 próximo. Vamos pensar nesse modelo. Está OK Roberta? Algum outro quesito gente, que
3832 vocês querem colocar? Está vencido? Então nos vamos apresentar detalhadamente, inclusive
3833 com custo. Como um todo Roberta, para você fazer a defesa para nós lá. Eu vou passar para a
3834 Consolação ela fala sobre as municipais, tem aqui com indicativos, e as municipais que pede e
3835 indica nome. Então aí a Cristiane, parece que tem andado num sacrifício grande, porque ela
3836 está muito queridinha no norte. A Luiza é a pessoa aqui da secretaria executiva, que está
3837 recebendo todas as demandas, ela está responsável para ligar para cada conselheiro, e para
3838 verificar a disponibilidade para ir. E aí, ficaram aqui algumas conferência, que a gente não
3839 conseguiu nenhum conselheiro. Quais municípios? São João Nepomuceno, no dia 27 de julho.
3840 Nos temos ainda, Sete Lagoas, não é Cris. 04 e 05 de agosto. Nos temos, Congonhas vai

3841 mandar o convite novo, verificar se pode alterar a data. Não é Marcelo. Nos temos ainda, Morro
3842 da Garça, 29 de julho e dia 06 de julho Buenópolis. Então estes municípios estão sem
3843 palestrante. Eu queria fazer uma discussão aqui, Presidente. Inclusive me incomodou essa
3844 questão de que, daqui estão acionando conselheiros, para ver a possibilidade de ir. Eu acho
3845 que esta plenária precisa definir, qual que é a diretriz nossa, de participação em conferência
3846 municipal. Porque se a gente não tiver uma diretriz, aí vão chegar duzentos convites e
3847 duzentos convites... Nos tiramos a diretriz, já foi aprovado. Qual que é? Só para eu entender?
3848 Nos vamos entender então de 10%, desfizemos a distribuição, não esta aqui a... o cronograma
3849 agora, nos fizemos a distribuição de porte um, dois, médio e grande. Em quantidade de
3850 município por este spot. Chegamos neste quantitativo, aí seria esse limite. Dá em torno de 80
3851 municípios, é uma tentativa de oitenta, fizemos barragem, fizemos município... vem a questão
3852 do convite. E ela levanta tudo isso aqui, também. Se tem usina, por exemplo: Santo Antônio do
3853 Rio Abaixo, é em Divinópolis. Ah... vocês me desculpa. Ele tem lá... eu li errado. É isso mesmo.
3854 É o Adenor que vai. Ele tem PCH QuimQuim lá. Aí eu tenho outro que tem PCH, tem uns que
3855 tem plano de providência, é isso. Eu acho assim, tudo bem, eu peço desculpa porque eu não
3856 participei dessa discussão eu desconhecia. Aí esse critério de PCH ele é fantástico. Para a
3857 gente dar uma luz daquilo que a gente está discutindo. Plano de providencia, só para seus
3858 conhecimentos, eu tenho 400 planos de providencia, nos municípios. Então o quê que está
3859 somando aí, é que eu fico vendo que às vezes esse critério não está bem consolidado.
3860 Partindo desse princípio, ficar ligando para conselheiro, para saber se pode ou não. Eu não sei
3861 se esse Conselho atende. Porque assim, se nos fizemos um critério, pela lógica do que está
3862 sendo colocado no município. Quando a gente fala assim: porque que é importante a gente
3863 participar onde tem PCH? Porque? Porque nos estamos vivendo discussões riquíssimas aqui e
3864 a gente está fazendo um esforço enorme para que envolva o controle social e o município,
3865 naquele fato que está acontecendo lá. Então pegar um conselheiro ou outro, que tenha
3866 disponibilidade, de repente, a gente pode não atender pelo perfil. Por exemplo, tem plano de
3867 providencia, e daí? Esse conselheiro que está disponível, ele está atento para o quê que
3868 significa plano de providencia, qual que é a discussão que está sendo desdobrado em cima
3869 disso? Você entendeu? É isso que eu estou colocando, assim, essas questões... porque
3870 inclusive encima disso também, eu preciso ter um painel de custo disso. Porque nos estamos
3871 falando de oitenta municípios que nos vamos acompanhar, eu acho que a gente precisa ter, do
3872 ponto de vista de conferência no Estado de Minas Gerais, eu tenho gasto, com participação de
3873 conselheiros municipais. Eu tenho gasto com o Encontro Regional e tenho gasto com a
3874 Conferência Estadual. Qual que é a cifra disto tudo? Para além das outras ações do Conselho
3875 Estadual. Então essa pergunta, ela precisa ser respondida. A outra estratégia que eu achei
3876 fantástico que esse Conselho, tomou essa decisão aqui. Foi quando, sexta-feira, o Presidente
3877 e o vice-presidente, ficam quarenta minutos, fazendo uma gravação, que pode ser
3878 disponibilizada, para todos esses municípios, com a possibilidade de ajudá-los. Entendeu? Eu
3879 acho que isso é uma estratégia. Nos na SEDESE sentamos e discutimos, porque a gente não
3880 tirou por esta lógica. Porque ao tirar por esta lógica, a gente precisa saber se essa lógica
3881 desses critérios, quem eu estou mandando, nos vamos responder. Porque senão esta lógica
3882 fica só para o critério, porque você manda uma pessoa lá, porque tem PCH e daí? O
3883 conselheiro que está disponível, neste momento, que alguém ligou, fala: você pode ir para mim,
3884 você pode ir, não sei o que? E essa coisa na hora que vai lá, ele está representando o
3885 Conselho gente. Entendeu? Então assim. Eu não sei se a gente esta casando o critério com
3886 aquilo que a gente está oferecendo para eles também. Por assim. Talvez seria mais importante
3887 a gente repensar isso. Essa estratégia da gravação, ela foi importante, eu tem dito isso em
3888 todos os tele presencial, eu tenho dito em todas as capacitações, a importância do município se
3889 esforçar, e privilegiar os seus técnicos, os seus conselheiros lá, e fazer a conferência que eles
3890 dão conta de fazer. Claro que eles demandam o tempo inteiro, alguém para fazer a palestra
3891 para eles. E as vezes vai uma pessoa, que fala que não tem nada haver com aquilo que eles
3892 estão fazendo lá. Então assim. Isso a gente precisa pensar também. E eu preciso saber
3893 também quanto vai custar isso? Porque senão, aquela história, nos estamos fazendo o nosso
3894 planejamento, inclusive liberação de cota e tudo, e eu... nos estamos completamente... Para a
3895 conferência municipal, nos estamos pedindo que o município arque com as despesas do
3896 conselheiro. Ta. Então está negociando assim. Inclusive eles fazem até questão, tem uns que
3897 pagariam para um palestrante. Então a gente fechou, esta fechando. A Luiza pergunta para o
3898 município, a disponibilidade, se ele pode arcar ou não. Até agora a gente não tem, nenhum que
3899 a gente vai ter que ir estar custeando a ida dele. Não fechamos para o município, mas fazemos
3900 esta pergunta. Porque se ele pode custear, então fica mais fácil. É hospedagem, alimentação e

3901 a ida do conselheiro. As vezes manda um carro ou passagem. É isso. E são trinta – você
3902 contou? – trinta e quatro. E isso que você falou de aproveitar o profissional do município. Nos
3903 levamos inclusive isso na discussão do FONACEAS. Então nos também estamos fazendo isso,
3904 a secretaria executiva tem orientado dessa forma, quando o município liga, às vezes não pode.
3905 Olha aproveita. Como que você vai discutir isso? A gente tem dado essa orientação. E além do
3906 CD, tem mais um texto que foi elaborado, pelo Conselho, já está no site. E agora tem a
3907 apresentação, que os conselheiros vão utilizar. E até... E eu queria até ver com... se vai ser
3908 liberado esta apresentação, até para gente deixar também no site, porque às vezes alguns
3909 municípios não vão ter conselheiro, mas poderiam estar também utilizando o material para a
3910 Conferência Municipal. Capacitamos. Já fizemos aqui capacitação de Conselheiros, viu
3911 Roberta. Fechamos essa apresentação, no dia de fechamento da apresentação. Todo mundo
3912 estava aqui, então fizemos tudo isso. Agora só para colocar mais um ingrediente aqui, é só
3913 para a gente pensar, ta gente. Porque a responsabilidade do meu ombro é muito grande. Muito
3914 grande, enquanto gestora. É o seguinte: do ponto de vista dos servidores da SEDESE, nos não
3915 autorizamos servidor da SEDESE, sem... para sair neste tipo de questão. Por qualquer coisa
3916 que acontecer com aquele servidor, o que garante a ele, que ele está em função pública lá, é o
3917 pedido da viagem, com autorização e com aquele todo processo que é feito. Tanto que
3918 qualquer coisa que acontece, a primeira coisa que você recorre, é a solicitação de autorização
3919 para viajar. Você entendeu? Então assim, do ponto de vista de servidor da SEDESE, isso é
3920 complicado. Eu sei que as regionais fazem isso, agora é isso que eu estou dizendo: lá da Sub-
3921 Secretaria de Assistência Social, da qual eu respondo, os nossos técnicos, além deles não
3922 terem possibilidade de fazer isso do ponto de vista legal, eu particularmente acho também,
3923 muito desagradável com o servidor. Que ele vá para um lugar, aonde o Estado não tenha
3924 condições e competência para cumprir as obrigações que é a liberação de diária e dar
3925 condição para ele exercer o papel dele. Então isso para gente é difícil, assim. Do ponto de vista
3926 da sociedade civil, as pessoas se organizam, e aí não tem nenhum problema, do ponto jurídico
3927 da questão, agora com o servidor da SEDESE eu tenho estas complicações, ta. A
3928 responsabiliza... Se foi autorizado, e o conselheiro está participando, aí eu não sei se aí é
3929 interpretação Marcelo e José Ismar. Porque em nove, essa é nona conferência, vamos falar
3930 que em organização, eu estou em oito. Sempre, sempre a gente fez isso, e foi dado
3931 autorização e nunca... sempre falaram que era possível, porque se ele está no exercício de
3932 conselheiro, está tudo garantido, independente de pagamento de diária. Em Consolação,
3933 aonde que você explicita autorização da viagem, no processo de liberação de custo daquela
3934 viagem? Deliberação em plenária. Gente, mas, por exemplo, deliberou aqui em plenária,
3935 autorizou aqui em plenária, ele está garantido. Aí eu não sei juridicamente como é que é isso.
3936 É ué, porque o Conselho ele é legítimo na deliberação. A única autorização que tem que ter é
3937 para pagamento, porque aí você tem ordenação de despesa. Aí você tem que ter uma
3938 autorização para viagem, agora, deliberou, ele está no exercício dele sim. Não é isso Marcelo,
3939 ó José Ismar? Que parece, que a preocupação da Roberta, é no que diz respeito, a qualquer
3940 dano que possa causar seja a terceiros ou seja ao próprio Conselheiro. Existe uma... que a
3941 gente chama de responsabilidade objetiva do Estado. que é o dever que o Estado tem de
3942 indenizar tanto a terceiros, quanto aos seus agentes, por qualquer dano que seja causado.
3943 Ninguém manifestou. Pessoal, eu não sei ainda se os conselheiros ouviram as datas que a
3944 Consolação colocou, que ainda estão... Fala por favor outra vez, Consolação. Ta. Fala outra
3945 vez, por favor, **Consolação**. É a Luiza, está ligando um por um. Todo mundo que está viajando
3946 aqui, recebeu este telefonema, perguntando se... e aí não conseguimos. Quem recebeu o
3947 telefonema, já sabe que a agenda dele não permitia. Então nos temos: dia 27 de julho, tem
3948 outra conferencia em 4 e 5 de agosto, 29 de julho e 06 de julho. É a data, porque depois... é...,
3949 ver se alguém tem disponibilidade com a data, depois a gente fala qual que é o lugar, ué. Não.
3950 27 São João Nepomuceno. Entendi. Desculpa presidente. 27 de julho São João Nepomuceno.
3951 É na regional de Juiz de Fora, é município de porte 1. E tem plano de providência. O outro
3952 município é Sete Lagoas, 4 e 5 de agosto. Então, no dia 4 você poderia. Então ta. A outra data
3953 29 de julho, Morro da Garça, regional de Curvelo. 29 de julho. E 6 de julho também é Curvelo, é
3954 Buenópolis. 6 de julho? 6 de julho que é Buenópolis? Eu queria só colocar. Um minutinho, por
3955 favor. Presidente, eu já estou escalado para fazer. No dia 5 eu saio daqui à noite, e vou para
3956 Santo Antônio do Rio Abaixo. Dia 8 eu vou para Braz Pires, eu chego de lá e já vou para Braz
3957 Pires. Dia 5 e 6 de agosto, eu estou em Frei Gaspar. Dia 29 agora eu estou em Baldim, como
3958 eu coloquei mais cedo. E a conferencia de Ribeirão das Neves, a princípio está marcado para o
3959 dia 26 de julho, que nos convidamos a nossa amiga e companheira Juanita, mas ela está com
3960 dificuldade de agenda e nos estamos tentando mudar, ou para frente, ou antecipar, para que

3961 ela esteja conosco. Será muito bem vinda, será um prazer muito grande. Mas aqui. E aí é o
3962 seguinte: eu queria até Roberta, deixar nesse momento aqui, caso a Juanita não tenha
3963 disponibilidade de estar conosco. A gente vai estar pedindo, a gente vai estar pedindo sim,
3964 alguém que seja da SEDESE, ou que seja deste Conselho para estar conosco na nossa
3965 conferência, porque seria muito bom para a gente, enriqueceria muito a nossa conferência. Ô
3966 gente, eu vou falar, porque está me incomodando, eu não consegui expressar o que eu
3967 queria. Com relação a essa proposta que a gente construiu. Mas eu queria que a gente
3968 refletisse em cima disso. Nos trabalhamos na conferência, e essa plenária trabalha encima de
3969 controle social. Eu vou dizer uma experiência que a gente viveu muito com as regionais. No
3970 momento em que você recebe um convite, a prefeitura esta custeando todas as despesas para
3971 estar lá. É a mesma história do empreendedor, que é aquilo que o Geraldo falou, quando a
3972 gente usa o carro do empreendedor para você ver conflitos que tem lá. E vou ser muito sincera
3973 gente, muito sincera. E tem alguém aqui para me dizer se não acontece isso? Você seja lá,
3974 você detecta, isso é muito passível de acontecer, porque os conselhos municipais, tem todas
3975 as dificuldades de conflito, na questão do controle social, frente ao gestor municipal. E nós
3976 estamos lá, como conselheiro estadual, bancado, com todas as condições pelo Prefeito. Aí é
3977 assim... eu fico... eu estou falando isso, porque assim, isso me incomoda, a gente não
3978 consegue fazer essa reflexão. Assim... com que segurança, com que segurança, um
3979 conselheiro vai exercer, na dura, o seu papel de controle social lá? Para poder inclusive, se
3980 tiver a possibilidade, de dizer claramente o quê que está irregular lá. E isso, não venham me
3981 dizer com toda a santidade de que é possível, que a gente passa saia justa sim. Porque é o
3982 cara que está pagando sua comida, é o cara que está pagando sua dormida, está pagando,
3983 está mandando o carro vim te trazer. Você entendeu? Então assim, eu sei se a gente começa...
3984 sabe presidente, assim... eu acho que a tentativa ela é legal, eu acho que o esforço nosso é de
3985 levar a discussão, agora, conselheiro exerce o papel da vigilância e do controle, daquilo
3986 principalmente do que não está funcionando gente. E cá entre nós, a gente sabe muito bem,
3987 que a gente esta longe, muito longe, de uma maturação de gestor e controle social municipal,
3988 sem muito conflito. Aí eu não sei se a gente consegue perceber isso, mas enfim. Aí meu
3989 querido, não tem problema nenhum, a gente, do ponto de vista lá de Neves, a gente vai
3990 discutir, e assim, eu continuo afirmando aqui, os servidores da SEDESE, que a gente tiver
3991 possibilidade de colocar nisso, eles sairão com despesa... porque eu como Estado, eu não me
3992 sinto, extremamente desconfortável, mandar um técnico do Estado, pago pelo município, isto
3993 para mim é constrangimento, como gestora estadual. Conselheira Cristiane, logo em seguida
3994 Consolação. **Conselheira Cristiane:** A minha preocupação, acho que a Roberta está coberta
3995 de razão, os municípios me ligam, e eles acabam perguntando, a que horas vai buscar? Essas
3996 coisas, e a gente realmente fica numa situação complicada, até porque este Conselho já
3997 assumiu o ... alguns critérios de atendimento, e está cumprindo estes critérios. Talvez então, eu
3998 acho que, como encaminhamento é, fazer o orçamento desses pedidos que já foram feitos e já
3999 estão agendados, porque já houve um compromisso deste Conselho Estadual, com alguns
4000 municípios de cumprir. Já deu a palavra. Nos já empenhamos a palavra, com estes municípios,
4001 agendamos, fizemos todos esses procedimentos, dentro dos critérios que foram eleitos por
4002 este Conselho, e votados neste Conselho, para que então aja então o pagamento da ida
4003 destes Conselheiros. Acho que aqui agora. Agora o que a gente não pode é voltar atrás com a
4004 agenda que a gente já afirmou com os municípios. A Juanita fez um levantamento ali, e aí ver
4005 então essa questão de assumir esses gastos. **Consolação:** Eu entendo. A secretaria
4006 executiva, o que for deliberado, a gente vai cumprir, que eu estou aqui para isso, operar
4007 aquilo que foi decidido. Mas eu só queria falar que: eu até entendo esta colocação, mas eu não
4008 vejo da mesma forma em conferência. Porque nós também no estado, já pagamos
4009 palestrantes, já buscamos conselheiros, buscamos pessoas, pagamos passagens para outras
4010 pessoas virem, em outras conferências. Não e já também do CNAS, às vezes já buscamos, já
4011 demos hospedagem, entendeu? Já aconteceu isso. O Conselho Estadual fez isso com o
4012 CNAS, entendeu? É a mesma coisa, o conselho estadual, municipal está com o estadual. Eu
4013 acho que em termos de palestra, dessas... eu vejo uma certa diferença. Agora o que eu coloco
4014 é o seguinte: um lado eu tenho o orçamento. Como a possibili... E o outro eu tenho um
4015 incentivo à participação. Aí eu tenho que pesar. O quê que é mais? Eu vou ter mais
4016 participação? Ou então, eu vou... porque não vai ter recurso para atender os 10% que a gente
4017 previu. Então a gente vai rever tudo. Entendeu? E então assim... O quê que pesa mais, a
4018 participação, a mobilização, levar essa mensagem, ou esse outro lado? Não sei. É, eu quero
4019 insistir viu presidente. Acho assim... o exemplo que a Consolação deu, foi completamente
4020 diferente. A conferência é o ápice da discussão. E é pegando por exemplo os critérios que

4021 foram definidos nos municípios que vão ser atendidos. Por exemplo: usina – é claro, é evidente
4022 e óbvio que tem conflito. Se nos vamos tocar na situação de plano de providência, por
4023 exemplo. Por exemplo eu quero saber, se ... o Conselho, como é que o conselheiro vai sustentar
4024 uma discussão tranquila? Eu estou colocando do ponto de vista da pessoa que está lá. Não é
4025 uma coisa teórica, eu estou dizendo é a forma como a pessoa está sendo colocada lá, como
4026 conselheiro estadual, para defender uma posição de controle social. Entendeu? Pelo critério
4027 que já foi selecionado, já pressupõe, já pressupõe, que são municípios que com certeza têm
4028 deficiência na sua estrutura do sistema. Tem deficiência no conselho, tem deficiência na
4029 própria gestão da implantação do SUAS. E quando a gente faz uma conferência aqui, que eu
4030 pago para uma pessoa vir, não sei o que. É muito diferente Consolação, do que dizer o
4031 seguinte: dentro do contexto, quando nos escolhemos palestrante, naquele conteúdo que a
4032 gente quer atacar aquele... a escolha que gente sempre fez aqui. É um conteúdo muito técnico,
4033 você fala: olha, eu quero escolher a fulana, porque a fulana tem uma fala no tema X. Agora lá,
4034 nos estamos escolhendo conselheiro, para ir para lá, para falar do tema geral da conferência,
4035 para trabalhar específico numa palestra que vai fomentar isso lá. Nós não estamos escolhendo
4036 pela especificidade daquilo que ele tem para poder falar. E todo os pagamentos que nos
4037 fizemos de palestrante aqui, foi pela especificidade, a formação, e a especialização que a
4038 pessoa tinha. Você entendeu? E da mesma forma o CNAS paga também da mesma lógica.
4039 Agora se não é do jeito... nos estamos falando o que? Nos estamos deliberando que os
4040 conselheiros estaduais vão participar da conferência municipal como palestrante, desde que o
4041 município arque com a despesa dele. Você entendeu? Agora, geral. Agora ele está indo para
4042 uma área de discutir zona de conflito. Então o que eu trouxe aqui, é o desconforto da própria
4043 pessoa. Porque quem está lá na hora, é desconfortável. Porque se você tiver um embate aqui,
4044 os conselheiros municipais levantar... de conflito. Ele vai buscar o apoio é no Conselho
4045 Estadual que está lá. Porque é controle social com controle social. Você entendeu? Então é
4046 essa questão é que eu fico pensando assim: como é que é essas condições que a gente pode
4047 criar para uma boa participação, mas também preservando o conselheiro. OK. Está posto. Não.
4048 Uma coisa é o seguinte: nós já atendemos dezenove municípios, dos trinta e poucos. Tem
4049 outra demanda que já existe o comprometimento, não tem? Que está agendado para atender.
4050 Não. Bom até então não. O meu pensamento... o meu pensamento gente, é que a gente deve
4051 atender. Acho que o conselheiro tem que ter responsabilidade. Eu entendo, o constrangimento
4052 que Roberta traz, mas eu acho que nos devemos atender. O município, ele quer, ele tem a
4053 necessidade, ele quer se qualificar. Vamos atender. O Roberta sabe? Aí, nós é que temos que
4054 ter, a dignidade, e a capacidade de fazer o enfrentamento, com amor, com transparência, com
4055 tranquilidade. Mas aqui. É gente tem que colocar. Eu não tenho que chegar lá e achar que o
4056 cara me pôs um carro para me buscar, vai me comprar. Não, por favor. Não, por favor. Acho
4057 que a gente deve atender, foi deliberado isso, *c'est fini*. Pronto. Aqui, nos temos três
4058 comissões, para se apresentar, e aí eu gostaria de perguntar o seguinte: tem uma comissão
4059 que Juanita preside, e ela disse que é só informe. Pronto. Por favor, Sivestre, é um prazer
4060 grande você estar aqui com a gente até agora. Então os pontos que a gente tem é o seguinte:
4061 comissão de orçamento já foi. Normas, apoio e política. Eu pergunto? As três tem pontos de
4062 deliberação, todas as três? Juanita é só uma. Só para a gente saber o quê que a gente
4063 encaminha. Tem alguma coisa urgente nas comissões? É coisa urgente. Sinceramente, pula
4064 para o mês que vem. Tem? Ok. Então pronto. Pessoal, olha, veja bem. Veja bem, sem
4065 nenhum demérito. Pessoal eu gostaria de estar encaminhando. Sem nenhum demérito, sem
4066 nenhum demérito sabe? Aqui, se não tem prioridade urgente de deliberação, aqui nos fizemos
4067 uma discussão riquíssima. Mas também não dá para prender os conselheiros depois deste
4068 horário. E amanhã nos temos uma escola o dia inteiro, e sábado. Então quer dizer, nos
4069 precisamos ir embora e as deliberações ficam para a próxima. O que a gente tiver, dar o
4070 informativo, dar o informativo, via eletronicamente, quem puder contribuir, contribui. E nos
4071 temos segunda feira uma mesa diretora, onde vai estar, a mesa diretora, sentando e
4072 conversando. Se estiver algum questionamento, a mesa diretora, estará com os presidentes de
4073 comissões, se essa plenária autorizar, a gente delibera lá, se houver questionamentos, a gente
4074 socializa. Pode ser assim? Pode ser. Não. Não já foi. Tem a Cristiane e o Adenor inscrito. Não.
4075 Não pelo menos de pauta que me consta aqui não. Eu queria é... Juanita a nossa comissão
4076 tem um ponto de deliberação. Não, pois não. Eu só queria dizer isso. Que para nos tranquilo,
4077 que a mesa diretora... Aqui, aqui. O trabalho da sua colocação, Conselheiro Adenor, é a mesa
4078 diretora que vai decidir. Por favor, passa para a Cris. Pronto. Acabou. Agora tem uma situação
4079 que foi colocada, eu gostaria assim, gente. Quando tiver esse tipo de situação, é bom que se
4080 coloque primeiro para a mesa encaminhar. Porque a gente teria inclusive feito antecipação,

4081 para liberar. Então da próxima vez não vamos fazer isso mais não. Por favor, vamos ficar
4082 atentos nestas questões. Esse ponto específico nos vamos deliberar, então. Eu só gostaria que
4083 os conselheiros continuassem aqui mais um pouco. Por favor. Então, em consideração aí a
4084 pessoa do empreendedor. Nos temos aqui, a deliberação sobre a PCH Boa Vista, Retiro
4085 Cachoeira da Fumaça e Ipirapetinga. A situação é a seguinte: em dezenove de abril de 2011, o
4086 empreendedor RPF Geração de Energia S/A, encaminhou a este Conselho, o pedido de
4087 suspensão dos trabalhos por doze meses, dos postos de atendimento social, das PCHs de Boa
4088 Vista, Retiro Cachoeira da Fumaça e de Ipirapetinga, alegando o motivo da paralisação das
4089 atividades do posto, bem como o início das obras. Nas dificuldades em conseguir
4090 financiamento para viabilizar, os referidos empreendimentos, devido ao baixo valor comercial
4091 da energia no momento. Como devido, a prática das instituições de crédito, que exigem um
4092 contrato de venda, da energia que será produzida. A valores que demonstrem a viabilidade
4093 econômica do empreendimento, mesmo tendo disposição de oferecer garantias reais
4094 corporativas, a RRBF Geração de Energia S/A, não tem encontrado meios de demonstrar
4095 viabilidade econômica dos empreendimentos junto as instituições financeiras. Sem a obtenção
4096 do financiamento o empreendedor, não tem condições de assumir com recursos próprios, o
4097 investimento em questão. A PCH Boa Vista, Retiro e Ipirapetinga, atingirá propriedades rurais
4098 no município de Coroaci, respectivamente 14, 37, 42 estabelecimentos rurais, que totalizaram
4099 93 propriedades, que serão parcialmente atingidas pela construção das usinas. A PCH
4100 Cachoeira da Fumaça, atingirá propriedades rurais dos municípios de Coroaci, Sardoá e
4101 Governador Valadares, respectivamente. Quatorze em Coroaci, quinze em Sardoá, e dois em
4102 Governador Valadares. Totalizando trinta e uma propriedades rurais. Para a construção das
4103 referidas usinas no PAS, há previsão de contratação de 230 operários no pico da obra, foram
4104 instalados dois postos de atendimento social, um no município de Coroaci, e outro no município
4105 de Sardoá. Em maio de 2011, o CEAS encaminhou ao CMAS de Coroaci, Sardoá e
4106 Governador Valadares, correspondência solicitando manifestação dos Conselhos Municipais,
4107 sobre a concordância ou não da solicitação do empreendedor. Em resposta, o Conselho
4108 Municipal manifestou, os Conselhos Municipais manifestaram. Coroaci: conforme cópia da ata
4109 de reunião, concorda com a suspensão das atividades dos postos. Sardoá: conforme cópia da
4110 ata de reunião, considerou a necessidade do posto instalado no município, funcione por mais
4111 dois meses. Governador Valadares: conforme e-mail datado de 31 de maio, manifestou
4112 contrário à solicitação do empreendedor. A comissão analisou a questão na sua totalidade, e
4113 deu o seguinte indicativo de encaminhamento: considerando as manifestações diversas e
4114 contraditórias, sugere-se uma visita no município de Coroaci, para reunir com os três, com os
4115 três conselhos municipais e o empreendedor. OK. Estão abertas as inscrições. Conselheiro
4116 Marcelo. Pelo que eu entendi. O empreendimento mandou a correspondência dizendo que por
4117 condições econômicas o empreendimento vai ter a suspensão. Ou é só a suspensão do posto?
4118 Porque realmente para mim ficou confuso, pelo que ouvi, eu entendi que o empreendimento
4119 está pedindo a suspensão das atividades do posto, considerando que as atividades deles lá,
4120 não compensam o gasto de energia? A questão é até recorrente, eu vou pedir a técnica para
4121 colocar. É o seguinte. Estes três municípios receberam a resolução, e na resolução dispõe que
4122 trinta dias após a aprovação do PAS, eles tinham que abrir o posto. Só que estes três
4123 empreendimentos não receberam as licenças, porque? Não iniciaram as negociações, não
4124 iniciaram a obra, e talvez, há uma possibilidade desses três empreendimentos – quatro ne –
4125 desses quatro empreendimentos nem saírem do projeto. Por questão de recurso. Então o
4126 posto, independente disto, já está funcionando. Porque obedecendo a normativa do CEAS,
4127 porém esta equipe está... não pode... fazer... faz as visitas, faz os atendimentos de
4128 esclarecimento, porém, não está tendo negociação e nem sabe, se esse empreendimento vai
4129 ser implantado. Por questões financeiras mesmo do empreendedor. Pois é. Hoje mais cedo eu
4130 falei de uma decisão que teve num determinado Estado aí, que essas audiências públicas, elas
4131 tem começar antes, esse tipo de situação tem começar antes do empreendimento. Cria-se uma
4132 expectativa no município, não e. O cidadão começa a sofrer, porque vai ter sua área inundada.
4133 Aí o empreendimento por questões econômicas, ele entende que não deve continuar. Roberta,
4134 por favor. Eu acho que a Rosa esclareceu bem. Porque veja bem, o quê que foi colocado, pelo
4135 menos o que eu entendi isso, e como o José Ismar colocou isso, tem sido decorrente, inclusive
4136 a gente está com uma proposta de discussão, lá na... nos outros órgãos que libera, tanto do
4137 meio ambiente e do COPAM lá, que libera essa licença para eles se instalarem. Para a gente
4138 ver esse time que, da nossa resolução para implantação, e do time que eles tem para
4139 possibilidade de instalação do empreendimento lá. Porque que eles alegam: eles falam assim:
4140 olha, eu entro com o PAS, porque o PAS é condição *sine qua non* a aprovação dele ou não, a

4141 aprovação dele é condição para eu entrar no meio ambiente. Quando ele chega lá no meio
4142 ambiente e nas outras licenças que ele tem que campear, ele tem uma série de regras que ele
4143 tem que cumprir, inclusive essa do PAS, e que diz que: para... por exemplo, que o José Ismar
4144 leu tranqüilamente, quer dizer, ele precisa mostrar um contrato, a viabilidade econômica,
4145 porque senão ele não consegue instalar o empreendimento. Aí fica um gueto, que é uma
4146 discussão extremamente difícil para a gente fazer aqui. Que é o seguinte: a nossa resolução
4147 fala, assim que é aprovado, você tem que instalar. Aí ele instala e o pessoal fica lá fazendo,
4148 Deus sabe o que? E como? Porque não tem certeza de nada, do quê que vai acontecer no
4149 futuro. E aí Marcelo. Por exemplo, quando você colocou isso, na regra para instalação de
4150 empreendimentos, essas audiências públicas são todas antecedidas. Não. Uma coisa é você
4151 audiência de plano, mas audiência pública para... Exatamente. Então audiência pública para
4152 que se instale lá. Ela é feita. Ela é feita, e bastante polêmica, tem toda uma discussão do quê
4153 que vai afetar no social, o quê que não vai afetar, agora se a gente está querendo também
4154 audiência pública para o plano, eu acho que, o Conselho é que precisa participar das
4155 audiências públicas, que antecede essa chegada do PAS aqui, e não a gente fazer audiência
4156 pública de plano. Nos precisamos participar dessas audiências públicas que são instaladas lá
4157 no lugar onde vai ser o empreendimento para a gente ter essa visão correta aí, porque a hora
4158 que chegar o plano, a gente já tem uma noção do quê que está acontecendo, o quê que é
4159 possível, o quê que não é possível, para defesa do empreendimento. O que acontece a gente
4160 recebe o plano aqui e a gente não tem noção, a gente analisa tecnicamente, e vai lá fazer uma
4161 visita técnica, mas a gente não sabe inclusive dos conflitos primeiros que surgiram lá. Agora, é
4162 uma decisão difícil, e acho que contraditório aqui, só teve um , do ponto de vista contraditório,
4163 que eu estou entendendo, foi só um conselho que diz que não. Que não quer que feche o PAS,
4164 aí eu pergunto se quando ele colocou isso ele quis... ele alegou, se sustentou porque? Porque
4165 os outros que disseram que um pediu para dois meses, e o disse que: Concorda. O que
4166 concordou. Então o que concordou? Nos estamos entendendo, que na medida que a gente
4167 perguntou? E ele que faz o controle social lá, ele está concordando, ele deve estar embasado
4168 em alguma coisa. O outro que pediu dois meses, também deve estar embasado em alguma
4169 coisa. Aquele que não concorda também está embasado em alguma coisa para dizer: não eu
4170 simplesmente não concordo. Mas aí nos vamos manter isso, para dizer sem a gente entender
4171 porque que ele não concorda. É porque está sendo trabalhado alguma questão lá que uma vez
4172 rompido esse... esse posto, fechado esse posto, quais são as conseqüências disso? E a minha
4173 sugestão de encaminhamento, é concordando com a sugestão dele, e que possivelmente, a
4174 gente possa trazer aqui para discussão, talvez um funcionamento parcial, para a gente... e aí
4175 discutir o quê que é funcionamento parcial mesmo. Porque também não faz sentido gente, essa
4176 coisa do posto instalado lá e se não tem perspectiva nenhum de empreendimento, o quê que é
4177 que nos estamos fazendo com essa população lá. Quer dizer, esse povo vai para lá, faz o que?
4178 Aí faz projeto, capacita, porque tem capacidade de 230, mas daí não tem mais
4179 empreendimento, então não tem possibilidade de nada. Isso aí, a gente precisa compreender,
4180 para a gente saber, e dar sustentabilidade, naquilo que a gente está querendo olhar lá. Ó José
4181 Ismar, só mais uma coisa. Seria o caso. Havendo esta suspensão, seria o caso de revogação
4182 da resolução? Ou não? Eu penso que não Marcelo. A questão a Roberta colocou muito bem. A
4183 questão ela é complexa e envolve muitas famílias, e envolve três municípios. E nos estamos
4184 trabalhando aqui, com uma questão aqui, que vocês disseram muito bem, que nos não temos
4185 conhecimento da realidade. É um situação colocada aqui, que nos não temos um domínio, da
4186 questão da realidade lá. O encaminhamento foi muito mais acima disso, desta preocupação
4187 de até, trabalhar com os conselhos locais, a necessidade de discutir isso, porque é um
4188 empreendimento vultuoso, que vai envolver várias... são duzentos e trinta operários e três
4189 municípios, e municípios pequenos, e Governador Valadares com exceção que é maior, pouco
4190 vai ser afetado. Pouco vai ser afetado. Então a gente gostaria de compreender o
4191 encaminhamento nesse sentido. Que são municípios pequenos, um empreendimento vultuoso
4192 para o tamanho de população do município e também nas perspectiva dos conselhos também
4193 locais, desse entendimento, dessa caminhada com eles, na preocupação que eles vão ter no
4194 controle social desse empreendimento, e o empreendedor também conhecer as razões, os
4195 motivos, e saber também até onde o empreendedor tem o domínio dessa realidade local, e o
4196 que se propõe a fazer, face a essa questão. Eu fui contemplado com a fala da Roberta, mas eu
4197 queria trazer mais um informe, em relação a isso, que é a questão que vocês estão colocando
4198 José Ismar, é a mesma coisa da PCH aqui em Clu que está na mesma situação. Não iniciou
4199 nada, não iniciou capacitação, não iniciou projeto nenhum, não iniciou negociação e os
4200 técnicos estão lá, simplesmente, a fazer nada. Conselheiro. Sim. **Conselheiro Marcelo**, por

4201 favor. Só para dizer o seguinte, sabe o José Ismar. É, nessa visita que vai ser feita, for ser feita,
4202 atentar muito para olhar mesmo que vocês estão analisando. Mas a minha fala era outra. Eu
4203 fico preocupado, você sabe com que? O empreendimento, quando vai fazer um determinado
4204 empreendimento, ele faz um planejamento. Ele sabe dos reflexos, seja os reflexos para... quem
4205 vai ser atingido, quantos vão ser... Ele faz uma programação, não é? E aí, depois que faz a
4206 programação e esse planejamento todo, vem com essa demanda aqui para o conselho. Eu sou
4207 muito contrário a esse tipo de coisa, sabe, eu acho que se quando lá atrás, pensou-se num
4208 planejamento, ele deveria ter pensado nos reflexos também, não é? **Conselheira Roberta.** É.
4209 Eu queria acrescentar duas coisas, que é o seguinte: primeiro a gente precisa compreender
4210 que nos estamos propondo, discussões em cima de totais incertezas, entendeu? Porque assim,
4211 o quê que está posto aqui. Ele está dizendo o seguinte: eu nem sei se vou fazer o
4212 empreendimento e o planejamento do PAS é uma coisa, Marcelo, a questão do mercado
4213 financeiro, compra de energia, é outra. O que ele disse aqui é o seguinte: eles hoje estão
4214 sendo obrigados a cumprir uma regulação, de mostrar viabilidade, para instalar um
4215 empreendimento, com um contrato que ele tem que dizer se ele tem dinheiro para instalar
4216 aquele empreendimento lá, não é nem para custear o PAS não, porque o PAS é o de menos, o
4217 PAS é o de menos, e aí eles estão nessa discussão que, possivelmente, assim, pelo que foi
4218 colocado aqui, e que tem me sido colocado, e os empreendedores estão com esta luta, é de
4219 que possivelmente, muitos empreendimentos não vão acontecer. Eles não vão acontecer, se
4220 não vão acontecer, e digo mais, não vão acontecer a curto prazo. É uma perspectiva de dois a
4221 três anos, porque eles estão olhando o mercado, por exemplo, vale a pena instalar um
4222 empreendimento com o custo da energia do jeito que está, quer dizer, esta lógica econômica
4223 que está colocada, então ele tem o direito. É como eu fosse instalar uma padaria, e falar assim:
4224 aqui, eu vou ver isso primeiro, eu não sei, o preço do pão está muito ruim, o trigo está muito
4225 caro, agora com relação ao dólar, de repente, eu nem sei se eu vou instalar essa padaria aqui.
4226 Então, isso que eu estou te chamando atenção, assim, nos vamos para lá discutir, ou nos
4227 vamos manter posto, e discutir fechamento de posto. Em cima de incerteza, de totais
4228 incertezas que pode ser que daqui a dois anos, não tenha nenhum desses empreendimentos.
4229 Então Adenor, quando você fala assim: se isto está ou não está funcionando. Nos precisamos
4230 saber também... por isso que eu falei dessa parcialidade, desse funcionamento parcial, aonde
4231 a gente possa monitorar, essa questão de dizer assim: vai sim, ele conseguiu toda a licença,
4232 conseguiu tudo isso, então agora nos vamos resgatar, que esse posto vai ter voltar a funcionar
4233 a pleno vapor. Agora, o que nos não podemos também, é saber se fecha ou não fecha posto,
4234 em cima de incerteza. Porque o que ele colocou para nós foi uma incerteza de dizer que não
4235 sabe nem se vai instalar o empreendimento. E se for, é daqui a dois anos. Tanto que ele está
4236 pedindo prorrogação para dois anos. Só respondendo ela. Ela me citou, presidente. Que a
4237 PCH de Quim Quim, colocou essa mesma colocação aí. Que não recebeu a autorização dos
4238 órgão e está pagando a equipe, nesse sentido, é nesse sentido que eu estou querendo colocar.
4239 **Presidente:** Conselheiro Adenor, por favor, passe o microfone para a representante **Queiroz**
4240 **Galvão**, por favor, para ela se manifestar. Boa noite, primeiro eu quero agradecer vocês,
4241 ficarem aqui, e abrir essa discussão, em respeito a minha presença, até agora. Eu queria só
4242 pontuar algumas coisas assim que eu acho necessário para vocês poderem deliberar. O posto
4243 está lá em funcionamento, eu sou assistente social, eu que coordeno a execução do PAS lá, e
4244 o posto está lá em funcionamento há um ano e meio, dentro desse um ano e meio, a
4245 Construtora tinha a perspectiva de construir estes empreendimentos. Após ela conseguir todas
4246 as licenças, o quê que aconteceu? Eles fizeram uma nova viabilidade, porque enquanto estava
4247 estudando, falava: vou gastar isso. Porque eles fizeram um projeto, e esse projeto tem dez
4248 anos que esta sendo estudado, é muita burocracia. E só agora é que eles conseguiram todas
4249 as licenças, e então eles fizeram uma nova análise de viabilidade de custo. E essa nova
4250 análise, mostrou que os empreendimentos não são viáveis. Então o empreendedor já
4251 comunicou para as prefeituras, de Sardoá e de Coroaci, que o empreendimento não vai ser
4252 construído, não é viável. E o quê que acontece, outra pontuação que eu quero fazer. O
4253 município que sofre maior pressão das hidroelétricas, é o município de Coroaci, porque as
4254 quatro afetam o município de Coroaci. Tanto que tem um posto no Coroaci e outro no município
4255 de Sardoá. Governador Valadares apesar de ser atingido, está muito distante, muito distante.
4256 Cerca de sessenta quilômetros. Então não participa muito ali da realidade das discussões. E,
4257 porque com Coroaci concordou de imediato com o fechamento dos postos? Porque com a
4258 comunicação da não ida das usinas. Ele entendeu que não tem sentido as profissionais ficarem
4259 lá trabalhando. Entendeu? E Sardoá, a discussão foi no seguinte: como o empreendimento
4260 trouxe a expectativa, o pessoal estava esperando, isso gerou impacto muito grande, porque a

4261 partir do momento que você abre posto, as pessoas já entendem que já pode levar os
4262 currículos, que vai acontecer o empreendimento. Sardoá pediu dois meses a mais, porque?
4263 Porque é preciso agora fazer um... e eu apoio totalmente esta decisão de dois meses de
4264 trabalho, porque? É preciso agora fazer um trabalho de desmobilização. A gente vai ter que ir
4265 na casa de cada atingido, falar que não vai ter, porque que não vai ter. Entendeu? Porque a
4266 gente deve, a gente deve uma satisfação para cada um dos atingidos. E eu estou preocupada
4267 com a demora dessa decisão, porque eles estão muito ansiosos. Eu estou aqui trazendo uma
4268 realidade que eu estou vivendo lá. Entendeu? E outra. Como Coroaci, a região lá, é contra os
4269 empreendimentos, eu vou trazer um outro lado agora. Eles são contra os empreendimentos.
4270 Sardoá não, mas Coroaci, sim. Eles ficaram super felizes de não ter... de suspender a
4271 construção. Então o que está acontecendo, a Psicóloga e a Assistente Social do Posto, ta
4272 sofrendo pressão no sentido de que o pessoal da Prefeitura de Coroaci chega lá: Oi vocês não
4273 foram embora ainda não? Não vai ter empreendimento, o quê que vocês estão fazendo aqui
4274 ainda? Os profissionais estão sofrendo pressão nesse sentido. Então eu queria que vocês
4275 refletissem. Eu fico nervosa, tremendo igual uma vara verde. Me perdoem. Mas eu queria que
4276 vocês refletissem em cima da minha fala, eu estou aqui expondo uma situação que é real lá. E
4277 eu acho que não podia se prolongar muito, porque a situação está cada vez pior, a pressão
4278 está cada vez se aumentando. E a gente precisa ter um contato com a população falando
4279 sobre o quê que vai ser feito, em virtude da não ida das obras. Eles cobram muito uma posição
4280 nossa, do PAS, do posto. **Presidente:** Eu te agradeço, só um minutinho Roberta, por favor. Eu
4281 te agradeço, a fala que você fez acho que contribuiu muito. E aí, eu diria até mais que isso,
4282 acho que você faz uma fala de quem realmente está fazendo um papel de assistente social.
4283 Desenvolvendo uma função muito bacana. Porque é o seguinte: quando eu vi alguns
4284 conselheiros aqui manifestar favoravelmente, então não tem mais, acabou. Não, não é por aí.
4285 Porque aí há um pós. Nos levantamos perspectivas, nos levantamos expectativas, nos
4286 levantamos um sofrimento, nos geramos um sofrimento. E agora está na hora de ir, e colocar
4287 com muita propriedade, com um trabalho que é peculiar e inerente à função da assistência
4288 social, como é que esta coisa funciona. Mas isso aqui para nós, acho que é mais um
4289 aprendizado, que a gente deve debruçar e saber como é que a gente atuar daqui para a frente.
4290 Porque tem, esses riscos também, tem hora que tem uma demanda pela riqueza do consumo,
4291 pela demanda do consumo da energia, e existe ó eu quero comprar, pode fazer a energia que
4292 eu te compro. Aí por outro lado, não, o mercado assentou, a indústria retrocedeu, não vamos
4293 gastar. É daqui dois três anos. Mas o sofrimento foi gerado, a perspectiva foi gerada. Então
4294 acho que legal a compreensão, eu penso, eu penso que: Coroaci já deu os motivos dele de
4295 não querer, não. Com toda certeza precisa ficar mais dois meses em todos os três. Até que a
4296 gente faça este trabalho, em cada um dos atingidos, para poder manifestar. É o meu
4297 entendimento. Mas Conselheira Roberta está inscrita, e depois a gente deliberar. **Conselheira**
4298 **Roberta:** Eu acho que a fala dela foi bastante esclarecedora e eu queria fazer um
4299 encaminhamento aqui: o mesmo documento que foi encaminhado, para a prefeitura dizendo
4300 que não vai ter o empreendimento, ele deva ser encaminhado a este Conselho. Porque este
4301 Conselho trabalha de forma... entrou um plano aqui, então a coisa vai acontecer, de repente,
4302 nas outras relações lá disseram: não vai acontecer e a gente não é comunicado. Aí, aqui se
4303 pede apenas para suspender o PAS, o plano não é só o PAS. O plano tem umas outras
4304 estratégias ali dentro, outros planejamentos ali dentro, que não é só suspender o posto, que a
4305 gente pode falar: não, então ta, vamos suspender o posto, mas o plano continua. Então vocês
4306 entraram com uma proposta aqui, assim como vocês entraram negociando com o município
4307 que ia receber este empreendimento, e vocês comunicaram oficialmente que não ia ter. Mas
4308 este Conselho não foi comunicado. Então eu acho que deva mandar esta comunicação para
4309 cá, dizendo o ... Foi feita uma reunião, mas não teve assim um documento formal porque? Para
4310 não ter a obra, precisa da suspensão do PAS, da suspensão do posto, e a suspensão da
4311 resolução da ANEEL. Isso aí eu não entendo, dessa parte. Mas foi feita uma reunião assim...
4312 somente uma reunião com o Prefeito. Então a cidade inteira ficou sabendo, porque foi feito com
4313 o prefeito. Mas ninguém recebeu ainda um comunicado oficial. Até porque o empreendedor
4314 não sabe se pode suspender as ações do posto. Entendeu? Presidente. Só para a gente se
4315 resguardar. Acho que a gente deve voltar essa comunicação respondendo o pleito deles,
4316 fazendo apenas essa pergunta: Vai manter o empreendimento? Ele precisa responder para a
4317 gente oficial? Porque em cima dessa decisão oficial, se isso posto, se ele disser que não vai
4318 manter o empreendimento oficial para a gente. A gente cassa, revoga a resolução que deu
4319 direito ao PAS, isto posto, acaba tudo. Aí com essa proposta que eu acho que foi colocado por
4320 você muito bem, a gente trabalha esse resolução que ele estaria suspenso, a partir de dois

4321 meses, com esta e esta prerrogativa, para poder trabalhar essa desmobilização. Aí eu acho
4322 que a gente casa e fecha. Eu só estou querendo dizer o seguinte: porque assim como ele
4323 conversou com o prefeito e disse que não vai ter. Nos estamos recebendo uma fala dela,
4324 dizendo que não vai ter, em função disso ela esta pedindo para suspender o atendimento do
4325 posto. Eu acho que isso é pouco para a gente dizer se nos vamos suspender ou não. Nós
4326 precisamos saber o seguinte: está pedindo para suspensão, porque? É porque não vai ter o
4327 empreendimento, ou vai ter daqui a dois anos? E se ele tiver daqui a dois anos, é a mesma
4328 lógica de cassar isso, e daqui a dois anos você entre com o pedido todo de novo, infelizmente,
4329 porque senão nos vamos ficar numa incerteza, e resguarda esses dois meses com essa
4330 proposta de que o Conselho acompanhe essa desmobilização lá. OK. Eu pediria então, nesse
4331 caso eu estou falando e ao mesmo tempo encaminhado. Que a secretaria executiva,
4332 encaminha-se carta registrada, registrada, preferencialmente por sedex, o mais rápido possível.
4333 Para que a gente tenha o retorno imediato desta pergunta. Queremos resposta a isso. Se o
4334 empreendimento continua ou não. E aí recebendo isso aqui, na próxima plenária, nos vamos
4335 submeter isso ao plenário. Mas eu penso, que antemão está muito clara a colocação. Nos com
4336 toda certeza... só um minutinho por favor. Nos com toda certeza, pelo que está encaminhado
4337 aqui, se tivesse a resposta aqui hoje, a gente ia cancelar. O que não quer dizer que o plano
4338 não pare aqui. O plano vai continuar, pelo menos é vontade aqui, que ele continue dois meses,
4339 que é uma necessidade que você mesmo coloca, de trabalhar os atingidos. Então previamente,
4340 esse é o entendimento desse colegiado que você esta vendo aqui. E a gente vai trabalhar
4341 nesta lógica. Agora se você já tem informação, ainda que por reunião. Nos não temos de forma
4342 oficial, já quiser trabalhar essa questão, com toda a certeza é um direito seu de fazer, e deve
4343 fazer. Nós só não vamos deliberar, com todo respeito a sua fala, mas nós precisamos de um
4344 documento oficial. Mas aí eu te devolvo a palavra, por favor. Por favor manifeste a sua angústia
4345 inclusive, para a gente poder entender. Eu acho que o documento oficial não seria o ofício
4346 falando da suspensão de uns doze meses? De suspendendo os doze meses? Não. Sabe
4347 porque? Porque a análise nossa e compreensão tem que ser outra. Se for pedir uma
4348 suspensão por doze meses. Nós podemos de repente, cancelar a resolução mesmo, e voltar a
4349 tratar ela lá na frente. E aí pode ter certeza que o tratamento nosso vai ser diferente, o olhar vai
4350 ser outro. Mesmo porque nos estamos aprendendo, mesmo porque esse sofrimento que esta
4351 sendo gerado, nos vamos aprender com ele também. Então se existe essa possibilidade, o
4352 mais provável pelo que eu estou vendo neste plenário aqui, é que a gente casse a resolução. O
4353 que nos não vamos permitir aqui, é que seja cassado e desmobilizado o posto. Não. Ele deve
4354 funcionar até tratar, essa fala, essa consciência, esse tratamento psicológico nessas pessoas
4355 que sofreram um tratamento desigual. Aí presidente, só para completar. A Nilce lembrou de
4356 uma questão aqui muito importante. A ANAEL, ANEL, ANEEL, quando ela não concessão para
4357 um empreendedor, ela pode dar para outra, não tem problema nenhum. Porque o outro pode
4358 entrar no mercado e dizer assim: eu tenho condições é viável. Aí esse outro vai entrar com a
4359 proposta aqui, porque o plano que está aqui é deste empreendedor. Então, de todo feito, se
4360 esse empreendedor sai da jogada, acaba tudo, entrar um outro empreendedor lá, ele tem que
4361 apresentar uma nova proposta. Porque aqui não é um plano daquela municipalidade não, é
4362 daquele empreendedor que se propôs a fazer aquilo. Então se vier outro empreendedor ele
4363 tem que apresentar uma outra proposta para nós, entendeu? Então essa parte que o
4364 presidente encaminhou, eu acho que atende para vocês, e atende para nos, no ponto de vista,
4365 e para a gente inclusive... presidente, talvez a gente fazer uma varredura, nestes que estão
4366 com problema de funcionamento do posto, e a gente provocar esta pergunta. Temos a certeza
4367 que o empreendimento vai acontecer? Para a gente não ficar monitorando e cobrando coisa
4368 em cima de incerteza total. OK. Te devolvo a fala. A minha angústia é que talvez não seja
4369 construída neste um ano. E depois este mesmo empreendedor volte a construir. Então seria
4370 necessário então o posto ficar funcionando durante este tempo de incerteza? Não. Porque a
4371 gente entende o seguinte. Eu acho até que ele não vai querer isso. Mas ele terá que entrar
4372 com um novo pedido aqui. O plano será outro, e o olhar nosso com toda a certeza será outro.
4373 Ta vamos estar colocando... pois não. E tem a possibilidade de... se ele responder rápido...
4374 porque realmente eu estou... os atingidos cobram isso todo dia. Não sem problema. Veja bem.
4375 Vamos supor. Nos vamos mandar essa carta. A semana que vem chega essa carta aqui. OK.
4376 Vou me desmobilizar. O entendimento dessa plenária, é que nos vamos votar, o entendimento
4377 hoje aqui, é do colegiado é de ter mais dois meses para desmobilizar, para trabalhar o pessoal.
4378 Mas a resolução, nos vamos editar uma resolução cancelando a anterior. Esse é o
4379 posicionamento aqui agora. Assim que a gente tiver resposta, em função dela pode
4380 modificar. Mas aí você já pode começar a trabalhar nisso. Tudo bem? Então eu posso ir até as

4381 pessoas. Como? Não entendi. Eu posso ir até as famílias, comunicar. Olha, de sua parte, de
4382 sua parte, a autonomia é sua, em função do que você ouviu e participou da reunião. De nossa
4383 nos não podemos te dar resposta, porque nos não temos isso de forma oficial. E ainda que a
4384 gente respeite a sua fala, nos não podemos trabalhar em cima dela. Pois não **Conselheiro**
4385 **Marcelo**. Como sugestão. Se chegar este documento aqui dizendo que o empreendimento vai
4386 acabar, e tal. Nós não poderíamos, já não poderíamos deixar, essa plenária já deixar
4387 deliberado, pela revogação e pela conservação dos dois meses. **Presidente:** OK. Nós estamos
4388 num quorum que é o suficiente para votar. O entendimento nosso é esse. E se esse documento
4389 chegar, fica a mesa diretora, aliás nem mesa diretora, fica a presidência, delegado o direito de
4390 fazer uma resolução para cancelar a anterior, exigindo os dois meses de prazo para trabalhar
4391 as famílias atingidas. Tudo bem. Pode ser assim pessoal? Por unanimidade. Muito obrigado.
4392 Obrigado pela sua presença. Da próxima vez você pode cutucar a gente aqui. Nada mais
4393 havendo, encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos
4394 presentes.